

Plano Diretor Municipal Figueiró dos Vinhos

Junho 2015 | Município de Figueiró dos Vinhos



Avaliação Ambiental Estratégica Relatório Ambiental

Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura
Rua de S. Sebastião 191, 1º Dto. 3810-187 Aveiro | tel. / fax. 234426985
www.lugardoplano.pt | lugardoplano@lugardoplano.pt



Índice

1. Introdução	5
2. Objeto de Avaliação e Enquadramento da Proposta de revisão do Plano	7
2.1. Objeto de Avaliação.....	7
2.2. Enquadramento Legal para a Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	9
3. Metodologia da Avaliação Ambiental	10
4. Consulta Pública	15
5. Análise e Avaliação Estratégica por Fator Crítico para a Decisão	21
5.1. Quadro de Referência Estratégico	21
5.2. Relação entre o Quadro de Referência Estratégico e as Opções Estratégicas	23
5.3. Integração dos Fatores Ambientais no processo de determinação dos Fatores Críticos de Decisão.....	24
5.4. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COMPETITIVIDADE	25
5.4.1. Descrição do FCD e seus objetivos	25
5.4.2. Situação existente e análise de tendências	27
5.4.3. Efeitos esperados.....	37
5.4.4. Oportunidades e Ameaças	43
5.4.5. Diretrizes para seguimento	44
5.5. BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	45
5.5.1. Descrição do FCD e seus objetivos	45
5.5.2. Situação existente e análise de tendências	46
5.5.3. Efeitos esperados, Oportunidades e Ameaças.....	59
5.5.4. Diretrizes para seguimento	66
5.6. PATRIMÓNIO CULTURAL	68
5.6.1. Descrição do FCD e seus objetivos	68
5.6.2. Situação existente e análise de tendências	69
5.6.3. Efeitos esperados.....	74
5.6.4. Oportunidades e Ameaças	77
5.6.5. Diretrizes para seguimento	79
5.7. QUALIDADE AMBIENTAL	81
5.7.1. Descrição do FCD e seus objetivos	81
5.7.2. Situação existente e análise de tendências	82
5.7.3. Efeitos esperados.....	102
5.7.4. Oportunidades e Ameaças	106
5.7.5. Diretrizes para seguimento	109
5.8. RISCOS AMBIENTAIS	112
5.8.1. Descrição do FCD e seus objetivos	112
5.8.2. Situação existente e análise de tendências	113

5.8.3. Efeitos esperados.....	122
5.8.4. Oportunidades e Ameaças	128
5.8.5. Diretrizes de Seguimento	130
6. Quadro de Governança para a ação.....	135
7. Orientações para a implementação de um Plano de Controlo.....	136
8. Participação Pública	154
9. Considerações Finais	155
10. Referências Bibliográficas	156
11. Anexos.....	159

Lista de Acrónimos

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENE	Estratégia Nacional para a Energia
FA	Fatores Ambientais
FCD	Fatores Críticos de Decisão
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
PGRH do Tejo	Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a Região Hidrográfica 5 (RH5) (Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo)
PDM	Plano Diretor Municipal
PEAASAR II	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II
PEN – DR	Plano Estratégico Nacional Desenvolvimento Rural
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PEPS	Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos
PERSU 2020	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020
PETI 3+	Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (2014-2020)
PMDFCI – Figueiró dos Vinhos	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio de Figueiró dos Vinhos
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNA	Plano Nacional da Água
PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
PNAC	Plano Nacional de Alterações Climáticas
PNPOT	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PNUEA	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
PRN - 2000	Plano Rodoviário Nacional 2000
POACBSL	Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia
POACB	Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode
PROF - PIN	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior
PROT - C	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro
PSRN 2000	Plano Sectorial da Rede Natura 2000
QRE	Quadro de Referência Estratégico
QE	Questões Estratégicas
RA	Relatório Ambiental
RFC	Relatório dos Fatores Críticos

1. Introdução

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de planos e programas é um procedimento obrigatório em Portugal e um instrumento da política de ambiente cuja obrigatoriedade de aplicação decorre da publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio), que assim consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de Junho.

A adaptação do regime de avaliação ambiental aos Instrumentos de Gestão Territorial, surge no quadro legislativo nacional com a publicação do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que altera e republica o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, por sua vez alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, incorporando a análise sistemática dos efeitos ambientais nos procedimentos de elaboração, alteração, revisão, assim como no acompanhamento, participação pública e aprovação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

O procedimento de AAE, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio), consiste na *“...identificação, descrição e avaliação dos eventuais impactes significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração de um plano ou programa e antes do mesmo ser aprovado ou submetido ao procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na ponderação da decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final”*.

A Avaliação Ambiental Estratégica visa estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e promover a integração das questões ambientais e de sustentabilidade nas diversas fases de preparação e desenvolvimento de políticas, planos e programas, designadamente instrumentos de gestão territorial, que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

A Avaliação Ambiental Estratégica pode contribuir para (APA, 2012):

- Assegurar uma perspetiva estratégica, sistémica e alargada em relação às questões ambientais, dentro de um quadro de sustentabilidade;
- Contribuir para a identificação, seleção e discussão de opções de desenvolvimento para decisões mais sustentáveis (interrelacionando sempre as questões biofísicas, sociais, institucionais e económicas);
- Detetar oportunidades e riscos estratégicos nas opções em análise e facilitar a consideração de processos cumulativos;
- Sugerir programas de seguimento, através de gestão estratégica e monitorização;
- Assegurar processos transparentes e participativos que envolvem todos os agentes relevantes através de diálogos, e promover decisões mais integradas relativamente ao conjunto de pontos de vista mais relevantes.

O presente Relatório Ambiental constitui um importante contributo do processo de AAE para a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Figueiró dos Vinhos concretizando a recomendação exposta no Artigo 5.º da Diretiva 2001/42/CE (com transposição no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) *“sempre que seja necessário proceder a uma avaliação ambiental, deve ser elaborado um relatório ambiental no qual serão identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos”*.

O relatório ambiental deve incluir as informações que razoavelmente possam ser necessárias, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do plano ou do programa e a sua posição no processo de tomada de decisões.

No presente caso, a integração de aspetos que visam garantir a sustentabilidade ambiental da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos efetua-se essencialmente numa fase avançada da AAE, após análise dos efeitos esperados sobre a concretização das opções do Plano, através da indicação de diretrizes de seguimento e da especificação de medidas e ações que integram o Plano de Controlo no Relatório Ambiental.

Em termos estruturais, o presente relatório apresenta no Capítulo 2 a identificação do objeto de avaliação do presente estudo, o respetivo enquadramento legal e o enquadramento da proposta (tendo em conta os instrumentos de gestão territorial), com a definição das opções estratégicas e dos respetivos objetivos estratégicos inerentes à proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos.

O Capítulo 3 destaca os aspetos metodológicos associados ao presente processo de Avaliação Ambiental Estratégica.

O resultado dos pareceres emitidos aquando da apresentação do Relatório de Fatores Críticos às entidades com responsabilidade no processo encontram-se identificados no Capítulo 4, relativo à Consulta Pública.

No Capítulo 5 é apresentado o Quadro de Referência Estratégico (QRE) definido no âmbito da elaboração do RFC, a sua relação com as opções estratégicas definidas no âmbito da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, e ainda a relação entre os Fatores Críticos de Decisão (FCD) definidos e os Fatores Ambientais. Neste capítulo é ainda efetuada a avaliação de cada um dos FCD, tendo em consideração a situação existente, a análise das principais tendências, os efeitos esperados, as oportunidades e ameaças e as diretrizes de seguimento.

No Capítulo 6 apresenta-se o Quadro de Governança para a Ação, com indicação das principais entidades/agentes intervenientes com responsabilidade em todo o processo.

O Capítulo 7 contempla as orientações para a implementação de um Plano de Controlo, a ter em consideração pela autarquia no desenvolvimento do PDM, onde se apresenta uma síntese dos aspetos mais importantes identificados no âmbito desta AAE.

O Capítulo 8 identifica as questões relacionadas com a Participação Pública, no âmbito da presente Avaliação Ambiental Estratégica.

No capítulo 9, de considerações finais, é feita referência aos diversos momentos da avaliação Ambiental do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos.

2. Objeto de Avaliação e Enquadramento da Proposta de revisão do Plano

2.1. Objeto de Avaliação

O objeto da presente avaliação ambiental estratégica consubstancia-se na **Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos**.

O concelho de Figueiró dos Vinhos apresenta uma superfície de cerca de 183Km², compreende cinco freguesias e insere-se naquela que é considerada uma das maiores manchas verdes contínuas da Europa.

Este concelho pertence à Região Centro de Portugal, e enquadra-se na Sub-Região do Pinhal Interior Norte, no limite com a Região de Lisboa e Vale do Tejo. Confina com os concelhos de Castanheira de Pera e Pedrógão Grande, a Este, e com Ansião, Alvaiázere, a Oeste, todos do distrito de Leiria. A Norte confina com a Lousã, Miranda do Corvo e Penela, do distrito de Coimbra. A Sul, confina com a Sertã (distrito de Castelo Branco) e Ferreira do Zêzere (distrito de Santarém).

Atualmente, o concelho de Figueiró dos Vinhos beneficia da proximidade de uma diversificada rede de acessibilidades que lhe permite estabelecer fáceis ligações que garantem o acesso aos principais centros urbanos, Porto e Lisboa e mais próximos, a Coimbra e Leiria.

Este enquadramento regional permite afirmar Figueiró dos Vinhos como um território – charneira, que se afirma sobretudo no reforço das inter-relações com os centros urbanos vizinhos de Castanheira de Pera e de Pedrógão Grande, com os quais tem afinidades naturais, mas também com Penela, Ansião, Sertã, Ferreira do Zêzere, Alvaiázere, Miranda do Corvo e Lousã.

Neste contexto, assume-se como importante uma atuação interventiva no âmbito da Associação de Municípios de Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e de Castanheira de Pera - PEFICA - cuja existência representa um esforço para garantir uma rede de complementaridade territorial, flexibilizando as relações interurbanas e, sobretudo, permitindo diferentes escalas de intervenção no sentido de consolidar o território no seu conjunto, qualificando-o de um modo mais abrangente e promovendo-o a nível regional nacional e até internacional. Esta motivação para que a PEFICA seja um dos espaços geográficos com maior grau de cooperação entre os seus municípios decorre da prévia constatação das mais valias associadas ao intermunicipalismo, enquanto fator relevante para a promoção territorial nos mais diversos sectores e para obtenção de objetivos de desenvolvimento comuns a nível estratégico.

A necessidade de revisão do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos decorre da evolução das perspetivas de desenvolvimento económico e social bem como da necessidade de adequação, a essa evolução, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais; da necessidade de atualização das disposições vinculativas dos particulares; e do estabelecimento de servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos

A inter-municipalidade estabelecida pela associação PEFICA para a elaboração da revisão dos PDM assenta nas afinidades partilhadas pelos três concelhos quanto a condições naturais (territoriais e administrativas) e realidades locais, que possibilitam a obtenção de objetivos comuns a nível estratégico de desenvolvimento, possibilitando a adoção de economias de escala, sinergias e dinâmicas em rede, com carácter inter-municipal, tendo em vista um desenvolvimento integrado dos três concelhos (Relatório de Avaliação do Plano).

No decurso do processo de AAE, os objetivos estratégicos da proposta de revisão do plano, designados na proposta de regulamento, foram contemplados, adaptados e incorporados no quadro de objetivos mais específicos que assiste à análise de Avaliação Ambiental. Há especificidades do território concelhio que condiciona a existência de objetivos estratégicos específicos para o município de Figueiró dos Vinhos.

O Quadro 2.1.1. estabelece a relação entre as opções estratégicas definidas para o Plano e os respetivos objetivos estratégicos.

Quadro 2.1.1. – Relação entre as Opções Estratégicas e os Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Opções Estratégicas	Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos
Consolidação da Rede de Equipamentos e infra-estruturas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar a centralidade municipal de Figueiró dos Vinhos, com oferta em termos de equipamentos, culturais e de serviços, e diversidade e qualidade de espaços públicos. ▪ Promover a equidade territorial com níveis adequados de serviço às populações e acessibilidades qualificadas. ▪ Melhorar dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e do sistema de gestão de resíduos.
Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Salvaguardar os valores naturais. ▪ Proteger e valorizar a paisagem, os recursos hídricos e sistemas de regadios tradicionais. ▪ Prevenir e minimizar riscos ambientais. ▪ Estabelecer percursos articulados de paisagem e monumentos.
Potenciar a Economia do Concelho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado à floresta e aos recursos hídricos. ▪ Tirar partido da proximidade de Figueiró dos Vinhos com a Serra da Lousã quer no desenvolvimento da atividade florestal e da silvicultura e turismo com o aproveitamento das formas tradicionais de ocupação rural e produtos locais (artesanato e gastronomia). ▪ Explorar a relação da floresta e albufeira enquanto novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas. ▪ Promover um desenvolvimento sustentado de Espaços Industriais / Armazenagem, Serviços e Logística, de vertente intermunicipal, articulado com a potencialidade das acessibilidades existentes. ▪ Criar novas áreas de aptidão turística em articulação com o património natural e construído. ▪ Desenvolver uma base económica local que tenha como suporte a defesa dos princípios da eco-eficiência e de sustentabilidade ambiental.
Requalificação Territorial e Urbana	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a sustentabilidade do território com base nos recursos territoriais, ambientais e sinergias existentes. ▪ Consolidar Figueiró dos Vinhos enquanto sede de município, reforçando a sua função urbana. ▪ Preservação dos valores históricos e culturais. ▪ Reforçar a identidade concelhia.

2.2. Enquadramento Legal para a Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

O Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos constitui um instrumento de gestão do território de âmbito municipal, integrado nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, para os quais o quadro legislativo nacional prevê a aplicação de Avaliação Ambiental Estratégica.

O Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro, procedeu à adaptação do regime de avaliação ambiental, aos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), incorporando a análise sistemática dos efeitos ambientais dos planos, nos respetivos procedimentos de elaboração, alteração e revisão.

De acordo com o referido diploma, que define o regime jurídico dos IGT, a avaliação ambiental estratégica nos PMOT deve reger-se pelo constante do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro), e ainda, subsidiariamente, pelo disposto no Decreto-Lei n.º 232/2008, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio).

Neste contexto, a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos encontra-se sujeita a AAE uma vez que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas para a totalidade do território municipal (artigo 85.º e alínea c) do n.º 2 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro), presumindo-se por isso que produz efeitos significativos no ambiente (DGOTDU, 2008), e ainda conjugado com a alínea a), n.º 1, artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio).

Tomando em consideração os aspetos mencionados a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos submete a proposta de revisão do seu Plano Diretor Municipal ao processo de avaliação ambiental estratégica.

3. Metodologia da Avaliação Ambiental

A AAE de Planos Municipais de Ordenamento do Território deve identificar, descrever e avaliar eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes do Plano, e deve ser entendida como um procedimento contínuo e sistemático de avaliação da sustentabilidade ambiental, integrado no procedimento de elaboração dos planos. A AAE visa garantir que os efeitos ambientais das soluções adotadas no plano sejam tomados em consideração durante a sua elaboração e em momento prévio à respetiva aprovação.

- A definição do âmbito e do alcance da avaliação ambiental (integra o Relatório de Fatores Críticos);
- A análise e avaliação ambiental dos objetivos estratégicos do PDM de Figueiró dos Vinhos (integra o Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico);
- A elaboração da Declaração Ambiental;
- Acompanhamento da execução do Plano e Monitorização da AAE.

Cada fase da AAE deve ser articulada com as diferentes fases do processo de elaboração da proposta do plano e com as respetivas metodologias técnicas.

A Avaliação Ambiental Estratégica segue, metodologicamente, as linhas de orientação presentes no “Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (Partidário, 2012) e no documento de Orientação elaborado pela Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano intitulado “Guia da Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2008).

DEFINIÇÃO DO ÂMBITO E DO ALCANCE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

O processo de AAE da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos inicia-se com a determinação dos Fatores Críticos de Decisão. Em termos metodológicos a fase de delimitação do âmbito e do alcance deve coincidir com a atividade inicial de caracterização e diagnóstico do processo de planeamento, prevendo as seguintes iniciativas:

- Identificação de condicionalismos à ocupação, utilização e transformação do solo e justificação dos principais objetivos estratégicos do instrumento de gestão territorial;
- Construção do quadro de referência relativo a outros planos e programas com os quais PDM se deva compatibilizar;
- Reconhecimento dos problemas, ameaças e oportunidades em função do enquadramento territorial existente e dos objetivos estratégicos do Plano;
- Definição dos objetivos de desenvolvimento tendo em consideração a avaliação de impactes de todas as intervenções que se pretendem concretizar na área do Plano;
- Fixação das prioridades e das estratégias territoriais;

- Definição de uma estratégia em função das opções de desenvolvimento consideradas adequadas;
- Seleção dos fatores ambientais relevantes, com base nos elementos de diagnóstico que suportam a elaboração do plano, na legislação e informação de base aplicável e em indicadores de referência;
- Identificação e caracterização das questões ou domínios que devam ser avaliados, em matéria de sustentabilidade ambiental, recorrendo a indicadores.

No processo de AAE, o momento de definição do âmbito implica:

- a determinação do âmbito da avaliação ambiental a realizar, através do processo de análise que permite identificar os Fatores Críticos de Decisão e respetivos domínios de análise;
- a determinação do alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental, através do estabelecimento de indicadores que permitam caracterizar a situação de referência e realizar um diagnóstico relativo a potenciais riscos ou oportunidades decorrentes dos efeitos esperados impostos pelas opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos.

Os Fatores Críticos de Decisão constituem os temas mais importantes a serem abordados no âmbito da AAE e identificam os aspetos que deverão ser considerados na tomada de decisão. O objetivo da definição dos FCD é assegurar a focagem da AAE, estabelecendo o alcance da avaliação de forma a perceber o enquadramento em que esta se realiza.

O estabelecimento dos FCD pressupõe a análise integrada dos seguintes elementos:

- Quadro de Referência Estratégico (QRE), contexto macro-político nacional em matéria de ambiente e sustentabilidade;
- Questões Estratégicas Fundamentais, também designadas por Opções Estratégicas (QE), identificadas na proposta de plano com potenciais implicações ambientais;
- Fatores Ambientais (FA), pertinentes para a avaliação.

A determinação dos FCD resulta, numa primeira fase, da interação entre os objetivos do **Quadro de Referência Estratégico** preconizado e as Opções estratégicas definidas na proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos.

A análise de interação entre os objetivos dos instrumentos do **Quadro de Referência Estratégico** e as **Opções Estratégicas** determina o grau de convergência dos objetivos das opções estratégicas do PDM com os objetivos de ambiente e sustentabilidade preconizados nos instrumentos do QRE:

- Relação forte (evidencia que os objetivos do QRE se encontram contemplados nas opções estratégicas da proposta de revisão do PDM);

- Relação média (evidencia que os objetivos do QRE se encontram apenas parcialmente contemplados nas opções estratégicas da proposta de revisão do PDM);
- Relação fraca a nula (evidencia a existência de objetivos do QRE que não se encontram devidamente contemplados nas opções estratégicas da proposta de revisão do PDM);
- Não aplicável – na (evidencia que os objetivos do QRE não se aplicam às opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos).

Esta análise permite evidenciar as questões de sustentabilidade ambiental que se prefiguram como determinantes para integrarem os FCD que devem ser avaliados, por forma a contribuir para o processo de tomada de decisão e promover o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos na execução do PDM de Figueiró dos Vinhos.

Da análise das relações existentes entre as duas componentes referidas (expressas nas tabelas anteriormente referidas), e da integração dos **Fatores Ambientais (FA)**, definidos no quadro legislativo¹, e considerados importantes nesta avaliação, resultam os **Fatores Críticos de Decisão**, que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que servirão de base para a tomada de decisão (Figura 3.1.).

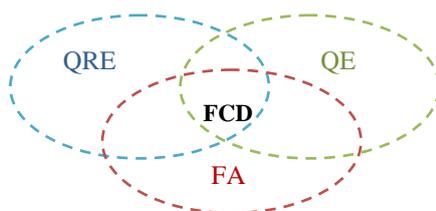


Figura 3.1. – Representação esquemática em Diagrama de Venn da definição dos FCD (adaptado de Partidário, 2007)

Definidos os FCD, identificam-se os domínios de avaliação, os objetivos de sustentabilidade e os indicadores associados a cada fator, que irão contribuir para avaliar a viabilidade e sustentabilidade da estratégia preconizada nas grandes opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, facilitando a avaliação e contribuindo para uma tomada de decisão mais consciente e adequada.

Os domínios de avaliação refletem as questões pertinentes associadas a cada FCD e sustentam a estrutura que permite uma abordagem temática com maior enfoque em cada um dos domínios.

Para cada domínio de avaliação são indicados os objetivos de sustentabilidade, que deverão convergir para os objetivos preconizados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos. São ainda fixados indicadores que permitem suportar a análise prevista no Relatório Ambiental.

¹ Fatores ambientais definidos na alínea e) do n.º 1, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

O presente relatório ambiental serve de base à **segunda fase do processo de AAE** da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos.

A metodologia de AAE adotada para a caracterização de cada um dos FCD definidos envolveu a integração dos seguintes elementos:

- Análise da situação existente e das principais tendências;
- Análise dos efeitos esperados;
- Avaliação estratégica de oportunidades e riscos;
- Proposta de um programa de seguimento, com diretrizes para planeamento, monitorização e gestão;
- Estabelecimento de um quadro de governança para a ação;
- Proposta de um plano de controlo para acompanhamento da execução do Plano.

Na **análise da situação existente e das principais tendências**, associada a cada um dos FCD, recorre-se a uma análise do tipo SWOT², pretendendo-se efetuar um **diagnóstico geral das características ambientais, patrimoniais e de ordenamento do território existentes no concelho**, identificando, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos que ocasionam um conjunto de oportunidades e ameaças.

No que se relaciona com a análise dos **efeitos esperados**, com o intuito de aferir de que forma a implementação da **proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos** contribui para a concretização de metas e objetivos ambientais definidos nos diferentes instrumentos de referência considerados relevantes, realiza-se uma análise pormenorizada do Quadro de Referência Estratégico definido, que permite avaliar em que medida o objeto de estudo contribui ou conflitua com os objetivos delineados nos diferentes instrumentos estratégicos. São ainda identificadas as relações de contribuição (forte, fraca, nula) dos objetivos inerentes à proposta de revisão do Plano, para a promoção de cada um dos indicadores definidos para os FCD.

A avaliação estratégica das principais **ameaças e oportunidades** é desenvolvida com o intuito de perceber de que forma a **proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos** poderá ter impactes positivos ou negativos ao nível de cada um dos FCD definidos.

Com base nos indicadores definidos, e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de alteração ao PDM pode ter sobre estes, são identificadas **diretrizes de seguimento** (medidas de minimização e/ou prevenção dos efeitos e de monitorização) que constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos no que respeita aos FCD definidos, e que melhor integram os princípios e objetivos de sustentabilidade.

² O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês, e um acrónimo de Forças (**S**trengths), Fraquezas (**W**eaknesses), Oportunidades (**O**pportunities) e Ameaças (**T**hreats).

O estabelecimento de um **quadro de governança** para a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos permite identificar as entidades e os agentes que se considera terem um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na futura alteração do PDM, garantindo o cumprimento dos objetivos relativamente aos FCD definidos, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Para o estabelecimento das orientações para a implementação de um **plano de controlo**, identificam-se indicadores de sustentabilidade, medidas de gestão ambiental a adotar e o posicionamento do município de Figueiró dos Vinhos face a metas estabelecidas em documentos estratégicos. A execução deste plano é crucial para acompanhar o ciclo de planeamento e programação, servindo para monitorizar as diferentes fases da revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos.

ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Do processo de AAE resulta uma **declaração ambiental**, elaborada pela entidade responsável pela elaboração do Plano (no presente caso a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos) que reflete a forma como as considerações ambientais foram tidas em consideração durante a preparação e elaboração do Plano, incorporando o plano e as medidas de controlo. Esta declaração deverá conter:

- Uma síntese relativa às considerações ambientais do relatório ambiental que foram integradas no plano;
- As observações apresentadas pelas entidades consultadas na discussão pública e o resultado da respetiva ponderação;
- As razões que fundaram a aprovação do PMOT à luz de outras alternativas razoáveis, abordadas aquando da respetiva elaboração (se aplicável);
- As medidas de controlo previstas.

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO E MONITORIZAÇÃO DA AAE

Numa fase posterior, a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos deverá **avaliar e controlar os efeitos significativos do ambiente decorrentes da aplicação / execução do plano**, verificando se estão a ser cumpridas as medidas constantes da Declaração Ambiental, utilizando os indicadores de execução do plano. Para isso, deverá ser desenvolvido um conjunto de ações (DGOTDU- 2008), nomeadamente:

- Implementar um esquema ou programa para controlo da execução do plano, verificação das medidas previstas na declaração ambiental, e monitorização dos seus efeitos no ambiente;
- Monitorizar os efeitos da execução do plano no ambiente através de indicadores previamente selecionados;
- Elaborar estudos em função do que foi estabelecido durante a elaboração do Plano ou de acordo com as necessidades que se venham a definir.

Os resultados do controlo devem ser divulgados pela Câmara Municipal através de meios eletrónicos, atualizados com uma periodicidade mínima anual, e remetidos anualmente à Agência Portuguesa do Ambiente (artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio).

4. Consulta Pública

No âmbito dos n.º 3, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio), conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 75º-A do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com nova redação, a entidade responsável pela elaboração do plano, neste caso a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, “[...] *solicita parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação*” o qual deverá ser emitido no prazo de 20 dias tratando-se de um PDM, e ser considerado para efeitos da elaboração do Relatório Ambiental.

A consulta efetuada tem por base o Relatório de Fatores Críticos elaborado, o qual corresponde ao resultado do primeiro momento da AAE que teve como objetivo precisamente a determinação do âmbito e do alcance da informação ambiental a tratar no Relatório Ambiental, nomeadamente através da determinação de um conjunto de Fatores Críticos de Decisão, dos respetivos critérios de sustentabilidade e indicadores que suportam a caracterização da situação de referência e análise de efeitos esperados com a aplicação do Plano.

As entidades consultadas e que emitiram parecer, no âmbito do RFC, encontram-se listadas no Quadro 4.1.

Quadro 4.1. – Entidades Consultadas pela Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos no âmbito da determinação do âmbito e do alcance da informação ambiental a tratar no Relatório Ambiental relativo à AAE da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Entidade Consultada	Resposta (S/N)	Comentário (S/N)
Agência Portuguesa do Ambiente ⁽¹⁾	S	N
Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P. ⁽²⁾	S	N
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro (CCDR - Centro)	S	S
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP - Centro)	S	S
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB)	S	S

⁽¹⁾ - Encaminhou o processo para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - Centro

⁽²⁾ - Encaminhou o processo para a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.

No Quadro 4.2 apresenta-se o sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres emitidos pelas entidades consultadas (os pareceres podem ser consultados no Anexo I). Todas as sugestões mereceram especial atenção, tendo sido na sua maioria consideradas na elaboração do presente relatório.

Quadro 4.2. - Sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres apresentados pelas entidades consultadas

Entidade	Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE	Observações
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - Centro	<p>A CCDD - Centro recomenda que sejam acrescentados ao QRE os seguintes instrumentos: Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, o Plano Rodoviário Nacional e o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013</p> <p>A CCDD – Centro considera que “os objetivos e linhas de força do Plano” associados ao Quadro de Referência Estratégico são pouco ambiciosos em relação ao que poderão ser as potencialidades do Município.</p> <p>A CCDD - Centro considera que deve ser melhorada a justificação que levou à seleção dos FCD apresentados.</p> <p>Alguns dos indicadores, nomeadamente os relativos ao FCD – Património Cultural, não são explícitos quanto à unidade de medição e parecem não se enquadrar nos objetivos de sustentabilidade.</p> <p>Nos restantes FCD os indicadores também não são claros quanto à quantificação/qualificação.</p>	<p>Foi acrescentado o PNUEA e o PRN – 2000, ao Quadro de Referência estratégico definido.</p> <p>O novo QREN (2014-2020) não foi incorporado no QRE por se considerar que as questões de sustentabilidade que nele se expressam estão devidamente asseguradas pelos instrumentos mais específicos de âmbito regional já integrados no QRE deste Plano, nomeadamente no PROT-C (Capítulo 5.1.)</p> <p>Foram acrescentados novos Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do Plano, decorrentes das potencialidades do concelho (Capítulo 2.1.).</p> <p>É apresentada uma explicação mais pormenorizada da metodologia utilizada para selecionar os FCD apresentados (Capítulo 3).</p> <p>De forma a dar resposta ao parecer da CCDD - Centro, foram reformulados os indicadores definidos no FCD – Património Cultural (Capítulo 5.6.). A unidade de medição, para todos os indicadores deste FCD, é o “número”.</p> <p>De uma forma geral, procedeu-se a uma maior concretização dos indicadores em todos os FCD definidos (introdução/reformulação de indicadores).</p>
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	<p>A DRAP – Centro sugere uma maior concretização dos indicadores preconizados.</p> <p>A DRAP- Centro sugere a reformulação de um objetivo de sustentabilidade e a concretização dos indicadores definidos como “Espaço Agrícola” e “RAN”, para “Espaço Agrícola ocupado com usos não agrícolas (Área de RAN, Área de regadio, Área de culturas permanentes)”.</p>	<p>De uma forma geral, procedeu-se a uma maior concretização dos indicadores em todos os FCD definidos (introdução/reformulação de indicadores).</p> <p>De forma a dar resposta ao parecer da DRAP - Centro, foi acrescentado o objetivo de sustentabilidade proposto, no entanto, o indicador proposto não foi definido uma vez que a proposta de revisão do plano não contemplou as tipologias referidas (Capítulo 5.4.)</p>
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade	<p>No Quadro n.º 4, a entidade considera que deve ser assinalada a interação/relação do FCD “Ordenamento do Território, desenvolvimento regional e competitividade” com os fatores ambientais “biodiversidade”, “fauna” e “flora”.</p> <p>No QRE deverão ser considerados os seguintes documentos: ENCNB, o PSRN2000 e o PENT.</p>	<p>A interação proposta foi inserida no Quadro 5.3.1. do presente Relatório Ambiental.</p> <p>Os instrumentos propostos já tinham sido considerados no RFC e continuam a estar incluídos no QRE no presente Relatório Ambiental, para efeitos da respetiva análise.</p>

Reflexo da evolução dos trabalhos de pesquisa efetuada surgiram novos elementos cuja integração no relatório ambiental se considerou pertinente. Pelo exposto, o relatório ambiental incorporou algumas questões não identificadas no RFC, designadamente:

- Foram redefinidas as opções estratégicas e inseridos novos objetivos estratégicos referentes à proposta de revisão do Plano.

- Foi acrescentado ao Quadro de Referência Estratégico a ENE e o PERSU 2020, como instrumentos estratégicos a ter em consideração.
- Foi desenvolvida uma correspondência direta entre os objetivos de sustentabilidade definidos e os respetivos indicadores, para cada um dos FCD em análise.
- Foram inseridos novos objetivos de sustentabilidade e novos indicadores de avaliação em alguns dos FCD em análise.

Concluída a elaboração do Plano, a Câmara Municipal promove a consulta do Relatório Ambiental, Resumo Não Técnico e restantes elementos do Plano às ERAE para emissão de parecer, de acordo com o n.º 3, do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

No quadro seguinte apresenta-se o sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres emitidos pelas Entidades consultadas, relativamente ao Relatório Ambiental entregue (os pareceres constam da Ata da Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento para emissão do Parecer Final à proposta do Plano, realizada nas instalações da CCDRC, no dia 30 de Abril de 2015). Todas as sugestões mereceram especial atenção, tendo sido na sua maioria consideradas na revisão do presente relatório. As questões que não sofreram alteração, de acordo com as sugestões das ERAE, são alvo de justificação.

Quadro 4.3 - Sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres apresentados pelas entidades consultadas, relativos ao Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico da Proposta de Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos.

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE	Considerações do RA
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)	
A entidade refere que neste RA não é evidente a comparação da proposta com as diversas soluções alternativas que foram desenvolvidas ao longo do processo, e que culminaram com esta proposta final, confronto que teria certamente conduzido a uma solução mais clara e sustentada.	A proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos corresponde ao culminar de um longo processo de planeamento, coadjuvado por elementos de diagnóstico setoriais, que traduz as opções estratégicas que melhor se adequam ao território concelhio e ao modelo de desenvolvimento pretendido, não tendo sido equacionadas alternativas à proposta em avaliação. Neste contexto, a alternativa considerada no âmbito da AAE corresponde a uma alternativa zero, ou seja, a não revisão do PDM. Importa referir que este aspeto foi trabalhado ao longo do Relatório Ambiental, aquando da Análise de Tendências (efetuada para cada um dos FCD), onde foi tomada em consideração a evolução provável do estado do ambiente considerando a não revisão do PDM. Salienta-se, igualmente, que no decurso da AAE desta proposta de Plano, foram aproveitadas as janelas de oportunidades que o processo de Avaliação Ambiental proporciona, tendo sido incorporados e ajustados objetivos estratégicos do Plano, de forma a tornar a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos mais sustentável do ponto de vista ambiental.
No que se refere ao FCD 1, em particular às infraestruturas sociais, culturais, desportivas, lazer, viárias e outras, apesar de se julgarem “suficientes e diversificadas”, estas deveriam ter sido objeto de uma visão intermunicipal, isto é, a sua funcionalidade deve ser equacionada numa lógica de otimização de recursos, pressupondo uma clara articulação com os concelhos limítrofes.	A proposta da entidade foi tida em consideração, tendo-se acrescentado informação sobre a necessidade de articulação intermunicipal.
Ainda no que se refere ao FCD 1, tendo por base o conceito social e económico, apesar de ser referido que se pretendem “fomentar oportunidades de fruição sustentável em áreas de floresta”, recomenda-se que seja dada maior relevância à sua vertente económica, com especial enfoque aos empreendedores do recurso florestal.	O objetivo de sustentabilidade referido “fomentar oportunidades de fruição sustentável em áreas de floresta”, encontra-se vertido no FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza, no Domínio da “Gestão, Conservação e Valorização da Floresta”. O espaço florestal e a sua relevância na vertente económica foi analisado no âmbito do FCD – Ordenamento do Território,

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE	Considerações do RA
	Desenvolvimento Regional e Competitividade, tendo sido incluída uma medida no Plano de Controlo (Capítulo 7) relativa a “Potenciar a importância económica e social do espaço florestal”.
No quadro 5.4.4.1. a “dispersão urbana” é considerada como ameaça, no entanto esta preocupação não transparece na proposta de ordenamento.	A sugestão da entidade foi tida em consideração.
A entidade considera que a fase de seguimento deve garantir o cumprimento dos objetivos definidos para cada FCD, bem como a concretização e ou o ajustamento das diretrizes propostas, com atribuição de competências às diversas entidades identificadas no Quadro de Governança para a Ação.	Sobre este aspeto importa realçar que o Plano de Controlo proposto no Capítulo 7 do presente Relatório Ambiental, insere-se na Fase de Seguimento do processo da AAE, e pretende acompanhar o ciclo de planeamento e programação nos 10 anos de duração do PDM. Este plano de controlo é suportado e monitorizado através de indicadores de avaliação estratégica previamente definidos sendo que, para cada um dos indicadores, foram definidas Medidas de Gestão Ambiental a desenvolver durante a execução do Plano, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que profetizou, alcançando deste modo os objetivos de sustentabilidade definidos. De acrescentar que este Plano de Controlo, que será integrado na Declaração Ambiental, permitirá que a fase de seguimento garanta o cumprimento dos objetivos definidos para cada um dos FCD considerados. Importa ainda salientar que os indicadores apresentados no Plano de Controlo reduzem-se à área territorial municipal, às competências da Câmara Municipal no território, bem como às características mais pertinentes para acompanhamento da evolução do plano. Por este motivo a atribuição das competências das entidades identificadas no Quadro de Governança para a Ação não estão incluídas neste Plano de Controlo.
A entidade identificou um conjunto de aspetos formais de detalhe que merecem uma revisão cuidada, nomeadamente: - à data da elaboração do RA o mapa das NUTS III já tinha sido alterado, dando o Pinhal Interior Norte lugar à região de Leiria. - a entidade recomenda ainda a consideração dos objetivos preconizados nos documentos elaborados no âmbito da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria (da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal) que vão marcar o período da esperada vigência da revisão do PDMFV.	A utilização da Nomenclatura “Pinhal Interior Norte” deve-se ao facto de as estatísticas oficiais (do INE) ainda apresentarem os dados dessa forma. Se não se utilizar esta nomenclatura, será difícil proceder-se à comparação de estatísticas que permitam perceber qual a evolução dos indicadores, pelo que se manteve esta denominação. Relativamente à Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria (da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal), esta não foi integrada no Quadro de Referência Estratégico uma vez que já se encontram inseridos no QRE instrumentos de carácter regional e estratégico, nomeadamente o PROT-C, que reflete uma estratégia de desenvolvimento integrada, de base territorial, para a região.
Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC)	
A entidade não concorda que no Quadro 5.6.2.1. se considere o património cultural do território do PEFICA, sendo que deverá constar apenas informação relativa ao concelho.	Conforme sugestão da entidade, foi considerada apenas informação relativa ao concelho de Figueiró dos Vinhos, no Quadro 5.6.2.1.
Na análise SWOT, na rubrica das <i>forças</i> a única referência a património arqueológico diz respeito a jazidas do concelho de Pedrógão Grande, pelo que a entidade propõe que este elemento seja retirado desta análise.	A sugestão da entidade foi tida em consideração.
Na análise SWOT, na avaliação das <i>fraquezas</i> , a entidade propõe que se considere a inexistência de Carta Arqueológica.	A sugestão da entidade foi tida em consideração.
Na análise SWOT, nas <i>ameaças</i> , a entidade considera a possibilidade de destruição de vestígios arqueológicos não inventariados (muitíssimo mais vulneráveis à destruição), por não haver a Carta Arqueológica.	A sugestão da entidade foi tida em consideração.
O quadro 5.6.2.3. identifica os bens arqueológicos da base de dados da DGPC, no entanto, desta listagem não constam os bens relacionados com a arqueologia industrial, que tem, por exemplo nas Ferrarias da Foz do Alge, um exemplar de distinção a nível nacional. Neste contexto a entidade propõe que se acrescentem os valores arqueológicos em falta.	A sugestão da entidade foi tida em consideração.
No Quadro de Governança, a entidade considera que as entidades que tutelam o património cultural omissas mas que podem ter um papel a desempenhar na “ <i>monitorização e gestão de ações</i> ” previstas para o desenvolvimento e execução, devem passar a constar: a DRCC como entidade que tutela os bens classificados e a DGPC como entidade que tutela o património arqueológico.	A sugestão da entidade foi tida em consideração.

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE	Considerações do RA
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	
<p>A entidade considera que o Fator Crítico de Decisão “Biodiversidade e Conservação da Natureza” encontra-se bem estruturado, salientando-se no entanto a falta de uma análise mais pormenorizada das conclusões apresentadas relativamente à sua integração com cada classe de espaço.</p>	<p>Importa referir que toda a Área Classificada se integra em Solo Rural, estando maioritariamente integrada nas categorias de Espaço Florestal de Conservação e Espaços Naturais. A preocupação quanto aos “usos e a ocupação do solo associados às categorias de espaço definidas na Planta de Ordenamento e respetiva regulamentação, promovem ou não conflituam com as necessidades de manutenção num estado de conservação favorável dos valores naturais” foi salvaguardada através da regulamentação específica no Plano ao reconhecer a aplicação a toda a área do Sítio da Serra da Lousã do regime de Condicionantes-Servidões e Restrições de Utilidade Pública (Proposta de Regulamento do Plano, 2015), referindo ao longo do articulado que “serão observadas as disposições legais e regulamentares referentes a servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor, ainda que não estejam assinaladas na Planta de Condicionantes” e ainda “na área correspondente ao sítio da rede natura 2000 as intervenções admitidas ficam abrangidas pelas disposições do plano setorial da rede natura 2000 nomeadamente as orientações de gestão dele constantes”.</p>
<p>Esse trabalho poderia ser aproveitado para a realização do Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000, que deve integrar o Relatório da proposta do PDM. Este Relatório deverá demonstrar e assegurar que os usos e a ocupação do solo associados às categorias de espaço definidas na Planta de Ordenamento e respetiva regulamentação, promovem ou não conflituam com as necessidades de manutenção num estado de conservação favorável dos valores naturais.</p>	<p>O Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000 não integra o Relatório Ambiental, devendo integrar o Relatório da proposta do PDM.</p>
<p>Falta de delimitação do Perímetro Florestal da Serra da Lousã na Figura 5.5.2.4.</p>	<p>A Figura à qual é feita referência foi eliminada neste processo de revisão, uma vez que a imagem original provinha do PDFCI, não tendo sido alterada isoladamente para uso no RA. A informação pretendida foi adicionada ao texto do RA no indicador relativo a “Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)”.</p>
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	
<p>A entidade considera que para o Plano de Controlo são apresentados indicadores que deveriam ser mais concretizados (com uma análise mais ao nível concelhio) e indicação das metas a atingir. De salientar (quadro 7.2) a título de exemplo que para o indicador das águas subterrâneas é referido que o valor base será o Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo. Quanto à meta pretendida para o concelho nada é apresentado remetendo o documento para a elaboração de estudos de suporte à sua caracterização.</p>	<p>De uma forma geral, no Quadro 7.2. os indicadores encontram-se apresentados ao nível concelhio, salvo situações em que não foi possível obter informação a essa escala. Por outro lado importa esclarecer que, apesar de não ter sido possível definir metas para todos os indicadores, considera-se importante mantê-los no plano de controlo, e remeter para o desenvolvimento de estudos que garantam a informação necessária para a fase de monitorização. Relativamente ao indicador das águas subterrâneas, foi retirada do plano de controlo a referência da classificação da massa de água subterrânea e inserida a classificação de um dos furos existentes no concelho (263/C64), sendo que o outro furo, com informação relativa à qualidade da água, disponível no SNIRH (276/C68), já constava neste Quadro 7.2. Foi ainda definida a respetiva meta pretendida para o concelho, no plano de controlo.</p>
<p>Tendo em conta a classificação das praias fluviais seria desejável que fossem apresentados indicadores quanto à melhoria e manutenção da água destas áreas de recreio e lazer.</p>	<p>No âmbito do FCD “Qualidade Ambiental”, no domínio da “Água”, foi acrescentado e analisado o indicador relativo a “Qualidade das águas balneares”, dando desta forma resposta ao solicitado pela entidade.</p>
<p>É indicado que cerca de 44,7% da água consumida não foi faturada o que indica um sistema bastante deficiente. A fim de promover um consumo eficiente de água os indicadores são, no entender da entidade, insuficientes – <i>Perdas no sistema de abastecimento e Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água</i>, pelo que a entidade considera desejável avaliar, para além da utilização urbana, o uso agrícola e o uso industrial.</p>	<p>Conforme descrito no relatório sectorial “Estudo do Ambiente” (2015), “cerca de 44,7% da água do sistema de abastecimento em baixa do concelho não é faturada, pelo que se pode depreender, com relativo grau de certeza, que parte dessa água se perde ao longo do sistema de abastecimento”, referindo ainda este relatório que, “conforme a ERSAR (2011), um número significativo de entidades gestoras apresenta uma percentagem elevada de perdas de água. Considera-se haver claras oportunidades de melhoria, sendo importante que as entidades gestoras implementem metodologias de redução das perdas de água”. Pelo referido, uma vez que a solução do problema identificado passa por promover medidas de redução e perdas de água no sistema de abastecimento, considera-se</p>

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE	Considerações do RA
	<p>que, ao nível dos indicadores definidos, estas medidas encontram-se já definidas e apresentadas de forma pormenorizada no Plano de Controlo, para o uso urbano, assegurando-se desta forma a sua monitorização contínua durante o período de vigência do Plano, permitindo ao município tornar o seu sistema de abastecimento mais eficiente e eficaz.</p> <p>Relativamente ao uso agrícola e uso industrial, não foram definidas nem previstas medidas no Plano de Controlo do presente Relatório Ambiental uma vez que se considera que a atuação da Câmara Municipal, a este nível, é muito limitada, sendo que as medidas previstas no âmbito do PNUEA para estes dois setores de atuação são muito específicas para as respetivas atividades em causa.</p>
<p>A necessidade de implementar objetivos e indicadores com maior grau de pormenor e eficácia torna-se maior quando, na análise SWOT apresentada sobre esta matéria, é assumido como uma ameaça a "falta de controlo e potencial mau funcionamento de algumas fossas sépticas individuais". Salienta-se que nos estudos de caracterização é referido que embora 99,4% tenha esgotos apenas 30% estão ligados aos sistemas de recolha de águas residuais que conduzem às ETAR existentes.</p>	<p>Os indicadores previstos no FCD "Qualidade Ambiental" sobre esta matéria ("População servida por sistemas de drenagem de águas residuais" e "População servida por sistemas de tratamento de águas residuais") estão associados ao cumprimento de um conjunto de medidas, algumas decorrentes do PEAASAR II, que se encontram definidas no Plano de Controlo (Capítulo 7) e que obrigarão o município a garantir a operacionalidade e eficácia dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais existentes, durante a fase de seguimento e durante o período de vigência do Plano.</p> <p>Neste contexto, considera-se que os indicadores definidos dão resposta aos objetivos de sustentabilidade propostos, sendo aplicáveis à escala de avaliação pretendida.</p>
Estradas de Portugal, SA (EP)	
<p>A entidade considera que deveria ser acrescentado ao QRE o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) 2014-2020, uma vez que este Plano Estratégico caracteriza-se, no que respeita aos objetivos estratégicos para o horizonte 2014-2020, pela proposta de "um equilíbrio entre um esforço de promoção do crescimento, um esforço reformista e de promoção da sustentabilidade do sistema de transportes e um esforço de coesão social e territorial".</p>	<p>A proposta da entidade foi tida em consideração.</p>
<p>A entidade considera que, no Domínio "Ordenamento do Território", do FCD "Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade", deverão ser considerados parâmetros relacionados com a "conectividade modal" (por ex. perceção da atratividade da rede de TC, capacidade dos interfaces modais, etc), bem como indicadores mais diretamente relacionados com a rede de infraestruturas rodoviárias (ex. evolução do volume de tráfego, nível de serviço, capacidade e segurança), pelo que se considera uma mais-valia a re-análise do indicador utilizado no Domínio "Ordenamento do Território".</p>	<p>A proposta da entidade foi tida em consideração.</p>
<p>No que respeita às referências efetuadas à rede viária, a entidade salienta que estas deverão estar em sintonia com os restantes elementos apresentados.</p>	<p>A proposta da entidade foi tida em consideração.</p>
Direção Geral do Território (DGT)	
<p>Na página 55 do Relatório Ambiental são apresentados extratos da carta militar 1:25 000, sendo que a entidade considera que deverá ser anexada ao relatório do plano uma declaração passada pelo Instituto Geográfico do Exército com indicação da finalidade do licenciamento, formato dos dados (vetor e/ou raster) e sistema de georreferência em que os dados foram disponibilizados.</p>	<p>As figuras onde se encontravam os extratos da carta militar 1:25 000, na página 55, foram eliminadas no presente Relatório Ambiental, por ausência de declaração prestada pelo Instituto Geográfico do Exército.</p>

5. Análise e Avaliação Estratégica por Fator Crítico para a Decisão

Conforme exposto no Relatório de Fatores Críticos, e abordado detalhadamente no capítulo relativo à metodologia do presente Relatório Ambiental, a determinação dos FCD resultou numa primeira fase, da interação entre os objetivos do **Quadro de Referência Estratégico** preconizado e as **Opções Estratégicas** definidas na proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos. Da integração das relações existentes entre os objetivos referidos anteriormente e dos **Fatores Ambientais**, estabelecidos pela legislação, considerados como os mais relevantes, resultaram então os **Fatores Críticos de Decisão** que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes, e que servirão de base para a tomada de decisão.

5.1. Quadro de Referência Estratégico

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) estabelece as orientações da política ambiental e de sustentabilidade, definidas a nível regional, nacional, europeu e internacional, relevantes para a AAE do objeto e análise. Os instrumentos de referência identificados definem o Quadro de Referência Estratégico, para o plano em análise, e permitem identificar os objetivos de sustentabilidade que devem ser considerados no desenvolvimento das opções do plano. Os instrumentos identificados e analisados como precursores de orientações estratégicas para a revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos estão listados no Quadro 5.1.1.

Quadro 5.1.1. – Quadro de Referência Estratégica para AAE da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Instrumento	Acrónimo
Âmbito Nacional	
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
O PNPOT constitui o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, sendo também um instrumento chave de articulação desta política com a política de desenvolvimento económico e social, em coerência com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e com as diversas intervenções com incidência territorial, designadamente as consideradas no Quadro de Referência Estratégico Nacional para o próximo período de programação financeira comunitária QREN 2007-2013.	
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) para o período 2005/15 consiste num conjunto coordenado de atuações que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam num horizonte de 12 anos assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente.	
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	ENCNB
A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) foi acolhida na ordem jurídica portuguesa através da resolução do Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11 de Outubro, vigorando até 2010.	
Plano Nacional de Alterações Climáticas	PNAC
O Programa Nacional para as Alterações Climáticas configura o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto pelo Estado Português.	
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	PNAAS

Instrumento	Acrónimo
O Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2007–2013 tem como designio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.	
Plano Sectorial da Rede Natura 2000	PSRN2000
O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 constitui um instrumento de gestão territorial na concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios, do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.	
Estratégia Nacional para a Energia	ENE
A estratégia para o sector energético constitui um fator importante de crescimento da economia portuguesa e da sua competitividade, para além de ser uma peça vital ao desenvolvimento sustentável do País.	
Plano Nacional da Água	PNA
O Plano Nacional da Água define as orientações de âmbito nacional para a gestão integrada das águas, fundamentadas em diagnóstico da situação atual e na definição de objetivos a alcançar através de medidas e ações, de acordo com o Decreto-Lei nº 45/94 de 22 de Fevereiro.	
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II	PEASAR II
O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II estabelece as orientações e fixa os objetivos de gestão e proteção dos valores ambientais associados aos recursos hídricos no horizonte 2007-2013.	
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.	
Plano de Gestão das Bacias que integram a Região Hidrográfica 5 - Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo	PGRH do Tejo
Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) é um plano sectorial que assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais e institucionais, envolve os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e proteção do ambiente.	
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos	PERSU 2020
O PERSU 2020 estabelece a visão, os objetivos, as metas globais e as metas específicas por Sistema de Gestão de RU, as medidas a implementar no quadro dos resíduos urbanos no período 2014 a 2020, bem como a estratégia que suporta a sua execução, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais e comunitárias nesta matéria.	
Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural	PEND Rural
O Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PEN DR) define a Estratégia Nacional para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural.	
Plano Rodoviário Nacional - 2000	PRN – 2000
O atual Plano Rodoviário Nacional (Decreto-Lei nº 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de Julho, Decreto-Lei nº 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de Julho, pela Declaração de retificação nº 19-D/98 e pelo Decreto-Lei nº 182/2003 de 16 de Agosto) define uma rede nacional, que desempenha funções de interesse nacional e internacional.	
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (2014-2020)	PETI 3+
O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) 2014-2020 caracteriza-se, no que respeita aos objetivos estratégicos para o horizonte 2014-2020, pela proposta de um equilíbrio entre um esforço de promoção do crescimento, um esforço reformista e de promoção da sustentabilidade do sistema de transportes e um esforço de coesão social e territorial.	
Plano Estratégico Nacional do Turismo	PENT
O Plano Estratégico Nacional do Turismo serve de base à concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do Turismo nacional nos próximos anos.	

Instrumento	Acrônimo
Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos	PEPS
A Proposta para Estratégia de Proteção dos Solos configurará o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento dos objetivos de proteção e prevenção da degradação dos solos bem como da sua utilização sustentável.	
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior	PROF - PIN
O Plano Regional de Ordenamento da Floresta do Pinhal Interior Norte vincula os instrumentos de política sectorial que incidem sobre os espaços florestais e visa enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.	
Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia	POACBSL
O Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia é um plano especial de ordenamento do território.	
Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode	POACB
O Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode é um plano especial de ordenamento do território.	
Âmbito Regional	
Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	PROT-C
O Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro é o instrumento de gestão territorial que estabelece a definição para o uso, ocupação e transformação do solo, a integração das políticas sectoriais no ordenamento do território e na coordenação das intervenções e as orientações para a elaboração dos PMOT.	
Outros Planos	
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio de Figueiró dos Vinhos	PMDFCI – Figueiró dos Vinhos
Os PMDFCI desenvolvem as orientações de planeamento Nacional e Regional segundo as normas da Portaria nº 1139/2006 de 25 de Outubro e as orientações técnicas estabelecidas pela DGRF.	

Os quadros que sintetizam os objetivos de sustentabilidade dos instrumentos de referência que constituem o QRE para o PDM de Figueiró dos Vinhos, são apresentados no anexo II.

5.2. Relação entre o Quadro de Referência Estratégico e as Opções Estratégicas

A análise de interação entre os objetivos dos instrumentos do **Quadro de Referência Estratégico** (estabelecidos no Anexo II) e as **Opções Estratégicas do PDM de Figueiró dos Vinhos** (identificadas no Capítulo 2), expressa-se nas tabelas de dupla entrada apresentadas no Anexo III.

Conforme exposto detalhadamente no capítulo relativo à metodologia, esta análise permite evidenciar as questões de sustentabilidade ambiental que se prefiguram como determinantes para integrarem os FCD que devem ser avaliados, por forma a contribuir para o processo de tomada de decisão e promover o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos na execução do PDM de Figueiró dos Vinhos.

5.3. Integração dos Fatores Ambientais no processo de determinação dos Fatores Críticos de Decisão

A definição dos fatores ambientais relevantes para a proposta de revisão do Plano é orientada pelos fatores ambientais indicados no quadro legislativo da AAE, sendo a sua escolha condicionada pelo reconhecimento prévio das especificidades do território abrangido, ou implicado, pelo plano, conjugada com o conhecimento das opções e objetivos estratégicos definidos pelo plano.

Da análise das relações de convergência expressas nas tabelas anteriormente referidas, e apresentadas no anexo III, e da integração dos **Fatores Ambientais** relevantes para a área de incidência do PDM de Figueiró dos Vinhos, resultou a determinação dos **Fatores Críticos de Decisão**.

Os Fatores Críticos de Decisão congregam um conjunto de questões consideradas pertinentes para a avaliação ambiental do PDM de Figueiró dos Vinhos. Focalizando a análise, que servirá de base para a tomada de decisão, em aspetos ambientalmente relevantes que promovam um desenvolvimento sustentável no território do Plano.

Para a proposta de elaboração do PDM de Figueiró dos Vinhos foram definidos os seguintes Fatores Críticos de Decisão:

- ↳ Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade
- ↳ Biodiversidade e Conservação da Natureza
- ↳ Património Cultural
- ↳ Qualidade Ambiental
- ↳ Riscos Ambientais

A interpretação do Quadro 5.3.1. permite reconhecer a relação estabelecida entre os FA considerados mais relevantes e os FCD definidos.

Quadro 5.3.1. - Relação entre os FA e os FCD definidos

FA \ FCD	Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Biodiversidade e Conservação da Natureza	Património Cultural	Qualidade Ambiental	Riscos Ambientais
Biodiversidade	X	X			
Fauna	X	X			
Flora	X	X			
Atmosfera		X		X	X
Água	X			X	X
Solo	X		X	X	X
Fatores Climáticos					X
Paisagem	X	X	X		
Bens materiais	X		X		
População	X				
Saúde Humana	X			X	X

AAE.1

As questões relacionadas com a Água, o Solo, a Paisagem, os Bens Materiais, População e a Saúde Humana são consideradas na análise do FCD Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade.

As questões relacionadas com a Biodiversidade, a Fauna, a Flora, a Atmosfera e a Paisagem são consideradas na análise do FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza.

No FCD Património Cultural consideram-se relevantes os fatores ambientais Solo, Paisagem e Bens Materiais.

Os fatores ambientais Atmosfera, Água, Solo e Saúde Humana são considerados na abordagem ao FCD Qualidade Ambiental.

As questões relacionadas com os fatores ambientais Atmosfera, Água, Solo, Fatores Climáticos e Saúde Humana são abordadas na análise do FCD Riscos Ambientais.

5.4. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COMPETITIVIDADE

5.4.1. Descrição do FCD e seus objetivos

O “FCD Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade” pretende identificar, as potencialidades e/ou constrangimentos e os respetivos efeitos, sobre a estruturação e organização territorial, que podem resultar da implementação da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, considerando o seu enquadramento, nos objetivos estratégicos definidos, como base de todo este processo de revisão. Os objetivos estratégicos definidos visam contribuir para um melhor e mais equilibrado ordenamento e estruturação do território, para um posicionamento estratégico e uma capacidade competitiva mais forte do município face ao enquadramento regional onde se insere e, finalmente, para a melhoria da qualidade de vida da população.

No domínio do FCD Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade identificaram-se, no Quadro 5.4.1.1, os domínios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores, que auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar.

Quadro 5.4.1.1. – Principais Indicadores do FCD: Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

FCD	Domínios	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Competitividade e Desenvolvimento Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional e nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • População Ativa • Evolução da População Ativa por Atividades Económicas • Atividades Económicas Instaladas no Concelho
		<ul style="list-style-type: none"> • Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades Económicas Instaladas no Concelho • Espaços empresariais estruturados e infra-estruturados
		<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar o desenvolvimento sustentável, proporcionando uma maior organização e coesão económica, social e territorial 	
	Ordenamento do Território	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a organização espacial do território • Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, através da consolidação de espaços verdes urbanos • Incentivar processos de regeneração e requalificação urbana • Promover a criação de centralidades urbanas 	<ul style="list-style-type: none"> • População Residente • Densidade Populacional • População Residente por Grupos Etários • Rede Viária • Espaço urbano e urbanizável • Estrutura Ecológica Urbana • Espaço Industrial • Espaço Turístico • Espaço Florestal • Regime Florestal • Espaço Natural (Rede Natura) • REN • RAN
		<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a organização espacial do território, assegurando a preservação de solos com maior aptidão agrícola 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço Agrícola • Área RAN
		<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intra-concelhias 	<ul style="list-style-type: none"> • Rede Viária • Projetos de melhoria da rede viária • Evolução do volume de tráfego¹ • Número de acidentes¹
		<ul style="list-style-type: none"> • Potenciar a conectividade modal 	<ul style="list-style-type: none"> • Rede de Transportes Coletivos • Capacidade dos interfaces modais¹
		<ul style="list-style-type: none"> • Estruturar e infra-estruturar espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas (água, saneamento, gás, eletricidade)
		<ul style="list-style-type: none"> • Garantir um nível de infra-estruturação adequado às novas exigências ambientais 	
	Qualidade de Vida	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços verdes / Áreas Naturais
		<ul style="list-style-type: none"> • Qualificar o Espaço Público 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço Público
		<ul style="list-style-type: none"> • Garantir mobilidade para todos 	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de Mobilidade
		<ul style="list-style-type: none"> • Qualificar a rede de Equipamentos de Utilização Coletiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos Utilização Coletiva
	Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Definir espaços atrativos e qualificados que permitam a sua utilização para práticas de lazer • Incentivar a prática de um turismo sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas de turismo e lazer • Equipamentos de turismo e lazer • Percursos Pedestres/Ciclovias
		<ul style="list-style-type: none"> • Promover o uso sustentável e a requalificação dos ecossistemas ribeirinhos 	<ul style="list-style-type: none"> • Ecossistemas ribeirinhos de suporte às atividades de uso sustentável • Projetos de requalificação de áreas ribeirinhas

¹ - Indicador analisado na fase de avaliação da implementação da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

5.4.2. Situação existente e análise de tendências

A análise SWOT pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características ambientais e das tendências existentes ao nível do concelho de Figueiró dos Vinhos reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao FCD em análise (Quadro 5.4.2.1.).

Quadro 5.4.2.1. – Análise SWOT no âmbito do FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Localização estratégica no espaço de intermediação / espaço charneira: transição Norte / Sul – Litoral / Interior Boas acessibilidades externas Manutenção de um espaço público característico dos séculos XIX e XX, com jardim público, equipamento sociais, espaços de convívio Grande variedade de paisagens: montanha, floresta, cursos de água, praias fluviais, albufeiras, aldeias tradicionais (rede de aldeias de xisto) Importantes áreas naturais, nomeadamente os ecossistemas ribeirinhos e a floresta autóctone Plano Intermunicipal da Floresta (PEFICA) Presença de uma Escola Técnica e Profissional e reforço de relações com o tecido empresarial da região Aumento da taxa de atividade Diminuição da taxa de desemprego 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição da população residente Envelhecimento da população Perda de importância do sector agrícola para a base económica local Assimetrias entre as freguesias rurais e os núcleos urbanos Insuficiente oferta em termos de qualidade e quantidade dos estabelecimentos hoteleiros Dispersão do território
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Promoção e aproveitamento sustentável dos recursos naturais existentes, como forma de potenciar a atividade turística Aproveitamento da localização estratégica como forma de fomentar o desenvolvimento do concelho Recuperação e valorização paisagística dos vales e linhas de água Grande importância do recurso florestal Elaboração do Plano de Mobilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Abandono das zonas mais periféricas e isoladas e das atividades tradicionais, nomeadamente a agricultura Descaracterização dos meios urbanos pela pressão urbanística Baixa capacidade de atração de investimentos e população Localização periférica relativamente aos centros regionais mais próximos

DINÂMICA DEMOGRÁFICA

Procurando contextualizar a situação existente do concelho, será efetuada uma caracterização geral ao nível demográfico e socioeconómico, com o objetivo de, posteriormente, identificar o quadro de oportunidades/constrangimentos, decorrente da implementação da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos. Esta caracterização será efetuada, tendo em conta, o enquadramento regional do concelho, de forma, a melhor se evidenciar as suas características, no contexto regional.

A análise da evolução da **“população residente”** permite verificar a atratividade de um determinado território, sendo, para isso, necessário analisar a variação intercensitária da população e a sua estrutura etária.

Analisando o Quadro 5.4.2.2, verifica-se, que o concelho de Figueiró dos Vinhos tem registado uma forte quebra em termos demográficos. No período intercensitário, 1991 e 2001, apresentou uma variação negativa de cerca de 8% e entre 2001 e 2011, uma variação negativa de cerca de 16%. Observando os valores correspondentes às freguesias do concelho de Figueiró dos Vinhos, verifica-se que entre o período censitário 1991 e 2001, apenas a freguesia de Figueiró dos Vinhos teve um crescimento populacional, ainda que muito baixo, não chegando a atingir 1%. Todas as restantes freguesias viram a

sua população decrescer significativamente, sendo que a que perdeu maior quantitativo populacional foi a freguesia de Campelo. Já no período censitário 2001-2011, o decréscimo foi bastante maior, registando-se também na sede de freguesia uma perda de cerca de 10% dos seus quantitativos populacionais. Esta tendência para uma progressiva perda de população evidencia alguns dos problemas que estes concelhos de interior têm até hoje, enfrentado. Verifica-se mesmo que a sub-região Pinhal Interior Norte também tem vindo a perder população, apresentando uma variação negativa, apesar de muito inferior à verificada no concelho de Figueiró dos Vinhos.

Quadro 5.4.2.2. – População Residente e variação da população entre 1991 e 2007

Área Geográfica	Variação População (1991-2011)				
	População Residente			%	
	1991	2001	2011	91-01	01-11
Aguda	1698	1394	1106	-17,9	-20,7
Arega	1290	1154	870	-10,5	-24,6
Campelo	465	359	278	-22,8	-22,6
Figueiró dos Vinhos	3799	3835	3428	0,9	-10,6
Bairradas	760	610	487	-19,7	-20,2
Concelho	8012	7352	6169	-8,2	-16,1
Pinhal Interior Norte	139413	138535	131468	-0,6	-5,1
Centro (NUT2)	2258768	2348397	2327755	4,0	-0,9
País	9867147	10356117	10562178	5,0	2,0

De acordo com os indicadores estatísticos de 2011 (INE), o concelho de Figueiró dos Vinhos apresenta uma “**densidade populacional**” de 35,6 hab/km², valor este, que se encontra abaixo do valor médio registado na sub-região Pinhal Interior Norte (50,3 hab/km²), bem como, abaixo do valor médio registado na Região Centro (82,6 hab/km²).

No que diz respeito à população residente, por grandes grupos etários, verifica-se que os grupos etários de população mais jovem estão a perder quantitativos populacionais relativamente aos grupos etários de população mais adulta. Houve um crescimento relativo nos grupos populacionais dos 24-64 anos e 65 ou mais anos, apesar do seu valor absoluto ter decrescido, enquanto nas camadas mais jovens se verificou um decréscimo. Este facto é comum aos concelhos mais interiores que vêem a sua população tornar-se cada vez mais idosa, uma vez que a população jovem tem tendência a abandonar estas localidades, procurando outras condições de vida nos centros urbanos de maior dimensão.

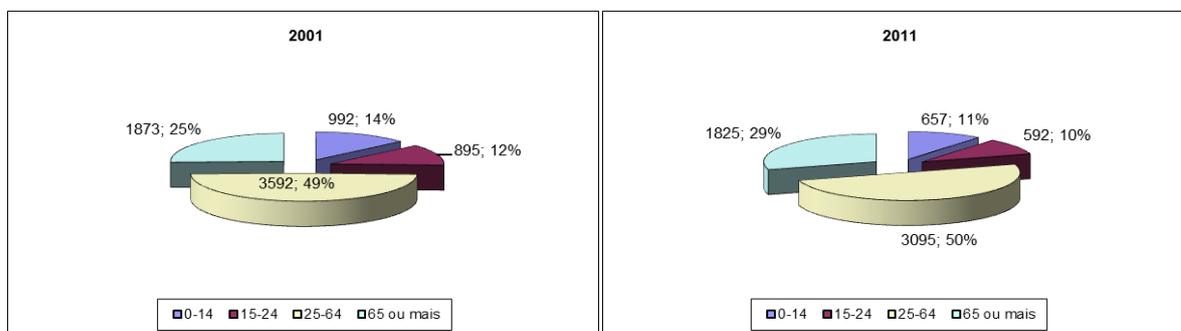


Figura 5.4.2.1. – População residente por grandes grupos etários (2001 e 2011)

Relativamente aos indicadores **“taxa de atividade”** e **“taxa de desemprego”**, verifica-se que houve uma diminuição do primeiro e um aumento do segundo.

O indicador, **“taxa de atividade”**, permite-nos identificar o peso da população ativa sobre a população total, num determinado território, com vista a poder avaliar o total de população que pode exercer atividade nesse mesmo território. Assim, cerca de 39% da população residente de Figueiró dos Vinhos é economicamente ativa, valor que se encontra a diminuir, muito provavelmente pela diminuição da população residente economicamente ativa. Quanto à taxa de desemprego, registou-se um aumento bastante significativo, uma constante em todo o nosso país, mas que em Figueiró dos Vinhos ainda é mais notório, pois o seu valor está muito acima do registado para o Pinhal interior Norte e para a região Centro.

Quadro 5.4.2.3. – Taxa de Atividade e Taxa de desemprego no período intercensitário 1991-2001

Área Geográfica	Taxa de atividade		Taxa de desemprego	
	2001	2011	2001	2011
Aguda	38,1	74,5	6	17,6
Arega	35,5	34,1	2,4	15,8
Campelo	35,4	25,2	6,3	8,6
Figueiró dos Vinhos	43	41,6	5,3	13,2
Bairradas	44,4	35,8	4,1	25,3
Concelho	40,6	39,1	5	15,1
Pinhal Interior Norte	41,9	41,6	5,6	10,9
Centro	45,5	45,4	5,8	11
País	48,2	47,6	6,8	13,2

DINÂMICA EMPRESARIAL E SECTORES DE ATIVIDADE

Observando a distribuição da **“população empregada, segundo os sectores de atividade”**, verifica-se que o concelho de Figueiró dos Vinhos sofreu significativas alterações, no período compreendido entre os anos de 2001 e 2011. Assim, no sector primário, verificou-se uma forte diminuição da **“população empregada”** e um aumento muito significativo de **“população empregada”** no sector terciário, sendo que este sector, ocupa mais de 68% da população empregada de todo o concelho (Quadro 5.4.2.4.). Estes valores, não constituem qualquer surpresa, sendo em tudo semelhante ao que se passa tanto a nível regional como nacional. Verifica-se ainda que houve uma diminuição também bastante significativa da população empregada no sector secundário, facto que se deve explicar pela diminuição das empresas neste município.

Quadro 5.4.2.4. – Distribuição da população empregada por sector de atividade económica

Área Geográfica	População Empregada por Sector de Atividade Económica					
	Primário		Secundário		Terciário	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Aguda	10,6	3	52,9	36,9	36,5	60,2
Arega	23,5	11,6	45,3	39,2	31,3	49,2
Campelo	48,7	3,1	16,8	31,3	34,5	65,6
Figueiró dos Vinhos	4,2	3,2	32,4	21,3	63,3	75,5

Área Geográfica	População Empregada por Sector de Atividade Económica					
	Primário		Secundário		Terciário	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Bairradas	14,6	3,1	39,2	32,3	46,2	64,6
Concelho	10,9	4,2	37,8	27,3	51,3	68,5
Pinhal Interior Norte	5,0	3,3	35,1	32,7	59,9	63,9
Centro (NUT2)	6,8	3,7	38,1	30,1	55,1	66,2
País	5,0	3,1	35,1	26,5	59,9	70,5

De acordo com dados estatísticos do INE, relativos aos anos de 2004 e 2012, a **“distribuição das empresas, segundo a classificação das atividades económicas”**, evidenciou uma tendência de aumento, apenas, no que se refere ao **“número de empresas”**, dos sectores ligados às atividades de informação e comunicação; atividades imobiliárias; atividades administrativas e serviços de apoio; educação, atividades de saúde humana e apoio social; e atividades artísticas, de espetáculo, desportivas e recreativas. No entanto, nos restantes sectores de atividades económicas, verificou-se uma tendência para a diminuição das empresas, facto que os dados acentuam ao registarem, naquele período, uma perda de 71 empresas.

Quadro 5.4.2.5. - Empresas do concelho de Figueiró dos Vinhos, segundo a classificação das atividades económicas

Empresas - Segundo a classificação das atividades económicas	2004		2012	
	N.º	%	N.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	29	4.4	24	4.0
Indústrias extrativas	0	0.0	0	0.0
Indústrias transformadoras	51	7.7	41	6.9
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0.0	0	0.0
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	0.0	0	0.0
Construção	130	19.5	93	15.7
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	204	30.7	161	27.1
Transportes e armazenagem	39	5.9	25	4.2
Alojamento, restauração e similares	67	10.1	58	9.8
Atividades de informação e de comunicação	4	0.6	6	1.0
Atividades imobiliárias	5	0.8	8	1.3
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	47	7.1	46	7.7
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	13	2.0	36	6.1
Educação	20	3.0	30	5.1
Atividades de saúde humana e apoio social	21	3.2	30	5.1
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	4	0.6	7	1.2
Outras atividades de serviços	31	4.7	29	4.9
Total	665	100.0	594	100.0

Como se constata pelo quadro anterior, as maiores perdas do **“número de empresas”** ocorreram no sector da indústria transformadora, na construção, no comércio por grosso e a retalho, nos transportes e armazenagem e no alojamento e restauração. Este facto não é de estranhar, uma vez que se existe diminuição da população residente efetiva, é natural que muitos estabelecimentos não consigam obter a rentabilidade necessária para manter a sua atividade.

Estes motivos explicam a necessidade de se inverter esta diminuição dos quantitativos populacionais do concelho, como forma de trazer maiores benefícios, não só económicos, mas também sociais e ambientais ao concelho de Figueiró dos Vinhos.

Relativamente aos “**espaços empresariais estruturados e infra-estruturados**” evidencia-se a existência de duas zonas industriais – Parque Industrial de Figueiró dos Vinhos e Zona Industrial da Ladeira da Calça, compostos por 14 e 4 lotes, respetivamente.

REDE VIÁRIA

No que se refere à Rede Viária do concelho de Figueiró dos Vinhos, é possível identificar, segundo o PRN2000 (Decreto-Lei n.º 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de Julho, pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98 e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto) quatro principais eixos:

- O Itinerário Complementar 8 (IC8), eixo viário de extrema importância a nível regional, que atravessa o concelho no sentido Oeste/Este, estabelecendo a ligação entre Figueira da Foz (IC1) e Castelo Branco (IP2);
- O itinerário Complementar 3 (IC3/A13), que se desenvolve no limite a poente do concelho de Figueiró dos Vinhos e assegura a ligação entre Setúbal e Coimbra. Foi convertido em A13 no âmbito da subconcessão Pinhal Interior (PDM, 2015);
- A Estrada Nacional 236-1 (EN 236-1), que assume uma ligação importante entre Figueiró dos Vinhos e a sede do concelho vizinho Castanheira de Pera;
- A Estrada Regional 347 (ER 347), via com interesse supra-municipal e complementar à rede rodoviária nacional, que faz a ligação entre os concelhos de Penela e Castanheira de Pera, passando pela parte Norte do concelho de Figueiró dos Vinhos, sendo uma importante ligação para a freguesia de Campelo

Esta malha assume um papel estruturante à escala do concelho, conferindo-lhe um nível de acessibilidade bastante positivo no quadro supra-municipal e regional, reduzindo substancialmente a distância entre Figueiró dos Vinhos, os concelhos vizinhos e os principais centros urbanos, tais como Castelo Branco, Pombal e mesmo Coimbra e Leiria (na ligação do IC8 à A1). De referir ainda que o lançamento do futuro IC3 (Tomar/Coimbra) irá permitir uma melhoria das acessibilidades a nível regional e o reforço da rede viária complementar devido à interligação com o IC8 em Avelar.

Além destes principais eixos, existem ainda no concelho um conjunto de Estradas Municipais (EM) e Caminhos Municipais (CM), com características mais locais, mas de grande importância em termos de ligação entre os aglomerados intra-concelhios e os aglomerados dos concelhos vizinhos.

Sendo assim, e apesar de alguns traçados das vias serem irregulares e sinuosos, face às características topográficas do concelho e à distância entre os principais aglomerados, Figueiró dos Vinhos é caracterizado por um conjunto de boas acessibilidades, o que constitui uma potencialidade para o desenvolvimento do território.

Relativamente aos transportes rodoviários coletivos, Figueiró dos Vinhos apresenta transportes a nível concelhio (muito associados ao transporte escolar) e transportes rodoviários de longa distância, existindo, na sede de concelho, um terminal de transportes rodoviários. Relativamente aos transportes de longa distância, a rede de expressos tem carreiras que fazem a ligação de Figueiró dos Vinhos a várias cidades:

1. Figueiró – Porto (passando por Coimbra)
2. Figueiró – Lisboa (passando por Pontão, Cabaços, Tomar e Torres Novas)
3. Figueiró – Lisboa (passando por Pontão, Cabaços, Tomar, Torres Novas e Santarém)
4. Figueiró – Lisboa (passando por Avelar, Ansião, Pombal, Leiria, Caldas da Rainha e Marinha Grande)
5. Figueiró – Lisboa (passando por Coimbra; ou por Coimbra e Leiria)
6. Figueiró – Coimbra
7. Figueiró – Leiria (passando por Coimbra)
8. Figueiró – Pedrogão Grande

Os transportes rodoviários de nível municipal encontram-se muito associados ao transporte escolar, sendo a sua frequência maior em época escolar. No entanto, existem algumas carreiras normais, de nível regional que assentam em carreiras de carácter interurbano operadas por empresas de transportes rodoviários, mas que apenas garantem serviços mínimos e que asseguram a ligação entre Figueiró e Coimbra, passando por Avelar e Penela (Relatório da Rede Viária, Mobilidade e Transportes, 2015).

INFRA-ESTRUTURAS

No que diz respeito ao “**Abastecimento de Água**”, o Concelho de Figueiró dos Vinhos apresenta uma cobertura de 100% da população, de acordo com os dados do INE de 2005.

Relativamente ao “**Saneamento básico**” o concelho é servido por duas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR's): Várzea Redonda e Vale Tábuas. No entanto, de acordo com dados do INE (2005), apenas 22 % da população do concelho era servida por Estações de Tratamento de Águas Residuais, estando assim previstas a construção de mais três ETAR's que servirão Foz de Alge, Bairradas e a freguesia de Aguda, esta última com ligação à ETAR de Vale Tábuas (www.cm-figueirodosvinhos.pt). Assim, uma grande parte da população concelhia tem ainda sistemas de esgotos ligados à rede privada, ou seja, utilizam a fossa séptica.

Esta situação, embora possa ser uma solução, ambiental e economicamente, equilibrada, exige um esforço na fiscalização periódica, quer do funcionamento da infra-estrutura, quer de possíveis impactos ambientais.

ESTRUTURA DE ORDENAMENTO

A estrutura do território permite estabelecer as relações entre o “**espaço construído e o espaço não construído**”. De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, o território de Figueiró dos Vinhos é classificado pelo Plano Diretor Municipal em Solo Rural e Solo Urbano.

No entanto, de acordo com o regulamento do PDM em vigor, que data de 1995, a estrutura de ordenamento considerava essencialmente as seguintes classes de espaço:

- Espaços culturais
- Espaços agrícolas
- Espaços florestais
- Espaços urbanos
- Espaços urbanizáveis

- Espaços canais
- Equipamentos

Dentro dos espaços urbano e urbanizáveis, distinguem-se os aglomerados de nível I, II, III e aglomerados da área do POACB. O relatório de avaliação refere ainda as áreas “novas” que correspondiam a “propostas de novos espaços” que respeitavam essencialmente às Áreas de Aptidão Turística, aos Espaços Urbanizáveis e aos Espaços Industriais Propostos (Relatório de Avaliação).

A classificação e qualificação do solo, ao nível do PDM, são reveladoras da importância do sistema biofísico e das componentes ecológica e natural, para a estruturação e organização do modelo territorial proposto. Cerca de 6% do território é classificado como solo urbano, enquanto o restante merece a classificação de solo rural, com clara predominância para o espaço florestal de proteção e conservação (36,5%), espaço florestal de produção (25,1%) e ainda para o Espaço Natural (20,8%).

QUALIDADE DE VIDA

Mobilidade

Figueiró dos Vinhos foi um dos 40 municípios selecionados no âmbito do Projeto Nacional de Mobilidade Sustentável (iniciativa interministerial), que visa “a *melhoria contínua das condições de deslocação, a diminuição dos impactes no ambiente, e o aumento da qualidade de vida dos cidadãos, indo ao encontro das grandes orientações estratégicas comunitárias e nacionais neste âmbito, numa lógica de sustentabilidade*” (APA, 2007).

O Plano de Mobilidade Sustentável de Figueiró dos Vinhos tem como “*objetivo geral a intervenção ao nível da mobilidade urbana, através da implementação de ações concretas neste domínio, que respondam às necessidades da população, no que respeita à melhoria das condições de deslocação, à diminuição dos respetivos impactes ambientais e ao aumento da qualidade de vida dos cidadãos*” (APA, 2007).

De acordo com o Relatório de Propostas do Plano de Mobilidade Sustentável para o município de Figueiró dos Vinhos, apresentado em 16 de Abril de 2008, foram definidas 6 propostas de intervenção:

1. Reordenar o tráfego na vila em função da tipologia da rede viária e criar alternativas à circulação motorizada;
2. Restringir o tráfego de veículos motorizados na área central da vila e dar prioridade ao modo pedonal;
3. Redirecionar o estacionamento de média e longa duração do centro histórico para alternativas periféricas com a reconversão de algumas áreas;
4. Reorganizar a oferta de Transporte Coletivo (TC) interurbano na periferia da vila e servir os lugares não abrangidos;
5. Reorganizar a oferta de TC inter-concelhio;
6. Adequar as infra-estruturas viárias da vila ao modo pedonal.

Deste modo verifica-se existir uma preocupação do município em melhorar a qualidade de vida das suas populações, oferecendo uma melhoria das condições de mobilidade ao nível da organização e gestão da

circulação, estacionamento, serviços de transporte coletivo e promoção e infra-estruturação de modos pedonais.

No entanto, este plano não faz qualquer referência à promoção da mobilidade para pessoas portadoras de deficiência.

Equipamentos de utilização coletiva

No que diz respeito à rede de “**equipamentos de uso coletivo**”, o concelho está dotado de vários equipamentos que se podem dividir nas seguintes categorias: administrativos, comerciais, culturais, de apoio ao desenvolvimento económico, desportivos, de recreio e lazer, de ensino e de prevenção e segurança pública. Estes equipamentos consideram-se suficientes e diversificados, permitindo um acesso facilitado da população residente do município. Esta rede encontra-se mais concentrada na sede de concelho, no entanto, é visível a preocupação em dotar as várias freguesias com diversos equipamentos de diferentes tipologias (Estudos sectoriais da revisão do PDM Figueiró dos Vinhos, 2015). Embora esta rede de equipamentos proporcione condições satisfatórias de uso, quer no acesso, quer na fruição, os desafios que se colocam hoje ao poder local sugerem uma abordagem intermunicipal na sua gestão.

Áreas de interesse natural

Um dos principais elementos caracterizadores do concelho de Figueiró dos Vinhos é a presença de uma rede hidrográfica bastante densa, onde o Rio Zêzere se assume como o Rio Principal, no qual desaguardam vários afluentes, dos quais se destacam a ribeira de Alge e a ribeira de Aldeia de Ana de Avis.

Além disso, o concelho insere-se naquela que é considerada “uma das maiores manchas verdes da Europa”, possuindo um conjunto arbóreo relativamente diversificado, podendo encontrar-se uma diversidade de espécies, onde se destacam, entre outros, os carvalhos, os castanheiros, os pinheiros. Os recursos florestais assumem-se, mesmo, como fundamentais para o processo de desenvolvimento do território.

A presença no território das condicionantes, Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN), Regime Florestal (1324,77ha) e Rede Natura 2000, revelam a importância do sistema biofísico na estruturação do território, contribuindo, para a definição da Estrutura Ecológica Municipal. Os solos integrados na RAN, que ocupam uma área de 684ha, embora não evidenciem uma expressiva dimensão territorial, nem pela dimensão nem pela sua continuidade, salvaguardam a importância das práticas agrícolas familiares, em regime de complementaridade, e representam fatores de equilíbrio económico e social numa perspetiva de desenvolvimento que se deseja sustentável.

Já o território sujeito ao regime da REN, que ocupa uma área de 8708,26ha, traduz a dimensão do sistema biofísico na estruturação do modelo territorial, chamando a atenção para uma necessária e imprescindível, intervenção de salvaguarda, mas também de valorização, de todo o sistema biofísico.

É ainda de referir o Espaço Natural, que resulta da área classificada no âmbito da Rede Natura 2000, inseridas no Sítio da Rede Natura Serra da Lousã (PTCON0060), na parte Norte do concelho, ocupando uma área de cerca e 2365 ha. O objetivo principal desta classificação é “...a proteção dos espaços

naturais e de paisagem, a preservação e ou requalificação das respectivas características ecológicas, assim como dos seus valores de fauna e flora, contra as formas de degradação dos recursos naturais que ponham em causa a manutenção do equilíbrio ecológico, sendo prioritária a implementação de medidas necessárias para manter ou restabelecer os habitats naturais e as populações de espécies de flora e fauna selvagens num estado favorável.” (Proposta do Plano).

Estes elementos são fundamentais para a manutenção do desenvolvimento económico e competitividade do concelho, uma vez que muitas das atividades económicas estão baseadas nestes recursos. Por esta razão, é necessário e fundamental, a aposta na elaboração de projetos de valorização e preservação dos valores naturais do concelho de Figueiró dos Vinhos, com ênfase para a requalificação de áreas ribeirinhas e remoção de exóticas da floresta autóctone.

TURISMO

Em termos de **atividade turística**, o concelho de Figueiró dos Vinhos possui já alguns **“equipamentos e infra-estruturas de recreio e lazer”**. Segundo o site da Câmara Municipal existem diversas unidades hoteleiras, dos seguintes tipos: Hotéis (2), Alojamento local (6), casas de Campo (4), Agroturismo (2), Quartos particulares (1), perfazendo um total de 76 quartos (www.cm-figueirodosvinhos.pt). Existe ainda um parque de campismo com capacidade para 106 campistas e 20 caravanas e auto-caravanas. Estes valores são já bastante significativos, num concelho que pretende apostar no desenvolvimento económico e competitividade e, ainda, na valorização e preservação dos recursos naturais e culturais, através de uma estratégia de promoção de um turismo baseado nestes recursos.

Verifica-se ainda que existem já alguns equipamentos, nomeadamente associados ao recurso água, tais como piscinas flutuantes, zonas fluviais e de lazer, miradouros, entre outros. Existe, ainda, a Mata Municipal do Cabeço do Peão que possui alguns equipamentos, entre os quais se destacam o circuito de manutenção, parque infantil, campos de ténis e rede de caminhos vocacionada para a prática de pedestrianismo, que podem proporcionar atividades de recreio e lazer atrativas as munícipes e visitantes do concelho.

Assinala-se a importância que os recursos água e floresta aparentam ter no concelho. Os equipamentos já existentes vão assim ao encontro da prática de um turismo sustentável, baseado na exploração dos recursos disponíveis, tendo em conta a sua importância ambiental e a fragilidade destes ecossistemas. É ainda de referir que existe uma zona de recreio florestal (caça e pesca) e um projeto de requalificação de áreas ribeirinhas, designado por “Devolver a ribeira às suas gentes”, o que vêm reforçar a importância dada a estes recursos naturais.

Os principais locais de interesse turístico do concelho são: Cabeço do Peão, Foz da Ribeira de Alge, Fragas de S. Simão (com miradouro, percursos pedestres, moinhos de água, entre outros), Jardim Municipal de Figueiró dos Vinhos, várias praias fluviais (Aldeia de Ana de Avis, Fragas de S. Simão, Alge e Campelo), e ainda diversos miradouros (Madre de Deus, da Ermida e de Nossa Srª da Penha de França, S. Neutel, Torre da Cadeia) e a Casa Museu de José Malhoa.

Refere-se ainda que o concelho integra a rede de Aldeias do Xisto, “... projeto de desenvolvimento sustentável, de âmbito regional, liderado pela ADXTUR- Agência para o Desenvolvimento Turístico das

Aldeias do Xisto, em parceria com 16 Municípios da Região Centro e com mais de 70 operadores privados que atuam no território.” (<http://www.aldeiasdoxisto.pt>). Esta é uma mais-valia para o território, uma vez que promove as especificidades de um território, recorrendo a uma oferta turística diferenciadora e tradicional.

No que diz respeito aos percursos pedestres/ciclovias, verifica-se a existência de dois percursos pedestres implementados: Percurso Casal de São Simão – Ferrarias de São Simão e o Percurso da Aldeia do Xisto de Casal de São Simão.

Conclui-se, assim, que existe uma forte aposta do concelho na dinamização do sector turístico, apesar do baixo número de unidades hoteleiras existentes. No entanto, esta aposta deve ser baseada nos princípios da sustentabilidade ambiental, económica e social, e como tal, é necessário criar as infra-estruturas e equipamentos necessários ao seu desenvolvimento.

Síntese Conclusiva

Tal como os concelhos vizinhos, Figueiró dos Vinhos dispõe de uma localização considerada de charneira, uma vez que se posiciona no limite do distrito de Leira, fazendo fronteira com os distritos de Castelo Branco, Coimbra e Santarém. Este papel de charneira pode apresentar-se como uma mais-valia, uma vez que possui uma rede de acessibilidades que possibilitam e favorecem, a sua aproximação aos centros destas sedes de distrito.

O concelho insere-se numa vasta região florestada, sendo este recurso muito importante para o concelho, uma vez que apresenta um elevado potencial para produção lenhosa e conservação. É neste sentido também que este recurso se apresenta com fundamental para a prática de atividades de turismo e lazer sustentáveis, sendo para tal necessário que estes espaços sejam potenciados de forma integrada, tendo em conta as medidas de proteção do solo e dos recursos naturais. Possui, ainda, um quadro de recursos naturais e culturais de excelência, que deverão ser explorados de forma sustentada, tornando o concelho mais competitivo e apetecível.

Em termos de sectores de atividade, verifica-se um declínio das atividades do sector primário e ainda um sector secundário com pouca expressividade. A aposta na atividade turística, baseada nos recursos naturais e culturais do concelho, poderá inverter a tendência de abandono de determinadas atividades e a diminuição da população residente, revitalizando a economia do concelho e criando novos postos de emprego, através da valorização dos produtos e recursos locais.

A proposta de plano e de modelo territorial, procuram integrar estas preocupações, evidenciando um equilíbrio com o sistema biofísico, integrando-o e fazendo parte determinante do processo de desenvolvimento estratégico municipal. O modelo urbano proposto traduz as características tradicionais e históricas do processo de ocupação e de construção do território do concelho.

Embora se trate de um concelho com baixos índices de urbanização e uma envolvente florestal dominante, o espaço público assume uma importância relevante na qualificação dos espaços urbanos, ao permitir, por um lado, um equilíbrio na inserção dos espaços construídos e espaços não construído, e por

outro lado, ao permitir a existência de espaços e lugares de encontro, que favorecem as relações de sociabilidade urbana.

A classificação de solo rural apresenta uma elevada correlação com as potencialidades identificadas e com o posicionamento estratégico definido, onde o reconhecimento da importância do recurso florestal e do potencial turístico, fortemente associado ao sistema biofísico, assumem relevância no processo de desenvolvimento municipal.

5.4.3. Efeitos esperados

No presente capítulo é promovida uma análise que visa evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pelo Plano, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos que atuam sobre o domínio em causa, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no Quadro de Referência Estratégico.

Na análise são contemplados os objetivos dos instrumentos do QRE que estejam direta ou indiretamente relacionados com o domínio em análise.

Os resultados da análise efetuada são apresentados no Quadro 5.4.3.1, adotando-se uma simbologia de (+) ou de (-) consoante a execução do Plano se antecipe como indutora de um contributo positivo ou negativo.

Quadro 5.4.3.1. – Contribuição da Proposta de Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, no âmbito do FCD - Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade
PNPOT	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.	+	A proposta de plano evidencia uma preocupação de conciliação entre os sistemas construídos e os sistemas naturais ao delimitar áreas, valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços, bem como ao definir e conciliar uma Estrutura Ecológica Municipal.
	Reforçar a competitividade territorial através da criação de áreas de localização empresarial, em articulação com os programas de desenvolvimento regional e com o sistema de acessibilidades.	+	A proposta de plano define espaços destinados à implantação e desenvolvimento de atividades económicas, designadamente o Espaço Industrial, de Armazenagem e Serviços e recorre ainda à localização estratégica destas atividades promovendo uma maior competitividade ao estabelecer parcerias na criação de parques empresariais intermunicipais.
	Racionalizar e qualificar os espaços para implantação e desenvolvimento de atividades económicas, nomeadamente industriais, e garantir o célere licenciamento e implementação de atividades.		
	Reforçar a componente estratégica dos Planos Diretores Municipais, integrando no seu conteúdo a definição de opções sobre a dimensão e as formas de desenvolvimento urbano mais adequadas aos respetivos territórios.	+	A revisão do PDM tem como principal objetivo equilibrar as expectativas e estratégias de desenvolvimento municipal e as orientações contidas nos principais documentos orientadores para a definição de opções de

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade
	Reforçar as competências municipais em matéria de ordenamento do território, responsabilizando as Autarquias pela qualidade dos planos, sua conformidade com os instrumentos territoriais de ordem superior e pela sua execução em tempo útil.	+	política.
ENDS	Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro	+	A proposta de plano integra estas preocupações ao definir como objetivos estratégicos: a criação de bases para o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer associadas à floresta e recursos hídricos, a exploração da relação da floresta e albufeira enquanto novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas, o desenvolvimento das atividades florestal, silvicultura e turística com aproveitamento das formas tradicionais de ocupação rural, bem como o aproveitamento de produtos locais, e ainda, no âmbito da valorização e proteção dos recursos naturais e culturais, a prevenção e minimização de riscos ambientais e o estabelecimento de percursos articulados de paisagem e monumentos.
	Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural.	+	
	Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida.	+	
ENCNB	Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, <i>habitats</i> e ecossistemas	+	A proposta de plano e de modelo territorial procuram integrar estas preocupações, evidenciando um equilíbrio com o sistema biofísico, integrando-o e fazendo-o parte determinante do processo de desenvolvimento estratégico municipal.
	Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e <i>habitats</i> , bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico	+	
	Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais	+	
	Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade	+	
	Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil	+	
PEASAR II	Servir cerca de 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água	+	O atual plano já possui uma cobertura total em termos de rede de abastecimento de água. No entanto o mesmo não acontece para os sistemas de saneamento de águas residuais. Devem ser tidas em consideração as medidas de prevenção e minimização propostas.
	Servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de, pelo menos, 70% da população abrangida	+	
	Garantir a recuperação integral dos custos incorridos dos serviços	+	
	Contribuir para a dinamização do tecido empresarial privado nacional e local	+	
	Cumprir os objetivos decorrentes do normativo nacional e comunitário de proteção do ambiente e saúde pública	+	

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade
PROT-C	Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região Centro, contemplando, designadamente a concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território	+	As orientações estratégicas da revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos prevêem a organização territorial do concelho num contexto regional, evidenciando uma preocupação de conciliação entre os sistemas construídos e os sistemas naturais. Evidencia ainda uma preocupação relativamente à gestão eficiente do património natural e construído ao definir como opções estratégicas a valorização e preservação dos recursos naturais e culturais, bem como a requalificação territorial e urbana.
	Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região Centro, contemplando, designadamente a proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais		
	Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região Centro, contemplando, designadamente o aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico		
	Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região Centro, contemplando, designadamente a mobilização do potencial agro-pecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidro-agrícola		
	Reforçar o potencial de desenvolvimento dos grandes corredores de transporte nacionais e transeuropeus que atravessam a região, modernizando infra-estruturas, estimulando complementaridades entre centros urbanos e melhorando as articulações com as redes intra-regionais	+	A proposta de plano pretende promover um desenvolvimento sustentado do território numa vertente intermunicipal, aproveitando as sinergias existentes entre os municípios vizinhos e potenciando as acessibilidades intra-regionais.
	Identificar a estrutura de proteção e valorização ambiental, integrando as áreas classificadas (incluindo os imperativos decorrentes da Rede Natura 2000) e outras áreas ou corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos, valores e riscos naturais e da estruturação do território	+	A proposta de plano apresenta como grande opção estratégica a valorização e preservação dos recursos naturais e culturais, contribuindo assim de forma positiva.
	Proteger e valorizar o património arquitetónico e arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes	+	
	Desenvolver novas formas de relação urbano - rural, com base na diversificação de funções dos espaços rurais e na organização de uma rede de centros de excelência em espaço rural	+	As orientações estratégicas da revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos prevêem a organização territorial do concelho num contexto regional, evidenciando uma preocupação de conciliação entre os sistemas construídos e os sistemas naturais. Evidencia ainda uma preocupação relativamente à gestão eficiente do património natural e construído ao definir como opções estratégicas a valorização e preservação dos recursos naturais e culturais, bem como a requalificação territorial e urbana.
	Definir orientações e propor medidas para o uso, ocupação e transformação do solo adequadas às especificidades dos modelos e padrões de povoamento, às características das estruturas urbanas e às exigências dos novos fatores de localização de atividades, em particular para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de atividades não rurais	+	
Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes	+	A proposta de plano reconhece a importância dos recursos agrícolas e florestais, propondo usos sustentáveis que potenciem o desenvolvimento municipal.	
POACB SL	Definir regras para a utilização do plano de água e zona envolvente das albufeiras, por forma a salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial a água;	+	A proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos tem uma contribuição positiva para o alcance destes objetivos, uma vez que os planos especiais de ordenamento do território

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade
	<p>Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território;</p> <p>Garantir a articulação com planos e programas de interesse local, regional e nacional;</p> <p>Compatibilizar os diferentes usos e atividades, existentes ou futuros, com a proteção e valorização ambiental e finalidades primárias das albufeiras, designadamente a produção de energia;</p> <p>Identificar, no plano de água, as áreas mais adequadas para a prática de atividades recreativas, prevendo as suas compatibilidades e complementaridades.</p>		<p>prevalecem sobre os planos municipais de ordenamento do território. Além disso, as opções estratégicas da proposta de plano evidenciam a necessidade de proteger e valorizar a paisagem, os recursos hídricos e sistemas de regadios tradicionais, bem como prevenir e minimizar riscos ambientais.</p>
POACB	<p>Definir regras de utilização do plano de água e zona envolvente da albufeira de forma a salvaguardar a defesa e a qualidade dos recursos naturais, em especial da água</p> <p>Definir regras e medidas para usos e ocupações do solo que permitam gerir a área objeto do Plano, numa perspetiva dinâmica e interligada</p> <p>Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território</p> <p>Planear de forma integrada as áreas dos concelhos que se situam na envolvente da albufeira promovendo a qualidade de vida das populações, a qualificação dos núcleos urbanos e a contenção da edificação dispersa</p> <p>Garantir a articulação com os objetivos tipificados para o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo</p> <p>Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes e ou a serem criados, com a proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira</p> <p>Identificar no plano de água as áreas mais adequadas para a conservação da natureza, as áreas mais aptas para atividades recreativas, prevendo as compatibilidades e complementaridades entre as diversas utilizações e promovendo a sua valorização</p>	+	<p>A proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos tem uma contribuição positiva para o alcance destes objetivos, uma vez que os planos especiais de ordenamento do território prevalecem sobre os planos municipais de ordenamento do território. Além disso, as opções estratégicas da proposta de plano evidenciam a necessidade de proteger e valorizar a paisagem, os recursos hídricos e sistemas de regadios tradicionais, bem como prevenir e minimizar riscos ambientais.</p>
PROF – PIN	<p>Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais</p> <p>Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspectos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais</p> <p>Constituir um diagnóstico integrado e permanentemente atualizado da realidade florestal da região</p> <p>Estabelecer a aplicação regional das diretrizes estratégicas nacionais de política florestal nas diversas utilizações dos espaços florestais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável</p>	+	<p>A proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos tem uma contribuição positiva para o alcance destes objetivos, uma vez que os planos sectoriais prevalecem sobre os planos municipais de ordenamento do território. Além disso, as opções estratégicas da proposta de plano evidenciam a necessidade de explorar a relação da floresta e albufeira enquanto novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas, criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado à floresta e aos recursos hídricos.</p>

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade
	Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse, nomeadamente os relativos à manutenção da paisagem rural, à luta contra a desertificação, à conservação dos recursos hídricos e à estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade		
	Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições		
	Potenciar a contribuição dos recursos florestais na fixação das populações ao meio rural		
PENT	Estratégia de produtos - Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos.	+	A proposta de plano contribui positivamente, uma vez que pretende criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado à floresta e recursos hídricos, bem como explorar novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas e ainda criar novas áreas de aptidão turística em articulação com o património natural e construído.
	Linhas orientadoras para as regiões - Desenvolver ofertas distintas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação.		
	Enriquecimento da oferta - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística.		
	Qualidade urbana, ambiental e paisagística - Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal.		
PEND Rural	Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal.	+	A proposta de plano reconhece a importância dos recursos agrícolas e florestais, propondo usos sustentáveis que potenciem o desenvolvimento municipal.
	Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais.		
	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.		
PRN - 2000	Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.	+	A proposta de plano contribui positivamente para o alcance deste objetivo uma vez que apresenta como objetivo estratégico a promoção da equidade territorial com níveis adequados de serviço às populações e acessibilidades qualificadas.
PET3+	Assegurar a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o território nacional, de forma eficiente e adequada às necessidades.	+	A proposta de plano contribui positivamente para o alcance destes objetivos uma vez que apresenta como objetivo estratégico a promoção da equidade territorial com níveis adequados de serviço às populações e acessibilidades qualificadas.
	Implementar o princípio da equidade de oportunidades no acesso ao sistema de transportes, promovendo a coesão social e territorial.	+	

Para além do cumprimento dos objetivos definidos pelo QRE, analisados anteriormente, de forma a avaliar a relação entre os efeitos dos objetivos estratégicos assumidos pela proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos e os indicadores estabelecidos, foi elaborado o Quadro 5.4.3.2.

Quadro 5.4.3.2. – Avaliação dos efeitos das opções estratégicas do plano em cada indicador do fator crítico Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Domínios	Indicadores	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4
Competitividade e Desenvolvimento Regional	População Ativa	+	0	+++	0
	Evolução da População Ativa por Atividades Económicas	+	0	+++	0
	Atividades Económicas Instaladas no Concelho	++	0	+++	0
	Taxa de Atividade	+	0	+++	0
	Taxa de Desemprego	+	0	+++	0
	Espaços empresariais estruturados e infra-estruturados	+++	-	+++	+++
Ordenamento do Território	População Residente	++	++	+++	+++
	Densidade Populacional	++	++	+++	+++
	População Residente por Grupos Etários	++	++	+++	+++
	Rede Viária	+++	-	+++	+++
	Rede de Transportes Coletivos	+++	0	+++	+++
	Espaço urbano e urbanizável	++	0	+++	+++
	Espaço Industrial	++	0	+++	++
	Espaço Turístico	+++	++	+++	++
	Espaço Florestal	-	+++	++	0
	Regime Florestal	-	+++	++	0
	Espaço Natural (Rede Natura)	-	+++	0	+
	Espaço Agrícola	-	++	++	0
	Espaços Verdes Urbanos	0	+++	0	+++
	REN	-	+++	0	0
RAN	-	+++	0	0	
Qualidade de Vida	Infra-estruturas (água, saneamento, gás, eletricidade)	0	+	++	+++
	Espaços verdes / Áreas Naturais	++	+++	++	++
	Espaço Público	+++	+	+++	+++
	Projetos de Mobilidade	+++	+++	++	+++
Turismo	Equipamentos Utilização Coletiva	+++	+	+++	+++
	Infra-estruturas de turismo e lazer	++	+++	+++	+++
	Equipamentos de turismo e lazer	++	+++	+++	+++
	Percurso Pedestres/Ciclovias	+++	+++	++	+++
	Projetos de requalificação de áreas ribeirinhas	++	+++	++	++
Ecosistemas ribeirinhos de suporte às atividades de uso sustentável	0	+++	++	0	

Legenda do Quadro: Opção 1- Reforçar Rede de Equipamentos; Opção 2- Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais; Opção 3- Potenciar a Economia do Concelho; Opção 4 – Requalificação Territorial e Urbana
 +++ Forte contribuição das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
 ++ Média contribuição das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
 + Fraca contribuição das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
 0 Contribuição nula das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
 - Fraco conflito das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
 - - Médio conflito das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
 - - - Forte conflito das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

De acordo com a tabela apresentada, verifica-se que as opções estratégicas do plano apresentam, na sua maioria, contribuições positivas para a promoção dos indicadores definidos para o fator crítico Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade. A opção estratégica 1 poderá gerar conflitos no que diz respeito aos Espaços Natural, Florestal, Agrícola, RAN e REN, pela possível necessidade de consumo destes espaços. O mesmo poderá acontecer no que diz respeito à opção 2 e ao indicador Rede Viária, já que a eventual expansão da rede viária poderá levar à necessidade de desafetação de áreas naturais.

No entanto, todas estas questões poderão ser precavidas com a adoção de medidas preventivas e de minimização.

Apesar da opção 3 demonstrar a existência de uma forte contribuição para a promoção da maioria dos indicadores definidos, parece-nos ser fundamental referir que o desenvolvimento económico e competitividade deverão ter presente a sustentabilidade do território, contribuindo para a valorização e preservação do património natural e cultural

5.4.4. Oportunidades e Ameaças

Foram identificadas, no âmbito do FCD Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade, as oportunidades e ameaças como forma de avaliar como a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos poderá afetar este domínio.

Quadro 5.4.4.1. – Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos no que respeita ao FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Localização estratégica com bons acessos a Leiria, Coimbra e Castelo Branco Quadro de recursos naturais e culturais de excelência, que poderão promover e sustentar a atividade turística Existência de um conjunto de equipamentos de recreio e lazer com algum significado Área florestal de grande importância natural e socioeconómica 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição da população residente Baixa capacidade de atração de população e novas atividades empresariais Diminuição do número de empresas sedeadas no concelho Baixa rentabilização das infra-estruturas, nomeadamente as de saneamento básico

Estas oportunidades e ameaças serão analisadas, seguidamente, de forma mais pormenorizada, com vista a minimizar as ameaças e realçar as oportunidades identificadas.

Os PDM's são os principais instrumentos de ordenamento do território para os concelhos. A sua revisão é fundamental para corrigir/atenuar problemas de ordenamento que foram causados anteriormente pela inexperiência da aplicação dos PDM de 1ª geração. Assim, a revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos tem como principais oportunidades a promoção de uma estratégia globalizante, com o intuito de impulsionar um correto e equilibrado ordenamento do território, estruturando e qualificando o território de forma a criar ambientes urbanos com qualidade de vida para a sua população.

A excelência dos recursos naturais e culturais é uma das oportunidades de maior relevo neste concelho, uma vez que a sua valorização, de forma sustentável, quer para atividades turísticas, quer mesmo para sua comercialização enquanto produtos locais, permitirá dinamizar a economia do concelho, criando fatores que potenciem a fixação da população neste território. Destacamos a importância dos recursos florestais e das áreas ribeirinhas, cuja exploração sustentável poderá potenciar a economia do concelho, ao utilizar estes recursos para atividades turísticas relacionadas com a exploração dos recursos naturais. No que diz respeito às ameaças no âmbito deste FCD, verifica-se a necessidade de estimular as atividades turísticas sustentáveis, uma vez que serão estas as que poderão dinamizar a economia do concelho. A dinamização destas atividades poderá aumentar a taxa de atividade, bem como suscitar a apetência para a fixação e atração da população ao território de Figueiró dos Vinhos.

É ainda previsível uma baixa rentabilização das infra-estruturas, nomeadamente de saneamento básico, causada essencialmente pela forte dispersão urbana, sendo necessário precaver estas ameaças de acordo com as recomendações definidas nas diretrizes para seguimento

5.4.5. Diretrizes para seguimento

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, no que respeita ao ordenamento do território e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade.

É desejável que o processo de avaliação e monitorização da execução e implantação da proposta deva constituir um processo contínuo e continuado ao longo do tempo.

Neste contexto, com base nos indicadores identificados e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de revisão do plano pode ter sobre estes, sugerem-se algumas recomendações para que esta possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade definidos para o FCD Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade:

- Garantir uma imagem urbana atrativa;
- Identificar e resolver situações que provoquem eventuais conflitos de usos com o meio urbano;
- Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos;
- Controlar e manter os raios de acessibilidade da população a cada um dos equipamentos, em níveis satisfatórios e adequados;
- Controlar a edificabilidade no Solo Rural e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço agrícola;
- Arranjar soluções que permitam rentabilizar as infra-estruturas existentes e/ou a criar;
- Fomentar a organização de ações de formação profissional bem como a sua frequência, nas áreas de maior necessidade;
- Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada;
- Criar condições que promovam a fixação da população jovem no concelho, nomeadamente em termos de emprego;
- Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infra-estruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas;
- Definir uma Estratégia de Turismo Sustentável, baseada na promoção e valorização dos recursos naturais e culturais endógenos;
- Garantir boas condições de acessibilidade para todos em todos os edifícios que instalem serviços direcionados para o público;
- Desenvolver ações de sensibilização para a proteção da floresta;
- Promover a conservação e valorização da biodiversidade e do património natural;
- Definir orientações para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes.

Estas orientações devem ser objeto de análise e de avaliação, no Relatório sobre o estado do ordenamento a nível local, a submeter a apreciação da Assembleia Municipal, tal como determina o n.º 3 do artigo 146º do Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro.

Espera-se com esta proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos potenciar a dinamização da economia local, melhorar a qualidade de vida das populações e fomentar a organização espacial do território.

5.5. BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

5.5.1. Descrição do FCD e seus objetivos

A execução de um Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT) assenta em opções de natureza estratégica, que deverão ser suportadas pelas orientações de instrumentos de referência estratégica (QRE), os quais refletem as indicações de um conjunto de políticas sectoriais de âmbito nacional, regional e municipal, e cuja aplicação promove a sustentabilidade do PMOT.

Assim, no presente Fator Crítico de Decisão (FCD) - Biodiversidade e Conservação da Natureza - interessa focar a Avaliação Ambiental Estratégica num conjunto de matérias consideradas significativas para a prossecução das políticas de natureza ambiental, com particular incidência nas de conservação da biodiversidade, tomando em consideração os valores naturais mais significativos presentes no território municipal e o seu enquadramento no contexto mais regional.

Com este enquadramento, e tomando por base o conhecimento prévio do território bem com as questões de sustentabilidade significativas, definem-se vários domínios de avaliação para o Fator Crítico de Decisão (FCD) em análise “Biodiversidade e Conservação da Natureza” (Quadro 5.5.1.1.), para os quais se apresentam os respetivos objetivos de sustentabilidade que surgem enquadrados nas orientações e objetivos estratégicos definidos nos diversos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico definido no Capítulo 5.1.

Neste contexto, e no âmbito do presente FCD - Biodiversidade e Conservação da Natureza - pretende-se efetuar um diagnóstico da situação atual dos valores naturais, com significativo valor para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, no município de Figueiró dos Vinhos com especial enfoque na área abrangida pela Área Classificada, usando, sempre que a informação disponível o permitir, os domínios de avaliação e indicadores apresentados no Quadro 5.5.1.1.

A AAE prossegue com a avaliação dos impactes de natureza estratégica decorrentes da execução das opções da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos sobre um conjunto de domínios, que se revelam importantes para a conservação e valorização do património natural do território em causa. São igualmente analisadas as oportunidades e riscos que poderão decorrer da aplicação da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal sobre os valores naturais identificados.

Quadro 5.5.1.1. – Principais Indicadores do FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas	<ul style="list-style-type: none"> Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural em áreas classificadas 	<ul style="list-style-type: none"> Área do município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas
		<ul style="list-style-type: none"> Proteger e valorizar a paisagem, principalmente em áreas classificadas 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de manutenção/gestão de elementos de valorização da paisagem (galerias ripícolas, regadios tradicionais) Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados
		<ul style="list-style-type: none"> Evitar perda nos valores naturais da área classificada, 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de gestão para Área Classificada
		<ul style="list-style-type: none"> Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis 	<ul style="list-style-type: none"> Espécies com estatuto de proteção Espécies ameaçadas Ações de conservação de espécies
		<ul style="list-style-type: none"> Conservar habitats prioritários 	<ul style="list-style-type: none"> Habitats prioritários Ações de conservação de habitats
	Estrutura Ecológica Municipal	<ul style="list-style-type: none"> Promover as funções e serviços dos sistemas que integram a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas/sistemas biofísicos integrados em espaços de EEM*
	Gestão, Conservação e Valorização da Floresta	<ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta 	<ul style="list-style-type: none"> Zonas de Intervenção Florestal Área de floresta de conservação Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)
		<ul style="list-style-type: none"> Controlar a proliferação de espécies vegetais não indígenas invasoras com risco ecológico conhecido 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de distribuição das espécies vegetais invasoras¹ Ações de controlo de espécies vegetais invasoras¹
		<ul style="list-style-type: none"> Fomentar oportunidades de fruição sustentável em áreas de floresta natural-semiatural 	<ul style="list-style-type: none"> Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais

*- Indicador a ser analisado na fase de execução do Plano, usado para seguimento no Plano de Controlo

¹- Indicador com lacuna de informação analisado na fase de seguimento da implementação da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

5.5.2. Situação existente e análise de tendências

Neste capítulo, no âmbito do presente FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza, tendo por base os indicadores definidos em fase de Relatório de Fatores Críticos bem como as considerações/sugestões apresentadas pelas ERAE, em sede de consulta pública, promove-se uma caracterização da situação atual do território do município de Figueiró dos Vinhos, efetuando-se igualmente uma análise de tendências relativa a cada um dos domínios de análise propostos e expressos no quadro anterior, sem contudo considerar a atual proposta de revisão do PDM conforme metodologia recomendada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA, 2007).

A análise SWOT, cujo quadro resumo se apresenta, permite apresentar de forma sintética um conjunto de aspetos que na situação atual, e sem considerar a implementação do plano, correspondem a Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças associadas ao fator crítico **Biodiversidade e Conservação da Natureza**.

Quadro 5.5.2.1. – Análise SWOT no âmbito do fator crítico Biodiversidade e Conservação da Natureza

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Área Classificada (Sítio Serra da Lousã) • Alguns focos de floresta autóctone residual • Zonas naturais e seminaturais, com valor ambiental (Serra da Lousã, Albufeiras, Rio Zêzere, Ribeiras) Diversidade de paisagens: montanha, floresta, cursos de água, albufeiras <ul style="list-style-type: none"> • Dinâmicas de lazer em espaço natural 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de gestão para os valores ecológicos presentes no Concelho • Desconhecimento da distribuição dos valores naturais e do seu estado de conservação • Extensa área florestal com predominância de eucalipto e presença de exóticas invasoras
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Planos de gestão específicos para os valores ecológicos na área classificada • Promoção e aproveitamento sustentável dos recursos naturais existentes, como forma de potenciar a atividade turística • Acesso a instrumentos de financiamento comunitário para projetos que visem a sustentabilidade das atividades de valorização dos produtos endógenos (património natural e cultural) • Recuperação e valorização paisagística dos vales associados a cursos de água • Conservação e valorização da floresta 	<ul style="list-style-type: none"> • Proliferação de espécies exóticas invasoras • Risco de incêndio • Perda de biodiversidade • Degradação da qualidade da água • Falta de recursos humanos e financeiros com vista à correta gestão da biodiversidade existente na área classificada do município • Alterações climáticas

Áreas Classificadas

Área do município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas

O concelho de Figueiró dos Vinhos integra no seu território uma área do Sítio PTCO0060 – Serra da Lousã. Designado como sítio de importância comunitária (SIC), nos termos da Decisão da Comissão n.º 2006/613/CE, de 19 de Julho que adota a lista dos SIC da região biogeográfica mediterrânica, estando por esta via inserido na Rede Natura 2000. Esta rede ecológica tem como objetivo geral contribuir para assegurar a biodiversidade no território da União Europeia através da conservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens, designadamente os classificados ao abrigo da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (Diretiva *Habitats*), transposta para o direito interno pelo Decreto -Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redação dada pelo Decreto -Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro.

Para além desta área classificada, o território concelhio não apresenta relação com outras áreas do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) de acordo com o conceito apresentado no diploma que define o regime jurídico da conservação da natureza (Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de Julho).

O Sítio Serra da Lousã – PTCO0060, classificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de Julho, possui uma área de 15 158 ha que se projeta integralmente sobre a NUT III do Pinhal Interior Norte, sendo partilhado pelos municípios de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Góis, Lousã e Miranda do Corvo (Figura 5.5.2.1.)

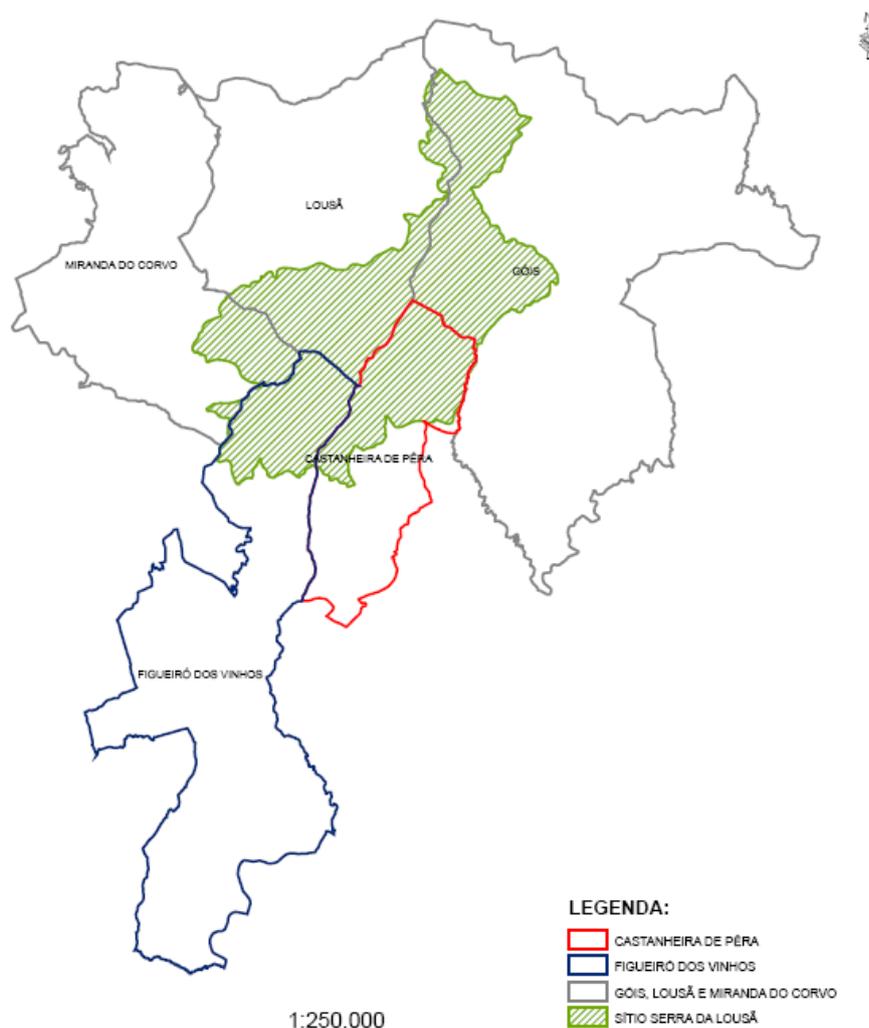


Figura 5.5.2.1. - Localização e abrangência territorial do Sítio Serra da Lousã (PTCON0060) adaptado de ICNF)

De acordo com a caracterização realizada no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 “a serra da Lousã representa a extremidade Sudoeste da cordilheira central, exibindo linhas de cumeada entre os 800 e os 1200 metros, com declives acentuados (originando encostas íngremes e vales muito encaixados, por vezes quase inacessíveis) nas vertentes a Norte e suaves a Sul onde, respetivamente, se fazem sentir as influências climáticas atlântica e mediterrânica. Devido à acentuada orografia e às variantes climáticas, a vegetação existente é diversificada, com a ocorrência de azinheiras (*Quercus rotundifolia*) nas zonas mais secas e ensolaradas e de carvalhais de carvalho-roble (*Quercus robur*) e carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) nas zonas mais húmidas e frias.

É um Sítio de apreciável interesse paisagístico, com imponentes cristas quartzíticas de valor geomorfológico significativo, acompanhadas pela existência de cascalheiras (depósitos de vertente) (8130*¹), áreas importantes para a manutenção de ecótipos de elevado valor genético.

Os inúmeros cursos de água, quase todos de caráter permanente, alimentam as bacias hidrográficas dos rios Zêzere e Mondego e assumem grande importância para espécies da fauna. A vegetação ripícola encontra-se num bom estado de conservação, sendo de destacar as galerias onde se podem observar amieiros (*Alnus glutinosa*) e comunidades dominadas por azereiro (*Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica*), com a presença de azevinho (*Ilex aquifolium*), um habitat de carácter reliquial naturalmente pouco frequente.

Inclui áreas importantes para a conservação do lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e particularmente para a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), atendendo a que se trata de uma área de elevada diversidade genética para a espécie e de maior vulnerabilidade” (Plano Sectorial da Rede Natura 2000).

No Concelho, o Sítio da Serra da Lousã ocupa 2 455,36 ha, área que corresponde a 14% do território concelhio, abrangendo a extremidade norte do Concelho, na freguesia de Campelo. Por seu turno, a representatividade da área do Sítio no Concelho de Figueiró dos Vinhos relativamente à área total do Sítio: PTCO0060 – Serra da Lousã é de 16% (Quadro 5.5.2.2.).

Quadro 5.5.2.2. - Distribuição do Sítio Serra da Lousã (PTCO0060) pelos cinco concelhos envolvidos (áreas, percentagem de concelhos classificados e percentagem do sítio nos concelhos). Adaptado de PSRN2000.

Concelho	Área (ha)	% do Concelho Classificado	% do Sítio no Concelho
Castanheira de Pera	3026,28	45%	20%
Figueiró dos Vinhos	2455,36	14%	16%
Góis	4539,51	17%	30%
Lousã	3788,20	27%	25%
Miranda do Corvo	1348,23	11%	9%

Ações de manutenção/gestão de elementos de valorização da paisagem (galerias ripícolas, regadios tradicionais)

Para o concelho de Figueiró dos Vinhos não são reconhecidas ações que tenham visado especificamente a manutenção/gestão de elementos de valorização da paisagem, contudo as galerias ripícolas, importantes ecótonos para a conservação da biodiversidade, são reconhecidas como relevantes elementos delineadores da paisagem do concelho e com reconhecido potencial para valorização da mesma.

Trilhos de Interpretação em Área Classificada

Relativamente às dinâmicas de lazer associadas aos valores naturais existentes no território do Concelho de Figueiró dos Vinhos o município implantou um conjunto de **Trilhos de Interpretação devidamente equipados e sinalizados**, encontrando-se a parte final do Percorso pedestre de Casal de S. Simão Ferrarias (< 1Km) em área de Rede Natura 2000.

Plano de gestão da Área Classificada

De acordo com a informação disponível, não se encontra em elaboração qualquer plano de gestão para a Área Classificada da Serra da Lousã, contudo, há uma área territorial na freguesia de Campelo, integrada no regime florestal, que se encontra abrangida pelo Plano de Gestão Florestal de Castanheira de Pera, o qual tem responsabilidades em matéria de conservação dos valores naturais do espaço sobre o qual incide.

Espécies com estatuto de proteção

Sustentado na informação do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, e de acordo com os elementos fornecidos pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, são apresentadas no Quadro 5.5.2.3. as espécies cuja ocorrência é indicada para o Sítio Serra da Lousã, com indicação das espécies de distribuição provável para o Concelho de Figueiró dos Vinhos.

Quadro 5.5.2.3. - Espécies da Fauna relevantes para a conservação da biodiversidade (presentes no anexo B-II³ e espécies presentes no anexo B-IV⁴ do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005) identificadas para o Sítio Serra da Lousã, com indicação das espécies de distribuição provável para o Concelho de Figueiró dos Vinhos assinalada na coluna FV.

CÓDIGO ESPÉCIE	ESPÉCIE	ANEXOS do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril	FV
1083	<i>Lucanus cervus</i>	II	
1116	<i>Chondrostoma polylepis</i>	II	X
1123	<i>Rutilus alburnoides</i>	II	X
1135	<i>Rutilus macrolepidotus</i>	II	X
1172	<i>Chioglossa lusitanica</i>	II, IV	X
1259	<i>Lacerta schreiberi</i>	II, IV	X
1355	<i>Lutra lutra</i>	II, IV	X

As espécies com distribuição no SIC - Serra da Lousã para as quais se pretende garantir um elevado estado de conservação são espécies que se encontram dependentes da qualidade dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas ribeirinhos a eles associados.

Na ictiofauna é evidenciada a presença de Boga (*Chondrostoma polylepis*) de Bordo (*Rutilus alburnoides*, atualmente designada por *Squalius alburnoides*) e de Ruivaco (*Rutilus macrolepidotus*, atualmente designada por *Chondrostoma oligolepis*) nos principais cursos de água conforme leitura possibilitada pela cartografia dos valores naturais disponibilizada pelo ICNF (Figura 5.5.2.2.).

A Salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) é um endemismo ibérico cuja distribuição se encontra circunscrita ao noroeste da Península Ibérica, depende de habitats associados ao sistema aquático em zonas de relativa altitude. A informação disponível indica que ocorre em toda a área classificada do Concelho de Figueiró dos Vinhos.

³ Espécies animais e vegetais presentes no anexo B-II: Espécies animais e vegetais de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas especiais de conservação.

⁴ Espécies animais e vegetais de interesse comunitário que exigem uma proteção rigorosa.

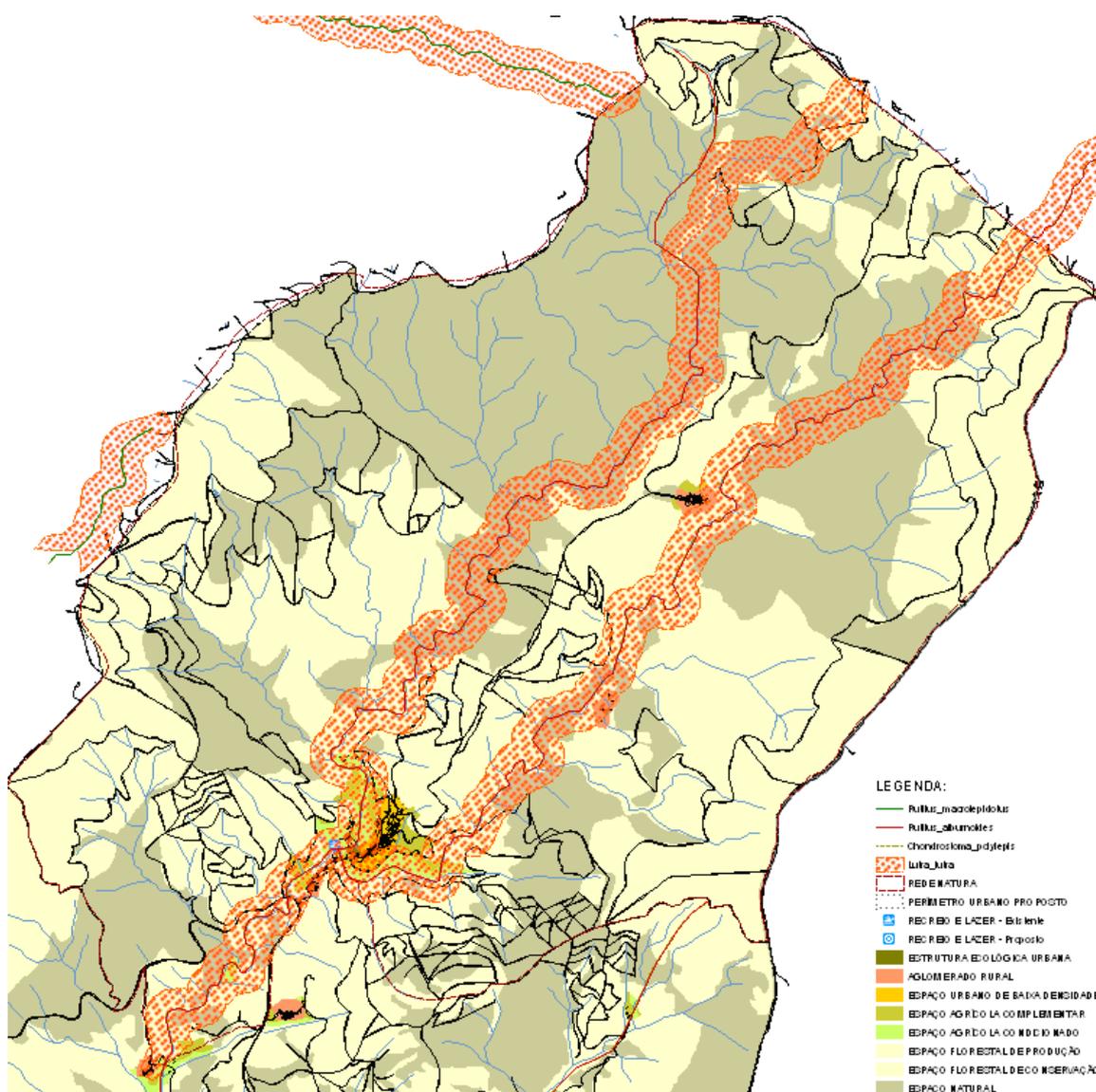


Figura 5.5.2.2. - Área de ocorrência de *Rutilus macrolepidotus*, *Rutilus alburnoides*, *Chondrostoma polylepis* e *Lutra lutra*, no Sítio Serra da Lousã em Figueiró dos Vinhos. (adaptado de ICNF)

Igualmente dependente da proximidade aos ecossistemas ribeirinhos, ocorre o Lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) que a nível nacional apresenta um estatuto de ameaça de pouco preocupante (LVVP, 2006), apesar de alguns trabalhos evidenciarem uma tendência populacional em regressão e uma distribuição fragmentada (PSRN2000, 2006). É indicada a sua ocorrência em toda a área classificada do Concelho de Figueiró dos Vinhos.

Em estrita associação ao ecossistema aquático também ocorre a Lontra (*Lutra lutra*), que apresenta em Portugal continental um estatuto de ameaça de pouco preocupante, de acordo com o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. No entanto, a nível europeu constitui uma espécie que integra o anexo B- II e B- IV do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com as alterações e nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, correspondendo essa classificação a espécies de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas especiais de conservação e uma proteção rigorosa. De acordo com a informação das fichas de caracterização dos valores naturais, do PSRN2000, as populações presentes na maioria dos países da Europa encontram-se em declínio “não só do número de indivíduos

mas também da área de ocupação - existindo países onde a espécie apresenta atualmente um elevado grau de fragmentação". Em Portugal continental aparentemente não se registaram alterações significativas da área de distribuição e ainda ocorrem populações viáveis (PSRN2000, 2008).

Espécies ameaçadas

A **Boga-comum** (*Chondrostoma polylepis*), o Ruivaco (*Rutilus macrolepidotus*, atualmente designada por *Chondrostoma oligolepis*) e o **Bordalo** (*Rutilus alburnoides*, atualmente designada por **Squalius alburnoides**), são espécies de ictiofauna endémicas da Península Ibérica. A Boga e o Ruivaco, sendo espécies relativamente abundantes, de acordo com o Livro vermelho de Vertebrados de Portugal (LVVP, 2006) não são espécies ameaçadas, tendo o estatuto de pouco preocupante.

No entanto relativamente à abundância e distribuição do Bordalo a informação disponível indicia que é uma espécie ameaçada, estando-lhe atribuído o estatuto de ameaça de vulnerável⁵.

Sendo ciprinídeos, estes peixes encontram na poluição aquática um forte fator de ameaça, constituindo também ameaças a sobre-exploração dos recursos hídricos, nomeadamente, extração de materiais inertes; a regularização dos sistemas hídricos; a destruição da vegetação ribeirinha e ainda a introdução ou o fomento de espécies animais não autóctones de maior comercial ou desportivo.

A **Salamandra-lusitânica** (*Chioglossa lusitanica*), espécie endémica da Península Ibérica, enfrenta o estatuto de ameaça de vulnerável. As populações de Salamandra-lusitânica, dependente da proximidade aos ecossistemas ribeirinhos, apresentam fragmentação elevada e um declínio continuado da área de ocorrência, assistindo-se à degradação o da qualidade do seu habitat, muito devido à destruição dos habitats circundantes dos rios e ribeiros, em particular a vegetação ribeirinha, à agricultura intensiva, à substituição das florestas caducifólias por florestas de produção de espécies não indígenas e à urbanização desordenada.

O **Lagarto-de-água** (*Lacerta schreiberi*), espécie endémica da Península Ibérica igualmente dependente da proximidade aos ecossistemas ribeirinhos, apresenta uma distribuição praticamente contínua a Norte do rio Tejo, com alguns isolados populacionais no centro e Sul.

A nível nacional, apesar de alguns trabalhos evidenciarem uma tendência populacional em regressão e uma distribuição fragmentada (PSRN2000, 2006), de acordo com o Livro vermelho de Vertebrados de Portugal (LVVP, 2006) não é uma espécie ameaçada, tendo o estatuto de pouco preocupante.

Como fatores de ameaça são apontadas as obras de regularização dos sistemas hídricos por destruição da vegetação ripícola, a construção de barragens da qual decorre a submersão de habitats, os fogos florestais e ainda a poluição.

Em estrita associação ao ecossistema aquático também ocorre a **Lontra** (*Lutra lutra*), que em Portugal, de acordo com o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, não é uma espécie ameaçada, tendo o estatuto de pouco preocupante (LVVP, 2006).

Em declínio na maioria dos países da Europa, em Portugal as populações estão estáveis apresentando uma distribuição generalizada de Norte a Sul do país.

Constituem fatores determinantes na escolha e ocupação do território o grau de coberto vegetal, as condições de locais para abrigo e refúgio, a disponibilidade de presas, a perturbação humana e a altitude. A regularização dos sistemas hídricos, barragens, a sobre-exploração dos recursos hídricos, a poluição aquática, pesticidas e fertilizantes na agricultura, a destruição da vegetação ripícola, a mortalidade accidental por atropelamento, morte por afogamento em artes de pesca e a perseguição direta.

⁵ Estatuto de ameaça de Vulnerável - Taxon que se considera como enfrentando um risco de extinção na natureza elevado

Os fatores de ameaça mais significativos correspondem a ações de destruição da vegetação ripícola que reduz as condições de abrigo nas margens, a poluição da água, a morte por afogamento em artes de pesca ou por atropelamento e ainda a caça para comercialização da sua pele apesar de constituir um ato ilegal.

Para além das espécies de fauna que integram o anexo II apresentadas no Quadro 5.5.2.3., também ocorrem no SIC Serra da Lousã espécies que integram o anexo B-IV do Decreto-Lei n.140/99, de 24 de Abril, com as alterações e nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro e que têm probabilidade de ocorrerem na freguesia de Campelo do Concelho de Figueiró dos Vinhos. São espécies de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas especiais de conservação e uma proteção rigorosa. Neste grupo de espécies incluem-se, segundo a ficha do sítio da Serra da Lousã (PSRN2000, 2008) as espécies de flora a *Murbeckiella sousae* e o *Narcissus triandus*; enquanto que para a fauna, nos anfíbios encontramos o *Alytes obstetricans*, a *Hyla arborea*, a *Rana iberica*, e o *Triturus marmoratus*, e nos répteis a *Chalcides bedriagai*.

Ocorrem ainda espécies que integram o anexo B-V do referido diploma legal, e que constituem espécies animais e vegetais de interesse comunitário cuja captura ou colheita na Natureza e exploração podem ser objecto de medidas de gestão. Na flora inclui-se o *Narcissus bulbocodium*, o *Ruscus aculeatus* e o *Teucrium salviastrum* ssp. *Salviastrum*, e na fauna a *Rana perezi*.

Ações de conservação de espécies

Para o concelho de Figueiró dos Vinhos não são reconhecidas ações que tenham visado a conservação direta de espécies.

Habitats prioritários

Suportado na informação do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, e de acordo com os elementos fornecidos pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, projetaram-se cartograficamente as manchas de distribuição dos habitats representados no concelho na área da Rede Natura 2000 sobre a planta de ordenamento elaborada para o processo de revisão do PDM. A distribuição espacial dos habitats, é assim representada no formato disponibilizado, correspondendo a agregados de habitats, produzido à escala 1:100 000 (Figura 5.5.2.3.).

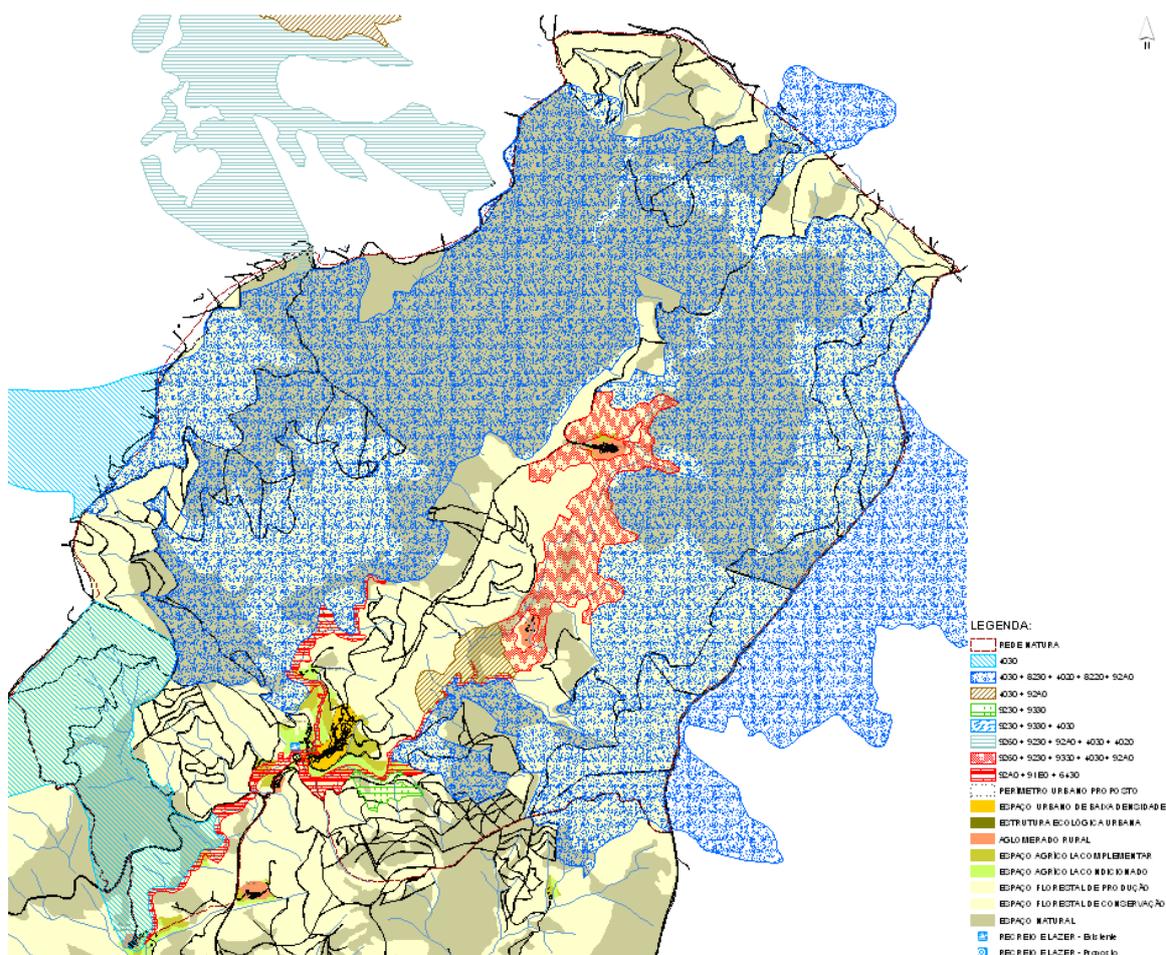


Figura 5.5.2.3. - Distribuição de agregados de habitats no Sítio Serra da Lousã, no Concelho de Figueiró dos Vinhos (adaptado de ICNB).

A análise cartográfica da informação possibilita uma interpretação relativa à probabilidade de ocorrência de um conjunto de habitats naturais com reconhecida importância para a conservação da natureza e da biodiversidade expressa no Quadro 5.5.2.4.

Quadro 5.5.2.4. – Lista de habitats naturais e semi-naturais relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade (identificados no anexo B-I do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005) com distribuição referida para o Sítio Serra da Lousã. Os habitats prioritários encontram-se destacados a negrito. Na coluna FV é assinalada a ocorrência dos habitats para o Concelho de Figueiró dos Vinhos, baseada na Dissertação de Mestrado de Antunes da Silva (2006).

Código		FV
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitriche-Batrachion</i>	
3280	Cursos de água mediterrânicos permanentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i> com cortinas arbóreas ribeirinhas de <i>Salix</i> e <i>Populus alba</i>	
4020*	Charnechas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>	X
4030	Charnecas secas europeias	X
5230*	Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i>	
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino	
6510	Prados de feno pobres de baixa altitude (<i>Alopecurus pratensis</i> , <i>Sanguisorba officinalis</i>)	

AAE.FV-2.fz.RA.V1

Código		FV
8130	Depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos	
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica	
8230	Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Scleranthion</i> ou da <i>Sedo albi-Veronicion dillenii</i>	
91E0*	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i>, <i>Alnion incanae</i>, <i>Salicion albae</i>)	X
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>	X
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>	X
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>	X
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>	X
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>	
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>	

Na ausência de validação no terreno destes elementos cartográficos, apenas podemos inferir sobre a distribuição dos habitats identificados no Quadro 5.5.2.4. no concelho de Figueiró dos Vinhos.

Dos habitats de ocorrência provável destacam-se os que estão identificados como habitats prioritários ao abrigo da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, correspondendo a habitats que se desenvolvem associados a zonas húmidas:

- **Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix*;**
- **Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*).**

O Habitat Prioritário **Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix* (4020)**, tem **proteção especial** de acordo com o Decreto-Lei nº 140/99 de 24 de Abril – Anexo B-I, e corresponde na proposta de designação portuguesa aos **Urzais-tojais meso-higrófilos e higrófilos**.

De acordo com a informação contida nas fichas de caracterização ecológica e de gestão do PSRN2000 “este habitat encontra-se representado, de forma pontual, em quase todo o País, embora seja claramente mais frequente no Noroeste e nas áreas montanhosas de Trás-os-Montes, que correspondem aos territórios mais chuvosos”.

A sua manutenção e conservação ganha particular importância enquanto refúgio para a biodiversidade e regulador do ciclo da água, juntamente com a vegetação turfófila a qual frequentemente circunda.

O seu grau de conservação encontra-se dependente do maneio e tipo de uso a que se encontra sujeito, designadamente pela ação do pastoreio nos espaços de montanha.

Constituem ameaças a queima, a drenagem e o sobre-pastoreio. Também a drenagem, sem carga pastoril, conduz à substituição dos urzais-tojais higrófilos pelos seus congéneres mesofilos.

O Habitat Prioritário **Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*) 91E0)**, tem **proteção especial** de acordo com o Decreto-Lei nº 140/99 de 24 de

Abril – Anexo B-I, e corresponde na proposta de designação portuguesa aos Bosques ripícolas ou paludosos de amieiros, salgueiros ou bidoeiros.

De acordo com a informação contida nas fichas de caracterização ecológica e de gestão do PSRN2000 este habitat encontra-se representado em todo o País associados a margens de cursos de água permanentes (galerias ripícolas).

De um modo geral encontram-se num relativo bom estado de conservação, constituindo normalmente ameaça o abandono da gestão tradicional dos amieiros localizados na margem de lameiros e de outros terrenos agrícolas, bem como ações inadequadas de limpeza das margens dos cursos de água, ou ainda a construção de obras de hidráulica.

Ocorrem ainda Freixiais termófilos de *Fraxinus angustifolia*, habitat cuja distribuição é condicionada pela presença de solos férteis e húmidos na proximidade de galerias ripícolas onde são frequentes as “Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba*”. A ocorrência destes habitats que se desenvolvem principalmente nos vales das ribeiras de Alge e Porto Espinho, contribui grandemente para a manutenção da diversidade faunística, para além de fisicamente promoverem uma excelente proteção à erosão das margens.

O “Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*” ocorrem essencialmente nas cotas mais elevadas situadas na parte Este da Freguesia de Campelo, em cujas encostas se desenvolvem as “Florestas de *Castanea sativa*”.

As Charnecas secas europeias, correspondendo na proposta de designação portuguesa a “Matos baixos de ericáceas e/ou tojos, mesófilos ou xerófilos, de substratos duros” são habitats onde genericamente ocorrem urzais, urzais-estevais, urzais-tojais, tojais e tojais-estevais heliófilos, mesófilos ou xerófilos de substratos duros.

Ações de conservação de habitats

De acordo com o inscrito na página oficial do instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, IP.) este organismo público enquadra nas suas competências a intervenção na gestão da Conservação da Natureza e da Biodiversidade através de ações de conservação ativa e de ações de suporte.

Para a área territorial em causa, não são conhecidas ações de conservação ativa que tenham decorrido com o objetivo de promover especificamente a conservação dos habitats naturais prioritários com expressão no concelho de Figueiró dos Vinhos.

São no entanto realizadas ações de suporte, designadamente as que se constituem de natureza regulamentar, de avaliação de incidências ambientais e de ordenamento do território, como as que decorrem da avaliação ambiental sobre projetos e do acompanhamento da revisão do PDM enquanto Entidade com Responsabilidade Ambiental Específica (ERA).

Zonas de Intervenção Florestal

A gestão do património florestal é essencial para o ordenamento do território e para a conservação dos valores naturais associados à floresta na medida em contribui para a redução do risco de incêndio,

potencia o rendimento florestal, e deverá contribuir para a promoção da preservação quer de áreas naturais quer da sua biodiversidade.

A ausência e desinteresse dos proprietários relativamente à floresta são duas dificuldades para o alcance de uma gestão integrada da Floresta do concelho de Figueiró dos vinhos.

É neste contexto que as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), correspondendo em génese a áreas territoriais contínuas maioritariamente constituídas por espaços florestais, submetidas a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e geridas por uma única entidade, constituem um importantíssimo instrumento de defesa e conservação da floresta.

Atualmente no Concelho de Figueiró dos Vinhos está criada a Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Campelo (Despacho n.º 12513/2010 de 03 de Agosto. D.R. 149, série II).

A Zona de Intervenção Florestal de Campelo (ZIF n.º 124, processo n.º 127/07 - AFN) apresenta uma área de 3121 ha. A gestão da ZIF de Campelo é assegurada pela FICAPE Cooperativa Agrícola Norte Distrito Leiria.

Área de floresta de conservação

A descrição feita no PMDFCI (2014) retrata uma floresta que foi ao longo dos tempos drasticamente alterada. A ocupação por espécies autóctones foi ativamente substituída por espécies resinosas e de crescimento rápido.

Atualmente, apenas “as áreas incultas são ocupadas pelo matagal mediterrânico, constituídas fundamentalmente pelas, aroeiras (*Pistacia lentiscus*), adernos (*Phyllirea latifolia*), Sanguinho-das-sebes (*Rhamnus alaternus*), murtas (*Myrtus communis*), zambujeiros (*Olea europaea variedade sylvestris*), medronheiros (*Arbutus unedo*) e pilriteiros (*Crataegus monogyna*)” (PMDFCI, 2014).

No passado “os carvalhos eram a árvores que outrora dominavam este território predominando o carvalho-português (*Quercus faginea subesp. Broteroi*), a azinheira (*Quercus rotundifolia*) e o sobreiro (*Quercus suber*). Os processos de desflorestação que o país sofreu fizeram com que estas paisagens se alterassem através da destruição da natureza sem hipóteses de recuperação”, (PMDFCI, 2014).

Caracterizações recente indicam que a floresta ocupa uma área de cerca de dois terços do território do concelho de Figueiró dos Vinhos, Atualmente 2900,5ha da área florestal é constituída por pinheiro-bravo (26,4%) e 7613,0 ha por eucalipto(69,4%), sendo fraca a representatividade de outras espécies florestais com cerca de 445ha constituída nomeadamente por espécies ripícolas como salgueiros, freixos, amieiros e pequenos núcleos de sobreiros, na proximidade da sede de concelho, junto às povoações de Ferrari de S. João e Alge, que no seu todo correspondem a uma taxa de ocupação florestal de (4,2%), (PMDFCI,2014).

Por vezes, apesar de dispersa encontra-se, alguma regeneração de sobreiros e carvalhos no sobcoberto de povoamentos de pinheiro-bravo.

Os Espaços Florestais do concelho de Figueiró dos Vinhos que se encontram abrangidas pela Área Classificada, integram maioritariamente os Espaços Florestais de Conservação. A subcategoria de Espaço Florestal de Produção tem essencialmente expressão em áreas nas quais não está identificada a ocupação por habitats naturais com valor conservacionista, ocorrendo apenas pontualmente a sua sobreposição (PMDFCI,2014).

Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)

De acordo com o já referido, a área integrada no regime florestal que se localiza no extremo nordeste da freguesia de Campelo encontra-se abrangida pelo Plano de Gestão Florestal de Castanheira de Pera, no

qual é garantida a execução de modelos de gestão silvicultura que têm em conta um conjunto de normas técnicas de acordo com as suas funções principais das áreas sobre as quais incide.

Decorrente da aplicação de legislação em vigor, toda a área da ZIF de Campelo coincidente com a Área Classificada deverá ser igualmente objeto de um Plano de Gestão Florestal.

Decorrente da aplicação de legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de Janeiro), toda a área da ZIF de Campelo e ainda a área abrangida pelo Perímetro Florestal de Alge e Penela, deverão ser igualmente objeto de Planos de Gestão Florestal.

Áreas de distribuição das espécies vegetais invasoras e ações de controlo de espécies vegetais invasoras

A ocorrência de espécies vegetais exóticas invasoras é reconhecido como um problema geral das áreas de ocupação florestal no território nacional. No entanto não existe um mapeamento das áreas de ocorrência das espécies florestais exóticas invasoras, apesar da importância que teria para permitir o acompanhamento da evolução das mesmas com vista à avaliação da necessidade de elaborar planos orientados especificamente para o seu controlo e/ou erradicação.

Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais

No concelho de Figueiró dos Vinhos estão referenciados vários percursos pedestres desenvolvidos maioritariamente em espaço florestal e ambiente ripícola:

- Pequena Rota Caminhos de Xisto de Casal de S. Simão
- Percurso de Casal de S. Simão a Ferrarias
- Percurso da Ribeira de Alge
- Percurso Foz de Alge – Bouça
- Percurso em Campelo

Dos percursos atrás referidos apenas a **Pequena Rota Caminhos de Xisto de Casal de S. Simão** e o **Percurso de S. Simão a Ferrarias** estão devidamente identificados e marcados, perfazendo um total de 16 Km.

Há ainda dois parques infraestruturados:

- **Praia fluvial nas Fragas de S. Simão**
- **Parque de Campismo e Caravanismo de Foz de Alge**

Num local com características singulares, foi criada a zona de lazer da Praia fluvial nas Fragas de S. Simão que permite usufruir da beleza e imponência de elementos geológicos em harmonia com a restante envolvente natural.

Situado na proximidade da aldeia de Foz de Alge, a 9 Km da vila de Figueiró dos Vinhos, desenvolve-se o Parque de Campismo e Caravanismo de Foz de Alge inserido em paisagem natural sobre a bacia do Zêzere, na Albufeira de Castelo do Bode.

5.5.3. Efeitos esperados, Oportunidades e Ameaças

Com o intuito de aferir de que forma a implementação da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos contribui para a concretização de metas e objetivos ambientais definidos nos diferentes instrumentos de referência considerados relevantes, foi realizada uma análise pormenorizada ao Quadro de Referência Estratégico definido, que permitirá avaliar em que medida o objeto de estudo contribui ou conflitua com os objetivos de sustentabilidade traçados (Quadro 5.5.3.1). Os resultados reportam apenas aos objetivos sobre os quais se verifica um efeito positivo (+) ou negativo (-).

Quadro 5.5.3.1. - Contribuição da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, no âmbito do FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza
PNPOT	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.	+	O efeito será reforçado se forem implementadas as medidas de gestão preconizadas pelo PSRN2000, estando na proposta de Regulamento salvaguardados os usos naquele espaço natural que não conflituem com o instituído pelo PSRN2000
	Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições	+	
ENDS	Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural	+	Salienta-se a existência da Agenda XXI local em elaboração, que permite o envolvimento da população e a aplicação das boas práticas no domínio da participação pública
PSRN 2000	Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território das ZPE e Sítios considerando os valores naturais que nele ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo	+	Para alcançar este objetivo deverá ser elaborado Um Plano de Gestão para o Sítio Serra da Lousã em conjunto pelos municípios que partilham o território do SIC
	Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais das ZPE e Sítios, orientando a uma macro-escala a fixação dos usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território a efetuar, posteriormente, através da inserção das normas e orientações nos instrumentos de gestão territorial que vinculam diretamente os particulares (planos municipais e planos especiais de ordenamento do território)	+	A proposta de revisão do PDM incorpora normas regulamentares que visam estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais, designadamente os presentes em espaço natural
	Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats naturais e semi-naturais e das espécies de flora e fauna, presentes nos Sítios e ZPE	-	A proposta de revisão do PDM apenas cartografa a delimitação do SIC no território concelhio. No processo de elaborado do Plano de Gestão para o Sítio Serra da Lousã deverá proceder-se à validação da distribuição dos habitats naturais e semi-naturais e das espécies de flora e fauna, presentes no SIC, permitindo aferir a cartografia produzida com base na informação atualmente disponível
	Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação, a definir nos planos de ordenamento que vinculam as entidades privadas, nos quais deverão ser fixados e zonados os usos do território e os regimes de gestão, com vista à utilização sustentável do território	-	A proposta de revisão do PDM não propõe o estabelecimento de diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação. Este processo deverá ser efetuado no âmbito da elaboração do Plano de Gestão o para o Sítio Serra da Lousã em conjunto pelos municípios que partilham o território do SIC
	Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições do uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger	+	O processo de revisão do PDM permite a incorporação das normas regulamentares que visam estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais, estando na proposta de Regulamento salvaguardados os usos naquele espaço natural que não

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza
			conflituem com o instituído pelo PSRN2000
	Definir, para cada Sítio e ZPE, os projetos a sujeitar a avaliação de impacto ambiental ou a análise de incidências ambientais	+	A proposta de Regulamento do PDM promove o reconhecimento de critérios específicos da avaliação ambiental a que se devem submeter os projetos propostos para o SIC
ENCNB	Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, <i>habitats</i> e ecossistemas	-	O conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, <i>habitats</i> e ecossistemas não é considerado na proposta de revisão do PDM
	Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas	+	A definição da EEM presente na proposta de revisão do PDM converge com a constituição de uma RFCN previsto na ENCNB
	Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção integrados no processo da Rede Natura 2000	+	O processo de revisão do PDM permite a incorporação das normas regulamentares que visam estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais. A elaboração do plano de gestão para o Sítio Serra da Lousã, em conjunto pelos municípios que partilham o território do SIC, reforçará o desenvolvimento de ações específicas de conservação e gestão de espécies e <i>habitats</i> , constituindo um vetor para a promoção da educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade
	Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e <i>habitats</i> , bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico		
	Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais		
	Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade		
	Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil		
PROT - C	A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território.	+	A opção estratégica da proposta de revisão do PDM “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais” contribui para assegurar a convergência necessária das políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento económico com a política de conservação da natureza.
	A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais		
	O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico		
	Identificar a estrutura de proteção e valorização ambiental, integrando as áreas classificadas (incluindo os imperativos decorrentes da Rede Natura 2000) e outras áreas ou corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos, valores e riscos naturais e da estruturação do território.	+	
PGRH do Tejo	Qualidade da água – Promover o bom estado das massas de água através da proteção, melhoria e recuperação da qualidade dos recursos hídricos da região mediante a prevenção dos processos de degradação e a redução gradual da poluição, visando assim garantir uma boa qualidade da água para os ecossistemas e diferentes usos.	+	O efeito será alcançado se forem implementadas as medidas de gestão preconizadas pelo PSRN2000, para a salvaguarda dos valores e recursos naturais associados aos cursos de água
POACBSL	Definir regras de utilização do plano de água e zona envolvente da albufeira de forma a salvaguardar a defesa e a qualidade dos recursos naturais, em especial da água	+	A proposta de revisão do PDM integra as disposições do POACBSL, pelo que são respeitados os respetivos objetivos de sustentabilidade
	Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes e ou a serem criados, com a proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira.		
	Identificar no plano de água as áreas mais adequadas para a conservação da natureza, as áreas mais aptas para atividades recreativas, prevendo as compatibilidades e complementaridades entre as diversas utilizações e promovendo a sua valorização		

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza
POACB	Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes e ou a serem criados, com a proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira	+	A proposta de revisão do PDM integra as disposições do POACBSL, pelo que são respeitados os respetivos objetivos de sustentabilidade
	Identificar no plano de água as áreas mais adequadas para a conservação da natureza, as áreas mais aptas para atividades recreativas, prevendo as compatibilidades e complementaridades entre as diversas utilizações e promovendo a sua valorização	+	
PROF-Pinhal Interior Norte	Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais	+	Caso exista um correto ordenamento e gestão do espaço florestal, designadamente suportado pela elaboração de Planos de gestão da Floresta para as ZIF estabelecidas em áreas sensíveis
	Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais	+	Efeito reforçado pela implementação de medidas conducentes à valorização e reabilitação de corredores ribeirinhos
	Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse, nomeadamente os relativos à manutenção da paisagem rural, à luta contra a desertificação, à conservação dos recursos hídricos e à estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade		A implementação do PSRN2000 e a integração do Regime Florestal na EEM contribuem nas áreas florestais para este objetivo
PENT	Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação.	+	Objetivo suportado na conservação e valorização do património natural, destacando os elementos singulares, cuja dinamização se faz no campo da promoção do lazer em articulação com a componente cultural
	Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal		
PMDFCI	Aumentar a resiliência do território aos Incêndios Florestais	+	A promoção das galerias ripícolas em bom estado de conservação, bem como a correta gestão da floresta, reforçando a introdução de espécies autóctones com maior resistência à propagação dos incêndios
	Reduzir a incidência dos incêndios	+	

O prognóstico da contribuição da proposta de Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos para o alcance dos objetivos estratégicos do QRE, no que diz respeito ao fator crítico Biodiversidade e Conservação da Natureza, revela-se de forma geral positivo, podendo ser reforçada a sustentabilidade se forem tidas em consideração as medidas e diretrizes de seguimento indicadas no presente Relatório Ambiental.

Para além do cumprimento dos objetivos apresentados, e com o intuito de avaliar os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos no conjunto de indicadores anteriormente selecionados (estabelecidos para apoiar a caracterização e diagnóstico da situação de referência e a fase de seguimento do plano) apresenta-se no Quadro 5.5.3.2. a relação esperada entre as opções estratégicas e os indicadores estabelecidos.

Quadro 5.5.3.2. - Avaliação dos efeitos das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos nos indicadores estabelecidos para o FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza. Opção 1 – Rede de Equipamentos e Infra-estruturas; Opção 2 – Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais; Opção 3 – Potenciar a Economia do Concelho; Opção 4 – Promover a Requalificação Territorial e Urbana.

Domínios	Indicadores	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4
Áreas Classificadas	Área do município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas	0	0	0	0
	Ações de manutenção/gestão de elementos de valorização da paisagem (galerias ripícolas, regadios tradicionais)	0	+++	0	0
	Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados	0	+++	++	0
	Plano de gestão para Área Classificada	0	++	0	
	Diversidade de espécies	0	+++	0	0
	Espécies com estatuto de proteção	0	++	0	
	Espécies ameaçadas	0	++	0	0
	Ações de conservação de espécies	0	++	0	
	Habitats prioritários	0	++	0	0
	Ações de conservação de habitats	0	+++	0	0
Estrutura Ecológica Municipal	Áreas/sistemas biofísicos integrados em espaços de EEM	0	+++	0	0
Gestão, Conservação e Valorização da Floresta	Zonas de Intervenção Florestal	0	++	++	0
	Área de floresta com plano de ação e/ou gestão proposto	0	+	++	+
	Áreas de distribuição das espécies vegetais invasoras	0	+	0	0
	Ações de controlo de espécies vegetais invasoras	0	+	0	0
	Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais	0	+++	++	++

Atributos dos símbolos usados no preenchimento do quadro:

- +++ Forte contribuição das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
- ++ Média contribuição das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
- + Fraca contribuição das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
- 0 Contribuição nula das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
- Fraco conflito das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
- Médio conflito das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
- Forte conflito das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

Áreas Classificadas

Importa salientar que de acordo com o previsto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, bem como no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 de 21 de Julho), qualquer PMOT que incida territorialmente sobre Áreas Classificadas (SIC ou ZPE) deverá integrar as condicionantes expressas nas orientações de gestão do referido Plano Sectorial na elaboração do seu normativo regulamentar. Desta forma, previne-se o impacte negativo das atividades reguladas por esses IGT que representem potenciais fontes de impactes significativos sobre a conservação dos valores naturais cuja proteção se pretende conferir com a designação das áreas classificadas.

A proposta de revisão PDM poderá contribuir de forma significativa para a conservação do património natural do Concelho, concretizando para a área abrangida pelo SIC Serra da Lousã o que se encontra previsto no Plano Sectorial para a Área Classificada no seu território administrativo e na sua maioria transcrito para a proposta de Regulamento do PDM.

Plano de gestão da Área Classificada

Salienta-se A área classificada da Serra da Lousã não possui plano de gestão, apesar de no concelho limítrofe da Lousã se esboçar um plano de gestão para a área florestada da Serra (onde existem interesses cinegéticos).

O Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, prevê na alínea a) do número 3 do artigo 7.º que para as Áreas Classificadas “*podem ser definidas medidas complementares de conservação através da aprovação de Planos de gestão que contemplem medidas e ações de conservação adequadas (...)*”.

Apesar de não constituir uma obrigatoriedade, a elaboração de um Plano de Gestão para todo o SIC Serra da Lousã permitiria estabelecer o enquadramento das medidas conducentes à conservação das espécies da flora, da fauna e dos habitats naturais, tendo em conta a integração de vertentes de desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas. A elaboração do Plano de Gestão para a Área Classificada constitui uma forma de garantir “*(...) a gestão ambiental do território, num quadro de valorização do património natural e de adequado usufruto do espaço e dos recursos(...)*” conforme previsto no regime jurídico da conservação da natureza (Decreto-lei n.º 142/2008 de 24 de Junho).

Manter a biodiversidade evitando perdas irreversíveis, designadamente através da Conservação de habitats prioritários

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho de 2008) determina a adoção de medidas de gestão específicas para os valores naturais cuja presença foi determinante para a classificação da área e sua integração na Rede Natura 2000.

Enquadrado pelo exposto, a proposta de revisão do PDM integrou no seu regulamento as condicionantes que se consideraram pertinentes para assegurar a salvaguarda dos valores naturais em causa.

No Quadro 5.5.3.3., apresentam-se as orientações de Gestão do PSRN2000 para a conservação das espécies e habitats, com ocorrência na Área Classificada do Concelho de Figueiró dos Vinhos

Quadro 5.5.3.3. - Indicação das orientações de gestão previstas no PSRN2000 relativamente a cada valor natural e/ou grupos de valores naturais com expressão provável no território de Figueiró dos Vinhos.

Orientações de Gestão constantes no PSRN2000 SIC Serra da Lousã	Habitats e espécies alvo
Orientações dirigidas para os ecossistemas ribeirinhos	
Conservar e recuperar vegetação ribeirinha autóctone	<i>Chioglossa lusitanica; Chondrostoma polylepis; Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus</i>
Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água	<i>91E0*; 9230; 92A0; Chioglossa lusitanica; Chondrostoma polylepis; Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus</i>
Monitorizar, manter / melhorar qualidade da água	<i>Chioglossa lusitanica; Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus</i>

Orientações de Gestão constantes no PSRN2000 SIC Serra da Lousã	Habitats e espécies alvo
	<i>macrolepidotus</i>
Condicionar captação de água	<i>Chioglossa lusitanica; Chondrostoma polylepis; Lutra lutra; Rutilus Alburnoides; Rutilus macrolepidotus</i>
Condicionar drenagem	4020*; 91E0* <i>Chioglossa lusitanica</i>
Silvicultura	
Adotar práticas silvícolas específicas	91E0*; 9230; 9260; 92A0
Promover a regeneração natural	91E0*; 9230
Condicionar a florestação	4020*
Reduzir risco de incêndio	91E0*; 9230; <i>Chioglossa lusitanica; Chondrostoma polylepis; Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus</i>
Agricultura e pastorícia	
Manter práticas de pastoreio extensivo	4030
Salvaguardar de pastoreio	9230
Condicionar a intensificação agrícola	<i>Chioglossa lusitanica</i>
Condicionar expansão do uso agrícola	4020*
Condicionar uso de agroquímicos /adotar técnicas alternativas	<i>Chioglossa lusitanica; Lacerta schreiberi</i>
Condicionar uso de agroquímicos /adotar técnicas alternativas em áreas contíguas ao habita	<i>Chioglossa lusitanica; Chondrostoma polylepis; Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus</i>
Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas	4020*
Conservar / promover sebes, bosquetes e arbustos	<i>Lutra lutra</i>
Construção e infraestruturas	
Condicionar a construção de infraestruturas	4030 <i>Chioglossa lusitanica; Lacerta schreiberi</i>
Apoiar tecnicamente o alargamento de estradas e a limpeza de taludes, com vista à salvaguarda de espécies	<i>Chioglossa lusitanica; Lacerta schreiberi</i>
Condicionar expansão urbano-turística	4030; <i>Chioglossa lusitanica; Lutra lutra</i>
Condicionar construção de açudes em zonas sensíveis	91E0*; <i>Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus</i>
Condicionar construção de barragens em zonas sensíveis	91E0*; <i>Chondrostoma polylepis; Lacerta schreiberi; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus</i>
Melhorar transposição de barragens /açudes	<i>Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus</i>
Assegurar caudal ecológico	<i>Chondrostoma polylepis; Lutra lutra; Rutilus alburnoides; ; Rutilus macrolepidotus</i>
Reduzir mortalidade accidental	<i>Lutra lutra</i>
Outros usos e atividades	
Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação	9230; 9260
Regular dragagens e extração de inertes	<i>Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus</i>
Interditar deposições de dragados ou outros aterros	<i>Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus</i>
Ordenar acessibilidades	4030
Ordenar prática de desporto da natureza	<i>Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus</i>
Orientações específicas	
Impedir introdução de espécies não autóctones /controlar existentes	4030; <i>Chioglossa lusitanica; Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides, ; Rutilus macrolepidotus</i>
Impedir introdução de espécies não autóctones /controlar existentes/ (remover espécies vegetais exóticas pelo menos num faixa de 50 m para cada lado das linhas de água)	<i>Lacerta schreiberi</i>
Criar novos locais de reprodução, conservar/recuperar os existentes	<i>Chioglossa lusitanica</i>
Manter / recuperar habitats contíguos	91E0*, <i>Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus</i>
Efetuar gestão por fogo controlado	4030

Trilhos de Interpretação em Área Classificada

A sensibilização ambiental constitui uma ferramenta para a proteção dos valores naturais. Quando se processa num contexto natural, permitindo que o público se envolva com o objeto da sensibilização permite a obtenção de melhores resultados. A existência de condições para a sua realização passa também pela implantação no terreno de estruturas e de equipamentos de suporte à atividade, nos quais se inclui a existência de trilhos de interpretação.

Estrutura Ecológica Municipal

As componentes integradas na Estrutura Ecológica Municipal detêm várias valências. A EEM inclui áreas que pelas suas características orográficas implicam a necessidade de proteção dos solos e da rede hidrográfica, de terrenos arborizados ou cuja arborização é conveniente ou necessária para o bom regime das águas, ou para a fixação e conservação do solo, áreas sensíveis tais como zonas ribeirinhas, áreas de infiltração máxima e zonas declivosas, áreas que são constituídas por solos de maiores potencialidades agrícolas, ou que tenham sido objeto de investimentos para aumentarem a sua capacidade produtiva, bem como por áreas de valor ecológico e paisagístico de proteção e conservação dos habitats.

Neste sentido, a figura da Estrutura Ecológica Municipal, se bem delimitada, vem permitir a salvaguarda de valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rurais e até urbanos. (Através da sua regulamentação específica nos PMOT, e de acordo com o novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, são definidos os “parâmetros de ocupação e de utilização do solo assegurando a compatibilização das funções de proteção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações”).

A EEM de Figueiró dos Vinhos desempenha um papel fundamental ao nível da manutenção dos serviços ecológicos, tais como o suporte de espécies e habitats protegidos, e de processos biofísicos contribuindo para a qualidade do ar e da água, para a proteção contra a erosão, contra as cheias e para a recarga de aquíferos, promovendo a manutenção do equilíbrio ecológico, proteção e valorização ambiental do concelho, além de proporcionar bem-estar e qualidade de vida às populações humanas.

Promoção da Gestão Sustentável e da Conservação da Floresta

A tendência de despovoamento do interior acompanhada pelo envelhecimento da população residente, aliados à perda de práticas florestais que promoviam o aproveitamento de diversos produtos florestais, bem como à proliferação de espécies exóticas, constituem aspetos que concorrem para uma deficiente gestão dos espaços florestais.

Por outro lado, a floresta autóctone deu lugar a floresta de produção, e atualmente assiste-se com frequência ao abandono da propriedade.

Na tentativa de inversão desta realidade, e de forma a combater os riscos emergentes associados ao estado da floresta, iniciam-se esforços por parte de associações de defesa da floresta para implementar

uma correta Gestão da Floresta. A constituição de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) enquadra-se nesse esforço.

Constatando-se a grande expressão territorial que a floresta tem no Concelho, e aliás em toda a NUT – Pinhal Interior Norte, torna-se urgente reforçar o empenho do município em políticas ativas de Promoção da Gestão Sustentável e da Conservação da Floresta.

Fruição sustentável em áreas de floresta natural-semiatural

Numa época em que o lazer se assume como um elemento determinante da qualidade de vida das populações, o município de Figueiró dos Vinhos infra-estruturou áreas de lazer em zonas com potencialidades naturais interessantes, designadamente em áreas florestais na proximidade de cursos de água, como as praias fluviais.

Ganham também expressão as práticas de desportos radicais em espaços florestais, pelo que no planeamento das atividades deverão ser integrados os princípios de sustentabilidade. Este fator depende muito da qualificação das empresas e/ou dos elementos das associações organizadoras.

Em suma, no âmbito do FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza, as oportunidades e ameaças que se perspetivam com a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos encontram-se evidenciadas no quadro que segue.

Quadro 5.5.3.4. – Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos no que respeita ao FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Planos de gestão específicos para os valores ecológicos na área classificada • Acesso a instrumentos de financiamento comunitário para projetos que visem a sustentabilidade das atividades de valorização dos produtos endógenos (património natural e cultural) e a promoção de atividade turística sustentável • Instrumentos de referencial estratégico que reforçam a necessidade de conservação e valorização da floresta 	<ul style="list-style-type: none"> • Degradação da qualidade dos ecossistemas ribeirinhos • Área florestal desordenada • Falta de planos de ordenamento e gestão florestal • Extensa mancha florestal com Risco de incêndio • Presença e proliferação de espécies exóticas invasoras

5.5.4. Diretrizes para seguimento

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que pretendem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, no que respeita à Biodiversidade e Conservação da Natureza. Recomenda-se:

- A aplicação, na Área Classificada, das orientações de gestão inscritas no Plano Setorial da Rede Natura 2000;
- Incentivar ações de monitorização do grau de conservação dos habitats naturais e das espécies protegidas;
- Incentivar a execução de ações específicas de conservação para dos habitats naturais e espécies protegidas;

- Considerar o investimento na manutenção e valorização de áreas naturais como o garante da sustentabilidade de atividades de turismo em espaço natural;
- A eventual implementação de trilhos pedestres em RN2000, deverá acautelar a incidência de impactes sobre os valores naturais aí presentes relativamente aos possíveis benefícios que a sua utilização poderá proporcionar no âmbito da valorização do território, e seguir as orientações de gestão para os diferentes habitats;
- Recomenda-se o estudo da capacidade de carga dos espaços naturais assim como a definição e obrigação de cumprimento de regras de boa conduta que preservem os recursos naturais por forma a não comprometer a qualidade, a viabilidade e a sustentabilidade desses recursos e destinos de turismo em espaços naturais;
- Melhorar as práticas agrícolas, com particular destaque para as que se realizam próximo de cursos de água, com vista à conservação de corredores ribeirinhos e da fauna aquática;
- Condicionar a parecer de entidade competente as ações de limpeza e corte de árvores em zonas ribeirinhas com vista à conservação da vegetação ripícola e salvaguarda dos habitats naturais presentes;
- Controlar a presença e proliferação de espécies vegetais não indígenas, no concelho em geral, mas com especial incidência e prioridade nas áreas com maior valor ecológico;
- Promover a utilização de espécies autóctones nos espaços públicos como forma de valorizar o património e a identidade natural do concelho;
- Em território abrangido pela área classificada deverão ser analisadas as pretensões de ações e de implementação de projetos tomando em consideração a tabela de “condições e critérios de avaliação de incidências ambientais” que se encontra divulgada para o Sítio PTCO0060 – Serra da Lousã na “Ficha do Sítio”, em função do recomendado no PSRN2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho), aplicando-se para a avaliação de impacte ambiental o procedimento definido Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro).

As situações sujeitas a Análise de Incidências Ambientais, são enquadradas pelo disposto no Artigo 10.º do Decreto-Lei n.140/99, de 24 de Abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, devendo ser respeitado o indicado na tabela de “condições e critérios de avaliação de incidências ambientais” que se encontra divulgada para o Sítio PTCO0060 – Serra da Lousã na “Ficha do Sítio”, em função do recomendado no PSRN2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho).

5.6. PATRIMÓNIO CULTURAL

5.6.1. Descrição do FCD e seus objetivos

O património cultural de um território é fruto da sua história e revela a sua evolução ao longo dos tempos. Desde as tradições e costumes até ao património físico e factos históricos, todos eles contribuem para caracterizar e melhor compreender a dinâmica e vivências em épocas passadas e como isso se revela na atualidade.

Dotado de uma cultura rural, as formas de exploração da terra e os costumes tradicionais que ainda se preservam demonstram no concelho de Figueiró dos Vinhos um território que sofre da interioridade e do fraco investimento e desenvolvimento. Possui, no entanto, pontos de interesse devidamente reconhecidos. Em termos de património edificado, para além dos imóveis classificados (imóveis de interesse público e imóveis de interesse municipal) e dos que estão em classificação, pela atual Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), existe ainda no concelho um monumento classificado como nacional, a Igreja de São João Baptista.

Sem prejuízo da salvaguarda do património edificado, deve-se também ter em conta a valorização do não edificado, isto é, dos espaços públicos, respeitando a morfologia, e procurando torná-los num espaço de convivialidade e de fruição. A Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos pretende promover um novo impulso no aproveitamento turístico do património ambiental e histórico do Concelho, valorizando igualmente a qualidade de vida no espaço urbano dos habitantes de Figueiró dos Vinhos, tentando evitar a degradação e desertificação do Concelho.

Ressalta-se ainda, ao nível do património cultural, a existência de uma aldeia de xisto no concelho, o Casal de S. Simão, facto que potencia o desenvolvimento do turismo no município.

Ao nível da identidade cultural e histórica, este FCD tem como objetivos de sustentabilidade preservar edifícios históricos bem como outras características culturais importantes. Visa ainda fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios, nas proximidades de centros históricos, e valorizar a diversidade e a identidade local. A avaliação deste fator pretende determinar os aspetos que as ações preconizadas no futuro PDM poderão desenvolver e qual a sua influência no património cultural local, contribuindo para a proteção e gestão do património cultural eventualmente afetado.

Para auxiliar o nível de pormenorização da análise estratégica que se pretende efetuar identificaram-se vários domínios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores associados para o FCD Património Cultural, que se apresentam no Quadro seguinte.

Quadro 5.6.1.1. - Principais Indicadores do FCD – Património Cultural

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Património Cultural	Identidade Histórica e Cultural	<ul style="list-style-type: none"> Preservar edifícios históricos e outras características culturais importantes 	<ul style="list-style-type: none"> Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção) ⁽¹⁾ Reabilitação de edifícios urbanos degradados ⁽¹⁾
		<ul style="list-style-type: none"> Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos 	

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
		<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios, nas proximidades de centros históricos 	<ul style="list-style-type: none"> Imóveis classificados Imóveis inventariados Intervenções de manutenção/preservação do património arquitetónico e arqueológico ⁽¹⁾ Aldeias de Xisto Aldeias de Xisto Atividades culturais ⁽¹⁾ Ações de divulgação cultural ⁽¹⁾
		<ul style="list-style-type: none"> Preservar locais arquitetónicos e arqueológicos 	
		<ul style="list-style-type: none"> Valorizar a diversidade e a identidade local 	
		<ul style="list-style-type: none"> Promover o turismo cultural 	

¹ - Indicador analisado na fase de avaliação da implementação da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

5.6.2. Situação existente e análise de tendências

Com o objetivo de avaliar as potencialidades e fragilidades da região elaborou-se uma análise SWOT para o FCD – Património Cultural no território em causa, apresentando-se os resultados no Quadro 5.6.2.1. Esta análise expressa, de forma resumida, as características ambientais reunindo um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, dão origem às ameaças e oportunidades associadas ao FCD em avaliação. Esta análise é feita tendo por base a não implementação das opções estratégicas expressas no atual plano em avaliação.

Quadro 5.6.2.1. – Análise SWOT no âmbito do FCD – Património Cultural

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Rede municipal de percursos pedestres implementados Condições naturais excelentes para a prática de atividades de turismo e lazer Bons exemplos de arquitetura erudita, religiosa e popular Centralidade do Centro Histórico Intervenções ao nível da requalificação urbana e boa conservação dos principais monumentos Existência de atrativos turísticos Património Cultural Edificado de grande valor Existência de Monumento Nacional e de Imóveis de Interesse Público Património religioso valioso Existência de valioso património arqueológico – duas unidades proto industriais de depuração e transformação (Engenho de Machuca e Ferrarias da Foz do Alge) 	<ul style="list-style-type: none"> Fraco envolvimento dos atores locais Inexistência de uma estratégia de marketing face às potencialidades do território Animação cultural a nível concelhio pouco explorada Falta de dinamismo dos operadores privados em potenciar os recursos Alguma degradação do parque habitacional no Centro Histórico Estrutura urbana encontra-se desajustada dos atuais modelos de mobilidade, devido à morfologia e escala do centro histórico Fraca oferta de unidades hoteleiras Inexistência de Carta Arqueológica
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Aproveitar o potencial turístico relacionado com os recursos naturais existentes no concelho Preservação do património arquitetónico como desenvolvimento do sector turístico do concelho Possibilidade de estabelecimento de rotas temáticas para públicos-alvo específicos Definição de percursos pedonais, onde se privilegie o contacto com a natureza e com o património histórico-cultural e arquitetónico do concelho Aposta na introdução de novos equipamentos, como Auditório ou Casa da Cultura Dinamização de grupos de índole cultural existentes: Banda Filarmónica, Rancho Folclórico, Grupos musicais, etc 	<ul style="list-style-type: none"> Degradação ambiental Não preservação e conservação do património edificado e cultural por falta de informação, verba ou investimento Perda da identidade concelhia pelo “esquecimento” da cultura Falta de capacidade regeneradora da população, assim como da vitalidade social e económica Falta de interesse por parte da população em requalificar um Centro Histórico muito degradado Degradação e eventual abandono por parte da população Possibilidade de destruição de vestígios arqueológicos não inventariados (muito suscetíveis à destruição) pela ausência de Carta Arqueológica

O Concelho de Figueiró dos Vinhos congrega um vasto conjunto de elementos patrimoniais que lhe atribuem uma qualidade cénica e paisagística que se deverá preservar. A defesa e a valorização do património são fatores determinantes no processo de qualificação urbanística dos espaços urbanos e rurais, contribuindo para o desenvolvimento económico e cultural, revelando-se um veículo privilegiado de coesão social. Sem prejuízo da salvaguarda do património edificado, deve-se também ter em consideração a valorização do não edificado, isto é, dos espaços públicos, respeitando a morfologia, e procurando torná-los num espaço de convivalidade e de fruição. Pretende-se promover um novo impulso no aproveitamento turístico do património cultural e histórico do concelho, valorizando a qualidade de vida no espaço urbano dos habitantes de Figueiró dos Vinhos.

O grupo respeitante à **arquitetura religiosa** compreende igrejas e capelas, bem como outras construções de cariz religioso que se inserem em contextos urbanos diversos. Os exemplares mais importantes são a Igreja Matriz de S. João Baptista, em Figueiró dos Vinhos, de origem manuelina, e o Convento de Nossa Senhora do Carmo, na mesma povoação, do século XVII, ambas classificadas, como Monumento Nacional e Imóvel de Interesse Patrimonial, respetivamente. Os restantes exemplares da arquitetura religiosa do concelho que foram inventariados correspondem a construções de diferentes épocas, correspondendo, no essencial, a Igrejas Paroquiais das diferentes freguesias e a algumas capelas dispersas pelo território. Para além destas foi, também, inventariado um cruzeiro oitocentista com cruz plana em chapa de ferro na Vila de Figueiró dos Vinhos (Estudos de suporte à Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos - 09. Património Arquitetónico).

O mesmo documento de caracterização do património presente no território de Figueiró dos Vinhos indica o pelourinho manuelino da Aguda e a torre gótica da cadeia comarcã de Figueiró dos Vinhos, ambos classificados como Imóvel de Interesse Público, como os dois elementos mais interessantes ao nível da arquitetura de equipamentos públicos no concelho. Para além destes foram inventariados neste âmbito a Fonte das Freiras, do século XVII, os Paços do Concelho e o Clube Figueirense, ambos de origem oitocentista, todos eles localizados na vila de Figueiró dos Vinhos.

No campo da **arquitetura civil**, ainda o mesmo documento, destaca “O Casulo”, chalet romântico do século XIX e em vias de classificação, e o Casal de São João, conjunto arquitetónico que se encontra, também, em vias de classificação. Pode-se referir, ainda, um conjunto significativo e interessante de construções integradas no conjunto edificado do núcleo mais antigo da vila, caracterizando-se pela sua implantação à face das ruas estreitas e sinuosas do núcleo mais antigo da vila de Figueiró dos Vinhos e o Casal de São João, na Aguda, que corresponde a um conjunto edificado de cariz rural onde é evidente o uso da pedra local deixada à vista. Para além destes, há que referir um conjunto de arquiteturas mais “eruditas” que corresponde aos edifícios solarengos de diferentes épocas, que pela sua presença e qualidade arquitetónica, marcam as suas envolventes em termos de imagem e destacam-se do restante edificado. São ainda possíveis de visualizar alguns elementos manuelinos e renascentistas em determinados edifícios da vila de Figueiró dos Vinhos, que datam dos séculos XV a XVII, aproximadamente.

Em termos de **património arquitetónico** podem então encontrar-se no concelho alguns vestígios de valor, verificando-se no entanto alguma debilidade na sua divulgação e promoção. Uma das zonas mais características é o núcleo mais antigo da vila de Figueiró dos Vinhos que corresponde à aglomeração

urbana primitiva e às áreas adjacentes. Segundo DGPC (2015), o património classificado e em vias de classificação é o apresentado no Quadro 5.6.2.2.

Quadro 5.6.2.2. – Património arquitetónico no Concelho de Figueiró dos Vinhos (Fonte: DGPC, 2015)

Designação	Situação Atual	Categoria de Proteção	Categoria/Tipologia
Igreja de São João Baptista, paroquial de Figueiró dos Vinhos	Classificado	MN Monumento Nacional	Arquitetura Religiosa / Igreja
Casa conhecida por "O Casulo"	Classificado	IIM Imóvel de Interesse Municipal	Arquitetura Civil / Casa
Pelourinho de Aguda	Classificado	IIP Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho
Torre da Cadeia Comarcã	Classificado	IIP Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Torre
Convento de N.ª Sr.ª do Carmo dos Carmelitas Descalços, incluindo Igreja e Construções	Classificado	IIP Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Convento
Casa Solar das Freiras	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação para IIM Imóvel de Interesse Municipal	-
Casa Simões de Almeida	Procedimento encerrado/arquivado – sem proteção legal	Não aplicável	Arquitetura Civil / Casal
Casal de São João (Conjunto Arquitetónico)	Procedimento encerrado/arquivado – sem proteção legal	Não aplicável	Arquitetura Civil / Casal
Moinhos de Papel em Água d'Alta	Procedimento encerrado/arquivado – sem proteção legal	Não aplicável	-

Estes valores patrimoniais apresentam, no entanto, alguma degradação que por um lado é reflexo da desertificação que se verifica no território mas também das reduzidas ações de reabilitação e conservação a que este património deverá estar sujeito sob pena de se perder a identidade da região. No É visível o valor patrimonial e histórico presente no território de Figueiró dos Vinhos. Aliado às suas características naturais poderá ser um forte fator a atribuir dinamismo ao desenvolvimento do turismo na região. Embora a região sofra de envelhecimento da população e de migrações para zonas do litoral onde a oferta de emprego e as condições de vida são mais favoráveis, a aposta no turismo poderá ser um vetor para o desenvolvimento económico da região.

Segundo os “Estudos de suporte à Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos - 09. Património Arquitetónico” na vila de Figueiró dos Vinhos uma das zonas mais caracterizadoras, no âmbito do património arquitetónico, é o núcleo mais antigo da vila que corresponde à aglomeração urbana mais antiga e áreas adjacentes. Definido pelas ruas mais antigas da vila, de características medievais, e respetivos edifícios, compreende a área de quarteirões irregulares localizados, essencialmente, a Noroeste da Praça do Município. O mesmo documento refere ainda que se encontram, também, em vários pontos da vila algumas casas solarengas de diferentes épocas que, pelas suas características, se destacam do restante edificado. Nos restantes aglomerados verifica-se uma presença reduzida de elementos arquitetónicos com inequívoco valor patrimonial surgindo, apenas alguns exemplares interessantes no campo da arquitetura religiosa. É de destacar, no entanto, na freguesia da Aguda, o Casal de São Simão que compreende um conjunto muito interessante de edifícios de habitação construídos em alvenaria de pedra local à vista.

Em termos de **património arqueológico** identificado, e segundo a DGPC (2015), existem no concelho 12 valores patrimoniais de interesse, já classificados, como se apresenta no Quadro 5.6.2.3.

Quadro 5.6.2.3. - Património arqueológico classificado (Fonte: DGPC, 2015)

Designação	Tipo de Sítio	Meio	Concelho/Freguesia
Olival	Villa	Terrestre	Figueiró dos Vinhos/Aguda
Serra dos Carrascos	Achado(s) Isolado(s)	Terrestre	Figueiró dos Vinhos/Aguda
Lomba do Tarrastreia 4	Mamoa	Terrestre	Figueiró dos Vinhos/Campelo
Casal dos Nabos III	Marco	Terrestre	Figueiró dos Vinhos/Arega
Ribeira de Brás	Marco	Terrestre	Figueiró dos Vinhos/Arega
Castelo de Vale Bom	Povoado Fortificado	Terrestre	Figueiró dos Vinhos/Arega
Almofala de Cima 6	Vestígios de Superfície	Terrestre	Figueiró dos Vinhos/Aguda
Ferrarias da Foz do Alge	Estrutura	Terrestre	Figueiró dos Vinhos/Arega
Lomba da Tarrastreia 6	Mamoa	Terrestre	Figueiró dos Vinhos/Campelo
Lomba da Tarrastreia 5	Mamoa	Terrestre	Figueiró dos Vinhos/Campelo
Lombas 4	Vestígios de Superfície	Terrestre	Figueiró dos Vinhos/Aguda
Viso do Esporão	Mamoa	Terrestre	Figueiró dos Vinhos/Campelo

No âmbito do património industrial, o concelho de Figueiró dos Vinhos apresenta vários exemplares que se encontram inventariados na Planta de Património da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos.

Conforme referido no Relatório do “Património Arquitetónico, Arqueológico, Natural e Botânico” (2015), as *“atividades económicas ligadas à transformação do ferro deixaram testemunhos arqueológicos. Com efeito as duas unidades proto industriais de depuração e transformação, sendo que uma funcionara primeiramente na freguesia de Campelo – Engenho de Machuca e outra na freguesia de Arega - Ferrarias da Foz de Alge que mantém ainda hoje a sua estrutura, constituem o património arqueológico industrial de interesse local”*.

O inventário e corografia realizados e iniciados em finais do século XVI⁶, que tinha como principal objetivo a melhoria e eficiente administração do território nacional, definiam o Engenho da Machuca. Embora de pequenas dimensões, esta unidade artesanal era dotada de fornalhas de fundição e de refinação e instrumento de brocar, cuja produção se destinava ao fabrico de ferro em barra e em vergalhão e de algumas peças para construção e artilharia navais.

Mais recente, a unidade da Foz de Alge foi concebida numa outra escala e era equipada por duas fornalhas de fundição, sendo a sua produção mais especializada. Nesta fabricavam-se peças de artilharia pesada que se destinavam à Armada Real, tais como canhões, e peças de armamento ligeiro. A distância e dificuldade de escoamento da produção, razões que igualmente contribuíram para o termo da produção do Engenho da Machuca, induziram ao seu encerramento em 1761, sendo reativada entre 1800 e 1824.

Em volta destas duas unidades industriais, foram exploradas as minas do Pinheiro, de Ribeira Velha, da Rapoila, localizada na Serra da Aguda, do Sobral, na proximidade de Maçãs e a de Ribeira de Proença, entre Bairradas e Vale do Rio.

⁶ GASPAR, Jorge *et al*, “Monografia do concelho de Figueiró dos Vinhos”, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2004.

Dada a existência de muito poucas unidades proto industriais de transformação do ferro no território nacional, estas duas antigas fábricas são inegáveis referências regionais e nacionais.

A produção de papel foi igualmente determinante na economia de Figueiró dos Vinhos, a qual não se limitou a este território, abrangendo as localidades envolventes, sendo que os polos de Lousã, Espinha e Gois apresentaram um franco desenvolvimento neste setor.

No caso de Figueiró dos Vinhos, o fabrico de papel remonta ao século XVII e encontra-se associado às Reais Ferrarias de Foz de Alge e de Machuca, cujo investimento estava sob administração de Francisco e Pedro Dufour que desenvolveram as técnicas de mestres franceses e transmitiram às famílias operárias da região.

Com efeito, foram emitidos, em 1663, dois alvarás pela sua Majestade a Francisco Dufour. No primeiro autorizava a construção dos moinhos de água para o fabrico de papel e o segundo era relativo aos privilégios outorgados aos engenhos de papel⁷. Porém, por esta produção ter sido iniciada e oficializada com Francisco Dufour, este já decorria no Lugar de Água Alta.

Deste tempo áureo subsistiram os dois antigos engenhos de Francisco e Pedro Dufour, e da família Silveiro e Curado, ambos localizados no lugar de Agua Alta, que constituem marcos histórico-sócio culturais e inegáveis valores patrimoniais deste território, devendo os seus aspetos construtivos e funcionais ser preservados e salvaguardados.

De referir que, relativamente aos vestígios arqueológicos, estes não são devidamente valorizados pela população do concelho, podendo ser reflexo de uma falha de comunicação na divulgação da informação por parte da autarquia.

Relativamente às **aldeias de xisto**, dadas as suas especificidades, refletidas na tipologia construtiva tradicional que traduzem as tradições locais, existe no concelho o Casal de São Simão, que se encontra atualmente na rede de 26 de aldeias de xisto do território do Pinhal interior.

Localizado na freguesia de Aguda, este pequeno lugar estrutura-se ao longo de uma cumeada paralela ao curso de Ribeira de Alge, encontra-se encaixada num dos lados da crista quartzítica que dá origem à Fraga, fazendo parte integrante da paisagem cultural. Essencialmente construída por edificações em xisto, esta aldeia desenvolve-se ao longo de um único arruamento, no qual se encontra o templo mais antigo de Figueiró dos Vinhos (Estudos de suporte à Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos - 09. Património Arquitetónico).

De uma forma geral, importa realçar que a falta de informação bem como os reduzidos programas culturais e históricos, contribuem indiretamente para a desvalorização do território, em termos de património. Torna-se assim necessário apostar na adoção de medidas de preservação/conservação como forma de fazer face a esta provável perda de património, bem como a introdução de programas culturais e temáticos que para além do entretenimento promovam também a informação das populações. Seria também importante reforçar as atividades de grupos culturais já existentes com o objetivo de preservar hábitos e costumes, atendendo às suas características e às suas necessidades de manutenção. É assim crucial um apoio por parte de entidades privadas e da autarquia como forma de sustentar as atividades destes grupos e com o objetivo de efetivamente demonstrar o auxílio na manutenção dos aspetos culturais.

⁷ - Conforme Informação do Parecer da DRCC, informação n.º376 – DRCC/ 2014

5.6.3. Efeitos esperados

No presente capítulo é promovida uma análise que visa evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pelo Plano, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos que atuam sobre o domínio em causa, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no Quadro de Referência Estratégico.

Na análise são contemplados os objetivos dos instrumentos do QRE que estejam direta ou indiretamente relacionados com o domínio em análise.

Os resultados da análise efetuada são apresentados no Quadro 5.6.3.1, adotando-se uma simbologia de (+) ou de (-) consoante a execução do Plano se antecipe como indutora de um contributo positivo ou negativo.

Quadro 5.6.3.1. - Contribuição da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, no âmbito do FCD – Património Cultural

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Património Cultural
PNPOT	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.	+	O cumprimento deste objetivo será alcançado através da concretização dos objetivos integrados na opção estratégica “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”.
ENDS	Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro.	+	A consideração do património cultural como um elemento ambiental, o qual deve ser preservado e conservado vem contemplado na revisão do plano. A melhoria do seu estado de conservação, as ações de preservação e a sua correta gestão irão contribuir para o cumprimento destes objetivos. Estes objetivos de sustentabilidade serão concretizados através da implementação dos objetivos de revisão do plano que pretendem: “Proteger e valorizar a paisagem, os recursos hídricos e sistemas de regadios tradicionais”, “Criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado à floresta e aos recursos hídricos”, “Tirar partido da proximidade de Figueiró dos Vinhos com a Serra da Lousã quer no desenvolvimento da atividade florestal e da silvicultura e turismo com o aproveitamento das formas tradicionais de ocupação rural e produtos locais”, “Promover a sustentabilidade do território com base nos recursos territoriais, ambientais e sinergias existentes”.
	Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural.	+	

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Património Cultural
PENT	Linhas orientadoras para as regiões - Desenvolver ofertas distintas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação.	+	A preservação e valorização do património cultural da região contribuirão para o cumprimento deste objetivo. Sendo o turismo uma aposta para o desenvolvimento e promoção do Concelho, como expresso pelos objetivos de “Criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado à floresta e aos recursos hídricos”, “Tirar partido da proximidade de Figueiró dos Vinhos com a Serra da Lousã quer no desenvolvimento da atividade florestal e da silvicultura e turismo com o aproveitamento das formas tradicionais de ocupação rural e produtos locais (artesanato e gastronomia)” e “Criar novas áreas de aptidão turística em articulação com o património natural e construído”, promover-se-á uma oferta distinta face às características e valores próprios da região.
	Enriquecimento da oferta - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística.	+	Dado que a atual proposta de revisão do plano em análise tem por objetivo a promoção do turismo através do desenvolvimento e dinamização dos valores culturais locais, com a sua implementação contribuir-se-á para a concretização deste objetivo com a implementação do objetivo de revisão do plano que pretende “Tirar partido da proximidade de Figueiró dos Vinhos com a Serra da Lousã quer no desenvolvimento da atividade florestal e da silvicultura e turismo com o aproveitamento das formas tradicionais de ocupação rural e produtos locais (artesanato e gastronomia)”.
	Qualidade urbana, ambiental e paisagística - Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal.	+	Se forem tidas em consideração as medidas de preservação propostas, nomeadamente a melhoria da qualidade ambiental e paisagística do concelho, fator que potencia o desenvolvimento do turismo e a melhoria da qualidade de vida, contribuir-se-á para a prossecução deste objetivo. A revisão do plano atende ao cumprimento deste objetivo na medida em que já se prevê “Reforçar a centralidade municipal de Figueiró dos Vinhos, com oferta em termos de equipamentos, culturais e de serviços, e diversidade e qualidade de espaços públicos” e “Promover a sustentabilidade do território com base nos recursos territoriais, ambientais e sinergias existentes”.
PEND Rural	Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais.	+	Pretendendo-se que o turismo sirva de base à economia local, e sendo que se espera que este assente na promoção do valor e saber locais, a revitalização das zonas rurais poderá atingir-se pela dinamização e promoção social que vise este objetivo. Desta forma contribuir-se-á ainda para a promoção da sustentabilidade prevendo a revisão do plano “Proteger e valorizar a paisagem, os recursos hídricos e sistemas de regadios tradicionais” bem como “Reforçar a centralidade municipal de Figueiró dos Vinhos, com oferta em termos de equipamentos, culturais e de serviços, e diversidade e qualidade de espaços públicos” e “Promover a equidade territorial com níveis de serviço de populações e acessibilidades qualificadas”.
	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.	+	

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Património Cultural
PROT - C	Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região Centro, contemplando, designadamente a concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território.	+	Este objetivo será alcançado se forem tidas em consideração as medidas de prevenção e conservação propostas, nomeadamente no que se refere à gestão eficiente e promoção do património cultural, fator que contribuirá para a qualificação urbanística e paisagística do território. Ainda a salientar que a revisão do plano já atende ao cumprimento deste objetivo pela prossecução dos objetivos expressos nas opções estratégicas “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”, “Potenciar a Economia do Concelho” e “Requalificação Territorial e Urbana”.
	Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região Centro, contemplando, designadamente o aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico.	+	O cumprimento destes objetivos será alcançado com a implementação das ações previstas para a concretização dos objetivos das opções estratégicas que pretendem “Potenciar a Economia do Concelho” e “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”, respetivamente. Estes objetivos serão ainda alcançados se forem tidas em consideração as medidas de prevenção e minimização, nomeadamente no que se refere ao desenvolvimento da atividade turística associada à promoção dos bens patrimoniais do território.
	Proteger e valorizar o património arquitetónico e arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes.	+	

Para além do cumprimento destes objetivos, e com a finalidade de avaliar os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos apresenta-se no Quadro 5.6.3.2. a relação destas com os indicadores estabelecidos.

Quadro 5.6.3.2. – Avaliação dos efeitos das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos nos indicadores estabelecidos para o FCD – Património Cultural

Domínios	Indicadores	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4
Identidade Histórica e Cultural	Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção)	0	+++	0	+++
	Reabilitação de edifícios urbanos degradados	0	+++	0	0
	Imóveis classificados	0	+++	0	+++
	Imóveis inventariados	0	+++	0	+++
	Intervenções de manutenção/preservação do património arquitetónico e arqueológico	0	+++	0	+++
	Aldeias de Xisto	0	+++	++	+++
	Atividades culturais	0	+++	+	0
	Ações de divulgação cultural	0	+++	0	0

Legenda do Quadro: Opção 1- Reforçar a Rede de Equipamentos; Opção 2- Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais; Opção 3- Potenciar a economia do Concelho; Opção 4 – Requalificação Territorial e Urbana

+++ Forte contribuição das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

++ Média contribuição das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

+ Fraca contribuição das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

0 Contribuição nula das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

- Fraco conflito das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

-- Médio conflito das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

--- Forte conflito das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

De acordo com a tabela anterior, é possível constatar que a opção estratégica 2 evidencia uma forte contribuição para a promoção de todos os indicadores relacionados com o domínio de avaliação, o que

demonstra a preocupação do município em estabelecer estratégias relacionadas com a conservação, preservação e valorização dos seus recursos patrimoniais.

No que se refere à opção estratégica 3, esta contribui de forma positiva para a promoção dos indicadores “Aldeias de Xisto” e “Atividades Culturais” já que o potenciar da economia por via da promoção do património e do seu aproveitamento turístico, poderão desenvolver os atuais e futuros mercados.

Importa ainda referir que, para o caso específico da opção estratégica 4, esta contribui de forma positiva para a promoção da maioria dos indicadores relacionados com o domínio de avaliação, o que revela uma preocupação do município em salvaguardar e preservar os valores históricos e culturais existentes no concelho. De facto, é de salientar que na própria proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos se espelha a preocupação e o objetivo de preservar os valores patrimoniais, estando tal previsto pelas obrigações expressas no Capítulo II – Sistema Patrimonial do plano em análise (Proposta de Regulamento, Março de 2015).

5.6.4. Oportunidades e Ameaças

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como os valores patrimoniais serão afetados com a implementação da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos. Neste contexto, procede-se à identificação e avaliação dos efeitos que esta revisão poderá provocar ao nível do património cultural em análise.

O Quadro 5.6.4.1. define as oportunidades e as ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de revisão do referido PDM.

Quadro 5.6.4.1. - Oportunidades e ameaças da revisão do PDM ao nível do FCD - Património Cultural.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitar o potencial relacionado com as praias fluviais / Aldeias de Xisto / Percursos pedestres • Património construído do Concelho que representa e poderá potenciar um grande desenvolvimento e interesse turístico • Desenvolvimento do turismo possibilitando uma projeção e visibilidade do Concelho que contribuirá para potenciar as atividades económicas e sociais • Preservação da identidade concelha e criação de uma cultura local que valoriza o seu património • Potenciar a fixação de população face a novas oportunidades, nomeadamente na área do turismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de estruturas e equipamentos adequados para garantir uma oferta turística de qualidade • Continuação do envelhecimento da população • Falta de capacidade regeneradora da população, assim como da vitalidade social e económica • Falta de interesse por parte da população em requalificar um Centro Histórico muito degradado • Perda de identidade do território a longo prazo caso o desenvolvimento do turismo não siga as características do património e passe a ser meramente comercial

A minimização das ameaças e o realce das oportunidades identificadas contribui para maximizar as potencialidades da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos.

A dinamização do valor histórico e cultural de um território através da promoção do turismo pode representar uma mais valia para a região. A valorização da identidade pode desenvolver na população auto-estima, ela própria elemento valorizador do espaço.

O território de Figueiró dos Vinhos encerra em si bens e valores que podem e devem ser valorizados. Apresenta um património construído de valor e de atração turística significativa, facto que poderá contribuir para o potenciar das atividades económicas e sociais no município. Esta valorização servirá para preservar a identidade do Concelho desenvolvendo-se uma cultura local de preservação e valorização. Estes aspetos podem contribuir para a fixação populacional facto que deriva da criação de novas oportunidades sociais e económicas resultantes da atividade turística. A salientar ainda a possibilidade de parte do território integrar o sistema turístico “Aldeias de Xisto” o qual pode funcionar como um excelente atrativo, juntando-se a este a dinamização das praias fluviais e dos percursos terrestres de conservação da natureza.

Por outro lado, a inventariação do Património Cultural pode abrir um novo panorama no ordenamento do território ao nível concelhio no que diz respeito à proteção e valorização dos imóveis e conjuntos que detêm valores arquitetónicos, históricos ou urbanísticos. Enquanto fonte de conhecimento do território e instrumento de apoio ao planeamento e gestão desse mesmo espaço, o Património Cultural deve assumir-se como uma componente estratégica na definição das novas políticas de ordenamento do território bem como um veículo privilegiado de sensibilização do potencial patrimonial, nomeadamente na qualificação dos ambientes urbanos, e ambientes em espaço rural, acrescentando a estes a proteção do seu local de inserção e da sua paisagem.

No entanto, existem alguns fatores negativos que não podem deixar de ser considerados, dado que representam algumas ameaças à concretização da valorização territorial. A região em análise sofre de envelhecimento da sua população e de desertificação por falta de dinâmica e de oferta laboral. É para tal imprescindível que o turismo seja uma aposta do município e da sua população, pois ela é o fator principal enquanto atrativo aos costumes e património, sendo fonte de saber e cultura fundamentais às atividades turísticas. Considerando todas estas oportunidades e considerando ainda o contexto regional, torna-se simples esboçar um modelo estratégico de conservação, preservação e valorização aos quais se associará o desenvolvimento.

A atual reduzida presença de infra-estruturas de suporte à atividade turística e a fraca qualidade das existentes também representam uma ameaça havendo a necessidade de motivar a sua valorização e melhoria da satisfação dos visitantes. Para esta desvalorização dos serviços, em muito tem contribuído o próprio desinteresse da população. A presença de um património desqualificado e com fracos índices de recuperação, fazem da zona histórica um local inóspito e sem vida, fruto da fraca motivação populacional em preservar a sua cultura que tem levado à degradação daqueles valores.

No entanto, o turismo pode influenciar de diversas formas um território, e caso a estratégia adotada não seja a mais indicada face à realidade de um território, as consequências podem ser nefastas no que se concerne à preservação do património. Desta forma, torna-se necessário reconhecer o turismo como uma valorização do património, e não só como uma atividade comercial. Para tal, a adoção de critérios e exigências associados ao turismo deverá ser uma constante como forma de minimizar os efeitos desta atividade e promover a conservação e valorização do património daquele território.

É importante que toda a intervenção ao nível do património edificado e do espaço público, seja feita em conformidade com parâmetros e características de desenho e arquitetura que promovam a unidade estética característica daquele território. Portanto, a componente estética da arquitetura e dos espaços

públicos, assume-se como um vetor estratégico para se conseguir atingir os objetivos de sucesso que se pretendem com o desenvolvimento do potencial turístico.

A progressiva adesão ao turismo é um fenómeno a ter em consideração, sendo importante avaliar os casos em presença. Tendo em conta os indicadores de análise definidos anteriormente, relacionados com as “Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção)”, “Reabilitação de edifícios urbanos degradados” e “Edifícios degradados ocupados e fora de uso”, verifica-se claramente uma oportunidade do município em promover a reabilitação dos edifícios existentes. Torna-se nestes casos necessário aferir a listagem dos elementos mais relevantes e a possibilidade ou mais-valia da sua classificação como imóveis de interesse concelhio. Poderão ainda ser criados mais equipamentos de carácter desportivo e recreio, que irão aumentar a oferta turística na região. A ameaça relativa à possível destruição do património arquitetónico devido à falta de conservação deverá ser tida em consideração pela autarquia, pelo que deverão ser tomadas medidas de proteção e preservação desses mesmos espaços.

Desta forma, a requalificação de todo este território, atendendo às suas características patrimoniais e às estratégias de desenvolvimento do turismo assume especial importância enquanto vetor de reorganização no que se refere ao espaço urbano. A definição de circuitos e rotas turísticas acarretará a necessidade de estabelecimento de estruturas e equipamentos que promovam a concretização destas atividades. Sendo assim, a dotação do Concelho com infra-estruturas de apoio revela-se essencial, sendo um dos fatores de sucesso do futuro. Dentro destas infra-estruturas, e sendo o Concelho detentor de uma qualidade ambiental, a referir a possibilidade de inclusão de circulação própria para peões bem como o cumprimento de objetivos de mobilidade sustentável. Importa assim estabelecer uma estratégia de continuidade entre as necessidades e estruturas urbanas disponíveis bem como com a estrutura urbana original, e com as alterações a introduzir.

Salienta-se ainda que, sendo expectável o aumento de fluxo rodoviário resultado do incremento de atividades turísticas, a qualidade do ar poderá sofrer uma redução o que diminuirá a qualidade ambiental e os índices de satisfação das populações, podendo influenciar de forma negativa a fixação das populações e o desenvolvimento turístico do Concelho. Outros fatores a serem afetados são a conservação, preservação e qualidade dos recursos naturais que estará também comprometida.

5.6.5. Diretrizes para seguimento

De forma a permitir uma valorização adequada do Património Cultural existente no concelho de Figueiró dos Vinhos, propõem-se as seguintes linhas de orientação e recomendações, relativas ao domínio de avaliação.

Identidade Histórica e Cultural

- As intervenções realizadas ao nível do património inventariado deverão ser apenas ações de recuperação e valorização, não permitindo a demolição de edifícios ou elementos;
- Sempre que essas ações possam diminuir ou prejudicar o seu valor patrimonial (alterações arquitetónicas e construtivas ou alterações volumétricas) a Câmara Municipal pode indeferir essas intervenções;

- Deve ser solicitado parecer prévio à entidade da tutela quando ocorram trabalhos que envolvam a alteração do solo, nas áreas inventariadas;
- Deverão ser estabelecidos procedimentos específicos de salvaguarda arqueológica no âmbito dos instrumentos de gestão territorial (Plano de Urbanização e Plano de Pormenor), de acordo com a legislação aplicável;
- Deverá ser promovida a salvaguarda e valorização de forma integrada do património concelhio, sempre que seja necessária a execução de infra-estruturas que tragam implicações sobre este património;
- Sempre que haja ocorrência de achados arqueológicos, no seguimento de intervenções no território (trabalhos de reflorestação e infra-estruturação), terá de ser comunicado às entidades municipais e estaduais responsáveis pelo património cultural ou à autoridade policial;
- Fomento da inclusão, em planos e programas futuros a elaborar pela autarquia, do registo dos hábitos culturais dos seus habitantes, de forma a ir ao encontro das suas necessidades;
- Definição de percursos pedonais, para conferir um contacto mais próximo entre o observador e a zona histórica;
- Fomento da requalificação urbana: consolidação da malha edificada, criação de espaços públicos com zonas verdes e identificação de ações necessárias no parque edificado existente, essencialmente no que respeita à recuperação e reconversão de usos;
- Promoção do Património Cultural – manutenção e preservação das tradições locais;
- Promover atividades que interajam com a população envelhecida com o objetivo de as inserir e valorizar o seu conhecimento e saber;
- Apoiar e dinamizar os grupos de índole cultural existentes: Banda Filarmónica, Rancho Folclórico, Grupos musicais, evitando a sua extinção e se possível apoiar o aparecimento de novos grupos;
- Promover as tradições e os costumes populares de forma a evitar o seu esquecimento.

Rumo ao desenvolvimento sustentável, de forma a atingir níveis de sustentabilidade elevados, o concelho de Figueiró dos Vinhos deverá tomar medidas no sentido de preservar o seu património histórico e cultural, o que se irá traduzir numa mais valia em termos turísticos para o concelho. Salienta-se ainda como de extrema importância o acompanhamento da concretização do disposto no Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Figueiró dos Vinhos.

5.7. QUALIDADE AMBIENTAL

5.7.1. Descrição do FCD e seus objetivos

O FCD Qualidade Ambiental pressupõe a análise de diversos componentes abióticos naturais e antropogênicos como solo, água, atmosfera, fatores climáticos, resíduos e ruído que, isoladamente ou em interação, se revelam de primordial importância no contexto da avaliação ambiental.

A qualidade ambiental de uma região constitui um fator importante para a qualidade de vida da população humana e, relacionada com os critérios de ordenamento do território, poderá contribuir para altos níveis de competitividade e de desenvolvimento sustentável.

Os principais domínios de avaliação e objetivos de sustentabilidade ambiental encontram-se listados no Quadro 5.7.1.1, assim como os indicadores propostos para auxiliar o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar, sendo certo que esta análise se encontra balizada pelo tipo de informação disponível.

Quadro 5.7.1.1. – Relação entre os diversos domínios de análise considerados para o FCD: Qualidade Ambiental, com os objetivos de sustentabilidade e principais indicadores de análise estabelecidos.

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Qualidade Ambiental	Solo	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a contaminação do solo • Minimizar o impacto provocado por resíduos • Promover uma política adequada de gestão de resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> • Densidade populacional • Produção e valorização de resíduos
	Água	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade da água superficial e subterrânea de acordo com os fins a que se destina • Qualidade das águas balneares
		<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos 	
		<ul style="list-style-type: none"> • Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano 	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de água • População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo
		<ul style="list-style-type: none"> • Promover um consumo eficiente e racional do recurso água 	<ul style="list-style-type: none"> • Perdas no sistema de abastecimento • Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água⁽¹⁾
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais • Promover a qualidade de vida das populações 	<ul style="list-style-type: none"> • População servida por sistema de drenagem de águas residuais • População servida por sistema tratamento de águas residuais
		<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações 	<ul style="list-style-type: none"> • População exposta a níveis sonoros superiores aos limites legais
	Ar	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública • Reduzir a poluição do ar 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade do ar • Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites
		<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão.
		<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a oferta de modos de transporte sustentáveis e alternativos 	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos com adoção de soluções que tenham em vista a mobilidade sustentável
Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da Eficiência Energética 	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de energia (gás, 	

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
		<ul style="list-style-type: none"> Utilização Racional de Energia Utilização de Fontes de Energia Renovável 	eletricidade) <ul style="list-style-type: none"> Projetos com adoção de soluções de eco-eficiência energética⁽¹⁾ Produção de energia através de recursos renováveis

¹- Indicador com lacuna de informação analisado na fase de seguimento da implementação da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

5.7.2. Situação existente e análise de tendências

A análise deste fator crítico de decisão pretende avaliar de que forma a implementação das ações preconizadas no PDM de Figueiró dos Vinhos irão influenciar a qualidade ambiental do concelho no que respeita, nomeadamente, à proteção do solo, dos recursos hídricos e da qualidade do ar. Para o alcance deste propósito caracterizou-se a situação de referência, usando os indicadores definidos, através dos quais se identificam os aspetos positivos que devam ser reforçados e os negativos que tenham de ser alvo de medidas de minimização, de forma a promover a melhoria deste fator.

A análise SWOT efetuada e apresentada no Quadro seguinte pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características ambientais e das tendências existentes ao nível do concelho de Figueiró dos Vinhos.

Tem como referência todo o território do concelho e identifica as tendências de evolução provável no cenário da **não implementação da proposta** de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos (Quadro 5.7.2.1.).

Quadro 5.7.2.1. – Análise SWOT no âmbito do FCD – Qualidade Ambiental

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Valor natural e paisagístico de cursos de água Totalidade da população abrangida por sistema de abastecimento de água para consumo humano Percentagem reduzida de população afetada por níveis de ruído Boa qualidade do ar na Região Centro Interior Projeto Mobilidade Sustentável Potencial natural para a produção de energia eólica 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de controlo e potencial mau funcionamento de algumas fossas sépticas individuais Reduzida taxa de separação de resíduos Ocorrência de depósitos ilegais de resíduos Reduzida cobertura da rede de saneamento e drenagem Poluição associada à atividade industrial
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Elevadas potencialidades dos cursos de água Elevado valor paisagístico e condições naturais excecionais para fins lúdicos e recreativos, nalguns cursos de água Melhoria a qualidade de vida da população residente 	<ul style="list-style-type: none"> Contaminação do solo e da água por deposição indevida de resíduos e poluição difusa Possível deterioração da qualidade do ar devido à laboração de empresas

O conhecimento da realidade concelhia, e o diagnóstico efetuado com base numa análise de tendências permitirá identificar questões estratégicas, contribuindo para delinear diretrizes importantes para o concelho.

Desta forma, serão abordados, separadamente, os seguintes domínios: “Solo”, “Água”, “Ruído”, “Ar” e “Energia”, tendo sido desenvolvida uma abordagem assente em cada um dos indicadores considerados ou, em algumas situações, na conjugação/fusão de alguns indicadores.

SOLO

A região em estudo reflete a mesma tendência generalizada de perda populacional sentida na Região Centro, nos últimos 10 anos (Quadro 5.7.2.2.). O concelho de Figueiró dos Vinhos sofreu uma perda de população e consequente diminuição da densidade populacional, no último decénio.

Quadro 5.7.2.2. – Densidade populacional e população residente (Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011)

Unidade geográfica	2001		2011		Variação da população (%) 2001-2011
	Densidade (hab./km ²)	População residente (n.º hab.)	Densidade (hab./km ²)	População residente (n.º hab.)	
Portugal	113,1	10.356.117	114,3	10.562.178	1,99
Centro	83,5	2.348.397	82,1	2.327.755	-0,88
Pinhal Interior Norte	52,8	138.535	49,9	131.468	-5,1
Figueiró dos Vinho	41,8	7.352	35,2	6.169	-16,09

A densidade populacional registada no concelho de Figueiró dos Vinhos em 2011 foi de 35,2 hab./km², valor que se situa muito abaixo do registado na Região Centro (82,1 hab./km²) e também dos valores apresentados para o Pinhal Interior Norte (49,9 hab./km²).

Dados mais recentes de 2012 permitem confirmar a permanente diminuição da população residente no concelho, tendo-se registado um valor na ordem dos 6.031 habitantes. A diminuição da população pode ser explicada pelos fenómenos de emigração que se fazem sentir também neste concelho (essencialmente para países africanos e europeus), mas também pode ser explicada pela diminuição da taxa de natalidade.

Este indicador da densidade populacional será analisado em conjunto com outros indicadores, estabelecendo relações nomeadamente com a produção de RSU, consumo de água e energia.

No que respeita ao aumento da **produção de resíduos sólidos urbanos** (RSU), esta problemática é particularmente preocupante nos países desenvolvidos, onde a melhoria das condições de vida promoveu o aumento do consumo.

A gestão dos RSU indiferenciados no concelho de Figueiró dos Vinhos caracteriza-se pela recolha, transporte e deposição na estação de transferência de Ansião por parte dos serviços da Câmara Municipal. Posteriormente, os RSU são encaminhados para o aterro sanitário da Figueira da Foz, pela Empresa de Resíduos Sólidos Urbanos do Centro (ERSUC). A ERSUC é ainda responsável pela recolha e valorização dos resíduos colocados nos ecopontos.

Ao nível do grau de execução do PDM em vigor, foi efetuado um investimento acentuado na infraestruturização do território concelhio, nos últimos anos (desde o último período inter-censitário) e, no que respeita à recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, o grau de execução é largamente

positivo devido à integração do município no sistema da ERSUC, com a resolução de problemas ambientais resultantes de uma lixeira existente (com encerramento e requalificação ambiental), e ainda com a atual recolha, transporte e deposição dos resíduos, com meios e locais adequados para o seu armazenamento e tratamento adequado (Estudos de suporte à Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos).

O município apresenta atualmente uma acessibilidade ao serviço de 100%, sendo considerado bom, já para a acessibilidade ao serviço de recolha seletiva não existem dados (Estudos de suporte à Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, 2015).

No período compreendido entre 2001 e 2010, verificou-se um aumento ao nível da produção de RSU indiferenciados, no entanto, entre 2010 e 2013 verifica-se uma diminuição significativa, que pode estar relacionada com a diminuição da população residente registada no concelho.

A análise do quadro seguinte permite constatar que a **recolha seletiva de resíduos tem evoluído nos últimos anos** (nomeadamente no período compreendido entre 2001 e 2013). De facto, verificou-se um aumento significativo da quantidade de resíduos sólidos urbanos diferenciados recolhidos de forma seletiva (Quadro 5.7.2.3.), sendo que, para esta ocorrência, poderão ter contribuído, além dos padrões de consumo da população, o aumento de equipamentos disponíveis para a colocação de resíduos diferenciados e o encaminhamento adequado dos resíduos em detrimento da sua deposição nos resíduos indiferenciados. Esta situação pode estar relacionada com a sensibilização efetuada por parte da autarquia (em parceria com outras entidades), aos municípios. Em 2013, a proporção de RSU recolhidos de forma seletiva era de 15%.

Quadro 5.7.2.3. - Resíduos Urbanos Recolhidos, Tipo de Recolha (INE, 2015)

Ano	Total (ton)	Recolha indiferenciada (ton)	Recolha Seletiva (ton)
2013	898	767	131
2012	1793	1658	135
2011	1896	1736	160
2010	2210	1942	268
2009	1975	1818	157
2008	1942	1799	142
2007	1825	1716	109
2006	1877	1760	117
2005	1846	1754	92
2004	1850	1736	114
2003	1722	1631	91
2002	1665	1597	67
2001	1494	1441	53

Ainda assim, apesar do aumento de recolha de resíduos verificado, a percentagem de resíduos recolhidos seletivamente, comparativamente com a percentagem de resíduos indiferenciados recolhidos, é ainda reduzida.

Não obstante o referido, importa salientar que nos últimos 4 anos de registo, entre 2010 e 2013, tal como aconteceu com os resíduos indiferenciados, registou-se uma diminuição da recolha seletiva de resíduos, que poderá estar relacionada com a diminuição a população residente registada no concelho, para esses anos.

De facto, de acordo com dados mais recentes, disponíveis no INE, verificou-se uma diminuição, entre 2010 e 2013, na recolha seletiva de todos resíduos diferenciados (embalagens de plástico e metal, papel e de vidro) (Quadro 5.7.2.4.).

Quadro 5.7.2.4. – Recolha seletiva de RSU diferenciados no concelho de Figueiró dos Vinhos, entre 2003 e 2008 (Fonte: INE, 2015).

Resíduos Sólidos Urbanos recolhidos de forma seletiva (ton)	2010	2012	2013
Embalagens de Plástico e Metal	24,550	20,900	20,540
Papel e Cartão	45,140	36,980	37,660
Vidro	183,593	65,920	64,820
Pilhas	0	0	0
Biodegradáveis	0	0	0
Total	253,283	123,800	123,020

Pelo quadro anterior pode-se aferir que o vidro e o papel/cartão são a maior fração de materiais recolhidos nos ecopontos.

A autarquia deverá continuar a promover sessões/ações de informação/sensibilização conjuntamente com as diversas entidades relacionadas com as questões ambientais. De facto, a separação de resíduos é um hábito que deve ser inculcido na população, através de **campanhas e ações de sensibilização** para a temática da política dos 3R's.

No que respeita à produção de **resíduos industriais**, as próprias unidades industriais a instalar na área territorial abrangida pela proposta de revisão do PDM deverão ser responsáveis pelo armazenamento, recolha, encaminhamento e destino final adequado dos resíduos produzidos.

Os resíduos produzidos nos centros de saúde do município são recolhidos, separados e devidamente encaminhados para empresas que promovem o seu tratamento (Estudos de suporte à Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos).

O concelho de Figueiró dos Vinhos dispõe de um sistema de recolha seletiva de pilhas e acumuladores usados, sendo que os pontos de recolha se encontram distribuídos por escolas, supermercados e diversas entidades do concelho.

O município tem ainda dinamizado o projeto *EcoÓLEO – Reciclagem de Óleos Alimentares Usados* (em conjunto com a Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro) no sector doméstico, consistindo este projeto na recolha de óleos alimentares usados, por parte da população (cantinas e restaurantes), e colocação em contentores específicos para o efeito, sendo estes posteriormente encaminhados para destinos adequados, nomeadamente para valorização energética, através da sua conversão em biodiesel.

ÁGUA

Massa de Água Superficial

Em termos hidrográficos, a área geográfica correspondente ao concelho de Figueiró dos Vinhos encontra-se abrangida pelo Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo. A região hidrográfica do Tejo (RH5) é limitada pelo território espanhol a Este, pelas bacias hidrográficas das ribeiras do Oeste e do Lis a Oeste, pela bacia hidrográfica do Mondego a Norte e pela bacia hidrográfica do Douro a Nordeste. A Sul e a Sudeste é limitada pelas bacias hidrográficas do Sado e do Guadiana, respetivamente (PGRHT, 2012).

O **rio Tejo** nasce em Espanha na serra de Albarracín, a cerca de 1.600 m de altitude e apresenta um comprimento de 1.100km, dos quais 230km em Portugal e 43km de troço internacional, definido desde a foz do rio Erges, afluente da margem direita do Tejo, até à foz do rio Sever, na margem esquerda (PGRHT, 2012).

De acordo com o PGRHT (2013) “em território nacional os **principais afluentes do rio Tejo** são o rio Sorraia, na margem esquerda e o **rio Zêzere**, na margem direita, com 7.611km² e 5.029km² de área de drenagem, respetivamente. **Os grandes afluentes do rio Tejo na margem direita**, Erges, Aravil, Pônsul, Ocreza e Zêzere, drenam a zona do Maciço Hespérico, acidentada, montanhosa e com pluviosidade relativamente elevada, se for excluída a área oriental da Beira Baixa. Estes rios possuem uma significativa expressão, tanto em extensão como em área drenada, formando vales encaixados, transversais ao curso do rio principal”.

A RH5 integra 23 sub-bacias partilhadas entre Portugal e Espanha, sendo que a área geográfica correspondente ao concelho de Figueiró dos Vinhos encontra-se abrangida pela sub-bacia rio Zêzere, que apresenta uma área de 5.029km². Esta sub-bacia é a segunda com maior dimensão na região hidrográfica do tejo (PGRHT, 2012).

O principal curso de água existente no concelho de Figueiró dos Vinhos corresponde a um afluente do rio Zêzere, a Ribeira de Alge, que nasce na sua parte Norte e atravessa o concelho aproximadamente no sentido Norte-Sul, fazendo entretanto uma incursão pelo concelho de Alvaiázere, até desaguar no rio Zêzere, na Foz do Alge. O rio Zêzere e a Albufeira do Castelo de Bode limitam, a SE, o concelho de Figueiró dos Vinhos (Figura 5.7.2.1.).

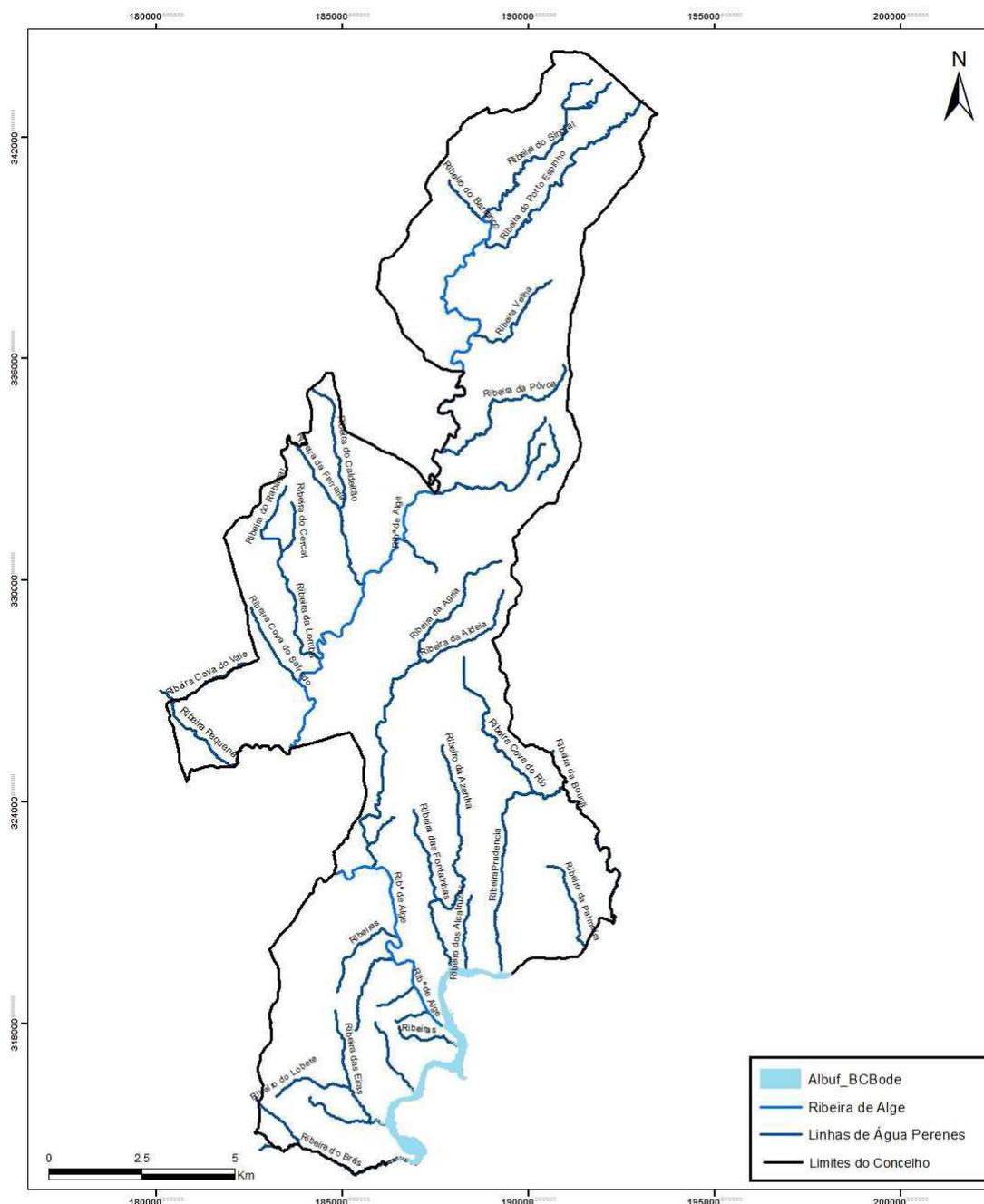


Figura 5.7.2.1. - Mapa da Rede Hidrográfica do Concelho de Figueiró dos Vinhos (Adaptado de PMDFCI, 2014)

A caracterização dos **aspetos qualitativos** dos recursos hídricos superficiais da área territorial abrangida pela proposta de revisão do PDM em análise foi efetuada com base na informação disponível no Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH) e também na informação disponível no PGRH Tejo, relativa ao Estado Ecológico e Químico das Massas de Água Superficial.

De acordo com informação do SNIRH, existem no concelho de Figueiró dos Vinhos, duas estações de monitorização inseridas na Rede de Qualidade da Água Superficial: a estação de monitorização de Alge e a Estação de monitorização de Ponte Vale do Rio. Uma vez que a Ribeira de Alge é o principal curso de água existente no concelho, a análise desenvolvida neste relatório será relativa a esta estação de monitorização.

Para efetuar a análise da qualidade da água superficial procedeu-se à avaliação dos dados existentes na

estação de monitorização em estudo. O quadro seguinte apresenta as características gerais da estação de monitorização em análise.

Quadro 5.7.2.5. - Estação de monitorização do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, de Alge (SNIRH, 2015).

Bacia	Meio Aquático	Código SNIRH	Designação	Coordenadas x (m)	Coordenadas y (m)
Tejo	Ribeira do Alge	14H/02	Alge	183862	327238

A massa de água foi classificada com base nos critérios propostos pela “*Classificação dos Cursos de Água Superficiais de Acordo com as suas Características de Qualidade para Usos Múltiplos*”, da APA. A classificação da qualidade da água para usos múltiplos permite obter informação sobre os usos que potencialmente podem ser considerados na massa de água. São consideradas cinco classes, conforme se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 5.7.2.6. - Classificação da Qualidade das Águas (SNIRH, 2015).

Classe	Descrição da qualidade das águas
A - Excelente	Águas com qualidade equivalente às condições naturais aptas para satisfazer potencialmente as utilizações mais exigentes em termos de qualidade
B – Boa	Águas com qualidade ligeiramente inferior à Classe A, mas podendo também satisfazer potencialmente todas as utilizações
C – Razoável	Águas com qualidade aceitável, suficiente para irrigação, usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso. Permite a existência de vida piscícola (espécies menos exigentes), mas com reprodução aleatória, apta para recreio sem contato direto
D – Má	Águas com qualidade medíocre, apenas potencialmente aptas para irrigação, arrefecimento e navegação. A vida piscícola pode subsistir de forma aleatória
E – Muito Má	Águas extremamente poluídas e inadequadas para a maioria dos usos

A figura seguinte apresenta o resultado das classificações obtidas na estação de monitorização “Alge”, entre 2002 e 2013 (não existindo dados entre 1995 e 2002), utilizando para o efeito a base de dados do SNIRH.

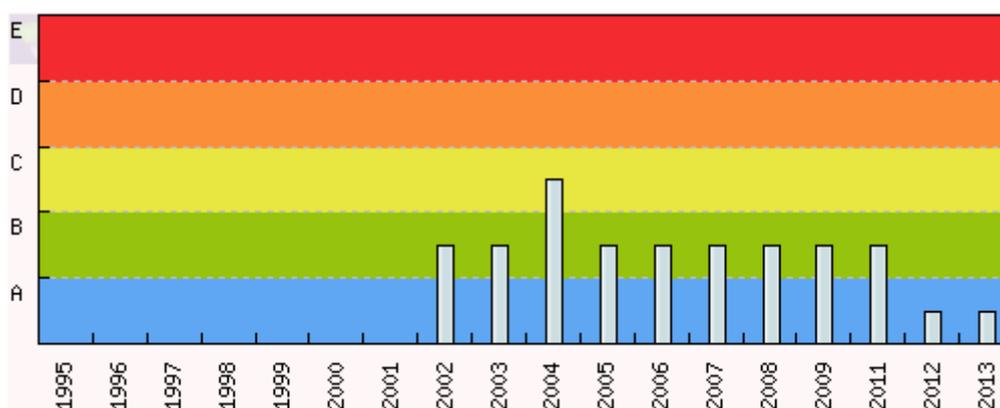


Figura 5.7.2.2. - Classificação disponível para a estação de monitorização Alge, entre 2002 e 2013 (SNIRH, 2015).

A análise da figura anterior permite constatar que os últimos dados disponíveis, referentes a 2013, para a estação de monitorização “Alge”, apresentam uma classificação da qualidade da água de “Excelente”

(Classe A). Esta classe aplica-se a “Águas com qualidade equivalente às condições naturais aptas para satisfazer potencialmente as utilizações mais exigentes em termos de qualidade”. O quadro seguinte apresenta os parâmetros responsáveis pela qualidade da água superficial, no período compreendido entre 2002 e 2011.

Quadro 5.7.2.7. – Parâmetros responsáveis pela Qualidade da Água, na estação “Alge”, entre 2002 e 2013 (SNIRH, 2015).

Ano	Parâmetro Responsável
2002	Nitratos, Carência química de oxigénio, Oxigénio dissolvido (sat), Azoto amoniacal, Estreptococos fecais, Fósforo P, Coliformes totais e Azoto Kjeldahl
2003	Carência química de oxigénio, Azoto amoniacal, Estreptococos fecais, Coliformes fecais, Oxigénio dissolvido (sat) e Coliformes totais
2004	Azoto Kjeldahl
2005	Coliformes totais
2006	Coliformes totais, Coliformes fecais e Estreptococos fecais
2007	Carência química de oxigénio, Carência bioquímica de oxigénio, Coliformes totais, Oxigénio dissolvido (sat) e Coliformes fecais
2008	Coliformes fecais, Coliformes totais e Oxigénio dissolvido (sat)
2009	Estreptococos fecais, Coliformes totais e Coliformes fecais
2011	Coliformes totais, Coliformes fecais, Carência química de oxigénio e Estreptococos fecais
2012	-
2013	-

De uma forma geral, os “Coliformes totais” e os “Coliformes fecais” integravam os parâmetros responsáveis pela qualidade da água verificada nesta estação de monitorização, desde 2002, até 2011. A classificação da água nestes anos poderá estar relacionada com a contaminação orgânica e microbiológica, traduzida nos parâmetros CBO₅, CQO, Coliformes e Estreptococos, sendo que esta contaminação, de origem doméstica, poderá ter sido resultado do baixo nível de atendimento da população por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais e do eventual funcionamento deficiente das ETAR’s existentes.

No entanto, importa destacar que nos dois últimos anos de registo, esta estação obteve uma classificação de qualidade da água “Excelente”.

Ainda ao nível dos aspetos qualitativos, optou-se por efetuar adicionalmente uma análise mais específica, tendo como base informação constante no PGRHT (2012) relativa ao estado químico da ribeira de Alge. Conforme se pode constatar pela figura seguinte, a ribeira de Alge encontra-se classificada com um “Bom” estado químico.



Figura 5.7.2.3. – Estado Químico associado às massas de água superficiais (PGRHT, 2012).

No que respeita às albufeiras, estas constituem importantes reservas de água, com uma grande multiplicidade de usos. A área territorial abrangida pelo concelho de Figueiró dos Vinhos integra áreas inseridas no plano de ordenamento das Albufeiras do Cabril, Bouça e Santa Luzia e no plano de ordenamento da albufeira de Castelo de Bode.

Os principais usos associados à albufeira da barragem de Castelo de Bode são o abastecimento doméstico, a produção de energia e a rega, enquanto que os principais usos associados à albufeira da barragem do Cabril, Bouça e Santa Luzia são o abastecimento doméstico, a rega e o abastecimento industrial.

Relativamente à qualidade das águas balneares de interior, no concelho de Figueiró dos Vinhos estão identificadas a praia fluvial de Ana de Aviz e a praia fluvial das Fragas de S. Simão.

De acordo com informação do SNIRH, em 2014, a qualidade da água balnear de Ana de Aviz (PTCU9E) encontrava-se classificada como “Aceitável” e a qualidade água balnear de Fragas de S. Simão (PTCK7V) encontrava-se também classificada como “Aceitável”.

Massa de Água subterrânea

No que respeita aos **recursos hídricos subterrâneos**, estes desempenham um papel fundamental tanto no abastecimento das populações, como no abastecimento da agricultura e indústria. É reconhecido o papel importante que estes recursos apresentam, mesmo em zonas onde as águas subterrâneas são escassas, pois *“podem ser fundamentais, na ausência de outros recursos hídricos economicamente mobilizáveis, permitindo assegurar o abastecimento de núcleos urbanos ou industriais de pequena dimensão, de explorações agro-pecuárias e do regadio de pequenas explorações agrícolas”* (www.snirh.pt).

A distribuição dos recursos hídricos subterrâneos em Portugal continental está intimamente relacionada com as ações geológicas que moldaram o nosso território. Nas bacias meso-cenozóicas, ocupadas essencialmente por rochas detríticas ou carbonatadas, pouco ou nada afetadas por fenómenos de metamorfismo, encontram-se os aquíferos mais produtivos e com recursos mais abundantes (www.snirh.pt).

A figura seguinte apresenta o enquadramento do concelho de Figueiró dos Vinhos na Unidade Hidrogeológica correspondente.

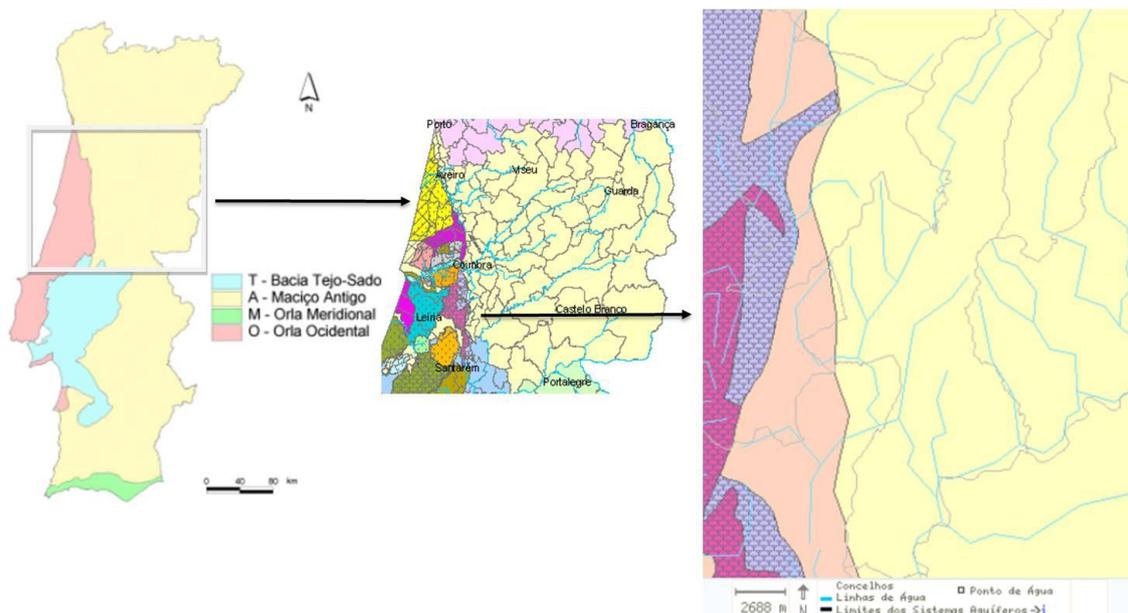


Figura 5.7.2.4. - Enquadramento do concelho de Figueiró dos Vinhos nas Unidades Hidrogeológicas correspondentes (Geosnrh, 2015).

No que respeita aos sistemas aquíferos existentes na área em estudo, o concelho de Figueiró dos Vinhos insere-se, quase na sua totalidade, no sistema aquífero do Maciço Antigo e na Massa de Água Subterrânea correspondente ao Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo, sendo que uma área muito reduzida do concelho (localizada a Oeste) pertence ao sistema aquífero da Orla Mesocenozóica.

O Maciço Antigo é constituído essencialmente por rochas eruptivas e metassedimentares que em termos gerais podem ser consideradas como materiais com escassa aptidão hidrogeológica e pobre em recursos hídricos subterrâneos, embora possam ser importantes as captações subterrâneas existentes nos concelhos para abastecimento das populações. Segundo a caracterização hidrogeológica efetuada por ALMEIDA, C. [et al] (2000), a circulação nestes tipos litológicos (rochas granitoides, xistos e grauvaques) é, na sua maioria, relativamente superficial, condicionada pela espessura da camada de alteração e pela rede de fraturação resultante da descompressão dos maciços. A espessura com interesse hidrológico ronda em média os 70 a 100 metros.

Do ponto de vista hidrogeológico, as rochas do Maciço Antigo são normalmente “*designadas pelos hidrogeólogos de rochas cristalinas ou rochas duras, normalmente fraturadas ou fissuradas*”. Podem-se considerar como materiais com escassa aptidão hidrogeológica, pobres em recursos hídricos subterrâneos (ALMEIDA, C. [et al], 2000).

Relativamente ao funcionamento hidrogeológico, considera o PGRHT (2013) que as massas de água subterrâneas na área em estudo “*têm como principal entrada de água a infiltração da água da chuva, que se processa dependendo das condições de ocupação do solo e da própria natureza do solo, em toda a extensão de afloramento. Dependendo das condições geomorfológicas, pode também ocorrer infiltração da água de escorrência superficial gerada fora da área de afloramento da MA subterrânea. As MA subterrâneas podem também receber água por escoamento subterrâneo lateral proveniente de MA subterrâneas adjacentes. Outras origens de entrada de água, também localizadas, são a recarga proveniente dos excedentes de rega, e as perdas de águas nas redes de distribuição e de saneamento. Só em situações pontuais é que se prevê que possa haver entrada de água a partir da infiltração de cursos de águas superficiais*”.

No que se refere às **saídas** das massas de água subterrâneas, estas “*serão em **direção aos cursos de águas superficiais que as drenam (...). As saídas das MA subterrâneas podem ocorrer por evapotranspiração nos locais onde os níveis freáticos se encontram muito próximos da superfície. Podem também ocorrer por escoamento subterrâneo lateral, que a existir deverão ser localizados***” (PGRHT, 2012).

De acordo com o artigo 4.º da Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, o bom estado químico das águas subterrâneas é o estado químico alcançado por um meio hídrico subterrâneo em que a composição química é tal que as concentrações de poluentes (PGRHT, 2012):

- Não apresentem efeitos significativos de intrusões salinas ou outras;
- Cumpram as normas de qualidade ambiental que forem fixadas em legislação específica;
- Não impeçam que sejam alcançados os objetivos ambientais específicos estabelecidos para as águas superficiais associadas nem reduzam significativamente a qualidade química ou ecológica dessas massas;
- Não provoquem danos significativos nos ecossistemas terrestres diretamente dependentes das massas de águas subterrâneas.

A massa de água subterrânea do Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo encontra-se classificada em “Bom” estado químico, conforme se pode constatar pela figura que se segue.

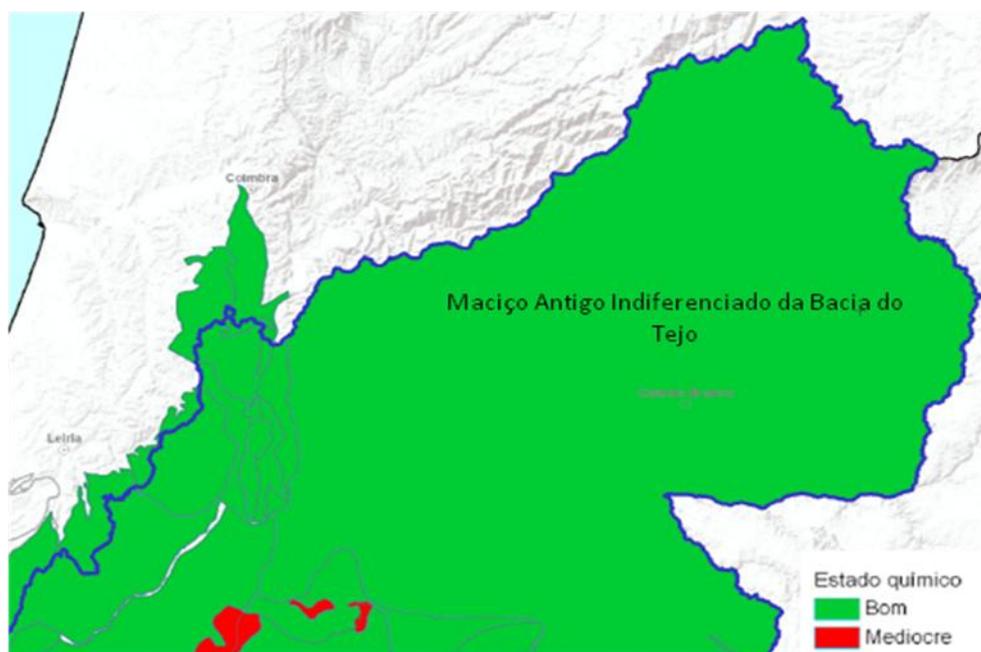


Figura 5.7.2.5. – Estado químico da Massa de Águas Subterrâneas do Maciço Indiferenciado na Bacia do Tejo (PGRHT, 2012).

De modo a desenvolver uma análise mais detalhada da caracterização da qualidade da água subterrânea da área em estudo, recorreu-se ainda à base de dados disponível no SNIRH. Neste contexto foram identificados 3 furos verticais (221/C35), pertencentes ao sistema aquífero do Maciço Antigo Indiferenciado, localizados no concelho de Figueiró dos Vinhos. No quadro seguinte apresentam-se as características gerais dos furos referidos.

Quadro 5.7.2.8. - Características da estação de monitorização da água subterrânea 263/C64, 264/C65 e 276/C68 (SNIRH, 2013).

Identificação	Código SNIRH	Freguesia	Coordenadas	
			X (m)	Y (m)
Furo vertical	263/C64	Aguda	183 720	332 114
Furo vertical	264/C65	Campelo	188 730	336 371
Furo vertical	276/C68	Figueiró dos Vinhos	190 228	324 473

A classificação da qualidade da água subterrânea⁸ nas estações de monitorização identificadas foi efetuada com base nos dados disponíveis no SNIRH, para o período compreendido entre 2010 e 2013, sendo que o Quadro 5.7.2.9. apresenta os parâmetros responsáveis por essa mesma classificação.

Quadro 5.7.2.9. - Classificação da qualidade da água subterrânea nas estações de monitorização em análise e parâmetros responsáveis pela respetiva classificação (SNIRH, 2013)

Ano	Classificação e Parâmetros responsáveis da qualidade da água		
	276/C68	263/C64	264/C65
2013	>A3 - Fluoretos	-	-
2012	A2 – Ferro e pH	-	-
2011	>A3 - Fluoretos	-	-
2010	>A3 – Ferro e Fluoretos	>A3 - Fluoretos	-

(-) Sem informação no SNIRH

De acordo com o artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, “*Considerar-se-ão aptas para poderem ser utilizadas como origem de água para a produção de água para consumo humano as águas subterrâneas que apresentem qualidade superior ou igual à da categoria A1 das águas doces superficiais destinadas à produção de água para consumo humano (anexo I), correspondendo-lhes o esquema de tratamento indicado no anexo II para aquela categoria de águas, com as devidas adaptações*”.

Relativamente à captação de água subterrânea 276/C68 (única que apresenta dados mais recentes de monitorização), de acordo com o SNIRH, foi atribuída, em 2013, uma classificação da qualidade da água⁹ de categoria A3, sendo o parâmetro responsável por essa classificação os Fluoretos. A origem dos Fluoretos na água pode depender de fatores geológicos, químicos e físicos. A principal fonte de fluoreto na água é proveniente da dissolução de fluorite (composto de fluoreto de cálcio) e da apatite (grupo dos fosfatos). Como os fluoretos são menos solúveis do que outros minerais a predominância deste parâmetro poderá estar relacionada com a tipologia de solos.

Importa ainda salientar que, de acordo com informação disponível no SNIRH, não existem captações de água subterrânea destinadas ao abastecimento público com perímetros de proteção delimitados e regulamentados conforme estipulado no Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de Setembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio).

⁸ A Classificação da Qualidade da Água Subterrânea é efetuada de acordo com o Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto e baseia-se nos parâmetros analíticos determinados pelo programa de monitorização de vigilância operada pela CCDR. A cada categoria corresponde um sistema de tratamento distinto, de forma a tornar as águas aptas para consumo humano (A1 – Tratamento físico e desinfecção, A2 – Tratamento físico e químico e desinfecção, A3 – Tratamento físico, químico, de afinação e desinfecção).

⁹ Classe A1 - tratamento físico e desinfecção, Classe A2 - tratamento físico e químico e desinfecção ou Classe A3 - tratamento físico, químico de afinação e desinfecção – Anexo II, do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto.

Relativamente ao **saneamento básico**, o concelho de Figueiró dos Vinhos integra o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Raia, Zêzere e Nabão. Deste sistema fazem parte duas ETAR's localizadas no concelho de Figueiró dos Vinhos: ETAR de Figueiró dos Vinhos e ETAR de Foz de Alge.

No concelho de Figueiró dos Vinhos, a percentagem de **população servida por sistemas de drenagem e por estações de tratamento de águas residuais** é de 22% da população do concelho. A concretização da rede de drenagem é afetada pelo povoamento disperso e pela reduzida densidade populacional, o que torna o investimento em infraestruturas de saneamento básico bastante oneroso per capita e com menos retorno financeiro.

A grande maioria da população do concelho dispõe de sistemas de tratamento de águas residuais privado, associados a fossas sépticas. Este facto deve-se às características do território concelhio: aglomerados dispersos com muitos locais que não estão servidos pelo sistema de drenagem de águas residuais, ou estão em locais de difícil ligação à rede.

Uma parte das fossas sépticas são estanques e precisam de manutenção periódica. As restantes constituem um potencial problema para a região uma vez que podem estar a funcionar de forma deficiente e ainda pelo facto de não serem controladas nem inspecionadas com regularidade.

De salientar no entanto, que o concelho tem sofrido um desenvolvimento nos últimos anos, uma vez que em 2001, 1,8% dos alojamentos não tinham sistemas de esgotos e em 2011 esse valor desceu para 0,6% (Quadro 5.7.2.10).

Quadro 5.7.2.10. - Alojamentos familiares ocupados como residência habitual, segundo a ligação à rede de saneamento básico (Estudos de suporte à Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, 2015)

Unidade Territorial	Ano	Tem sistema de esgotos			Não tem sistema de esgotos	
		Total	Particular (fossa séptica, etc.)	Outras situações		Rede pública
Figueiró dos Vinhos	2001	98,20%	72,50%	3,70%	22,00%	1,80%
	2011	99,40%	-	-	-	0,60%

Do ponto de vista do **abastecimento de água**, o concelho de Figueiró dos Vinhos integra o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Raia, Zêzere e Nabão, concessionada e gerida pelas Águas do Centro S.A. Trata-se de um sistema de adução em alta, ou seja apenas distribui a água aos concelhos, conduzindo-a até aos pontos de entrega, a partir dos quais a responsabilidade pela distribuição domiciliária fica a cargo dos Municípios.

Nas últimas décadas, a rede de abastecimento de água existente no concelho de Figueiró dos Vinhos sofreu um grande desenvolvimento ultrapassando as contrariedades relativas ao terreno acidentado, à reduzida expressão demográfica e à dispersão da maioria dos aglomerados populacionais (Estudos de suporte à Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos).

De salientar que a totalidade da população do município é servida por sistemas de abastecimento de água (INE, 2005). De acordo com informação da autarquia, o município de Figueiró dos Vinhos assinou um protocolo com a empresa Águas do Centro, do grupo Águas de Portugal, onde irá assumir a gestão da responsabilidade pelo desenvolvimento de projetos de execução das redes de distribuição de água para consumo, e da recolha de águas residuais em baixa, para o município.

De acordo com os dados do INE, a percentagem de alojamentos familiares ocupados como residência habitual que dispunha de água canalizada, em 2001, já era considerada boa (cerca de 97,9%), em 2011 esta percentagem situava-se já nos 99%, sendo que a grande percentagem do abastecimento provem da

rede pública. Pode ainda salientar-se a relativa diminuição das habitações com água canalizada no interior do alojamento ligado à rede privada e das habitações com água canalizada no edifício mas não no apartamento, de 2001 a 2011, sinal de evolução e preocupação da autarquia nesta matéria (Estudos de suporte à Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, 2015).

Quadro 5.7.2.11. - Alojamentos familiares ocupados como residência habitual, segundo a ligação à rede de abastecimento de água (Estudos de suporte à Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, 2015).

Unidade Territorial	Ano	C/água canalizada no alojamento	Proveniente de rede pública	Proveniente de rede privada	S/ água canalizada no alojamento mas existente no edifício	S/água canalizada no alojamento ou edifício
Figueiró dos Vinhos	2001	97,9%	87,3%	10,6%	0,9%	1,3%
	2011	99,0%	95,0%	5,0%	0,1%	1,0%

De acordo com informação disponível no PGRH do Tejo (2012), as perdas de água no concelho de Figueiró dos Vinhos correspondem a aproximadamente 67 l/hab.dia.

No que respeita ao **consumo de água** por habitante, este registou um aumento, entre 2001 a 2005, de 37 m³/hab para 43 m³/hab, o que denota uma tendência de evolução para este indicador. De salientar que o valor registado em 2005 é inferior relativamente aos valores registados, para o mesmo ano, para o Pinhal Interior (60 m³/hab.) e para a Região Centro (57 m³/hab.).

Quadro 5.7.2.12. - Consumo de água por habitante (m³/hab.), em Figueiró dos Vinhos, no período compreendido entre 2001 e 2005.

Figueiró dos Vinhos	2001	2002	2003	2004	2005
Consumo de água (m ³ /hab.)	37	37	38	38	43

(Fonte: www.ine.pt)

Ruído

Tal como referido anteriormente no Relatório de Fatores Críticos, os municípios têm competência ao nível da elaboração dos Mapas de **Ruído** e na prevenção da poluição sonora, tendo em vista a salvaguarda da saúde e o bem-estar das populações.

De acordo com a informação apresentada no “Mapa de Ruído”, integrado na proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, este mapa deve fornecer indicadores quantitativos da população exposta ao ruído.

A coloração apresentada nos quadros seguintes pretende confrontar os valores obtidos com os limites estabelecidos no Regulamento Geral de Ruído para zonas sensíveis (sombreado verde) e zonas mistas (sombreado amarelo). A área de sombreado vermelho marca níveis sonoros que excedem ambos os critérios.

Quadro 5.7.2.13. - Estimativa da percentagem de população exposta a diferentes intervalos de níveis sonoros, para o indicador de ruído diurno-entardecer-nocturno (L_{den})

Classes de níveis sonoros do Indicador LAeq, dB(A)	Indicador de Ruído Diurno-Entardecer-Nocturno (L_{den})
	Situação Atual (2008)
<35-55	89
55-65	10
>65	1

Quadro 5.7.2.14. - Estimativa da percentagem de população exposta a diferentes intervalos de níveis sonoros, para o indicador de ruído nocturno (L_n)

Classes de níveis sonoros do Indicador LAeq, dB(A)	Indicador de Ruído Nocturno (L_n)
	Situação Atual (2008)
<35-45	89
45-55	10
>55	1

As estimativas efetuadas para o período de 2008 apontam para que:

- A quase totalidade da população está exposta a níveis de ruído ambiente compatíveis com zonas mistas [$L_{den}<65$ dB(A) e $L_n<55$ dB(A)];
- Cerca de 90% da população encontra-se em locais com níveis sonoros compatíveis com zonas sensíveis, relativamente aos descritores L_{den} e L_n .

As estimativas efetuadas constataam que o tráfego rodoviário constitui indiscutivelmente a fonte ruidosa mais relevante do concelho de Figueiró dos Vinhos. De acordo com o Relatório do Ruído, “na quase totalidade da área concelhia o tráfego em vias rodoviárias determina, em larga medida, o ruído ambiente prevalente”. As principais fontes ruidosas são o IC3 e o IC8, que atravessam o concelho e estabelecem ligações rodoviárias com os concelhos vizinhos. De seguida surge a Avenida Padre Diogo Vasconcelos, a EN 236-1 e a EM 237.

Quanto ao ruído industrial, este não apresenta expressão relevante, tendo em consideração a informação constante no Relatório do Ruído.

AR

A **qualidade do ar** é um elemento relevante do ambiente, determinante para a saúde pública e para o equilíbrio dos ecossistemas. Os efeitos negativos resultantes da deterioração da qualidade do ar repercutem-se negativamente na saúde pública e no bem-estar das populações.

Atendendo à informação sobre a orografia, uso do solo, densidade populacional e de campanhas de monitorização efetuadas a nível nacional, foram delimitadas na região centro três Zonas e duas Aglomerações: Zonas Centro Interior, Centro Litoral e de influência de Estarreja; Aglomerações de Coimbra e de Aveiro/Ílhavo (CCDRC).

De acordo com informação disponível na CCDRC, relativa às Zonas e Aglomerações definidas para a região Centro, o concelho de Figueiró dos Vinhos pertence à Zona Centro Interior. Na Zona Centro Litoral e Centro Interior, o acompanhamento é efetuado por três estações do tipo Regional de Fundo, muito distanciadas de fontes industriais, vias de tráfego e de outras fontes emissoras, para que sejam representativas de uma vasta área.

A figura seguinte identifica as Zonas e Aglomerações definidas para a região Centro.

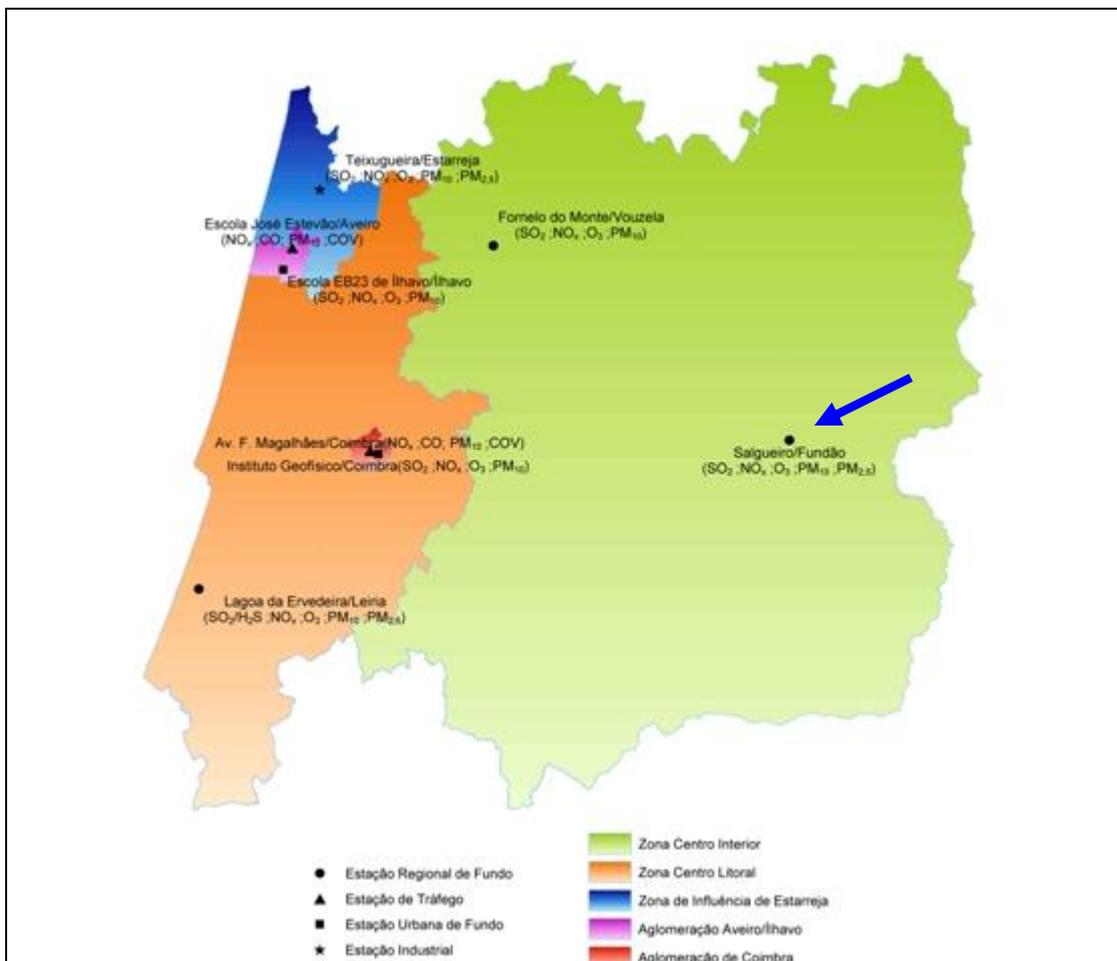


Figura 5.7.2.6. – Zonas e Aglomerações definidas para a região Centro (Qualar/APA, 2015)

A estação de monitorização da **qualidade do ar** da região Centro Interior, representativa da área territorial onde se localiza o concelho de Figueiró dos Vinhos, é a estação de Fundão, localizada na Freguesia de Salgueiro, no Concelho de Fundão e caracterizada por ser do tipo Rural Regional de Fundo.

Quadro 5.7.2.15. - Caracterização da estação de monitorização de Fundão (Qualar/APA, 2015)

Zona	Concelho	Freguesia	Tipo de Ambiente	Tipo de influência	Data início	NO _x	O ₃	PM ₁₀	PM _{2,5}	SO ₂
Centro Interior	Fundão	Salgueiro	Rural Regional	Fundo	2003-06-01	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

AAE.FV-2.f2.RA.V1

O **Índice de Qualidade do Ar** de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área. Os valores assim determinados

são comparados com as gamas de concentrações associadas a uma escala de cores, sendo os poluentes com concentração mais elevada responsáveis pelo índice (www.qualar.org).

A figura seguinte apresenta o número de dias associado ao índice de qualidade do ar registado na Zona Centro Interior, em 2012.

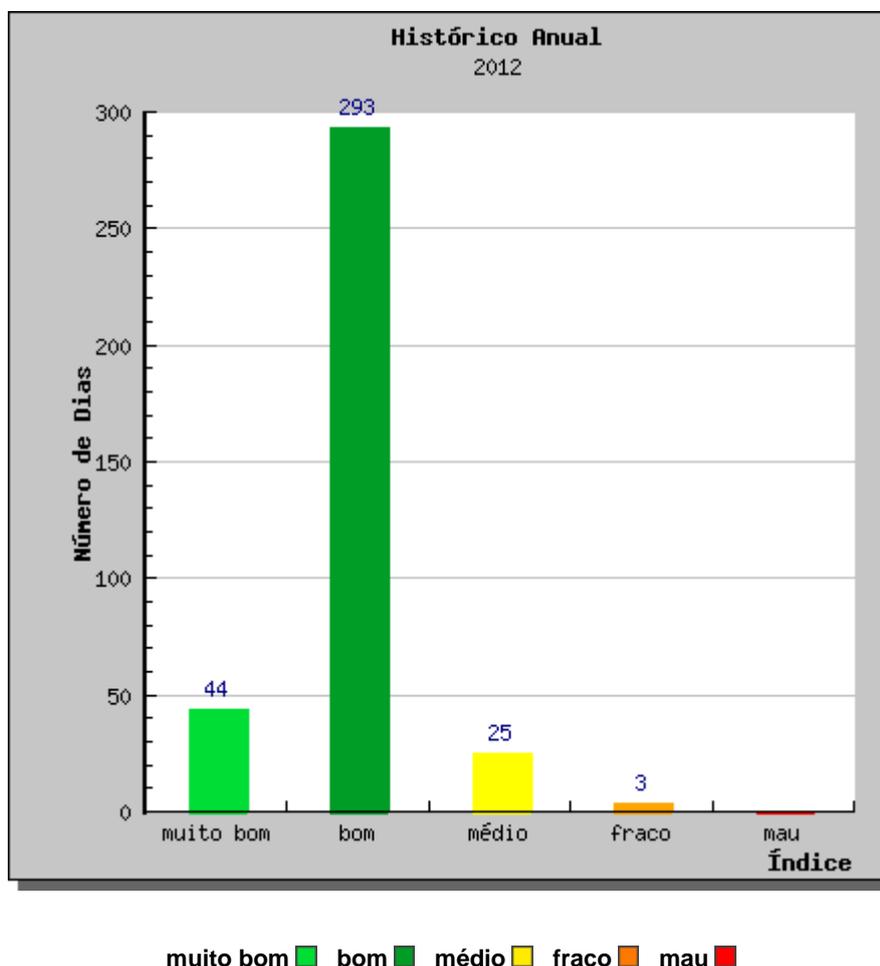


Figura 5.7.2.7. - Número de dias associado aos índices de qualidade do ar na Zona Centro Interior, em 2012 (Qualar/APA, 2015)

Da análise da figura anterior constata-se que o índice registado em maior número de dias, na Zona Centro Interior, no ano de 2012, foi o índice “Bom”.

Todas as estações de medição encontram-se equipadas com analisadores automáticos que permitem a monitorização em contínuo de vários poluentes. O Quadro 5.7.2.16. apresenta os valores médios registados dos parâmetros chave para avaliação da qualidade do ar, na Estação de Monitorização do Fundão.

Quadro 5.7.2.16. – Valores médios anuais (base horária) de poluentes registados em 2013 (Qualar/APA, 2015).

Parâmetro	Símbolo	Unidades	Média Anual 2013
Dióxido de Azoto	NO ₂	µg/m ³	5,2
Ozono	O ₃	µg/m ³	68
Dióxido de Enxofre	SO ₂	µg/m ³	0,5
Partículas < 10 µm	PM ₁₀	µg/m ³	11,4
Partículas < 2,5 µm	PM ₁₀	µg/m ³	5,2

O Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de Fevereiro, define Valores Limite¹⁰, Valores Alvo¹¹ e Valores Limiar de Alerta¹² para os diversos poluentes. De acordo com CCDRC (2013) “a ultrapassagem dos Valores Limite (definidos como parâmetros estatísticos anuais), obrigará à execução de Planos e Programas integrados, com vista à redução dos valores em causa, de modo que lhes seja dado cumprimento nas Zonas e Aglomerações. No que toca à ultrapassagem dos Valores Limiar de Alerta, obriga a legislação a que, nos casos em que se verifique risco da sua ocorrência, sejam elaborados Planos de Ação de Curto Prazo, com o objetivo de reduzir as ultrapassagens e/ou limitar a sua duração”.

No que respeita aos **dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites**, a estação do Fundão (em 2013) apresentou um reduzido número de excedências aos parâmetros de qualidade do ar registados (Quadro 5.7.2.17.).

Quadro 5.7.2.17. – Número de excedências para os parâmetros de qualidade do ar, na estação do Fundão em 2013 (Qualar/APA, 2015).

Designação	Valor Ref. ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	N.º de Excedências
		2013
Ozono - Limiar de Alerta à população	240	0
Ozono - Limiar de Informação à população	180	0
Dióxido de Enxofre – Limiar de Alerta	500	0
Dióxido de Azoto – Limiar de Alerta	400	0
Partículas <10 μm	50	1

Ozono: Limiar de Informação e Limiar de Alerta (três horas consecutivas) Dióxido de Enxofre: Limiar de Alerta (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de Fevereiro)

Dióxido de Azoto: Limiar de Alerta (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de Fevereiro)

Partículas <10 μm : Proteção da Saúde Humana – Base Diária (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de Fevereiro)

Da análise dos dados constata-se que apenas foi registada uma ultrapassagem para o poluente Partículas, (com 53 $\mu\text{g}/\text{m}^3$), tendo esta ultrapassagem ocorrido no dia 4 de Setembro de 2013. Sobre esta matéria, de acordo com CCDRC (2013), para o ano 2013 “irá ser efetuada a identificação dos casos de excedências registados, com o objetivo de avaliar os episódios ocorridos com uma origem não antropogénica, isto é, identificar os casos de ultrapassagem ao VL de PM10 que resultaram da ocorrência de fenómenos naturais, nomeadamente o transporte de partículas provenientes dos desertos do Norte de África, incêndios florestais, entre outros, para que estes casos devidamente comprovados e aceites pela União Europeia, não sejam contabilizados para efeitos da verificação do cumprimento dos Valores Limite”.

Ao nível da **mobilidade sustentável**, no âmbito das ações desenvolvidas na Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Figueiró dos Vinhos, a autarquia tem aprovado um Projeto de Mobilidade Sustentável. Este projeto pretende adquirir uma perspetiva ambiental mais coerente, enquadrando-se num processo de melhoria das condições de deslocação, com vista à diminuição dos impactes ambientais (nomeadamente redução das emissões de gases com efeito de estufa) e à melhoria

¹⁰ Valor Limite – representa um nível de poluentes na atmosfera, fixado com base em conhecimentos científicos, cujo valor não pode ser excedido, durante períodos previamente determinados, com o objetivo de evitar, prevenir ou reduzir os efeitos nocivos na saúde humana e ou no meio ambiente.

¹¹ Valor Alvo – representa um nível fixado com o objetivo de evitar a longo prazo efeitos nocivos para a saúde humana e ou meio ambiente, a ser alcançado, na medida do possível, num período determinado.

¹² Limiar de Alerta – representa um nível de poluentes na atmosfera acima do qual uma exposição de curta duração apresenta riscos para a saúde humana a partir do qual devem ser adotadas medidas imediatas.

da qualidade de vida das populações, indo ao encontro das grandes orientações estratégicas comunitárias e nacionais neste âmbito, numa lógica de sustentabilidade.

As propostas de intervenção para a mobilidade no município serão desenvolvidas tendo em consideração as seguintes linhas de orientação:

No perímetro urbano da vila de Figueiró dos Vinhos

- Restringir e reordenar a circulação automóvel e os estacionamento na zona central da vila;
- Reformular e uniformizar a sinalética;
- Reorganizar os circuitos de transporte coletivo (TC) inter-urbano;
- Infra-estruturar os modos suaves;
- Reorientar o tráfego de pesados.

No perímetro concelhio

- Servir os lugares não ligados à vila por transporte coletivo inter-urbano;
- Ligar Figueiró dos Vinhos aos concelhos adjacentes.

Como forma de garantir o cumprimento eficaz dos objetivos estabelecidos no Protocolo de Quioto, relativos às emissões de gases com efeito de estufa, a União Europeia aprovou o mecanismo de **Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE)**, que constitui o primeiro instrumento de mercado intracomunitário de regulação das emissões de gases com efeito de estufa. Atualmente, de acordo com informação disponível na Agência Portuguesa do Ambiente, não se encontram registadas, no concelho de Figueiró dos Vinhos, empresas abrangidas pelo CELE.

ENERGIA

De acordo com a Direção Geral de Energia e Geologia, o consumo de energia elétrica no concelho de Figueiró dos Vinhos registou, em 2010, um valor de 17.275.775 kWh, verificando-se uma ligeira diminuição em 2012, com um registo de consumo na ordem dos 15.385.575 kWh, estando em consonância com a diminuição da população residente registada no concelho, entre 2010 e 2012.

O concelho de Figueiró dos Vinhos não se encontra servido por rede de distribuição de **gás natural** (DGEG, 2015).

Analisando a distribuição dos **consumos de energia elétrica por sectores de atividade** (Quadro 5.7.2.18), em 2012, verifica-se que os sectores que registaram maiores consumos de energia elétrica foram o doméstico (38%), Iluminação vias públicas e sinalização semaforica (11%) e a elevação Captação, tratamento e distribuição de água (9,4%).

Quadro 5.7.2.18. – Consumo de energia elétrica, no concelho de Figueiró dos Vinhos, por sector de atividade em 2012 (DGEG, 2015)

Sector	Total
01 - Agricultura, produção animal	130.266
02 - Silvicultura	23.823
08 - Outras indústrias extrativas	14.529
10 - Indústrias alimentares	183.076
13 - Fabricação de têxteis	26.887

Sector	Total
14 - Indústria do vestuário	9.604
16 - Indústrias da madeira e cortiça	344.499
18 - Impressão e reprodução de suportes gravados	14.462
20 - Fabricação de produtos químicos	11.606
21 - Fabricação de produtos farmacêuticos	6.309
23 - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	11.103
25 - Fabricação de produtos metálicos	19.750
28 - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	84.055
30 - Fabricação de outro equipamento de transporte	1.401
31 - Fabrico de mobiliário e de colchões	3.244
35 - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	449.172
36 - Captação, tratamento e distribuição de água	1.648.029
38 - Recolha, tratamento e eliminação de resíduos	589
41 - Promoção imobiliária; construção	27.990
43 - Atividades especializadas de construção	5.009
45 - Comércio, manutenção e reparação de automóveis e motociclos	21.705
46 - Comércio por grosso, exceto automóveis e motociclos	589.249
47 - Comércio a retalho, exceto automóveis e motociclos	627.707
49 - Transportes terrestres e por oleodutos ou gasodutos	1.690
52 - Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes	39.480
55 - Alojamento	8.284
56 - Restauração e similares	392.038
61 - Telecomunicações	169.984
63 - Atividades dos serviços de informação	972
64 - Atividades de serviços financeiros	57.350
68 - Atividades imobiliárias	3.894
73 - Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião	240
81 - Manutenção de edifícios e jardins	29.657
84 - Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	584.872
85 - Educação	222.868
86 - Atividades de saúde humana	88.188
87 - Apoio social com alojamento	67.241
91 - Bibliotecas, arquivos e museus	79.281
93 - Atividades desportivas, de diversão e recreativas	79.747
94 - Organizações associativas	72.123
96 - Outras atividades de serviços pessoais	674.670
98 - Consumo doméstico	6.701.273
993 - Iluminação vias públicas e sinalização semaforica	1.857.659
Total	15.385.575

Da análise efetuada relativamente aos padrões de consumo energético dos habitantes de Figueiró dos Vinhos, de acordo com informação disponível no INE, salienta-se que o **consumo de energia elétrica por habitante** sofreu uma diminuição, entre 2010 e 2013, de 2.762,6 KWh/hab para 2.474.4 KWh/hab, respetivamente, e que o padrão de consumo de combustível automóvel por habitante aumentou ligeiramente de 2010 (0,4 tep/hab.) para 2015 (0,5 tep/hab.).

Relativamente à produção de **energia a partir de recursos renováveis**, “em Portugal, devido à sua situação geográfica e geomorfologia, apenas nas montanhas a velocidade e a regularidade do vento é suscetível de aproveitamento energético. A maior parte dos locais com essas características situam-se a norte do rio Tejo, e a sul junto à Costa Vicentina e Ponta de Sagres, sendo raros na extensa planície alentejana” (DGEG, 2015).

No concelho de Figueiró estão referenciados um conjunto de aerogeradores situados em Campelo junto à fronteira com o município de Castanheira de Pera. Foram contabilizados 16 aerogeradores no concelho pertencentes ao parque eólico da Lousã (6 + 3) e ao parque eólico de Ortiga (7).

Salienta-se que, em permanência da atual situação de desenvolvimento, é expectável que as fraquezas e ameaças identificadas no território do Concelho de Figueiró dos Vinhos se mantenham.

5.7.3. Efeitos esperados

No presente capítulo é promovida uma análise que visa evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pelo Plano, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos que atuam sobre os domínios em causa, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no Quadro de Referência Estratégico.

Na análise são contemplados os objetivos dos instrumentos do QRE que estejam direta ou indiretamente relacionados com o domínio em análise.

Os resultados da análise efetuada são apresentados no Quadro 5.7.3.1., adotando-se uma simbologia de (+) ou de (-) consoante a execução do Plano se antecipe como indutora de um contributo positivo ou negativo.

Face a uma avaliação mais detalhada do território e do FCD – Qualidade Ambiental aquando da realização da caracterização da situação atual, esta justificou a necessidade de inclusão de outros documentos no estabelecimento da sua relação com os documentos do QRE. Sendo assim, os instrumentos incluídos são: o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, a Estratégia Nacional para a Energia e o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020.

Quadro 5.7.3.1. - Contribuição da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, no âmbito do FCD – Qualidade Ambiental

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Qualidade Ambiental
PNAC	Reforçar a monitorização nos diversos sectores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, “através de medidas nos sectores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão”.	+	O Plano contribui para o alcance deste objetivo do PNAC no sentido em que apresenta como objetivo estratégico o desenvolvimento de uma base económica local que tenha como base a defesa dos princípios da eco-eficiência e de sustentabilidade ambiental.
	Acautelar que os diversos sectores desenvolvam um esforço de monitorização apertado de modo a garantir a execução das diferentes medidas		
PNA	Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas	+	Os objetivos do PNA estão em consonância com o objetivo estratégico definido para o presente PDM, no que respeita à proteção e valorização dos recursos hídricos.
	Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados		

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Qualidade Ambiental
	Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do país	+	A proposta de revisão do PDM contribui para o alcance dos objetivos do PNA uma vez que apresenta como objetivo estratégico a “Melhoria dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e do sistema de gestão de resíduos”.
	Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português		
PNAAS	Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos.	+	A proposta de revisão do PDM contribui para o alcance do objetivo do PNAAS uma vez que pretende desenvolver ações de sensibilização ambiental, junto das populações.
	Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais		
PEAASAR II	Servir cerca de 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água	+	A proposta de revisão do PDM pretende alcançar os objetivos inerentes ao PEAASAR II, uma vez que apresenta como objetivo estratégico a “Melhoria dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e do sistema de gestão de resíduos”. Por outro lado, a presente proposta apresenta ainda como objetivo estratégico o desenvolvimento de uma base económica local que tenha como suporte a defesa dos princípios da eco-eficiência e de sustentabilidade ambiental, estando em sintonia com os objetivos de sustentabilidade definidos pelo PEAASAR II. Importa ainda realçar que o próprio regulamento da proposta de revisão inclui um artigo onde se refere que “ (...) a implementação das propostas constantes e decorrentes do presente Plano devem observar o conjunto de orientações e princípios que se encontram definidos em programas de âmbito nacional, nomeadamente (...) do PEAASAR II”.
	Servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de, pelo menos, 70% da população abrangida		
	Obter níveis adequados de qualidade do serviço, mensuráveis pela conformidade dos indicadores de qualidade do serviço definidos pela entidade reguladora		
	Otimizar a gestão operacional e eliminar custos de ineficiência		
	Garantir uma abordagem integrada na prevenção e no controlo da poluição provocada pela atividade humana e pelos sectores produtivos		
	Aumentar a produtividade e a competitividade do sector através de soluções que promovam a eco-eficiência		
	Cumprir os objetivos decorrentes do normativo nacional e comunitário de proteção do ambiente e saúde pública		
PEN-DR	Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais.	+	A proposta de revisão do PDM pretende alcançar os objetivos do PEN-DR através da promoção do uso eficiente da água e do aumento da eficiência do abastecimento.
PENT	Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental de produto turístico para qualificar o destino Portugal.	+	A proposta de revisão do Plano pretende alcançar os objetivos do PENT através da concretização de medidas de mobilidade sustentável e do alcance de melhorias no ambiente e vivência urbanas, e através da criação de um desenvolvimento turístico associado à floresta e recursos hídricos.
ENDS	Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural.	+	O Plano contribui para o alcance deste objetivo do QRE no sentido em que apresenta como objetivo estratégico a proteção e valorização dos recursos naturais, e ainda defende o desenvolvimento de uma base económica local que tenha como suporte a defesa dos princípios da eco-eficiência e de sustentabilidade ambiental.
PEPS	Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que é utilizado e as suas funções são exploradas, sendo, portanto, necessário tomar medidas relativas aos modelos de utilização e gestão de solos.	-	O Plano conflitua com os objetivos do PEPS uma vez que se prevê a ocupação, mobilização e impermeabilização de solo, não privilegiando a reabilitação ou utilização de áreas em que o solo já se encontre comprometido.

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Qualidade Ambiental
	Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que funciona como sumidouro/recetor dos efeitos de atividades humanas ou fenómenos ambientais, sendo necessário tomar medidas na fonte.		
	Reabilitar solos degradados, garantindo um nível de funcionalidade mínimo coerente com a sua utilização atual e prevista, tendo assim igualmente em conta os custos de reabilitação do solo.		
PROT - C	A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território.	+	O Plano contribui para o alcance dos objetivos do PROT-C uma vez que apresenta como objetivos estratégicos a promoção da sustentabilidade do território com base nos recursos territoriais, ambientais e sinergias existentes, e a proteção e valorização da paisagem e dos recursos hídricos.
	A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais.		
	O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico	+	Este objetivo é contemplado nos objetivos estratégicos do Plano, uma vez que este pretende criar bases para o desenvolvimento do turismo, em articulação com o património natural e construído.
	Densificar as interações intra-regionais, nomeadamente estruturando as redes regionais de equipamentos e serviços, e melhorando as redes estruturantes de transportes internas à região	+	O plano contribui para o alcance do objetivo de sustentabilidade uma vez que tem previsto propostas de intervenção para a mobilidade no município, através do projeto Mobilidade Sustentável.
POACBSL	Definir regras para a utilização do plano de água e zona envolvente das albufeiras, por forma a salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial a água	+	O Plano apresenta um objetivo estratégico referente à “Proteção e valorização da paisagem e dos recursos hídricos” e prevê ainda “Promover a sustentabilidade do território com base nos recursos territoriais, ambientais e sinergias existentes”, pelo contribui desta forma para o alcance do objetivo de sustentabilidade.
	Compatibilizar os diferentes usos e atividades, existentes ou futuros, com a proteção e valorização ambiental e finalidades primárias das albufeiras, designadamente a produção de energia		
POACB	Definir regras de utilização do plano de água e zona envolvente da albufeira de forma a salvaguardar a defesa e a qualidade dos recursos naturais, em especial da água	+	O Plano apresenta um objetivo estratégico referente à “Proteção e valorização da paisagem e dos recursos hídricos” e prevê ainda “Promover a sustentabilidade do território com base nos recursos territoriais, ambientais e sinergias existentes”, pelo que contribui desta forma para o alcance do objetivo de sustentabilidade.
	Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes e ou a serem criados, com a proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira		
PGRH do Tejo	Qualidade da água – Promover o bom estado das massas de água através da proteção, melhoria e recuperação da qualidade dos recursos hídricos da região mediante a prevenção dos processos de degradação e a redução gradual da poluição, visando assim garantir uma boa qualidade da água para os ecossistemas e diferentes usos.	+	O Plano contribui para o alcance do objetivo do PGRH uma vez que apresenta como objetivo estratégico a “Proteção e valorização dos recursos hídricos (...)”, e prevê ainda a “Melhoria dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e do sistema de gestão de resíduos”.
	Quantidade de Água - Garantir a gestão sustentável da água, baseada na gestão racional dos recursos disponíveis e na otimização da eficiência da sua utilização, de modo a assegurar a disponibilidade de água para a satisfação das necessidades dos ecossistemas, das populações e das atividades económicas	+	O Plano contribui para o alcance do objetivo do PGRH uma vez que pretende “Promover a sustentabilidade do território com base nos recursos territoriais, ambientais e sinergias existentes”. Por outro lado, pretende “Desenvolver uma base económica local que tenha como base a defesa dos princípios de eco-eficiência e de sustentabilidade ambiental”.

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Qualidade Ambiental
PNUEA	Meta no consumo urbano – Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%.	+	O plano em análise contribui para o alcance dos objetivos do PNUEA uma vez que assume a incorporação dos princípios de eco-eficiência e de sustentabilidade ambiental como objetivo estratégico. Por outro lado, o próprio regulamento da proposta de revisão inclui um artigo onde se refere que “ (...) a implementação das propostas constantes e decorrentes do presente Plano devem observar o conjunto de orientações e princípios que se encontram definidos em programas de âmbito nacional, nomeadamente (...) do PNUEA”.
	Meta no consumo agrícola - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.		
	Meta no consumo industrial - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de um período de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.		
PERSU 2020	Prevenção da produção e perigosidade dos RU	+	O Plano em análise contribui para o alcance dos objetivos inerentes ao PERSU 2020 na medida em que apresenta como objetivo estratégico a “Melhoria do sistema de gestão de resíduos”.
	Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis		
	Redução da deposição de RU em aterro		
ENE	Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactes ambientais às escalas local, regional e global, nomeadamente no que respeita à intensidade carbónica do PIB.	+	A proposta de revisão do Plano contribui para o alcance deste objetivo da ENE uma vez que pretende promover o desenvolvimento de uma base económica local que tenha como alicerce a defesa dos princípios de eco-eficiência e de sustentabilidade ambiental., nos diversos domínios.

Através da análise anterior verifica-se que a proposta de Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos terá uma contribuição positiva para o alcance dos objetivos estratégicos do QRE, no que diz respeito ao fator crítico Qualidade Ambiental.

Para além do cumprimento dos objetivos apresentados, e com o intuito de avaliar os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, apresenta-se no Quadro seguinte a relação destas com os indicadores estabelecidos.

Quadro 5.7.3.2. - Avaliação dos efeitos das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos nos indicadores estabelecidos para o FCD – Qualidade Ambiental

Domínios	Indicadores	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4
Solo	Densidade populacional	+++	++	++	++
	Produção e Valorização de resíduos	+++	0	++	0
Água	Qualidade da água superficial e subterrânea de acordo com os fins a que se destina	++	++	++	0
	Qualidade das águas balneares	0	+++	0	0
	Consumo de água	0	0	--	0
	População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo	+++	0	0	0
	Perdas no sistema de abastecimento	++	0	+++	0
	População servida por sistema de drenagem de águas residuais	+++	0	0	0
	População servida por sistema tratamento de águas residuais	+++	0	0	0
Ruído	População exposta a níveis sonoros superiores aos limites legais	0	0	+	0
Ar	Qualidade do ar	0	0	++	0
	Dias com parâmetros de qualidade do ar	0	0	++	0

Domínios	Indicadores	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4
	acima dos limites				
	Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão	0	0	0	0
	Projetos com adoção de soluções que tenham em vista a mobilidade sustentável	+	0	0	++
Energia	Consumo de energia (gás, eletricidade)	0	0	--	0
	Produção de energia através de recursos renováveis	0	0	++	0

Legenda do Quadro: Opção 1- Rede de Equipamentos; Opção 2- Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais; Opção 3- Potenciar a Economia do Concelho; Opção 4 – Requalificação Territorial e Urbana
 +++ Forte contribuição das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
 ++ Média contribuição das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
 + Fraca contribuição das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
 0 Contribuição nula das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
 - Fraco conflito das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
 -- Médio conflito das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa
 --- Forte conflito das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

De uma forma geral, as opções estratégicas definidas na proposta de revisão do PDM contribuem para a promoção dos indicadores definidos através de:

- Melhoria dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e do sistema de gestão de resíduos (Opção 1 - Rede de Equipamentos e Infra-estruturas);
- Proteção e valorização da paisagem e dos recursos hídricos (Opção 2 - Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais);
- Desenvolvimento de uma base económica que tenha como suporte a defesa dos princípios de eco-eficiência e de sustentabilidade ambiental, nos diversos domínios (Opção 3 – Potenciar a Economia do Concelho);
- Promover a sustentabilidade do território com base nos recursos territoriais, ambientais e sinergias existentes (Opção 4 – Requalificação Territorial e Urbana).

De salientar no entanto que foram identificadas duas situações em que as opções estratégicas conflituam, de forma moderada para a promoção dos indicadores. A promoção de espaços industriais/armazenagem, Serviços e Logística, ainda que sejam baseados numa lógica de sustentabilidade ambiental, estarão sempre associados a um aumento no consumo de recursos naturais, nomeadamente ao nível do consumo de água e de energia.

5.7.4. Oportunidades e Ameaças

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a qualidade ambiental será afetada com a implementação da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos. Neste contexto, procede-se à identificação e avaliação dos efeitos que esta revisão poderá provocar ao nível do FCD – Qualidade Ambiental em análise.

O Quadro 5.7.4.1. define as oportunidades e as ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de revisão do referido PDM.

Quadro 5.7.4.1. - Oportunidades e ameaças da proposta de revisão do PDM ao nível do FCD – Qualidade Ambiental

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a percentagem da população servida por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais • Otimizar a eficiência do sistema de abastecimento de água • Redução das perdas de água no sistema de abastecimento • Melhorar o sistema de gestão de RSU • Aposta na criação de modelos de gestão sustentáveis do ponto de vista ambiental • Melhorar a qualidade de vida da população residente • Aposta em intervenções que promovam a mobilidade sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> • Degradação da qualidade da água superficial e subterrânea • Contaminação do solo e da água por deposição indevida de resíduos • Aumento da produção de resíduos • Impermeabilização de solos • Utilização de agro químicos • Aumento da poluição associada à atividade industrial • Aumento do consumo de água e de energia • Possível aumento dos níveis de ruído • Aumento do tráfego rodoviário • Deterioração da qualidade do ar

Estas oportunidades e ameaças serão analisadas seguidamente, de forma mais pormenorizada, com vista a minimizar as ameaças e realçar as oportunidades identificadas.

A proposta de revisão do Plano pretende promover um desenvolvimento sustentado de um espaço industrial/armazenagem e serviços de logística de vertente intermunicipal (nomeadamente ao nível do PEFICA – Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos), a localizar-se no concelho de Figueiró dos Vinhos. A este nível, é expectável a ocorrência de impactes ambientais sobre os solos, devido a ações relacionadas com construções de infra-estruturas, com conseqüente compactação e mobilização dos mesmos e com a possibilidade de ocorrência de derrames de combustíveis e hidrocarbonetos, resultantes da circulação de maquinaria e equipamentos. Neste contexto, todos estes impactes deverão ser precavidos atempadamente, de acordo com as linhas de orientação estabelecidas nas diretrizes de seguimento.

Relativamente às unidades industriais a implantar na área territorial abrangida pela proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, estas deverão efetuar uma gestão correta dos resíduos equiparados a resíduos sólidos urbanos produzidos nas suas instalações. Relativamente aos resíduos industriais, as unidades industriais a implantar deverão promover a sua recolha, armazenamento e encaminhamento para destino final adequado, de acordo com o n.º 1, do Artigo 5º, do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, onde se refere que a gestão do resíduo é da responsabilidade do respetivo produtor.

Ao nível dos resíduos sólidos urbanos produzidos pela população, de forma a promover a recolha seletiva de resíduos no concelho, o município pretende dar continuidade às campanhas e ações de sensibilização. Com o intuito de aumentar a taxa de reciclagem dos resíduos sólidos urbanos, é fundamental a colocação de um maior número de ecopontos no concelho, em locais de fácil acesso, de forma a promover a sua utilização por parte das populações.

No que respeita à deposição ilegal de resíduos, com potenciais impactes ambientais ao nível da contaminação dos recursos hídricos e do solo, a autarquia dispõe de um sistema de recolha mensal deste tipo de resíduos.

Uma vez que o concelho apresenta uma população muito ligada ao sector primário, e à agricultura, deveriam ainda ser desenvolvidas ações de sensibilização relativas à compostagem, incentivando a separação dos resíduos orgânicos.

A evolução da **qualidade da água** superficial e subterrânea tenderá a melhorar com o aumento da cobertura da rede de saneamento e drenagem de águas residuais e com a aplicação das boas práticas no sector agrícola e industrial.

Uma vez que a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos prevê a ampliação de unidades industriais, é de salientar que as águas residuais domésticas produzidas por estas unidades deverão ser encaminhadas para o coletor municipal, e relativamente às águas residuais industriais produzidas, as unidades industriais responsáveis pela sua produção deverão dispor de sistemas de pré-tratamento adequados, quando tal se justificar, com posterior ligação ao coletor municipal.

A utilização de adubos e fertilizantes, provenientes da atividade agrícola, pode originar impactes ambientais negativos ao nível dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Neste sentido, deverá ser desenvolvido um programa de monitorização periódica, conforme se recomenda no Plano de Controlo, de forma a evitar problemas ambientais a longo prazo.

Ainda, será necessário acautelar a eventual degradação da qualidade da água decorrente do aproveitamento turístico das barragens associada, entre outros, à alteração de uso e impermeabilização do solo e ao aumento da pressão humana.

Uma vez que o município registou um valor muito baixo relativamente à população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, de 22%, (INE 2005), está prevista a remodelação / construção de mais duas novas ETAR's (Foz de Alge e Bairradas), que vão receber os sistemas respetivos, bem como a construção de um terceiro sistema na freguesia de Aguda que terá ligação à ETAR de Vale de Tábuas (www.cm-figueirodosvinhos.pt).

Ao nível do sistema de abastecimento de água para consumo humano, apesar da totalidade da população do concelho estar servida por este sistema, a autarquia deverá promover ações de manutenção contínuas, assim como otimizar a eficiência dos sistemas com vista à redução das perdas de água, promovendo desta forma o uso eficiente da água.

De salientar ainda que, com o incremento previsível da atividade industrial no concelho de Figueiró dos Vinhos, é expectável a ocorrência de um aumento no consumo de recursos naturais, nomeadamente de água e energia.

Uma vez que o plano de ordenamento da albufeira de Castelo de Bode abrange o concelho de Figueiró dos Vinhos, importa salientar que este Plano de Ordenamento (assim como o Plano de Ordenamento da albufeira da Bouçã) apresenta objetivos imperativos para o alcance da qualidade ambiental, nomeadamente no que respeita à definição de regras para utilização do plano de água e zona envolvente das albufeiras, por forma a salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial a água, e à compatibilização dos diferentes usos e atividades, existentes ou futuros, com a proteção e valorização ambiental e finalidades primárias das albufeiras (Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2003, 10 de Maio, Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2002, de 13 de Março).

No que respeita aos níveis de **ruído**, de acordo com o Mapa de Ruído desenvolvido para o concelho de Figueiró dos Vinhos, a principal fonte ruidosa relevante é o tráfego rodoviário. A este nível, o município tem previsto a implementação de um projeto de Mobilidade Sustentável, que terá como consequências

positivas, ao nível do ruído, a redução de volumes de tráfego e a conseqüente diminuição da poluição sonora. De salientar que o ruído industrial não representa expressão relevante no ruído ambiente registado para o concelho.

Se considerarmos as expectativas de aumentar a atividade industrial, aumentar a fixação de população, e aumentar e melhorar a rede viária, poderemos prever um agravamento da **qualidade do ar**.

A proposta de revisão do Plano pretende promover um desenvolvimento sustentado de espaços industriais/armazenagem e serviços de logística de vertente intermunicipal (ao nível do PEFICA – Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos), a localizar-se no concelho de Figueiró dos Vinhos. A este nível, deverá ser tido em consideração o tipo de indústrias a instalar, e os efluentes gasosos que serão emitidos para a atmosfera. No caso de se estabelecerem, na área em estudo, unidades industriais que potenciem a emissão de poluentes para a atmosfera, estas deverão instalar sistemas de tratamento adequados, tendo em consideração a legislação em vigor.

Por outro lado, a implementação da presente proposta poderá ter influência na qualidade do ar da área envolvente, devido ao previsível aumento de tráfego rodoviário (devido à melhoria de diversas acessibilidades regionais e inter-regionais previstas), com emissão de poluentes para a atmosfera, nomeadamente emissão de CO₂.

No entanto, de salientar que o presente plano articula-se com a estratégia municipal da autarquia em potenciar a **mobilidade sustentável** no concelho de Figueiró dos Vinhos, através de um Projeto de Mobilidade Sustentável, que tem como principal objetivo a promoção da melhoria das condições de deslocação, a diminuição dos impactes no ambiente, e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

De facto, por forma a melhorar a qualidade do ar existente no concelho é indispensável uma melhoria da cobertura do território em termos de transportes públicos rodoviários de passageiros, contribuindo desta forma para a não utilização de automóvel particular, com conseqüências positivas na redução de volumes de tráfego, da poluição do ar e da poluição sonora.

De uma forma geral, a estratégia que se encontra a ser definida para o concelho visa conjugar os aspetos de desenvolvimento económico com a utilização sustentável dos recursos ambientais, permitindo alcançar índices elevados de qualidade ambiental se forem cumpridos os objetivos de sustentabilidade definidos, as medidas definidas para cada indicador identificado, e concretizadas as metas estabelecidas nos documentos estratégicos.

5.7.5. Diretrizes para seguimento

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos no que respeita à qualidade ambiental, e que melhor integram os princípios e objetivos de sustentabilidade.

Relativamente à preservação e valorização do **solo** recomenda-se que se atue no sentido de:

- Erradicar focos de poluição indevida;
- Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos;
- Assegurar que o surgimento de novas atividades económicas seja acompanhado pela implementação de um sistema de gestão de resíduos adequado, que responda às necessidades das unidades instaladas. As unidades industriais deverão ter em conta as boas práticas de gestão de resíduos, considerando o Princípio da Responsabilização e deverão cumprir os princípios da gestão de resíduos relativamente à redução, reutilização, reciclagem e recuperação dos resíduos produzidos;
- Evitar a utilização de áreas com estrutura de solo bem consolidada, equacionando para o mesmo fim a utilização de áreas em que a estrutura do solo já se encontre comprometida;
- Promover a reabilitação de solos através da utilização de espécies vegetais que favoreçam a melhoria da estrutura do solo e consequentemente o cumprimento das suas funções.

Apesar do abastecimento de **água** para consumo no concelho de Figueiró dos Vinhos já abranger a totalidade da população, foram definidas algumas recomendações no sentido de:

- Aumentar a eficiência do sistema de abastecimento, analisando a eventual existência de perdas, procedendo à melhoria dos modelos de exploração da rede (captação, adução, distribuição) e analisando as possibilidades de reutilização;
- Prevenir a degradação da qualidade da água nas origens de captação, através do aumento da cobertura da rede de saneamento e drenagem de águas residuais, da melhoria do tratamento de águas residuais, da erradicação de focos de poluição e sensibilização, combate à poluição difusa e reabilitação e valorização de corredores ribeirinhos e envolventes de barragens;
- Assegurar que o surgimento de novas atividades económicas seja acompanhado pela implementação de sistemas de gestão eficientes para garantir o destino final adequado das águas residuais domésticas e industriais;
- Promover o uso sustentável da água, através de ações de sensibilização dirigidas a diferentes tipos de público-alvo.

Relativamente ao **ruído**, tendo em consideração o definido no relatório que acompanha o Mapa de Ruído, *“de acordo com o definido no artigo 8.º do RGR, as zonas sensíveis ou mistas (com ocupação) expostas a ruído ambiente exterior que exceda os valores limites devem ser objeto de Planos de Redução de Ruído, cuja elaboração é também da competência das autarquias locais”*. Ainda assim, o referido relatório chama a atenção para o facto de que estes planos não são necessários para todas as áreas concelhias onde se excedem os limites, salientando que os Planos de Redução de Ruído se devem aplicar a *“áreas objeto de zonamento acústico (sensível ou misto) onde os limites legais não estejam a ser verificados”*.

A mitigação dos impactes identificados, ao longo da rede viária, deverá privilegiar a utilização de sebes vivas como barreira sonora uma vez que esta solução apresenta vantagens ambientais adicionais, relativamente à promoção da qualidade do ar e à valorização e integração paisagística.

De salientar ainda as recomendações definidas no Projeto da Mobilidade Sustentável, ao nível da implementação de “*medidas de compensação ambiental que minimizem o aumento de pressão das deslocações motorizadas (previsão de espaços verdes ao longo das vias a construir, frota automóvel com recurso a energias menos poluentes)*” e ainda no sentido de “*aliar as vertentes turística e natural dos concelhos à promoção da mobilidade sustentável*”.

Considerando que se prevê a instalação de unidades industriais, de modo a acautelar uma eventual degradação da **qualidade do ar**, recomenda-se o seguinte:

- Assegurar que o surgimento de novas atividades económicas seja acompanhado pela implementação de sistemas de gestão eficientes para garantir o tratamento adequado de emissões poluentes para a atmosfera;
- Criação de condições que favoreçam a adoção de meios de transporte mais sustentáveis (mobilidade sustentável) que, para além de beneficiar o ambiente urbano, em termos de qualidade do ar, também melhora a comodidade acústica e a vivência urbana.

No que respeita à **energia**, recomenda-se que se atue no sentido de:

- Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético;
- Fomentar a produção de energia a partir de fontes de energia renovável.

5.8. RISCOS AMBIENTAIS

5.8.1. Descrição do FCD e seus objetivos

Face à situação geográfica de Portugal, às suas características geológicas e climáticas, e tendo em conta o atual contexto e cenários de alterações climáticas, exige-se uma gestão preventiva dos diversos riscos naturais e antrópicos que possam surgir.

Decorrente das diferentes ações que o Homem tem sobre o Ambiente, a previsão e a prevenção de riscos ambientais deverá ser um dos fatores cruciais na análise e avaliação dos diferentes planos territoriais bem como das propostas de projetos.

Na presente proposta de revisão do PDM face às características da região em avaliação, o FCD - Riscos Ambientais resultará da análise de diferentes domínios de avaliação específicos que correspondem a diferentes situações de risco, nomeadamente: Incêndio, Sismicidade, Erosão, Cheias e Riscos de Acidentes Industriais. Em acréscimo a todos os fatores que mereçam gestão e prevenção do risco pelas diferentes características que lhes estão inerentes, acresce ainda o facto de estarmos perante um território que integra em si uma classificação na Rede Natura 2000 a qual importa preservar e acautelar face à possibilidade de ocorrência de riscos ambientais.

O Concelho de Figueiró dos Vinhos é, quase na sua totalidade, ocupado por espaço florestal. Verifica-se a predominância de eucalipto estando-se perante uma floresta uniforme, de monocultura, sem praticamente descontinuidades verticais, nem com variações do tipo de combustível, e contínua; portanto, com descontinuidades horizontais em menor número e de menores dimensões. As características edafo-climáticas daquele território em conjunto com o tipo de exploração florestal que é praticada atribuem ao concelho um grau de risco de incêndio classificado como “Alto”. Para além do risco de incêndio florestal, existe ainda o risco de incêndio de origem antrópica, relacionado com a previsível implantação de zonas industriais.

No que diz respeito à sismicidade, o Concelho de Figueiró dos Vinhos encontra-se numa zona de transição apresentando valores de intensidade que variam entre Grau 6 (bastante forte) e Grau 8 (ruinoso). Por este facto justifica-se a integração deste domínio de avaliação já que o risco de ocorrência de sismo poderá provocar danos consideráveis no território.

A ocorrência de erosão, bem como de situações de cheias também são aspetos a ter em consideração nesta avaliação de risco ambiental. Devido ao carácter acidentado do terreno (mesmo sendo montanhoso), com cotas a variar entre os 150 e os 930 metros de altitude e uma paisagem caracterizada por um constante entrecortado, com vales profundos e encostas demasiado expostas à ação dos agentes erosivos e, obviamente, com dificuldades de comunicação, os efeitos provocados nas populações e recursos naturais poderão colocar em causa a estabilidade do território, não esquecendo os custos ambientais que daí podem decorrer.

Ao exposto, e por estar em análise uma revisão de um PDM, acresce ainda a possibilidade de futura implantação de zonas industriais, com instalação de indústrias e empresas variadas e das quais poderão

decorrer os mais diversos tipos de acidentes, pelo que importa incluir ainda a previsão de situações de acidente face a este tipo de projetos.

Desta forma, a garantia da prevenção do risco para os ecossistemas e para o Homem bem como o seu controlo e acompanhamento devido contribuirão para o desenvolvimento de uma região mais sustentável. Para auxiliar o nível de pormenorização da análise estratégica que se pretende efetuar identificaram-se vários domínios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores associados para o FCD Riscos Ambientais, que se apresentam no Quadro 5.8.1.1.

Quadro 5.8.1.1. - Relação entre os diversos domínios de análise considerados para o FCD: Riscos Ambientais, com os objetivos de sustentabilidade e principais indicadores de análise estabelecidos.

FCD	Domínio	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Riscos Ambientais	Incêndio	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios 	<ul style="list-style-type: none"> Risco de ocorrência de incêndios Área ardida Número de edifícios afetados
		<ul style="list-style-type: none"> Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas 	<ul style="list-style-type: none"> Corporações de bombeiros existentes no concelho
	Erosão	<ul style="list-style-type: none"> Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo 	<ul style="list-style-type: none"> Uso do solo
		<ul style="list-style-type: none"> Manter e recuperar processos ecológicos 	<ul style="list-style-type: none"> Topografia do terreno Ocorrência de erosão
		<ul style="list-style-type: none"> Aumentar os níveis de proteção do solo Reduzir a ocorrência de situações de erosão 	
	Cheias	<ul style="list-style-type: none"> Manter e recuperar processos ecológicos chave 	<ul style="list-style-type: none"> Caudal dos rios Precipitação
		<ul style="list-style-type: none"> Aumentar os níveis de proteção do solo 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas inundadas Ocorrência de cheias
		<ul style="list-style-type: none"> Diminuir a possibilidade de ocorrência de cheias 	
	Sismicidade	<ul style="list-style-type: none"> Minimizar as consequências provocadas pela ocorrência de sismo 	<ul style="list-style-type: none"> Número de acontecimentos de sismo sentidos pela população Perdas de bens, naturais e materiais Intensidade sísmica do concelho
	Riscos Industriais	<ul style="list-style-type: none"> Prevenir a ocorrência de riscos industriais graves 	<ul style="list-style-type: none"> Número de ocorrências de explosão Área de terreno afetada em resultado de ocorrência de derrame
<ul style="list-style-type: none"> Adoção dos procedimentos de higiene e segurança no trabalho de acordo com a legislação vigente para o tipo de unidade industrial instalada 		<ul style="list-style-type: none"> Número de empresas com planos de prevenção e minimização de riscos industriais Número de indústrias/empresas com planos e procedimentos de proteção individual 	

5.8.2. Situação existente e análise de tendências

Torna-se necessário avaliar as potencialidades e fragilidades da região e para tal recorre-se à metodologia de análise SWOT. Sendo assim, a mesma foi realizada para o FCD – Riscos Ambientais no território em causa, apresentando-se os resultados no Quadro 5.8.2.1. Esta análise pretende apresentar, de uma forma sucinta, quais as características ambientais mais relevantes reunindo os elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, dão origem à identificação das ameaças e oportunidades associadas ao FCD em avaliação.

Esta análise é feita considerando a não implementação das alterações do plano em avaliação.

Quadro 5.8.2.1. - Análise SWOT no âmbito do FCD – Riscos Ambientais

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de paisagem: montanha, floresta, cursos de água, praias fluviais, albufeiras • Paisagem natural preservação, com valor reconhecido e com poucos elementos perturbadores • Território com extensas áreas de floresta a qual possibilita a captura de CO2 • Localização estratégica no espaço de intermediação (transição Norte/Sul e Litoral/Interior) 	<ul style="list-style-type: none"> • Território em declínio populacional • Território com extensa mancha florestal • Alto risco de incêndios florestais • Condicionantes várias com elevada presença no concelho • Elevado risco de erosão, em virtude da zona montanhosa • Reduzida atração empresarial e redução da atividade agrícola por “abandono” das terras – desertificação • Desvalorização das zonas naturais
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Floresta: recurso natural importante e principal fonte de receitas • Promoção da floresta como recurso turístico e de lazer • Potencial para o recreio nos espaços florestais e com grande interesse paisagístico com a existência de atividades de recreio • Aproveitamento do potencial turístico face à riqueza natural e paisagística daquele território • Promover os modelos de gestão florestal • Aplicação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios • Recuperação e valorização paisagística dos vales e linhas de água 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de incêndio, florestal e industrial • Risco de acidentes industriais, como explosão e derrames • Risco de inundação e cheia • Risco de erosão • Risco de sismo

O Concelho de Figueiró dos Vinhos possui um conjunto de bens paisagísticos com qualidade ambiental, os quais são de realçar. A diversidade da paisagem, a qual congrega espaço de montanha, floresta (que funciona como sumidouro de carbono possibilitando um contributo para o equilíbrio entre as emissões e a captura) e vários cursos de água os quais integram praias fluviais e albufeiras, atribuem ao território um valor a preservar e promover dado que as características dos diferentes espaços ainda se encontram pouco alteradas por intervenção humana. Em termos de paisagem estamos assim perante um espaço marcadamente rural, com bens e valores identificados, e que, pela sua localização geográfica de intermediação entre o Norte/Sul e Litoral/Interior do país, apresentam um grande potencial de aproveitamento, sendo que este só terá frutos se for garantida a conservação dos bens. Não obstante estes valores, em termos sociais e demográficos o território apresenta algumas fraquezas, as quais são cruciais no desenvolvimento de uma região. O envelhecimento da população e o declínio populacional são dos aspetos negativos que maior peso representam na avaliação social do território. E sendo que a estes se acrescenta ainda uma reduzida atração empresarial, muito provocada pelos elevados índices de despovoamento, e uma desvalorização das zonas naturais por parte da população, pelo que o atual desenvolvimento do território passa por vários desafios. Para além destes aspetos, as características biofísicas naturais do Concelho também lhe atribuem ameaças de desenvolvimento, das quais se salientam a probabilidade de incêndio, erosão e até de inundações ou cheias. Apesar destas ameaças e fraquezas, o território ainda consegue fazer o aproveitamento das suas características, promovendo a floresta enquanto recurso financeiro, de lazer e turismo, e dinamizando o aproveitamento turístico face à sua riqueza natural. Em termos de caracterização das fontes das suas ameaças importa explorar alguns aspetos, os quais são abordados de seguida.

As **florestas** desempenham um papel fundamental na regularização dos caudais hídricos, protegem os solos contra a erosão e aumentam o grau de infiltração de água nos solos, promovendo a diminuição do escoamento das águas pluviais.

A floresta tem um grande impacto na economia do Concelho, sendo a sua destruição uma perda irreparável, não só em termos económicos, mas também sociais, ecológicos e paisagísticos. Por outro lado a floresta, em toda a sua complexidade, ultrapassa largamente o interesse local, sendo por isso importante conseguir tratá-la, geri-la e defendê-la da melhor forma possível.

O quadro seguinte apresenta os valores da ocupação do solo para o concelho de Figueiró dos Vinhos.

Quadro 5.8.2.2. – Taxas e áreas de ocupação do solo no concelho de Figueiró dos Vinhos (PMDFCI,2014)

Uso e ocupação do solo (ha)								
Freguesias	Pomares	Áreas agrícolas	Floresta	Olivais	Meios semi-naturais	Áreas artificiais	Superfície com água	Total
Área de ocupação (ha)	21,89	1.962,73	10.958,54	141,06	3.769,44	382,01	121,02	17.356,69
Taxa de ocupação (%)	0,12	11,4	63,2	0,83	21,7	2,2	0,6	100

A ocupação florestal é a que ocupa maior área no concelho de Figueiró dos Vinhos, com 63,2%.

Quanto às taxas de ocupação florestal, as principais espécies no concelho são, inequivocamente, o pinheiro bravo e o eucalipto. O eucalipto é a espécie predominante com 7.613 hectares aproximadamente, o que representa em termos de taxa de ocupação florestal cerca de 70%, ao que se segue o pinheiro bravo com pouco mais de 2.900 hectares, equivalente a uma taxa de ocupação florestal de 26,4%.

A constituição do coberto vegetal traduz a influência tipicamente mediterrânea, encontrando-se em vertentes de baixa altitude, abrigadas e com exposição predominantemente ao quadrante Sudoeste, espécies características como o Carvalho Português, o Sobreiro, Medronheiro e outras. A distribuição das áreas de Pinheiro Bravo e de Eucalipto surgem em zonas de solos pobres, arenosos ou argilosos (PMDFCI, 2014).

No concelho de Figueiró dos Vinhos estão confinadas desde 1963, duas áreas ao regime florestal (Figura 5.8.2.1.) e cujos projetos de arborização foram aprovados em 1962. Estas áreas inserem-se precisamente na freguesia de Campelo, sendo que esta submissão, foi mais um dos fatores que contribuíram para a alteração do uso do solo e da paisagem naquele território, alterando a fisionomia do terreno e do coberto vegetal, ocupando áreas anteriormente de pastagens com espécies arbóreas na sua maioria resinosas. De referir que os Projetos de Arborização foram aprovados em 1962, estando atualmente a sua gestão adstrita à DRAP Centro, Departamento da Conservação da Natureza e Florestas do Centro (PMDFCI, 2014).

O facto de ambas as áreas (Rede Natura e Regime Florestal) se situarem essencialmente na área correspondente à Freguesia de Campelo (Figura 5.8.2.1.), uma das que apresenta maior índice de risco de incêndio aliado ao seu elevado valor ecológico e social, tornam estas áreas prioritárias ao nível de defesa da floresta contra incêndios (Silva, L. 2007).

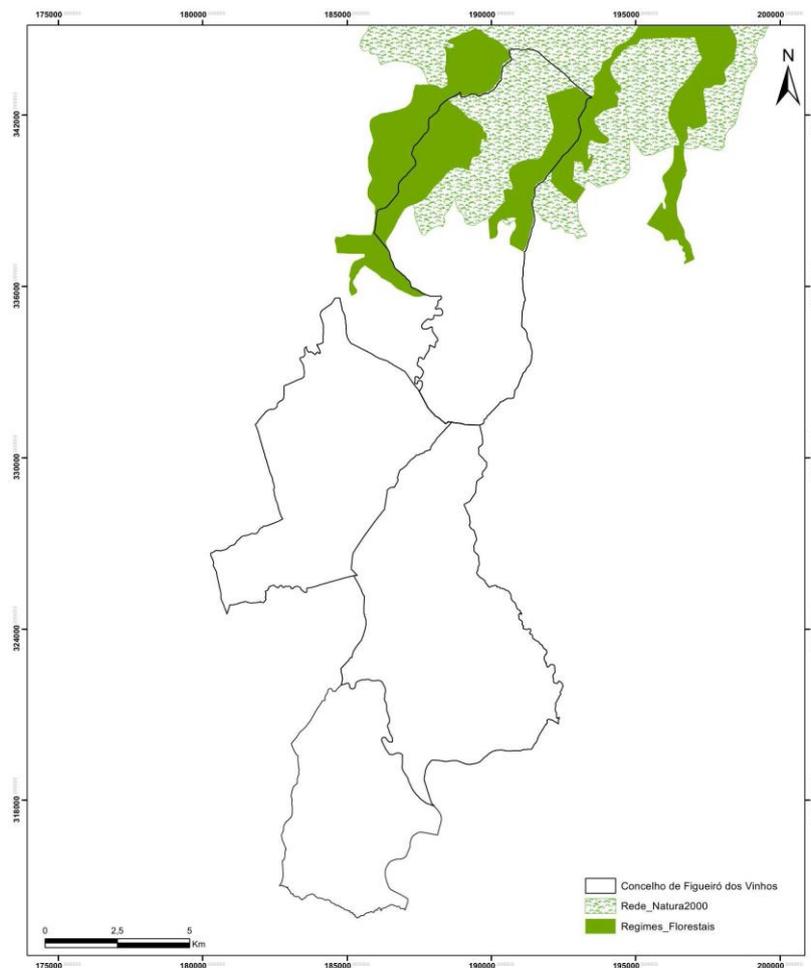


Figura 5.8.2.1. – Mapa de Perímetros Florestais e Rede Natura no concelho de Figueiró dos Vinhos (adaptado do PMDFCI, 2014)

Pela análise do mapa de perigosidade de incêndio, verifica-se que a perigosidade alta e muito alta predomina nas áreas que foram percorridas pelos incêndios no período de 1990 a 2013, e onde se regista incidência espacial de recorrência de incêndios. Ainda de acordo com o mapa, as áreas de perigosidade muito baixa e baixa localizam-se junto das áreas planas e de ocupação agrícola, nos espaços urbanos e junto às principais linhas de água que atravessam o Município. As áreas de perigosidade consideradas de classe média surgem dispersas por todo o território do concelho.

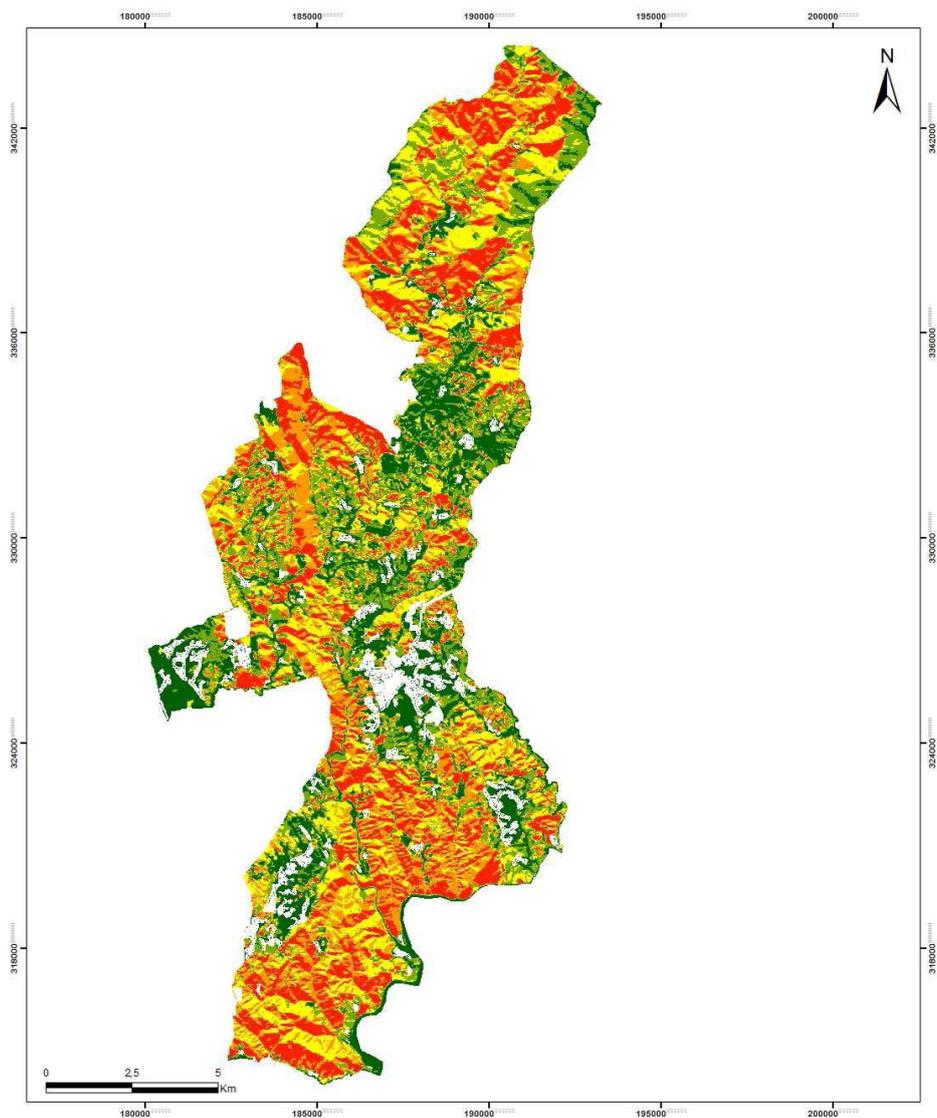


Figura 5.8.2.2. - Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal (adaptado do PMDFCI, 2014)

Da análise da Carta de Risco de Incêndio constata-se que grande parte do território do concelho de Figueiró dos Vinhos apresenta um **risco de incêndio de médio a elevado**. Este fator contribui para acentuar em parte os danos causados pelo agente abiótico (fogo). Os números de ocorrências e áreas totais ardidas são, cada ano que passa, mais assustadores, particularmente na região Centro de Portugal, onde se insere o concelho de Figueiró dos Vinhos.

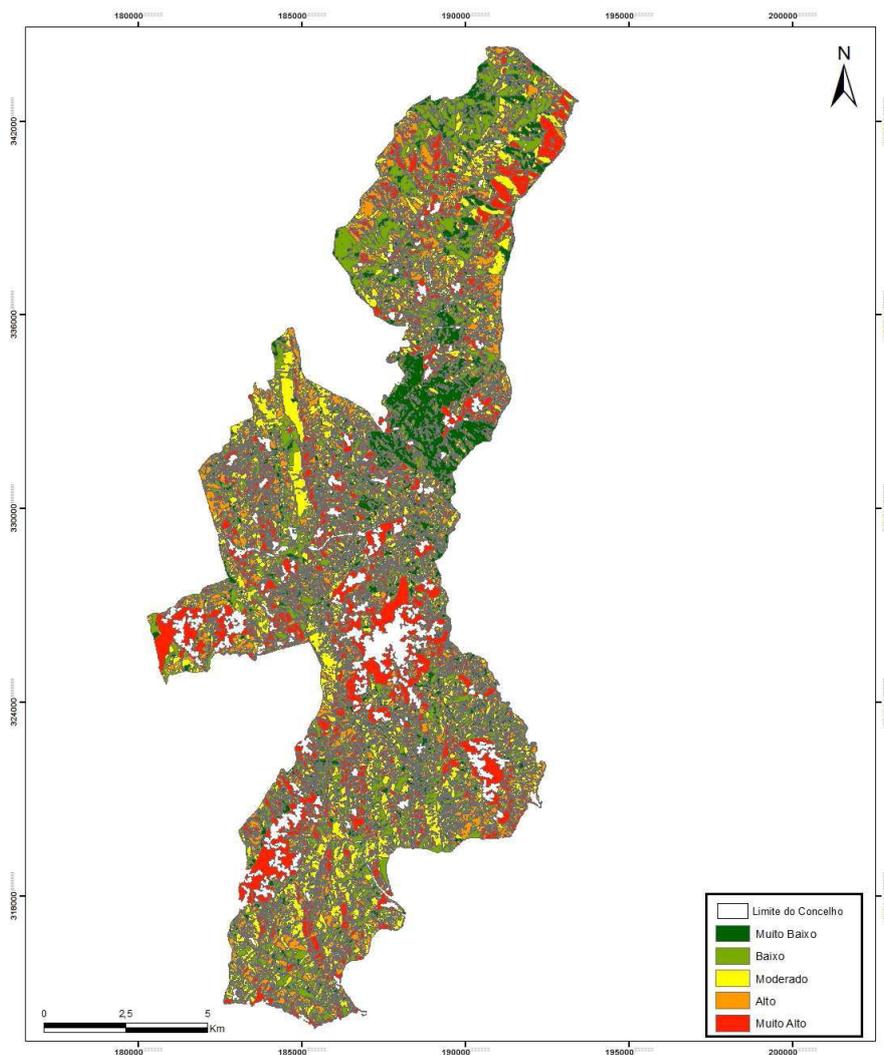


Figura 5.8.2.3. – Mapa de Risco de Incêndio Florestal (adaptado do PMDFCI, 2014)

A análise da figura seguinte permite perceber que a extensão da área ardida é significativa no concelho, constatando-se que este é muito afetado pelo problema dos incêndios florestais. Constata-se ainda que, para o período de análise, as zonas mais afetadas no concelho de Figueiró dos Vinhos ocorreram a sul, resultado das características de ocupação do solo naquelas áreas.

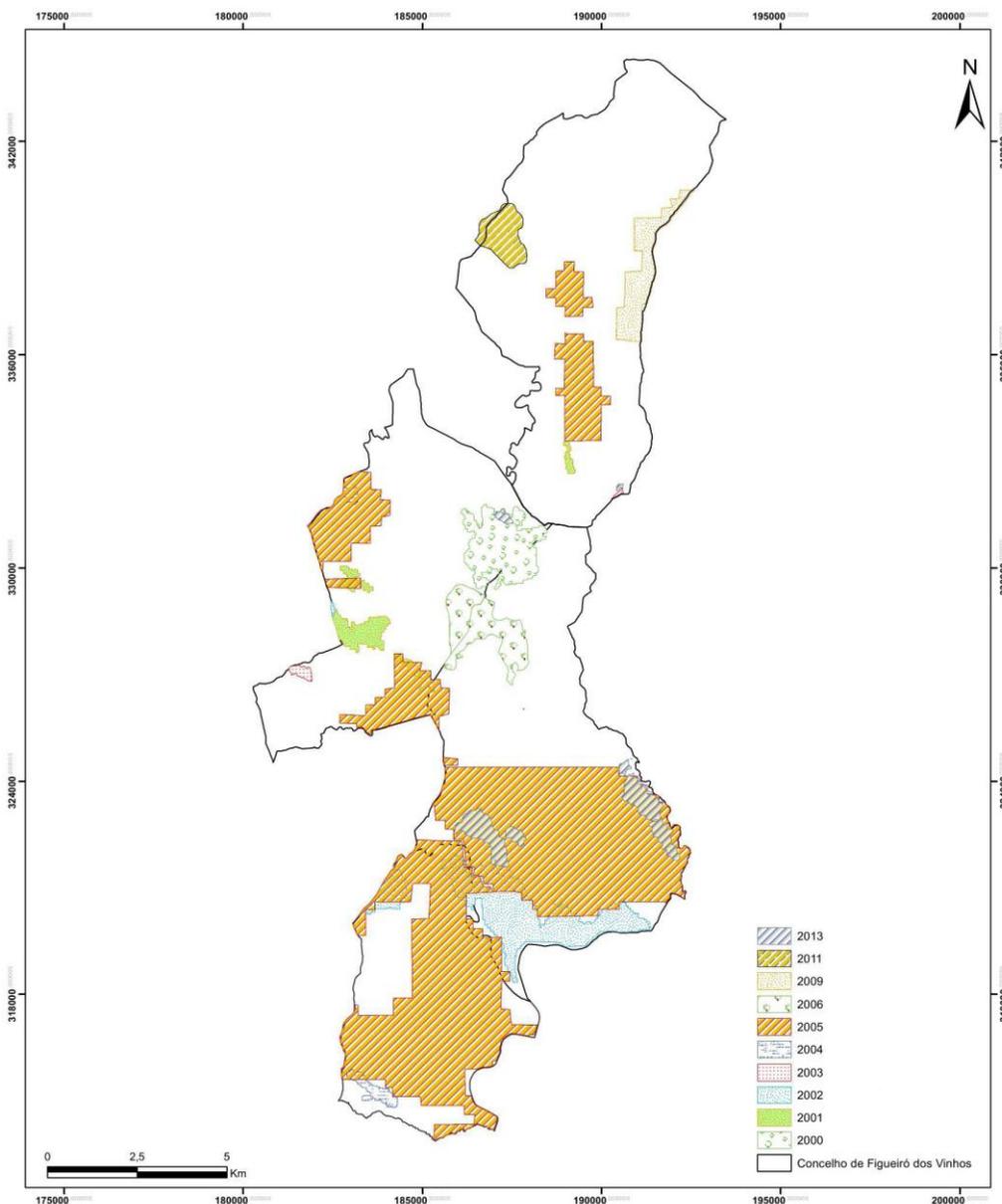


Figura 5.8.2.4. - Distribuição das áreas ardidas no concelho de Figueiró dos Vinhos entre 2000-2013 (adaptado do PMDFCI, 2014)

No quadro seguinte apresenta-se a discriminação, para o período 2004-2013, para a área ardida e o número de ocorrências.

Quadro 5.8.2.3. – Distribuição anual de área ardida e número de ocorrências no concelho de Figueiró dos Vinhos (PMDFCI, 2014)

	Ano									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
N.º de incêndios	35	70	24	20	17	10	15	14	32	21
Área ardida	69,77	7.609,58	363,88	0,82	4,82	1,28	1,37	178,01	381,05	382,67

O ano de 2005 sobressai como aquele em que a área ardida de povoamentos florestais foi maior, onde arderam 7.609,58ha, num total de 70 ocorrências.

AAE.FV-2.fz.RA.V1

De acordo com o PMDFCI (2014), a maior área ardida verifica-se em povoamentos florestais (ocupados principalmente por eucaliptos e pinheiro bravo), sendo pouco significativas as áreas de matos afetadas.

De referir que não existem dados disponíveis no que se refere à ocorrência de **incêndios em edifícios**.

No que se refere às missões de socorro, nomeadamente o socorro às vítimas de acidentes rodoviários, a urgência pré-hospitalar, o combate a incêndios, a intervenção em cheias e inundações, entre outras missões, estas são asseguradas pelas **corporações de bombeiros**. As corporações de bombeiros inserem-se no associativismo voluntário, e só nos aglomerados com uma população superior a 100 000 habitantes é que legalmente é exigido um corpo de bombeiros profissionais.

No Concelho de Figueiró dos Vinhos, estas missões são asseguradas pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, fundada em 1935, contando atualmente com um universo de mais de 1.600 associados, e está integrada no Centro de Operações de Socorro Distrital de Leiria.

A Corporação conta com um total de 124 elementos, dos quais 71 bombeiros no Quadro Ativo e 53 no Quadro de Reserva. Encontra-se presentemente a decorrer uma escola com 12 Estagiários a receber Formação Inicial. Do Quadro Ativo 18 são funcionários da associação e 3 em regime de acordo com o IEFP. Um número que permite diferentes leituras consoante a disponibilidade dos bombeiros em caso de emergência. O Comandante refere que o número total de homens seria suficiente caso todos estivessem disponíveis, como a taxa de disponibilidade nunca é a desejada, a instituição atravessa uma insuficiência neste parâmetro. As áreas mais carentes são as relativas às áreas da saúde e o socorro a acidentes. Como fator inibidor da disponibilidade dos bombeiros, refere a dificuldade dos bombeiros em obterem a necessária dispensa da sua atividade profissional.

Quadro 5.8.2.4. – Caracterização dos Meios Humanos/Bombeiros (Relatório Sectorial - Rede de Equipamentos)

Meios Humanos/Bombeiros	Número
Bombeiros em regime de voluntariado	130
Bombeiros efetivos	4
Fanfarra	25-30
Funcionários da Associação	18
Funcionários contratados IEFP	3

Em termos de recursos materiais, os Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos estão apetrechados com 7 viaturas de combate e apoio a incêndios (4 pesados – VFCI; 1 auto-tanque – VTTU; 2 ligeiro - VLCI e 2 de comando - VCOT). Na área da saúde estão equipados com 7 viaturas ambulâncias (3 de emergência - ABSC e 4 de transporte - ABTD). Possuem também 3 viaturas auxiliares – ABTM, uma viatura de desencarceramento - BSAT e duas viaturas de apoio de transporte de pessoal - VOPE (Relatório Sectorial - Rede de Equipamentos, 2015).

No que diz respeito às áreas com probabilidade de **erosão** estas são “*áreas que, devido às suas características de solo e subsolo, declive e dimensão da vertente e outros fatores suscetíveis de serem alterados, tais como o coberto vegetal e práticas culturais, estão sujeitas à perda de solo, deslizamentos ou quebra de blocos*”. A delimitação deste sistema biofísico pondera como fatores determinantes o declive e a erodibilidade média do tipo de solo em presença, bem como o respetivo substrato rochoso. Desta forma, a carta do Risco de Erosão é um importante instrumento que estabelece as condições potenciais de perda de solo por erosão hídrica. Representa um cenário na ausência do efeito protetor da vegetação,

uma vez que apenas tem em conta os fatores clima (particularmente a erosividade da precipitação), solo (a sua erudibilidade) e topografia (em especial o seu declive). A carta que apresenta o território com espaço classificado com Reserva Ecológica Nacional (REN) refere a presença de vários ecossistemas, dentro dos quais as áreas com risco de erosão. Da análise do referido documento é possível constatar que grande parte do território regista a presença de áreas com risco de erosão, sendo de realçar a zona sul do território. Este fator pode ser influenciado pela extensa rede hidrográfica a qual influencia este fator na medida em que as características do solo bem como a presença do coberto florestal potenciam aqueles eventos. Ainda a referir que no norte do Concelho as situações de erosão resultam dos declives associados à presença da Serra da Lousã, os quais potenciam situações de arrastamentos de terras. Importa assim analisar os fatores que contribuem para a erosão. A caracterização destes elementos já está contemplada nos documentos que caracterizam e suportam a revisão do plano em estudo, nomeadamente no capítulo de Caracterização Física. Apenas como nota de resumo desta caracterização importa salientar que estamos perante um território com uma configuração física com áreas montanhosas e vales de vertentes bastante declivosas (diferenciação altimétrica variando entre os 100m e os 781m, sendo esta última no norte do Concelho, com correspondência à Serra da Lousã) que também pelas suas características de formação geológica acentuam o fator de erosão. Em termos de tipo de solos, o Concelho de Figueiró dos Vinhos, apresenta no seu território a presença de três unidades pedológicas: cambissolos na sua parte Norte, litossolos na zona central e Sudeste, e luvisolos a Sul, solos com características que contribuem para situações de erosão. Ainda a acrescentar, as características climáticas são um fator a ter em conta. Importa ainda realçar a temperatura e pluviosidade, já que estas interferirão com a erosão bem como o regime de inundações e cheias. Considerando o Relatório de Caracterização Física de Figueiró dos Vinhos (2015) a temperatura média diária do ar varia entre os cerca de 10°C no Norte do Concelho e os 16°C a Sul, sendo que em termos de precipitação os valores variam entre os 1000mm a Sul e os 1600mm a Norte. Estes valores de precipitação interferem diretamente na ocorrência de situações de inundação ou cheias face às características do território em análise. Também a carta de classificação de espaço REN apresenta os ecossistemas que potenciam a ocorrência de situações de cheia ou inundações, nomeadamente pela presença de cabeceiras de linha de água, leitos de cursos de água e áreas de máxima infiltração. Da análise do referido documento destaca-se uma presença por todo o território de cabeceiras de linha de água, apesar de estas apresentarem pouca expressão, sendo que no que diz respeito à presença de zona de máxima infiltração se destaca a presença de cinco faixas na zona mais ou menos central do território. Nestas áreas, bem como nas proximidades dos leitos de cursos de água a ocorrência de eventos de cheia ou inundações é potenciada. A extensa rede hidrográfica do território em análise é por si só um fator a ter em atenção o qual deve ser conjugado com as características do solo bem como com o tipo de ocupação e as características climáticas. A ocorrência de precipitações na ordem dos 100 mm/dia é causa do regime torrencial dos cursos de água, estando os caudais sujeitos a variações bruscas que provocam a inundação dos campos ribeirinhos. Deste modo torna-se necessário ter um conhecimento sólido sobre os recursos hídricos existentes na área em estudo. Também as características associadas aos recursos hídricos e todo o seu ciclo são apresentadas no documento de suporte à revisão do PDM, sendo aqui apresentados apenas os aspetos principais que caracterizam este ciclo.

A área do território do Concelho de Figueiró dos Vinhos encontra-se incluída na bacia do Rio Zêzere que, por sua vez, integra a bacia hidrográfica do Rio Tejo. Este curso de água constitui o elemento hierarquizador da rede hidrográfica naquele território, na medida em que as principais linhas fluviais correspondem a afluentes daquele rio principal. O escoamento de água na rede hidrográfica do Concelho

situa-se entre os 800 – 1000mm na parte norte do Concelho. Na faixa central varia no intervalo entre os 600 e 800 mm e na zona Sul o valor varia de 400 a 600 mm. No que se refere à produtividade dos seus aquíferos, esta é de apenas 50 m³/(dia.km²).

Estes últimos domínios de avaliação estão interligados entre si pois a sua ocorrência resulta da conjugação entre as condicionantes geomorfológicas e climáticas da região.

Para além dos domínios já apresentados, o concelho de Figueiró dos Vinhos inclui ainda o risco de sismicidade enquanto fator de ponderação e avaliação do risco visto este se encontrar numa zona de transição. Em quase toda a totalidade do território do Concelho, o risco está classificado entre os graus 6 e 7, segundo a escala internacional. Desta forma, qualquer construção sobre estas falhas sofrerá com alguma intensidade os efeitos face à ocorrência de um evento de sismo.

Em termos de desenvolvimento industrial, o Concelho de Figueiró dos Vinhos apresenta duas áreas de instalação empresarial, o Parque Empresarial de Figueiró dos Vinhos, o qual se localiza-se na zona do Carameleiro e é constituído por 35 lotes destinados a indústria, comércio e serviços, e a Zona Industrial da Ladeira da Calça, a qual compreende um loteamento industrial que contempla 5 lotes, nos quais se encontra instalada uma unidade de produção de artefactos de cimento, uma empresa que se dedica à recolha e seleção de vidros para exportação e uma de transformação de granitos e mármore.

No Parque Industrial de Figueiró dos Vinhos encontram-se em pleno funcionamento 9 unidades industriais nos ramos de alumínios, transformação de carnes, tintas, pintura, tipografia, serralharia, carpintaria, mármore e granitos e fertilizantes orgânicos e biológicos. Dos restantes lotes, encontram-se em resolução os procedimentos relativos a três deles, correspondentes à instalação de empresas nas áreas da tubagem térmica, da produção de elementos de iluminação decorativa e uma unidade produtiva de produtos de limpeza (Relatório Sectorial - Estudo da Economia, 2015).

Salienta-se que não existem registos que evidenciem a ocorrência de acidentes industriais na área de intervenção destas unidades.

De referir ainda que, em permanência da atual situação de desenvolvimento, as fraquezas e ameaças identificadas no território do Concelho de Figueiró dos Vinhos poderão superar os pontos fortes e eliminar as oportunidades dado que a componente social é um importante fator de desenvolvimento de uma região.

5.8.3. Efeitos esperados

No presente capítulo é promovida uma análise que visa evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pelo Plano, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos que atuam sobre o domínio em causa, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no Quadro de Referência Estratégico.

Na análise são contemplados os objetivos dos instrumentos do QRE que estejam direta ou indiretamente relacionados com o domínio em análise. Os resultados da análise efetuada são apresentados no Quadro 5.8.3.1, adotando-se uma simbologia de (+) ou de (-) consoante a execução do Plano se antecipe como indutora de um contributo positivo ou negativo.

Face a uma avaliação mais detalhada do território e FCD – Riscos Ambientais aquando da realização da caracterização da situação atual, esta justificou a necessidade de inclusão de outros documentos no estabelecimento da sua relação com os documentos do QRE. Sendo assim, os instrumentos incluídos são: a Proposta de Estratégia de Proteção dos Solos (PEPS), o Plano Nacional da Água (PNA), o PGRH do Tejo, o Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia (POACBSL) e o Plano de Albufeira de Castelo de Bode (POACB).

Quadro 5.8.3.1. - Contribuição da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, no âmbito do FCD – Riscos Ambientais

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Riscos Ambientais
PNPOT	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.	+	O cumprimento deste objetivo será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”, nomeadamente na proteção e valorização da paisagem e na prevenção e minimização dos riscos ambientais.
	Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global.	+	Este objetivo será alcançado, nomeadamente no que se refere à integração no espaço ibérico através da concretização dos objetivos contemplados na opção estratégica que visa “Potenciar a Economia do Concelho”. Com esta dinamização, e face às características da região, poder-se-á ganhar expressão no espaço ibérico através da dinamização do turismo, mais especificamente.
ENDS	Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural.	+	Atendendo às medidas já expressas pela proposta de revisão do plano, e com a concretização dos objetivos de “Proteger e valorizar a paisagem, os recursos hídricos e sistemas de regadios tradicionais” bem como de “Promover a sustentabilidade do território com base nos recursos territoriais, ambientais e sinergias existentes” contribuir-se-á para cumprimento deste objetivo.
PNAC	Reforçar a monitorização nos diversos sectores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, “através de medidas nos sectores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão”.	+	Sendo realizado um acompanhamento da atividade industrial e uma monitorização dos efeitos dos riscos ambientais, nomeadamente dos decorrentes da ocorrência de incêndios florestais, será possível controlar de uma forma mais efetiva os sumidouros de carbono. A prevenção e minimização dos riscos ambientais e a promoção do desenvolvimento sustentado dos espaços industriais, como objetivos do plano poderão contribuir para o cumprimento deste objetivo.
PNAAS	Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos.	+	O cumprimento destes objetivos será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”, nomeadamente na proteção e valorização da paisagem e na prevenção e minimização dos riscos ambientais.
	Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco.	+	
PEPS	Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que é utilizado e as suas funções são exploradas, sendo, portanto, necessário tomar medidas relativas aos modelos de utilização e gestão de solos.	-	Caso não sejam atendidas as características dos solos da região bem como as condicionantes, os objetivos do plano poderão conflitar com este objetivo na medida em que a seleção de opções menos corretas poderão

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Riscos Ambientais
	Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que funciona como sumidouro/recetor dos efeitos de atividades humanas ou fenómenos ambientais, sendo necessário tomar medidas na fonte.	-	contribuir para uma acentuada degradação do solo e conseqüente perda das suas capacidades.
PNA	Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas.	+	O cumprimento destes objetivos será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”, nomeadamente na proteção e valorização da paisagem e na prevenção e minimização dos riscos ambientais, neste último nomeadamente no que se refere à probabilidade de ocorrência de inundações/cheias.
	Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados.	+	
PROT - C	A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território.	+	O cumprimento deste objetivo será alcançado com a concretização dos objetivos expressos em todas as opções estratégicas da revisão do plano. Salienta-se a necessidade de atender às fragilidades biofísicas do território como fatores a ter em atenção para que a prossecução deste objetivo seja atingido.
	A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais.	+	O cumprimento deste objetivo será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”, nomeadamente na proteção e valorização da paisagem e na prevenção e minimização dos riscos ambientais, devendo estes atender à probabilidade de ocorrência de incêndios florestais e inundações/cheias. Ainda a opção estratégica que visa “Potenciar a Economia do Concelho”, com o cumprimento dos objetivos de “Criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado à floresta e aos recursos hídricos” e “Explorar a relação da floresta e albufeira enquanto novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas”, contribuirá para a valorização destes ecossistemas, permitindo dar cumprimento a este objetivo.
	O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico.	+	
	Identificar a estrutura de proteção e valorização ambiental, integrando as áreas classificadas (incluindo os imperativos decorrentes da Rede Natura 2000) e outras áreas ou corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos, valores e riscos naturais e da estruturação do território.	+	O cumprimento destes objetivos será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”, nomeadamente na proteção e valorização da paisagem e na prevenção e minimização dos riscos ambientais, neste último nomeadamente no que se refere à probabilidade de ocorrência de inundações/cheias, de incêndios florestais e de situações de erosão. Estas condicionantes devem ser atendidas quando da definição de critérios e orientações de implantação ou ordenamento e uso do solo do espaço. Ainda a opção estratégica que atende à “Requalificação Territorial e Urbana”, com o cumprimento do objetivo de “Promover a sustentabilidade do território com base nos recursos territoriais, ambientais e sinergias existentes” permitirá o cumprimento destes objetivos.
	Definir orientações e propor medidas para o uso, ocupação e transformação do solo adequadas às especificidades dos modelos e padrões de povoamento, às características das estruturas urbanas e às exigências dos novos fatores de localização de atividades, em particular para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de atividades não rurais.	+	
	Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes.	+	

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Riscos Ambientais
PGRH do Tejo	Gestão de riscos e valorização do Domínio Hídrico - Assegurar uma gestão integrada do domínio hídrico, procedendo à prevenção e mitigação dos efeitos provocados por riscos naturais ou antropogénicos, com especial enfoque para as cheias, secas e poluição accidental.	+	O cumprimento deste objetivo será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”, nomeadamente na proteção e valorização da paisagem e na prevenção e minimização de ocorrência de riscos ambientais, neste último nomeadamente no que se refere à probabilidade de ocorrência de inundações/cheias.
POACBSL	Definir regras para a utilização do plano de água e zona envolvente das albufeiras, por forma a salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial a água.	+	O cumprimento destes objetivos será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”, nomeadamente na proteção e valorização da paisagem, os recursos hídricos sistemas de regadio tradicional e na prevenção e minimização dos riscos ambientais, neste último nomeadamente no que se refere à probabilidade de ocorrência de inundações/cheias. Ainda a opção estratégica que visa “Potenciar a Economia do Concelho”, com o cumprimento dos objetivos de “Criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado à floresta e aos recursos hídricos” e “Explorar a relação da floresta e albufeira enquanto novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas”, contribuirá para a valorização destes ecossistemas, permitindo dar cumprimento a este objetivo. Devem ser atendidas as medidas de conservação, prevenção e minimização por forma a compatibilizar os usos destes espaços.
	Compatibilizar os diferentes usos e atividades, existentes ou futuros, com a proteção e valorização ambiental e finalidades primárias das albufeiras, designadamente a produção de energia.	+	O cumprimento destes objetivos será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”, nomeadamente na proteção e valorização da paisagem, os recursos hídricos sistemas de regadio tradicional e na prevenção e minimização dos riscos ambientais, neste último nomeadamente no que se refere à probabilidade de ocorrência de inundações/cheias. Ainda a opção estratégica que visa “Potenciar a Economia do Concelho”, com o cumprimento dos objetivos de “Criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado à floresta e aos recursos hídricos” e “Explorar a relação da floresta e albufeira enquanto novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas”, contribuirá para a valorização destes ecossistemas, permitindo dar cumprimento a este objetivo. Devem ser atendidas as medidas de conservação, prevenção e minimização por forma a compatibilizar os usos destes espaços.
POACB	Definir regras de utilização do plano de água e zona envolvente da albufeira de forma a salvaguardar a defesa e a qualidade dos recursos naturais, em especial da água.	+	O cumprimento destes objetivos será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”, nomeadamente na proteção e valorização da paisagem, os recursos hídricos sistemas de regadio tradicional e na prevenção e minimização dos riscos ambientais, neste último nomeadamente no que se refere à probabilidade de ocorrência de inundações/cheias. Ainda a opção estratégica que visa “Potenciar a Economia do Concelho”, com o cumprimento dos objetivos de “Criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado à floresta e aos recursos hídricos” e “Explorar a relação da floresta e albufeira enquanto novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas”, contribuirá para a valorização destes ecossistemas, permitindo dar cumprimento a este objetivo. Devem ser atendidas as medidas de conservação, prevenção e minimização por forma a compatibilizar os usos destes espaços.
	Planear de forma integrada as áreas dos concelhos que se situam na envolvente da albufeira promovendo a qualidade de vida das populações, a qualificação dos núcleos urbanos e a contenção da edificação dispersa.	+	O cumprimento destes objetivos será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”, nomeadamente na proteção e valorização da paisagem, os recursos hídricos sistemas de regadio tradicional e na prevenção e minimização dos riscos ambientais, neste último nomeadamente no que se refere à probabilidade de ocorrência de inundações/cheias. Ainda a opção estratégica que visa “Potenciar a Economia do Concelho”, com o cumprimento dos objetivos de “Criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado à floresta e aos recursos hídricos” e “Explorar a relação da floresta e albufeira enquanto novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas”, contribuirá para a valorização destes ecossistemas, permitindo dar cumprimento a este objetivo. Devem ser atendidas as medidas de conservação, prevenção e minimização por forma a compatibilizar os usos destes espaços.
	Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes e ou a serem criados, com a proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira.	+	O cumprimento destes objetivos será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”, nomeadamente na proteção e valorização da paisagem, os recursos hídricos sistemas de regadio tradicional e na prevenção e minimização dos riscos ambientais, neste último nomeadamente no que se refere à probabilidade de ocorrência de inundações/cheias. Ainda a opção estratégica que visa “Potenciar a Economia do Concelho”, com o cumprimento dos objetivos de “Criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado à floresta e aos recursos hídricos” e “Explorar a relação da floresta e albufeira enquanto novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas”, contribuirá para a valorização destes ecossistemas, permitindo dar cumprimento a este objetivo. Devem ser atendidas as medidas de conservação, prevenção e minimização por forma a compatibilizar os usos destes espaços.

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Riscos Ambientais
PROF-Pinhal Interior Norte	Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais.	+	O cumprimento destes objetivos será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”, nomeadamente na proteção e valorização da paisagem e na prevenção e minimização dos riscos ambientais, neste último nomeadamente no que se refere à probabilidade de ocorrência de incêndios florestais. Ainda a opção estratégica que atende à “Requalificação Territorial e Urbana”, com o cumprimento do objetivo de “Promover a sustentabilidade do território com base nos recursos territoriais, ambientais e sinergias existentes” permitirá o cumprimento destes objetivos.
	Constituir um diagnóstico integrado e permanentemente atualizado da realidade florestal da região.	+	Com a concretização do exposto na opção estratégica que atende à “Requalificação Territorial e Urbana”, com o cumprimento do objetivo de “Promover a sustentabilidade do território com base nos recursos territoriais, ambientais e sinergias existentes” permitir-se-á o cumprimento deste objetivo na medida em que para tal se torna necessário um acompanhamento da situação através de diagnósticos e inventários.
	Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições.	+	O cumprimento destes objetivos será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”, nomeadamente no estabelecimento de percursos articulados de paisagem e monumentos. Ainda a opção estratégica que visa “Potenciar a Economia do Concelho”, com o cumprimento do objetivo de “Explorar a relação da floresta e albufeira enquanto novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas”, contribuirá para a valorização destes ecossistemas, permitindo dar cumprimento a este objetivo. Devem ser atendidas as medidas de conservação, prevenção e minimização por forma a compatibilizar os usos destes espaços conseguindo assim um correto ordenamento e gestão do espaço florestal e das suas relações com outras tipologias de utilização do solo.
	Prevenção de potenciais constrangimentos e problemas.	+	O cumprimento destes objetivos será alcançado com a concretização dos objetivos expressos pela opção estratégica de “Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais”, nomeadamente na proteção e valorização da paisagem e na prevenção e minimização dos riscos ambientais, neste último nomeadamente no que se refere à probabilidade de ocorrência de incêndios florestais.
	Eliminar as vulnerabilidades dos espaços florestais.	+	

Para além do cumprimento dos objetivos apresentados, e com o intuito de avaliar os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos apresenta-se no Quadro 5.8.3.2. a relação destas com os indicadores estabelecidos.

Quadro 5.8.3.2. - Avaliação dos efeitos das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos nos indicadores estabelecidos para o FCD – Riscos Ambientais

Domínios	Indicadores	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4
Incêndio	Risco de ocorrência de incêndios	0	+++	0	+
	Área ardida	0	+++	0	+
	Número de edifícios afetados	0	+++	0	+
	Corporações de bombeiros existentes no concelho	0	0	0	0
Erosão	Uso do solo	0	+++	0	++
	Topografia do terreno	0	++	0	++
	Ocorrência de erosão	0	+++	0	0
Cheias	Caudal dos rios	0	+++	0	+
	Precipitação	0	0	0	0
	Áreas inundadas	0	+++	0	++
	Ocorrência de cheia	0	+++	0	++
Sismicidade	Número de acontecimentos de sismo sentidos pela população	0	0	0	0
	Perdas de bens, naturais e materiais	0	+++	0	0
	Intensidade sísmica do Concelho	0	0	0	0
Riscos Industriais	Número de ocorrências de explosão	0	0	0	0
	Área de terreno afetada em resultado de ocorrência de derrame	0	0	0	0
	Número de empresas com planos de prevenção e minimização de riscos industriais	0	0	0	0
	Número de indústrias/empresas com planos e procedimentos de proteção individual	0	0	0	0

Legenda do Quadro: Opção 1- Rede de Equipamentos; Opção 2- Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais; Opção 3- Potenciar a Economia do Concelho; Opção 4 – Requalificação Territorial e Urbana

+++ Forte contribuição das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

++ Média contribuição das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

+ Fraca contribuição das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

0 Contribuição nula das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

- Fraco conflito das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

-- Médio conflito das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

--- Forte conflito das opções estratégicas do plano para a promoção do indicador em causa

Numa análise sumária à relação avaliada no quadro anterior denota-se que na Opção 2 – Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais estão contemplados critérios de avaliação e minimização dos riscos ambientais e como tal o quadro espelha esta forte relação entre esta opção estratégica e a evolução dos indicadores estabelecidos no âmbito do FCD – Riscos Ambientais.

De salientar que, apesar do plano não ter contemplado nenhum objetivo estratégico relativo à probabilidade de ocorrência de riscos industriais, face à proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, é de referir a necessidade de inclusão de medidas de gestão ambiental que promovam a avaliação e redução de ocorrência de situações de riscos industriais, nomeadamente medidas relacionadas com a avaliação e prevenção dos riscos ambientais, aquando da fase de projeto e avaliação da implantação do mesmo.

5.8.4. Oportunidades e Ameaças

Com a proposta de revisão do PDM em análise, pretende-se organizar o espaço atendendo aos objetivos estratégicos de desenvolvimento, conservação e preservação dos recursos bem como de gestão territorial, promovendo um Concelho sustentável e de qualidade.

Para o FCD – Riscos Ambientais, e para a concretização da presente proposta de revisão ao PDM, estudaram-se as oportunidades e as ameaças decorrentes das possíveis alterações que o plano permitirá concretizar no território. Pretende-se desta forma analisar os aspetos positivos bem como os negativos em resultado da revisão do PDM (Quadro 5.8.4.1).

Quadro 5.8.4.1. - Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos no que respeita ao FCD – Riscos Ambientais

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de novos pólos de desenvolvimento económico e turístico com um aumento da competitividade do concelho • Adoção de boas práticas ambientais em todas as fases de construção, exploração e desativação das unidades industriais a instalar • Criação de novas oportunidades de emprego • Recuperação e valorização paisagística dos vales e linhas de água como objetivo de potenciar o sector turístico • Desenvolvimento de novos espaços verdes de lazer os quais melhoram a qualidade de vida do concelho bem como contribuem para as taxas de sumidouro de carbono • Desenvolvimento do turismo possibilitando uma projecção e visibilidade do Concelho que contribuirá para potenciar as atividades económicas e sociais • Preservação e valorização da floresta • Preservação da componente florestal e garantia das características locais • Recuperação e valorização paisagística das linhas de água como objetivo de potenciar o setor turístico 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização dos solos face à implementação de novos projetos • Possibilidade de ocorrência de cheia face às características do território em análise • Risco de incêndio florestal e sobre património edificado por ação antrópica • Risco de erosão dos solos em consequência da ocorrência de incêndios • Risco de derrame e explosão em consequência das atividades instaladas e a instalar nas áreas empresariais existentes e a instalar e da gestão das mesmas • Risco de erosão face às características próprias daquele território • Risco de ocorrência de sismo • Possibilidade de perda das características do espaço florestal e utilização insustentável do mesmo por ação do poder económico em redor da sua valorização comercial com consequências na sua preservação e manutenção • Em consequência do ponto anterior, redução da capacidade e dos índices de sumidouro de carbono

A presente proposta de revisão do PDM pretende uma valorização do território em estudo através da melhoria das condições económicas e sociais, do reordenamento do espaço e suas infra-estruturas bem como da promoção das suas características naturais e paisagísticas como vetor de desenvolvimento turístico e aumento da competitividade na região. A atual proposta de revisão do PDM enquadra-se nos objetivos da Associação de Municípios PEFICA, facto que valoriza o desenvolvimento e criação de sinergias naquele território.

Esta proposta de revisão do PDM dará suporte à expansão das zonas empresariais e industriais existentes, que se pretendem que promovam o desenvolvimento económico e social da região, e que aumentem a competitividade daquele território. A implantação de novos pólos empresariais atrairá novos investimentos e criará, conseqüentemente, um aumento das oportunidades de emprego bem como da diversidade da oferta laboral, facto que incentivará a fixação das populações e estimulará a economia do Concelho. Prevê-se ainda a requalificação de estruturas e acessibilidades bem como o desenvolvimento de outras, sendo este também um fator a contribuir para este desenvolvimento. No entanto, este desenvolvimento poderá também acarretar impactes muito negativos se quando da tomada de decisão não forem atendidas as características da região. As condicionantes associadas à erosão do solo, probabilidade de ocorrência de cheias e de incêndios deverão ser alvo de acompanhamento adequado e

monitorização para fazer face à probabilidade de degradação do ambiente natural. A implantação de novas estruturas ou equipamentos deverá ter em conta estas condicionantes naturais como forma de minimizar os efeitos das ações e aumentar a conservação e preservação dos recursos, bem como servir de vetores de ordenamento do território naquela região. Desde já refere-se como uma ameaça decorrente destes fatores a intenção de implantar uma zona industrial na zona central do território, no seu extremo Este, a qual se localizará em espaço classificado como de cabeceiras de linhas de água, segundo a planta de ecossistemas da REN. A concretização deste projeto deverá ser alvo de especial atenção como forma de minimizar os efeitos decorrentes das características biofísicas daquele local. Reforça-se assim a importância da existência de um plano de emergência para avaliação dos riscos que defina linhas orientadoras e medidas que promovam a minimização dos efeitos acaso da ocorrência destes eventos. Desta forma garantir-se-á que os ecossistemas naturais e património edificado existentes e a implantar não sejam afetados pela ocorrência de situações de emergência, quer por ocorrência natural, quer pelo facto de poderem advir do aumento da afluência humana de que passará a ser alvo aquele território.

A presente revisão do PDM visa também uma requalificação do espaço, com melhoria e implantação de infra-estruturas e equipamentos. A este poder-se-á associar uma alteração do solo. Sendo assim, será contabilizar as características do solo e as suas condicionantes aquando da decisão de novos projetos em virtude das características do território. Para tal requer-se a adoção de medidas e técnicas de conservação adequadas, eficazes e eficientes face à implantação de projetos futuros. Nesta requalificação dos espaços prevê-se também uma recuperação e valorização da qualidade paisagística, potenciando a melhoria da qualidade de vida através do desenvolvimento de novos espaços verdes e de lazer. Para além destes, dadas as qualidades e valor paisagístico da região, é objetivo apostar no desenvolvimento do turismo. Para tal, importa equilibrar este desenvolvimento entre o económico e o ambiental, por forma a garantir a sustentabilidade dos recursos e a sua manutenção e preservação mesmo perante uma valorização económica e social destes valores.

Ainda a referir que a criação de novas unidades empresariais numa área de predominância florestal, acarretará uma probabilidade acentuada de ocorrência de incêndio. A acontecer, a destruição quer de floresta quer de edifícios afetos resultaria em perdas de biodiversidade e materiais com custos económicos e ambientais graves. Em consequência da ocorrência de incêndios também se registará uma degradação ao nível dos solos e das suas características o que contribuirá ainda mais para o aumento dos índices de erosão da região. Na sequência destes eventos de incêndios florestais a dimensão da floresta sofrerá uma redução, facto que contribuirá para uma redução das quantidades de carbono capturadas, o que irá interferir com o equilíbrio entre emissão e captura de CO₂. Estando hoje todas as regiões prementes em virtude dos cenários de emissão de gases com efeito de estufa e das suas consequências, este aspeto torna-se essencial e serve como vetor de atuação face à prevenção de todas estas situações de riscos. Todas as medidas de prevenção de incêndio devem ser estudadas e implementado um plano de prevenção e emergência face ao incêndio com soluções de contingência em virtude de cenários distintos.

Face às características biofísicas daquele território, a mobilização de solos e o risco de ocorrência de cheia são situações que merecem especial destaque em todo o processo de ordenamento do território bem como de projeção de novas unidades, edifícios ou equipamentos. Embora as condicionantes da região sejam determinantes para a preservação e conservação do território, dever-se-á atender ao desenvolvimento económico que se espera alcançar, com benefícios sociais evidentes que decorrem de um aumento da oferta de emprego na região bem como de uma melhoria do nível económico das

populações. Neste contexto deverão ser tomadas medidas de conservação e prevenção da erosão do solo, devendo adotar-se as melhorias técnicas para o efeito.

Ainda relacionado com as características do território em análise um outro aspeto que merece atenção é o seu risco de sismicidade. Peso embora não se ter registado até à data nenhum evento que mereça destaque e tenha gerado efeitos significativos na região, não se poderá esquecer a localização sobre a falha que, em caso de algum movimento, poderá destruir parte do território. Sendo assim, aquando da implantação de novos projetos, este aspeto deverá ser tido em consideração bem como a minimização dos seus efeitos, na possibilidade de ocorrência de um evento desta natureza.

5.8.5. Diretrizes de Seguimento

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações, que podem contribuir para um acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos e que melhor integram os princípios da sustentabilidade. Com base nos indicadores identificados, e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de revisão do PDM poderá ter sobre estes, foram identificadas medidas de minimização e/ou prevenção dos efeitos bem como de monitorização face à execução do mesmo. As diretrizes para seguimento serão apresentadas por domínio, ou seja: risco de incêndio, risco de erosão, risco de cheia, sismicidade e riscos industriais.

No entanto, e transversal a todos os elementos de riscos deverá ser elaborada uma check-list de identificação dos perigos e cumprimento das medidas de controlo e minimização dos riscos, baseada na legislação aplicável e nas boas práticas com avaliação de:

- Manuais de Segurança aplicáveis;
- Planos de Manutenção e Inspeção dos equipamentos e instalações;
- Equipamentos de proteção e primeira intervenção;
- Formação dada ao Pessoal;
- Sinalização dos Riscos;
- Identificação das Áreas de Risco, a Quantificação do Risco e a definição do Nível de Intervenção.

Risco Incêndio

Apresentam-se de seguida as medidas de acompanhamento a ter em conta face à possibilidade de ocorrência de risco de incêndio.

- Avaliação periódica do risco de incêndio no Concelho e divulgação do mesmo;
- Implementação de planos de prevenção e combate a incêndios florestais e sobre património edificado (pontos de água, equipas de prevenção, sistemas de alerta e combate, equipamentos disponíveis, etc.);

- Limpeza florestal regular dos terrenos - Limpeza seletiva de matos, acessos e caminhos, faixas corta fogos, aceiros, pontos de água, etc;
- Elaboração de relatórios de situações de risco e/ou emergência face à probabilidade/ocorrência de incêndio florestal ou sobre património edificado, com avaliação do espaço ardido (número de acontecimentos, área ardida, edifícios afetados, população humana afetada), tempos de resposta dos meios de intervenção (min) bem como das perdas patrimoniais em consequência de incêndio (euros);
- Cumprimento dos requisitos de correto manuseamento de máquinas e equipamentos e de higiene e segurança;
- Para proteção ao risco de incêndio florestal, adoção da Faixa de Gestão de Combustível, compartimentação da mancha florestal alternando a floresta com áreas agrícolas e criação de faixas, ou manchas, de descontinuidade ao longo das redes viárias;
- Adoção de técnicas construtivas dos edifícios que contribuam para o aumento da resistência destes ao risco de incêndio.

Dever-se-á também garantir o cumprimento dos requisitos legais, nomeadamente no que se refere às obrigações estabelecidas no Decreto-lei nº. 254/2007 de 12 de Julho (Diretiva SEVESO II) bem como no Regulamento Geral de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RG-SCIE) (Decreto-lei nº 220/2008 de 12 de Novembro).

Risco de Erosão

Os processos erosivos têm comportamentos diferenciados, que dependem das características do meio físico e também das intervenções antrópicas.

Sendo assim, as medidas de acompanhamento propostas são as seguintes:

- Implementação de medidas estruturais que envolvam microdrenagem, macrodrenagem, estabilização de talvegues e taludes e medidas não estruturais (preventivas) como por exemplo realizar o planeamento urbano e a gestão do uso do solo nas áreas identificadas com risco de erosão;
- Sempre que se registar a necessidade de uma nova construção, deverão ser tidas em consideração as medidas que acautelem os processos erosivos do solo devendo para tal, quando necessário, ser equacionadas medidas de estabilização de taludes, contemplando as necessárias intervenções de reflorestação;
- Deverão ser asseguradas todas as condições de estabilidade sobretudo ao nível da abertura de taludes e aterros construídos;
- Estes mesmo taludes e aterros devem manter funcionais todas as estruturas de drenagem construídas. A sua reflorestação evitará a escorrência das águas, garantindo a sua estabilidade e diminuindo os riscos de erosão;

- Fomentar a reabilitação ecológica da área florestal e outras onde tal seja possível através da implementação de um plano de requalificação do coberto vegetal, designadamente nas áreas de REN classificadas como áreas com risco de erosão;
- Estabelecimento de um plano de prevenção da erosão urbana com base no ordenamento do assentamento urbano, estabelecendo-se normas básicas para evitar problemas futuros e evitar situações que favoreçam o desencadeamento do processo erosivo; no caso dos espaços já ocupados, reduzir ou eliminar os possíveis efeitos negativos dessa ocupação;
- Nas avaliações do impacto de infra-estruturas subterrâneas e de superfície, bem como das construções urbanas, o Concelho deverá ter em conta os seus efeitos sobre o fluxo natural das águas superficiais e subterrâneas, incluindo medidas de conservação do solo permeável e tenha igualmente em conta o efeito da fragmentação de leitos naturais, espaços e habitats aquando da sua planificação;
- Numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, a topografia, a estrutura e o relevo natural do terreno deverão ser respeitados durante os processos de urbanização, sendo necessário: limitar a impermeabilização do solo e a deformação da morfologia natural e do relevo bem como um maior controlo sobre o desaparecimento dos solos e prevenção do impacto ambiental;
- No que se refere às infra-estruturas rodoviárias, deve ser acautelada a degradação do solo visto que aquelas constituem uma ameaça em consequência da sua impermeabilização e compactação (como consequência da pressão exercida pelos meios de transporte pesados) e à compartimentação dos ecossistemas;
- Devem ainda ser tidas em consideração a implementação de medidas de prevenção da erosão hídrica e de proteção do solo, já que estas contribuem para a redução do risco de cheias.

Risco de Cheia

Ao nível dos riscos de cheia e inundação devem ser equacionadas algumas medidas que previnam estes riscos naturais, sendo elas:

- Estabelecimento do zonamento do risco de cheia com identificação clara das fragilidades e condicionamentos daquelas zonas bem como estabelecimento de um plano de prevenção, alerta e minimização dos efeitos face à ocorrência de eventos desta natureza;
- Os processos de licenciamento de obras devem assegurar que as intervenções nas linhas de água sejam amplas e não apresentem estrangulamentos por via de construção de travessias, para que a água que converge rapidamente para as depressões, oriundas das áreas adjacentes, tenha condições para uma rápida drenagem para os grandes cursos de água;
- Assegurar que áreas adjacentes a zonas a intervencionar apresentem sectores permeáveis significativos, nomeadamente, assegurar a manutenção e/ou criação de espaços verdes, permitindo desta forma a infiltração da água da chuva;

- As linhas de drenagem devem ser libertas de qualquer intervenção e limpas com alguma regularidade, pois poderão ser importantes durante episódios de forte intensidade de precipitação.

Sismicidade

No que concerne às medidas de acompanhamento face ao risco de ocorrência de sismos as mesmas são:

- Estabelecimento de regras adequadas à construção anti-sísmica, em função dos índices de intensidades de perigosidade do Concelho;
- Estabelecimentos de planos de prevenção e emergência face à ocorrência de sismos;
- Promoção de ações de informação e sensibilização da população e instituições;
- Promoção da realização de exercícios de simulação;
- Elaboração de estudos anuais concelhios no que se concerne a esta temática.

Riscos Industriais

Dado que estes integram a probabilidade de risco de derrame, de explosão ou de incêndio tem-se:

- Sempre que se justificar, proceder à instalação de bacias de retenção;
- O pavimento das instalações deverá ser impermeável e anti-derrapante e possuir uma ligeira inclinação que permita o fácil escoamento em situações de ocorrência de derrame;
- As regras e boas práticas de armazenagem de produtos químicos ou outros, bem como de resíduos e óleos devem ser salvaguardadas, devendo estes locais, quando for necessário, possuir extração forçada de ar;
- Todos os produtos químicos utilizados devem ser acompanhados pelas respetivas fichas de segurança;
- Os locais de armazenamento devem estar isolados da exposição direta ao sol e deverão possuir também uma ventilação adequada de modo a evitar a acumulação de vapores tóxicos;
- Os locais de trabalho devem estar dotados dos meios necessários para um combate eficaz a incêndios, preferivelmente, instalação de meios automáticos de deteção e extinção de incêndios e adicionalmente, os meios manuais, ex.: extintores;
- Deverão ser criados planos de manutenção periódica dos equipamentos;
- Deverão existir sistemas adequados de extração de gases e vapores;
- Deverá ser assegurado o planeamento, realização e registo de programas de manutenção e inspeções regulares que assegurem que o equipamento e instalações se mantém adequadas aos riscos e com as características com que foram concebidas, construídas e instaladas;
- Deverão ser realizadas inspeções regulares dos meios de proteção contra explosões, incluindo: vias de evacuação, meios de combate a incêndios, meios de deteção de incêndios, meios de deteção de atmosferas explosivas, selagens das tubagens elétricas;

- Consoante a natureza e a finalidade dos locais a proteger dos efeitos de um acidente num edifício contendo produtos que oferecem risco de fogo ou de explosão, assim se devem distinguir, por ordem crescente de exigências de segurança, identificação e estudo dos perigos e avaliação dos riscos, medidas técnicas de projeto, sistemas de segurança, construção, seleção de substâncias químicas, de operação, de manutenção e inspeção sistemática da instalação;
- Atuar ao nível da conceção e métodos de funcionamento das instalações, de maneira a eliminar vapores, gases ou poeiras inflamáveis, e adotar procedimentos corretos de evacuação;
- Garantir a instalação de dispositivos para detetar aumentos da pressão finos recipientes e de sistemas automáticos de redução de gases, destinados a evitar explosões.

6. Quadro de Governança para a ação

O quadro de governança para a ação é fundamental para o sucesso da revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano. Entendendo-se a governança “*como o conjunto de regras, processos e práticas relativas ao exercício do poder, em relação à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia*” (Partidário 2012), pretendeu-se estabelecer um quadro de governança que garanta o cumprimento dos objetivos definidos para cada um dos FCD, bem como a concretização das diretrizes propostas.

Desta forma, são identificadas as entidades e os agentes que se considera ter um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na futura revisão do PDM, auferindo-lhes os conceitos de sustentabilidade ambiental e territorial (Quadro 6.1).

Quadro 6.1. – Quadro de Governança para a Ação

Entidades	Ações
Agência Portuguesa do Ambiente/Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	-Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água e da qualidade do ar. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública. -Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Administração Regional da Saúde do Centro, IP	-Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP	- Manter atualizados e divulgar os relatórios provisórios dos incêndios florestais. - Monitorizar o estado de conservação dos valores naturais em Área Classificada. - Acompanhar processos que careçam de avaliação ambiental na Área Classificada (designadamente Avaliação de Impacte Ambiental e Análise de Incidências Ambientais). - Orientar operações de remoção de espécies não indígenas com carácter invasor em Área Classificada.
Autoridade Nacional de Proteção Civil	- Acompanhar a fase de monitorização do Plano. - Garantir o acompanhamento na articulação das orientações e das políticas regionais de proteção civil com o Plano Municipal de Emergência. - Colaborar na informação e divulgação dos riscos de cheias/inundação bem como de acidentes graves e sismos.
ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA	-Garantir e acompanhar todo o processo de recolha e tratamento de Resíduos.
Direção Geral do Património Cultural	- Proceder à monitorização e gestão das ações previstas para o desenvolvimento e execução do Plano (como entidade que tutela os bens classificados)
Direção Regional de Cultura do Centro	- Proceder à monitorização e gestão das ações previstas para o desenvolvimento e execução do Plano (como entidade que tutela o património arqueológico)
Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos	-Desenvolver processos de participação pública. -Garantir a execução da solução urbanística do Plano de uma forma integrada no suporte biofísico. -Tratar os espaços não edificados e garantir um enquadramento paisagístico adequado. -Garantir e operacionalizar a recolha e tratamento de resíduos. -Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável. -Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego. -Promover ações de formação e valorização profissional. -Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
GNR – SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente	- Garantir a prossecução de ações de fiscalização na Área Classificada do Município de Figueiró dos Vinhos.
Juntas de Freguesia	-Operacionalização de operações de gestão de resíduos. -Fomentar diferentes formas de participação pública.
População em geral	-Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. -Participar ativamente nos processos de consulta pública.

7. Orientações para a implementação de um Plano de Controlo

Para que a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, foram desenvolvidas orientações para a implementação de um **Plano de Controlo** que visam assegurar a garantia de cumprimento das diretrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, aquando a execução da revisão do PDM. O presente Plano de Controlo inclui a maioria das medidas preconizadas anteriormente, aquando da fase de seguimento de cada um dos FCD analisados.

Neste contexto, o Plano de Controlo insere-se na Fase de Seguimento do processo da AAE, uma vez que pretende acompanhar o ciclo de planeamento e programação nos 10 anos de duração do PDM, atualmente em revisão.

Importa que este Plano de Controlo seja suportado e monitorizado através dos indicadores de avaliação estratégica previamente selecionados, com o objetivo de garantir a eficácia e eficiência na execução do Plano.

Para cada um dos indicadores, foram definidas Medidas de Gestão Ambiental a desenvolver durante a execução do Plano, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que profetizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

Tendo em conta o referido no Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) os resultados do Plano de Controlo serão atualizados com uma periodicidade mínima anual pela entidade responsável pela elaboração do Plano (Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos), serão divulgadas pela entidade referida através de meios eletrónicos e posteriormente remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente.

Propõe-se que a **revisão integral do Plano de Controlo** definido (Figura 7.1) seja efetuada de três em três anos, por parte da Câmara Municipal. Aquando da revisão do Plano de Controlo, deverá ser realizada uma nova ponderação relativa à evolução de cada indicador, e deverão ser ponderadas as medidas preconizadas, de forma a alcançar as metas pretendidas, prevendo-se que a reunião de informação adicional possa conduzir à revisão, adição ou ajuste dessas mesmas medidas e metas.

A Figura 7.1. resume e identifica as etapas que devem ser seguidas durante a Fase de Seguimento do Plano.

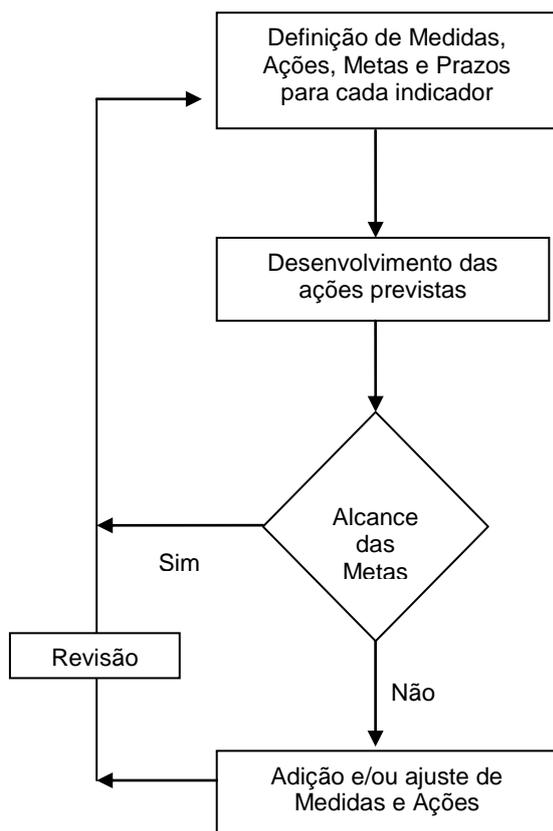


Figura 7.1. - Esquema conceptual das etapas que constituem o Plano de Controlo da Fase de Seguimento.

O Quadro 7.1. apresenta os objetivos de sustentabilidade, os indicadores considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, e define as medidas de gestão ambiental a desenvolver.

Quadro 7.1. – Orientações para a implementação de um Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade, medidas de gestão ambiental e ações a desenvolver.

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional e nacional 	• População Ativa	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar o nível de qualificação da população ativa - Criar condições para a existência de mais emprego no concelho - Promover ações de Formação Profissional orientada para as áreas mais carenciadas de emprego - Criar condições para a fixação de empresas no concelho - Promover a qualificação da população ativa desempregada
		• Evolução da População Ativa por atividades económicas	
		• Taxa de Atividade	
		• Taxa de Desemprego	
		• Atividades económicas instaladas no concelho	
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional 	• Atividades económicas instaladas no concelho	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar a fixação e o desenvolvimento das atividades económicas instaladas no concelho existentes - Promover políticas de atração e de fixação de novas atividades económicas
		• Espaços empresariais estruturados e infra-estruturados	<ul style="list-style-type: none"> - Promover um correto ordenamento dos Espaços empresariais - Promover uma correta utilização e gestão destes espaços
	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar o desenvolvimento sustentável, proporcionando uma maior organização e coesão económica, social e territorial 	• População Residente	<ul style="list-style-type: none"> - Criar condições para a fixação da população no concelho, nomeadamente a população em idade ativa
		• População Residente por Grupos Etários	
		• Densidade Populacional	
<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a organização espacial do território • Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, através da consolidação de espaços verdes urbanos 		• Espaço urbano e urbanizável	<ul style="list-style-type: none"> - Promover um correto ordenamento do Espaço Urbano e Urbanizável
		• Espaço Industrial	<ul style="list-style-type: none"> - Promover um correto ordenamento do Espaço industrial - Criar condições para a fixação de empresas no concelho - Estruturar e Infra-estruturar as áreas destinadas à localização industrial e empresarial
		• Espaço Turístico	<ul style="list-style-type: none"> - Promover um correto ordenamento das Áreas com Aptidão Turística - Fomentar a criação de empresas destinadas a assegurar a atividade turística sustentável no concelho - Promover uma correta gestão da atividade turística
		• Espaço Florestal	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a proteção e valorização da área florestal - Potenciar a importância económica e social do espaço florestal
		• Regime Florestal	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o ordenamento e proteção da floresta de acordo com as orientações do PROF-PIN
	• Espaço Natura (Rede Natura 2000)	<ul style="list-style-type: none"> - Promover um correto ordenamento do Espaço Urbano e Urbanizável 	

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
		• Espaço Agrícola	- Promover o ordenamento do espaço agrícola - Potenciar a importância económica e social do espaço agrícola
		• REN	- Salvar, Preservar e Valorizar cada um dos Sub-Sistemas que integram a REN
		• RAN	- Salvar os Solos Agrícolas em especial os classificados como integrantes da RAN
	• Incentivar processos de regeneração e requalificação urbana • Promover a criação de centralidades urbanas	• Espaço Urbano e urbanizável	- Promover o correto ordenamento do Espaço Urbano e Urbanizável
	• Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intra-concelhias	• Rede Viária	- Promover um correto ordenamento da Rede Viária intra e inter-concelhia
	• Estruturar e infra-estruturar espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas	• Espaço Industrial	- Promover uma correta utilização e gestão das infra-estruturas
	• Garantir um nível de infra-estruturação adequado às novas exigências ambientais	• Infra-estruturas (água, saneamento, gás, eletricidade)	- Garantir o acesso a infra-estruturas básicas a toda a população
	• Melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho;	• Espaços Verdes/Áreas Naturais	- Preservar e valorizar os espaços verdes urbanos - Definir a Estrutura Ecológica Municipal - Promover uma correta gestão dos espaços verdes/áreas naturais - Sensibilizar a população para a conservação e valorização do património natural e edificado do concelho - Promover o uso sustentável, em termos económicos, sociais e ambientais dos produtos e recursos naturais e culturais do concelho
	• Qualificar o Espaço Público	• Espaço Público	- Promover uma correta utilização e gestão dos espaços públicos - Garantir um espaço público atrativo e confortável
	• Garantir mobilidade para todos	• Mobilidade (percursos pedestres e ciclovias)	- Aumentar as oportunidades para a mobilidade pedonal e de bicicleta - Garantir Mobilidade para todos
	• Qualificar a rede de equipamentos de utilização coletiva	• Equipamentos de Utilização Coletiva	- Promover uma correta utilização e gestão dos equipamentos
	• Definir espaços atrativos e qualificados que permitam a sua utilização para práticas de lazer • Incentivar a prática de um turismo sustentável	• Infra-estruturas de turismo e lazer • Equipamentos de turismo e lazer	- Promover políticas de atração e de fixação de novas unidades hoteleiras - Incentivar a qualificação das Unidades existentes - Criar equipamentos sustentáveis de turismo e lazer que potenciem a atividade e atraiam a população
	• Promover o uso sustentável e a requalificação dos ecossistemas ribeirinhos	• Ecossistemas ribeirinhos de suporte às atividades de uso sustentável • Projetos de requalificação de áreas ribeirinhas	- Promover uma correta gestão das áreas naturais - Elaborar projetos de requalificação das áreas ribeirinhas - Assegurar uma correta utilização dos ecossistemas ribeirinhos - Promover a proteção e valorização da área florestal

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
			- Promover a sensibilização da população para a proteção das áreas naturais do concelho
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas		
	• Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural e cultural em áreas classificadas	• Área do município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas	- Implementar orientações de gestão referidas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para o Sítio Serra da Lousã
	• Proteger e valorizar a paisagem, principalmente em áreas classificadas	• Ações de manutenção/gestão de elementos de valorização da paisagem (galerias ripícolas, regadios tradicionais) • Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados	- Reabilitação e manutenção de caminhos tradicionais - Dinamização de caminhos tradicionais reabilitados para a instalação de trilhos de descoberta e de interpretação de natureza devidamente marcados e sinalizados
	• Evitar perda nos valores naturais da área classificada	• Plano de gestão para Área Classificada	- Elaborar um Plano de Gestão para a área classificada, integrando as orientações de gestão referidas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para o Sítio Serra da Lousã, e orientações específicas para habitats e espécies.
	• Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis	• Diversidade de espécies • Espécies com estatuto de proteção • Espécies ameaçadas • Ações de conservação de espécies	- Manter e/ou incrementar as áreas afetas às diferentes espécies ameaçadas e protegidas - Implementar planos de ação para a conservação de espécies, nomeadamente para o controlo de espécies exóticas invasoras
	• Conservar habitats prioritários	• Habitats prioritários • Ações de conservação de habitats	- Monitorizar a evolução de habitats prioritários (espécies presentes e área ocupada) - Elaborar planos de gestão com medidas direcionadas para a minimização de ameaças (espécies exóticas invasoras, etc.), valorização e aumento de área desses habitats
	Estrutura Ecológica Municipal		
	• Promover as funções e serviços dos sistemas que integram a Estrutura Ecológica Municipal (EEM)	• Áreas/sistemas biofísicos integrados em espaços de EEM • Estabelecimento de um contínuo natural	- Manter ou aumentar a área integrada na EEM - Valorizar os espaços integrados em EEM, atuando no sentido da sua (re)naturalização, valorizando espécies autóctones e controlando espécies alóctones
	Gestão, Conservação e Valorização da Floresta		
	• Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta	• Zonas de Intervenção Florestal • Área de floresta de proteção • Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)	- Consolidar a implementação de ZIFs - Valorizar as espécies autóctones e resistentes ao fogo
• Controlar a proliferação de espécies vegetais não indígenas invasoras com risco ecológico conhecido	• Áreas de distribuição das espécies vegetais invasoras • Ações de controlo de espécies vegetais invasoras	- Mapear de focos de espécies vegetais exóticas invasoras - Controlar e/ou erradicar focos de vegetação exótica invasora	
• Fomentar oportunidades de fruição sustentável em áreas naturais	• Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais	- Fomentar a implantação e infra-estruturação de áreas de lazer em articulação com a rede de percursos pedestres municipal	

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Património Cultural	Identidade Histórica e Cultural		
	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar edifícios históricos e outras características culturais importantes • Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção) • Reabilitação de edifícios urbanos degradados 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a reabilitação/recuperação em edifícios privados considerados de interesse público - Assegurar a recuperação ou intervenção para que a mesma seja executada nos edifícios públicos classificados como de interesse - Monitorizar as obras de reabilitação/recuperação garantindo que as características próprias dos edifícios são preservadas - Garantir a implementação no disposto do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Figueiró dos Vinhos
	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios, nas proximidades de centros históricos 		
	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar locais arquitetónicos e arqueológicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Imóveis classificados • Imóveis inventariados • Intervenções de manutenção/preservação do património arquitetónico e arqueológico • Aldeias de Xisto 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a inventariação dos imóveis bem como a sua regular atualização - Monitorizar a preservação e conservação dos mesmos - Promover a recuperação e conservação dos imóveis - Garantir a preservação e conservação dos sítios arqueológicos - Promover a sensibilização e informação dos cidadãos - Promover circuitos e atividades que integram a divulgação dos bens culturais da região - Monitorizar a preservação e conservação dos mesmos, bem como a correta utilização daqueles espaços
	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar a diversidade e a identidade local 		
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o turismo cultural 	<ul style="list-style-type: none"> • Aldeias de Xisto • Atividades culturais • Ações de divulgação cultural 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a sensibilização e informação dos cidadãos - Promover a divulgação das atividades culturais da região - Fomentar o estabelecimento de circuitos temáticos que promovam a valorização do Concelho - Promover a divulgação dos circuitos e rotas temáticas - Desenvolvimento e promoção de atividades culturais - Fomentar a definição de percursos pedonais, para conferir um contacto mais próximo entre o observador e a zona histórica
Qualidade Ambiental	Solo		
	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a contaminação do solo • Minimizar o impacto provocado por resíduos • Promover uma política adequada de gestão de resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção e Valorização de Resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover ações de erradicação de depósitos ilegais de resíduos - Diminuir a quantidade de resíduos valorizáveis com destino final o aterro - Implementar sistemas de recolha seletiva junto dos grandes produtores (escolas, indústrias, serviços e infra-estruturas municipais) - Melhoria da cobertura do serviço de recolha - Aumento do número de ecopontos - Promover ações de sensibilização de separação de resíduos relativas à implementação de boas práticas de gestão de resíduos no âmbito da recolha seletiva e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos - Promover ações de sensibilização relativas à compostagem, incentivando a separação dos resíduos orgânicos - Estabelecer um programa de monitorização dos resíduos valorizáveis e dos que vão para aterro

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
	Água		
	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais • Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade da água superficial e subterrânea de acordo com os fins a que se destina • Qualidade das águas balneares 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a conservação e sustentabilidade dos recursos hídricos - Promover ações que visem proteger e melhorar a qualidade da água - Estabelecer um programa de monitorização de águas superficiais e subterrâneas - Estabelecer um programa de gestão dos efluentes provenientes das atividades agro-pecuárias - Promover ações de sensibilização relativas à preservação dos recursos hídricos
	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano 	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de água 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar o uso racional e eficiente da água - Assegurar o cumprimento nas normas de qualidade das águas para consumo humano - Promover ações de sensibilização relativas à poupança de água - Estabelecer um programa de monitorização do consumo de água
		<ul style="list-style-type: none"> • População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a qualidade e quantidade da água para consumo humano - Garantir a continuidade do acesso a sistemas de abastecimento de água para consumo humano, a toda a população do Concelho de Figueiró dos Vinhos
<ul style="list-style-type: none"> • Promover um consumo eficiente e racional do recurso água 	<ul style="list-style-type: none"> • Perdas no sistema de abastecimento 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar e promover ações que visem o uso eficiente e racional da água, como a implementação de sistemas que identifiquem as perdas existentes na rede de distribuição - Instalação de válvulas redutoras de pressão, no sistema predial de abastecimento¹ 	

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
		<ul style="list-style-type: none"> • Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água 	<ul style="list-style-type: none"> - Isolamento térmico do sistema de distribuição de água quente - promove a redução do desperdício de água corrente enquanto os utilizadores esperam que a temperatura seja adequada (medida a ter em conta na fase de construção)¹ - Substituição ou adaptação de torneiras convencionais (lavatórios, etc) por dispositivos mais eficientes e com menor caudal de água (torneira com redutor de caudal, com dispositivo arejador, com fecho automático, etc)¹ - Adequação de procedimentos na lavagem de pavimentos (utilização de mangueiras com dispositivos de controlo de caudal na extremidade de modo a permitir o rápido corte ou diminuição de caudal sem ter de se efetuar deslocação à torneira de alimentação do sistema)¹ - Utilização de limpeza a seco de pavimentos - substituição (parcial) de lavagem de pavimentos com água (mangueira), por métodos de limpeza a seco (vassoura / varredura automática)¹ - Realização de manutenção periódica dos sistemas de rega de forma a eliminar fugas¹ - Programação da altura da rega (antes das 8h00 e depois das 18h00), de forma a evitar perdas¹ - Selecionar espécies vegetais autóctones com resistência à seca e eliminar periodicamente espécies infestantes¹ - Efetivação da rega somente quando necessário (eventual instalação de sensores)¹ - Substituição de sistemas de rega menos eficientes por sistemas de rega de baixo consumo (no caso de zonas relvadas – sistema de aspersão, no caso de jardins – sistema gota-a-gota)¹ - Instalação de recirculação, total ou parcial, da água no caso dos lagos (com sinalização de aviso relativa à sua potabilidade) e recirculação da água das piscinas (com tratamento intercalar)¹ - Limitação ou proibição de utilização de água do sistema público de abastecimento, na lavagem de pavimentos, em jardins e similares, em piscinas, lagos, espelhos de água, campos desportivos campos de golfe e outros espaços verdes de recreio, em períodos de escassez¹
	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais • Promover a qualidade de vida das populações 	<ul style="list-style-type: none"> • População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar que os sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais se encontram a funcionar de forma adequada - Garantir o acesso a sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, a toda a população do Concelho de Figueiró dos Vinhos - Implementar medidas de erradicação de descargas de efluentes sem tratamento adequado de sistemas unitários, de sistemas separativos domésticos e de sistemas separativos pluviais³ - Implementar medidas de minimização de afluências pluviais aos sistemas unitários e aos sistemas separativos domésticos (desafetação progressiva de ligações pluviais)³

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
	Ruído		
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações 	<ul style="list-style-type: none"> População exposta a níveis sonoros superiores aos limites legais 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de Planos municipais de Redução de Ruído nas zonas sensíveis ou mistas com ocupação exposta a ruído ambiente exterior superior ao legalmente estabelecido (RGR) Fiscalizar o cumprimento das normas previstas no Regulamento Geral do Ruído (RGR) Promover um investimento adequado ao nível da proteção de ruído, quando tal se considerar necessário
	Ar		
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública Reduzir a poluição do ar 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade do ar Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o cumprimento dos valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados Promover um conjunto de ações que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera
	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa 	<ul style="list-style-type: none"> Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão 	<ul style="list-style-type: none"> Promover um conjunto de ações que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera, nomeadamente a utilização de meios de transporte mais sustentáveis Assegurar o cumprimento dos valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a oferta de modos de transporte sustentáveis e alternativos 	<ul style="list-style-type: none"> Projetos com adoção de soluções que tenham em vista a mobilidade sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Reorganizar os transportes públicos coletivos, tornando-os mais modernos, eficientes e competitivos. Cumprir com as recomendações definidas no "Plano de Mobilidade Sustentável", desenvolvido para o concelho de Figueiró dos Vinhos
	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da Eficiência Energética Utilização Racional de Energia 	<ul style="list-style-type: none"> Consumo de energia (gás, eletricidade) Projetos com adoção de soluções de eco-eficiência energética 	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético em edifícios e espaços públicos Fomentar a implementação de sistemas de gestão de energia, através da avaliação de consumos em edifícios e espaços públicos Fomentar a racionalização e utilização de energia nomeadamente quando se verificar a necessidade de cumprimento do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE) Fomentar investimentos na área das energias renováveis Promover a introdução de veículos movidos a energias alternativas Promover ações de sensibilização junto da população relativas à alteração de comportamentos e ao combate ao desperdício dos usos de energia em todas as suas vertentes, fomentando uma alteração de hábitos, essencial para garantir o bem-estar das populações, a competitividade da economia e a qualidade do ambiente
	<ul style="list-style-type: none"> Utilização de Fontes de Energia Renovável 	<ul style="list-style-type: none"> Produção de energia através de recursos renováveis 	

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Riscos Ambientais	Incêndio		
	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios 	<ul style="list-style-type: none"> Risco de ocorrência de incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> As estabelecidas no PMDFCI de Figueiró dos Vinhos Assegurar o cumprimento do estabelecido no Regulamento do PDM de Figueiró dos Vinhos no que reporta às condições de edificabilidade em espaço florestal Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção civil nos domínios da sensibilização e informação Garantir a implementação das normas de higiene e segurança em função das características dos edifícios a instalar Monitorizar a implementação dos planos de emergência Monitorizar a ocorrência de explosões
		<ul style="list-style-type: none"> Área ardida 	
		<ul style="list-style-type: none"> Número de edifícios afetados 	
	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas 	<ul style="list-style-type: none"> Corporações de bombeiros existentes no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a existência de corporações de bombeiros que respondam às necessidades
	Erosão		
	<ul style="list-style-type: none"> Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo Aumentar os níveis de proteção do solo 	<ul style="list-style-type: none"> Uso do solo 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o cumprimento de boas práticas de conservação e preservação do solo em fase de construção e seguimento de projetos Controlar os processos de erosão fluvial através da manutenção e/ou promoção da vegetação ripícola, entre outros processos. Assegurar a conservação do solo, a manutenção do equilíbrio dos processos morfogénéticos e pedogénéticos, a regulação do ciclo hidrológico através da promoção da infiltração em detrimento do escoamento superficial e a redução da perda do solo com colmatação dos solos a jusante e assoreamento das massas de água. Garantir o estabelecido no PMDFCI de Figueiró dos Vinhos no que se refere à reflorestação.
		<ul style="list-style-type: none"> Precipitação Topografia do terreno 	
		<ul style="list-style-type: none"> Ocorrência de erosão 	
	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir a ocorrência de situações de erosão 		
Cheias			
<ul style="list-style-type: none"> Aumentar os níveis de proteção do solo 	<ul style="list-style-type: none"> Caudal dos rios Precipitação Áreas inundadas Ocorrência de cheias 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação e atualização da informação disponível no que se refere às variações do ciclo da água no Concelho nas suas diferentes fases Garantir o cumprimento de boas práticas de proteção do solo e dos ecossistemas no que refere a solos com características passíveis de inundação, em fase de construção e de seguimento de projetos Garantir condições de adequado funcionamento hidráulico e hidrológico dos cursos de água em situação de leito normal ou de cheia Sempre que se esgotarem as possibilidades de adoção de medidas não estruturais deverá ser estudada a viabilidade técnica e económica da minimização dos efeitos das cheias e inundações através da adoção de medidas estruturais, nomeadamente bacias de retenção, laminagem de cheia e diques de proteção Salvaguardar que as zonas ameaçadas pelas cheias delimitadas no âmbito da REN, se articulam com as demarcadas no âmbito do Plano Municipal de Emergência 	
<ul style="list-style-type: none"> Diminuir a possibilidade de ocorrência de cheias 			

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
			<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da salvaguarda de ocupações ou atividades em zonas de cabeceiras de linhas de água que prejudiquem a infiltração das águas e acelerem o escoamento superficial - Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção civil nos domínios da sensibilização e informação - Monitorizar a implementação dos planos de emergência face à ocorrência de situações de cheia
	Sismicidade		
	<ul style="list-style-type: none"> • Minimizar as consequências provocadas pela ocorrência de sismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de acontecimentos de sismo sentidos pela população • Perdas de bens, naturais e materiais • Intensidade sísmica do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar a cartografia de risco sísmico para o concelho - Estabelecer e monitorizar a implementação de um plano de sensibilização sobre regras de atuação face à possibilidade de ocorrência de sismos - Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção civil nos domínios da sensibilização e informação
	Riscos Industriais		
	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir a ocorrência de riscos industriais graves 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de ocorrências de explosão • Área de terreno afetada em resultado de ocorrência de derrame 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o cumprimento do estabelecido no PME e no Regulamento de Planos de Pormenor - Monitorizar a ocorrência de derrames/explosão - Avaliar os efeitos da área contaminada aquando da ocorrência de derrames - Garantir a impermeabilização do solo
<ul style="list-style-type: none"> • Adoção dos procedimentos de higiene e segurança no trabalho de acordo com a legislação vigente para o tipo de unidade industrial instalada 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de empresas com planos de prevenção e minimização de riscos industriais • Número de indústrias/empresas com planos e procedimentos de proteção individual 	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorizar a implementação dos planos de emergência - Garantir a implementação das normas de higiene e segurança em função das características das atividades a instalar 	

¹ – Medidas propostas no âmbito do PNUEA

² – Medidas propostas no âmbito do PEAASAR II

O Quadro seguinte dá continuidade ao Plano de Controlo estabelecido no Quadro 7.1., focando os indicadores de sustentabilidade definidos e o posicionamento do município de Figueiró dos Vinhos face a metas estabelecidas, quer em documentos estratégicos, quer pela própria autarquia.

Apesar de não ter sido possível obter o valor base, para todos os indicadores identificados, considera-se importante, em alguns casos, desenvolver estudos que garantam a informação necessária para a fase de monitorização, pelo que foram incluídos no Quadro 7.2.

Quadro 7.2. – Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade e posicionamento do Município de Figueiró dos Vinhos face a metas estabelecidas em documentos estratégicos.

FCD	Indicador		Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Figueiró dos Vinhos	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho		
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	População Ativa por Atividades Económicas	Sector Primário	%	-	4,2	2011 / INE	*		
		Sector Secundário	%	-	27,3	2011 / INE	*		
		Sector Terciário	%	-	68,5	2011 / INE	*		
	Atividades Económicas (Empresas) Instaladas no Concelho		N.º	-	594	2012 / INE	Aumentar		
	Taxa de Atividade		%	-	39,1	2011 / INE	Aumentar		
	Taxa de desemprego		%	-	15,1	2011 / INE	Diminuir		
	Espaços empresariais estruturados e infra-estruturados		N.º	-	2	2015 / Revisão PDM	Aumentar		
	População Residente		N.º	-	6169	2011 / INE	Aumentar		
	Densidade Populacional		Hab./km ²	-	35,6	2011 / INE	Aumentar		
	População Residente por Grupos Etários	0-14		N.º	-	657	2011 / INE	Aumentar	
		15-24		N.º	-	592	2011 / INE	Aumentar	
		25-64		N.º	-	3095	2011 / INE	Aumentar	
		65 ou mais anos		N.º	-	1825	2011 / INE	Aumentar	
	Solo Rural	Espaço Agrícola de Produção		ha	-	4237,86	2015 / CMFV	4237,86	
		Espaço Florestal de Produção		ha	-	4453,83	2015 / CMFV	4453,83	
		Espaço Florestal de Conservação		ha	-	3562,15	2015 / CMFV	3562,15	
		Espaço Natural		ha	-	3769,28	2015 / CMFV	3769,28	
		Aglomerados Rurais		ha	-	506,42	2015 / CMFV	506,42	
		Áreas de Edificação Dispersa		ha	-	141,71	2015 / CMFV	141,71	
		Espaços de ocupação turística	Áreas Turísticas		ha	-	9,08	2015 / CMFV	9,08
			Recreio Balnear e Zona de Proteção		ha	-	8,5	2015 / CMFV	8,5
	Zona de Proteção		ha	-	64	2015 / CMFV	64		
	Área REN Total		ha	-	8690,4	2015 / CMFV	8690,4		
	Área RAN		ha	-	649,7	2015 / CMFV	649,7		
	Regime Florestal		ha	-	1324,77	2015 / CMFV	1324,77		
	Rede Natura 2000		ha	-	2391,2	2015 / CMFV	2391,2		
	Solo Urbanizado	Espaço urbano de baixa densidade		ha	-	331,02	2015 / CMFV	331,02	
		Espaço de atividades económicas		ha	-	13,94	2015 / CMFV	13,94	
		Espaços de Uso especial – equipamentos de utilização coletiva		ha	-	3,2	2015 / CMFV	3,2	
	Solo Urbanizável	Espaço de atividades económicas		ha	-	113,67	2015 / CMFV	113,67	
		Espaço de uso especial - Turismo		ha	-	22,17	2015 / CMFV	22,17	
	UOPG	Plano de Urbanização da Vila de Figueiró dos Vinhos		ha	-	259,82	2015 / CMFV	259,82	
		Plano de Pormenor de Foz de Alge		ha	-	8,7	2015 / CMFV	8,7	
Plano de Pormenor de Madre Deus		ha	-	19,6	2015 / CMFV	19,6			
Plano de Pormenor dos Olivais		ha	-	27,43	2015 / CMFV	27,43			
Planos em vigor	Plano de Ordenamento das Albufeiras do Cabril, Bouça, Santa Luzia		ha	-	0,85	2015 / CMFV	0,85		

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Figueiró dos Vinhos	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho	
	Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode	ha	-	648,59	2015 / CMFV	648,59	
	Plano de Pormenor do Parque Industrial de Figueiró Dos Vinho	ha	-	8,68	2015 / CMFV	8,68	
	Plano de Pormenor do Parque Industrial de Figueiró Dos Vinho	ha	-	13,37	2015 / CMFV	13,37	
	Estrutura Ecológica Municipal	ha	-	-	-	*	
	Projetos Mobilidade	N.º	-	1	2015 / CMFV	Aumentar	
	Turismo e Lazer	Equipamentos e Infra-estruturas de Turismo e Lazer	-	-	**	-	*
		Unidades Hoteleiras	N.º	-	15	2015 / CMFV	Aumentar
		Percursos Pedestres	N.º	-	2	2015 / CMFV	Aumentar
		Ciclovias	N.º	-	0	2015 / CMFV	Criar
		Parque de Campismo	N.º	-	1	2015 / CMFV	Manter
	Evolução do volume de tráfego	Carros/hora	-	-	-	*	
	Número de acidentes	N.º	-	-	-	*	
	Projetos de melhoria da rede viária	N.º	-	-	-	*	
	Transportes Coletivos	Municipais /intermunicipais	Nº de carreiras	-	-	-	*
		Regionais	Nº de carreiras	-	8	2015 / CMFV	Aumentar
		Escolares	Nº de carreiras	-	-	-	*
	Ecosistemas ribeirinhos de suporte às atividades de uso sustentável	N.º	-	1	2015 / CMFV	*	
Projetos de requalificação de áreas ribeirinhas	N.º	-	1	2015 / CMFV	*		
Património Cultural	Identidade Histórica e Cultural						
	Património arqueológico classificado	Nº	-	12	2015/DGPC	Aumentar	
	Património arquitetónico classificado	Nº	-	5	2015/DGPC	Aumentar	
	Património arquitetónico classificado de interesse municipal	Nº	-	1	2015/DGPC	Aumentar	
	Reabilitação de edifícios degradados	Nº	-	-	-	*	
	Intervenções de manutenção/preservação do património arqueológico	Nº	-	-	-	*	
	Aldeia de Xistos	Nº	-	1	2015/Site CM Figueiró dos Vinhos	Aumentar	
	Atividades culturais	Nº	-	-	-	*	
Acções de divulgação cultural	Nº	-	-	-	*		
Qualidade Ambiental	Solo						
	Produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	ton/ano	225 000 ton até 2011 (base 1995) (ENDS)	898	2013/INE	Reduzir 5%	

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Figueiró dos Vinhos	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho	
	Resíduos Sólidos Urbanos desviados de aterro (% RSU valorizados/RSU produzidos *100)	%	-	15	2013/INE	Aumentar 5%	
	Água						
	Qualidade da água superficial	Classe	-	Estação 14H/02 (Alge) - Excelente	2012/PGRHT	Manter	
	Qualidade da água subterrânea	Classe	-	Furo 276/C68: >A3 (Fluoretos)	2013/SNIRH-APA	Classificação: A1	
				Furo 263/C64: >A3 (Fluoretos)	2010/SNIRH-APA	Classificação: A1	
	Qualidade das águas balneares	Classe	-	Praia fluvial Ana de Avis: Aceitável	2014/APA	Classificação: Boa	
		Classe	-	Praia fluvial Fragas de S. Simão: Aceitável	2014/APA	Classificação: Boa	
	Consumo de água por habitante	m ³ /ano	-	43	2005/INE	Reduzir 5%	
	População servida por sistema de abastecimento de água para consumo humano	%	95 (PEAASAR)	100	2005/INE	Manter	
	Perdas no sistema de abastecimento	l/hab.dia	-	67	2012/PGRHT	Reduzir 5%	
	Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água	n.º	-	-	-		
	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	%	90 (PEAASAR)	22	2005/INE	90	
	População servida por estações de tratamento de águas residuais (%)	%	90 (PEAASAR)	22	2005/INE	90	
	Ruído						
	População exposta a níveis sonoros LAeq diurno > 65 dB (A) - Zonas mistas	%	-	1	2008/Mapa de Ruído, Proposta PDM Figueiró dos Vinhos	*	
	População exposta a níveis sonoros LAeq nocturno > 55 dB (A) – Zonas mistas	%	-	1		*	
	População exposta a níveis sonoros LAeq diurno > 55 dB (A) – Zonas sensíveis	%	-	11		*	
	População exposta a níveis sonoros LAeq nocturno > 45 dB (A) – Zonas sensíveis	%	-	11		*	
	Ar						
	Qualidade do ar	Classe	-	Bom	2012/Qualar-APA	Manter	
	Dias com parâmetros de qualidade acima dos limites	Ozono – Limiar de Alerta à população	n.º	-	0	2013/Qualar-APA	0
		Ozono – Limiar de Informação à população	n.º	-	0	2013/Qualar-APA	0
		Dióxido de Azoto – Alerta	n.º	-	0	2013/Qualar-APA	0
		Dióxido de Enxofre - Alerta	n.º	-	0	2013/Qualar-APA	0
		Partículas <10µm	N.º	-	1	2013/Qualar-APA	0

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Figueiró dos Vinhos	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho
	Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão.	n.º	-	0	2015/APA	Manter
	Projetos com adoção de soluções que tenham em vista a mobilidade sustentável	n.º	-	7	2015/CMFV	Aumentar
	Energia					
	Consumo de Energia Elétrica	Kwh/ano	-	15.385.575	2012/DGEG	Reduzir 5%
	Consumo de Gás	Kwh/ano	-	0	2005/DGEG	*
	Projetos com adoção de soluções de eco-eficiência energética	n.º	-	-	-	*
	Produção de energia através de recursos renováveis	Kwh/ano	-	-	-	*
Riscos Ambientais	Risco Incêndio					
	Risco de ocorrência de incêndio florestal	Escala	-	Médio - Elevado	PMDFCI/2014	*
	Área ardida – acontecimentos	Nº/ano	-	21	PMDFCI/2014	0
	Área ardida	ha/ano	-	382,67	PMDFCI/2014	0
	Edifícios afetados	Nº/ano	-	-	-	*
	Número de corporações de Bombeiros	Nº	-	1	2015/Revisão PDM	Manter
	Risco Erosão					
	Topografia do terreno - Declive	m	-	150-930	2015/Relatório de Caracterização Física (CMFV)	*
	Ocorrência de erosão	kg/ano	-	-	-	0
	Risco Cheia					
	Precipitação	mm/ano	-	1000 (Sul) – 1600 (Norte)	2015/PMDFCI	*
	Caudal médio dos rios	m³/ano	-	-	-	*
	Áreas inundadas	ha/ano	-	-	-	0
	Ocorrência de cheias	Nº/ano	-	-	-	0
	Sismicidade					
	Intensidade sísmica	Escala	-	6-7	2015/Relatório de Caracterização Física (CMFV)	*
	Sismos sentidos	Nº/ano	-	-	-	*
	Riscos Industriais					
	Ocorrências de explosão	Nº/ano	-	-	-	0
	Área de terreno afetada em resultado de ocorrência de derrame	m²/ano	-	-	-	0
Perdas patrimoniais	Euros/ano	-	-	-	0	
Número de empresas com planos de prevenção e minimização de riscos industriais	Nº/ano	-	-	-	*	
Número de indústrias/empresas com planos e procedimentos de proteção individual	Nº/ano	-	-	-	*	

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Figueiró dos Vinhos	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas					
	Área do município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas	N.º	-	1	2008/PSRN2000	Manter
		Hectares	-	2455,36	2008/PSRN2000	Manter
	Ações de manutenção/gestão de componentes de compartimentação da paisagem (sebes vivas, muros, caminhos tradicionais)	N.º	-	0	2014/CMFV	A definir pelo Plano de Gestão do SIC
	Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados em Área Classificada	N.º	-	1	2014/CMFV	Manter
		Extensão	-	< 1Km	2014/CMFV	Manter
	Plano de gestão para Área Classificada	Hectares	-	0	ICNF	1
	Espécies com estatuto de proteção	N.º	-	7	2008/PSRN2000	Manter
	Espécies ameaçadas	N.º	-	5	2006/LVVP	Manter
	Ações de conservação de espécies	N.º	-	0	2014/ICNF	A definir pelo Plano de Gestão do SIC
		N.º	-	2	2008/PSRN2000	Manter
	Habitats prioritários	Hectares	-	0	2008/PSRN2000	A definir pelo Plano de Gestão do SIC
	Estrutura Ecológica Municipal					
	Áreas/sistemas biofísicos integrados em espaços de EEM	Hectares	-	-	-	*
	Gestão, Conservação e Valorização da Floresta					
	Ações de conservação de habitats	N.º	-	0	2014/ICNF	A definir pelo Plano de Gestão do SIC
		Extensão	1321 ha	1	2014/ICNF; PGF	Manter
	Zonas de Intervenção Florestal	N.º	-	1	2014/ICNF	Manter
	Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)	Hectares	-	0	2014/ICNF	A definir pelo Plano de Gestão Florestal ou pelo Plano de Gestão do SIC
	Áreas de distribuição das espécies vegetais invasoras	Hectares	-	0	2014/PMDFCI	A definir pelo PMDFCI, ou pelo Plano de Gestão do SIC
Ações de controlo de espécies vegetais invasoras (n.º e área abrangida)	N.º	-	0	2014/PMDFCI	A definir pelo PMDFCI, ou pelo Plano de Gestão do SIC	
	Extensão	-	0	2014/PMDFCI; PGF	A definir pelo PMDFCI, ou pelo Plano de Gestão do SIC	

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Figueiró dos Vinhos	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Metas pretendidas para o Concelho
	Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais	N.º	-	5	2014/CMFV	Manter
		Extensão	-	16Km	2014/CMFV	Manter

- Não existe informação

* Indicadores importantes para efeitos de monitorização, na Fase de Acompanhamento/Seguimento do Plano (não tendo sido atribuída nenhuma meta), recomendando-se, quando necessário, a elaboração de estudos de suporte à sua caracterização.

** Por equipamentos de Turismo e Lazer consideram-se: Circuitos de Manutenção, Piscinas e praias Fluviais, Zonas fluviais e de Lazer, Miradouros, Campos de prática desportiva, Jardins, Monumentos e Museus ou similares.

8. Participação Pública

A consulta pública durante o processo de desenvolvimento de uma Avaliação Ambiental Estratégica é faseada, sendo da responsabilidade da Câmara Municipal desenvolver os processos de consulta pública estabelecidos na legislação, nomeadamente:

- A Câmara Municipal promove a consulta pública sobre o âmbito da AAE (Relatório de Fatores Críticos) às entidades com responsabilidades ambientais específicas, às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano (de acordo com o n.º 2, do artigo 75-A do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3, do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio);
 - As entidades a consultar deverão ser a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o Instituto da Água, as Administrações de Região Hidrográfica, as Comissões de desenvolvimento Regional, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, as Autoridades Regionais de Saúde, municípios limítrofes, entre outros.
- Antes da aprovação do Plano e do respetivo Relatório Ambiental, a Câmara Municipal promove novamente a consulta às entidades com responsabilidades ambientais específicas, para emissão de parecer (de acordo com o n.º 2, do artigo 75-A, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio);
- Concluído o período de acompanhamento a Câmara Municipal procede à abertura de um período de discussão pública, através de Aviso a publicar no Diário da República, tendo como objetivo recolher sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não governamentais, ou outras pessoas interessadas. A consulta pública e o prazo de duração são publicitados através de meios eletrónicos (página da internet da Câmara Municipal), e divulgados através da comunicação social. Durante o período de discussão pública, o projeto de Plano e respetivo Relatório Ambiental, assim como os pareceres da comissão de acompanhamento ou da CCDR, e os demais pareceres eventualmente emitidos, estão disponíveis ao público na Câmara Municipal, e noutros locais indicados pela autarquia (n.º 3 do artigo 77º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro, conjugado com o n.º 6, n.º 7 e n.º 8 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio).

9. Considerações Finais

O presente relatório serve de base à **segunda fase do processo de AAE** da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos.

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos foi suportado na análise de cinco fatores críticos de decisão: Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade; Biodiversidade e Conservação da Natureza; Património Cultural; Qualidade Ambiental e Riscos Ambientais. No decurso da avaliação de cada FCD foi garantida a integração de objetivos de sustentabilidade identificados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para a AAE.

Aquando da avaliação da situação existente e análise de tendências, desenvolvida para cada um dos fatores críticos de decisão, foram detetadas algumas dificuldades na obtenção de informação para atender à análise de alguns dos indicadores propostos.

Salienta-se que a definição de orientações para a implementação de um Plano de Controlo, apresentada no Relatório Ambiental, para cada fator crítico de decisão assenta numa lógica de sustentabilidade que permitirá ao Município fazer uma leitura permanente e ambientalmente correta da sua atuação. Neste cenário foi dado particular destaque aos elementos mais específicos de cariz ambiental, ainda que o conceito de ambiente que assiste a este tipo de instrumentos seja um conceito alargado como se pode reconhecer pela análise dos indicadores propostos e selecionados em sede de Relatório de Fatores Críticos.

Neste contexto, evidencia-se a importância do acompanhamento da implementação da revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, através da atualização periódica do plano de controlo proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do concelho.

O presente relatório, acompanhado do Resumo Não Técnico, estará sujeito a consulta pública, juntamente com os elementos que integram a Proposta de Revisão do PDM da Figueiró dos Vinhos, para recolha de comentários/sugestões que serão tidos em consideração na emissão da Declaração Ambiental e na preparação da versão final da revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos.

10. Referências Bibliográficas

- Agência Portuguesa do Ambiente; Plano de Mobilidade Sustentável - Concelho de Figueiró dos Vinhos. Relatório de Diagnóstico, 2007.
- Agência Portuguesa do Ambiente; Plano de Mobilidade Sustentável - Concelho de Figueiró dos Vinhos. Relatório de Propostas, 2008.
- Agência Portuguesa do Ambiente. “Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo – Relatório Técnico – Parte 2 – Caracterização e Diagnóstico da Região Hidrográfica”. Agosto. 2012.
- Agência Portuguesa do Ambiente. “Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo – Fichas de Diagnóstico”. Agosto. 2012.
- Agência Portuguesa do Ambiente. “Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo – Fichas de Medidas”. Agosto. 2012.
- Agência Portuguesa do Ambiente. “Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo – Repositório de Mapas”. Agosto. 2012.
- Agência Portuguesa do Ambiente (2010). SIDS Portugal. Indicadores-Chave 2010. 2010. ISBN 978-972-8577-55-1.
- Agência Portuguesa do Ambiente (2014). Relatório do Estado do Ambiente 2014. ISBN 978-972-8577-69-8.
- Almeida, C. [et al]. (2000). Sistemas Aquíferos de Portugal Continental.
- Dissertação de Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza. Universidade dos Açores, Departamento de Ciências Agrárias. Escola Superior Agrária e Castelo Branco. Castelo Branco
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). Relatório da Qualidade do Ar na Região Centro 2013. Coimbra.
- Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio (estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente).
- Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro (estabelece as bases de Ordenamento do Território).
- Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território – Documentos de orientação DGOTDU 01/2008. Lisboa: DGOTDU; Novembro 2008; ISBN 978-972-8569-44-0.
- Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Guia para a Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território. Coleção Estudos 9. Lisboa: MCOTA-DGOTDU; 2003.
- Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. 2006. Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
- Luís Filipe Antunes da Silva. 2006. Evolução da Paisagem numa Área do Sítio Serra da Lousã.
- OECD - DAC, 2006. Good Practice Guide on applying Strategic Environmental Assessment (SEA) in Development Cooperation, OECD, Paris.
- Ministério da Economia. 2014. Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas – Horizonte 2014-2020 (PETI 3+).
- Partidário, Maria do Rosário; Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica. Amadora. Agência Portuguesa do Ambiente; 2007. ISBN 978-972-8577-34-6.

- Partidário, MR (2012). Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE. Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Energéticas Nacionais. Lisboa.
- SIAM – Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação – Projeto SIAM II. F. D. Santos e P. Miranda (Editores). Gradiva, Lisboa. 2006.

Legislação e Regulamentação que suporta o Quadro de Referência Estratégico definido:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/95, de 10 de Fevereiro – Ratifica o Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos.
- Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99 de 26 de Julho, pela Declaração de retificação n.º 19-D/98 e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de Agosto – Aprova o Plano Rodoviário Nacional (PRN).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro – Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB).
- Decreto Regulamentar n.º 18/2001, de 7 de Dezembro – Aprova o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2002, de 13 de Março – Aprova o Regulamento do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia (POACBSL).
- Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de Abril – Aprova o Plano Nacional da Água.
- COM (2006) 231 - Estratégia Temática de Proteção do Solo, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Comissão das Comunidades Europeia.
- Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de Junho – Relativo ao sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios, prevê os planos municipais e intermunicipais de defesa da floresta contra incêndios.
- Despacho de Aprovação do PEAASAR 2007-2013, 28 de Dezembro de 2006 – Aprovação da estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais para o período 2007-2013.
- Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro (retificado pelas declarações n.º 80-A, de 7 de Setembro de 2007 e n.º 103-A/2007, de 2 de Novembro de 2007) – aprova o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território.
- Portaria n.º 1139/2006 de 25 de Outubro – Define a estrutura tipo do conteúdo dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2004 de 22 de Dezembro de 2004 - Aprova os objetivos e vetores estratégicos da proposta da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005-2015.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de Junho – Aprova o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água — Bases e Linhas Orientadoras (PNUEA).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro – Aprova a Estratégia Nacional de Energia (ENE).
- Decreto Regulamentar n.º 9/2006, de 19 de Julho – Aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte (PROF PIN).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, de 23 de Agosto – Aprova o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2004).

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 147/2006, de 2 de Novembro – Aprova o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2008, de 4 de Junho - Aprova o Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008 -2013 (PNAAS).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho – Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2003, de 10 de Maio – Aprova o Regulamento do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Castelo de Bode (POACB).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-F/2013, de 22 de Março – Aprova o Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo (PGBHT).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de Abril – Aprova o Plano Estratégico Nacional do Turismo para 2013-2015 (PENT).
- Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de Setembro - Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020).

Sites consultados:

<http://www.cm-figueirodosvinhos.pt/>

<http://www.inag.pt/>

<http://www.ine.pt/>

<http://www.ipa.min-cultura.pt/>

<http://www.ippar.pt/>

<http://www.aldeiasdoxisto.pt/institucional/9/5>

<http://www.mobilidade.weblx.net/>

11. Anexos

- **Anexo I** – Parecer das entidades consultadas no âmbito do Relatório dos Fatores Críticos.
- **Anexo II** – Principais Instrumentos do Quadro de Referência Estratégico e respetivos Objetivos Estratégicos.
- **Anexo III** – Relação entre o Quadro de Referência Estratégico definido e as Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos
- **Anexo IV** – Ficha de caracterização do Sítio PTCON0060- Serra da Lousã

Anexo I – Parecer das entidades consultadas no âmbito do Relatório dos Fatores Críticos.

APA CF.014116 08 10 06



AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Jos. Eug. Isabel m
os devidos efeitos
sl

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos
Vinhos

9.10.08

3260-408 Figueiró dos Vinhos

Município de Figueiró dos Vinhos

Rua N.º 4088

D.º 09/10/08

Func. Fabrizio

DESTINATÁRIO

RECEBIDO

S/ referência	Data	N/ referência	Data
n.º 4517	29-09-2008	1973/2008/GAIA	

Assunto: **Avaliação Ambiental Estratégica da revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos**

Serve a presente para transmitir a V. Exa. que o Plano enviado a esta Agência para parecer relativamente à sua avaliação ambiental estratégica nos termos do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, na sua actual redacção, conjugado com o Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, nos mereceu a nossa melhor atenção.

Porém, é entendimento deste organismo que a vocação local destes instrumentos de gestão territorial exige uma ponderação dos interesses ambientais, também com uma incidência muito particular na área de intervenção em causa, pelo que a entidade melhor vocacionada para emitir o parecer solicitado em virtude das suas atribuições regionais é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional com jurisdição na área.

Mais se informa que foi, nesta data, dado conhecimento à CCDR Centro do teor do presente ofício.

Com os melhores cumprimentos.

O Director-Geral

António Gonçalves Henriques

António Gonçalves Henriques
Director-Geral

MM

Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal Ap. 7585 | 2611-865 Amadora-Portugal tel: (351) 21 472 82 00 | fax: (351) 21 471 90 74 | email: geral@ambiente.pt

AAE.FV-2.F2.RA.V1



Município de Figueiró dos Vinhos

Entrada: 4192

em 14/10/08

Isabel S.

DESTINATARIO

DESPACHO

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Ofício N°	Data
4519	29/09/2008	Proc.º nº DHD-2008-0143	OF3_2008	09-10-2008

Assunto: PDM de Figueiró dos Vinhos - Avaliação Ambiental Estratégica

Ex.mo Sr.
Rui Manuel de Almeida Silva
Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos
Apartado n.º 4
3260-408 FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Relativamente ao ofício nº 4519 de 29/09/2008, que nos foi enviado, informa-se que, analisada a localização do município, à luz da recente definição das áreas de jurisdição territorial das ARH, I.P., verificou-se que o mesmo não se encontra abrangido pela área de jurisdição da ARH do Centro, I.P., mas sim da ARH do Tejo, I.P..

Para conhecimento, anexa-se cópia do ofício enviado, nesta data, à ARH do Tejo, I.P..

Com os melhores cumprimentos,

Isabel

A Presidente
Teresa Fidélis
(Teresa Fidélis)

A
14.10.08

Anexo: O mencionado PD/



Edifício "Fábrica dos Mirandas"
Avenida Cidade Aeminium
3000-429 Coimbra
Tel.: 239 850 200
Fax: 239 850 250
geral@arhcentro.pt
http://www.arhcentro.pt



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Cc/: DSR de Leiria

Ex.mo Senhor
 Presidente do
 Município de Figueiró dos Vinhos
 Apartado 4 Ec Figueiró dos Vinhos
 3261-909 Figueiró Dos Vinhos

Sr. Presidente

Sua referência 4520 Sua comunicação de 5.11.08 Sua comunicação de 2008-09-29

Nossa referência DOTCN 2523/08 Data 04 NOV 2008
 Proc: AAE-LE.08.00/1-08

Município de Figueiró dos Vinhos	
Entrada N.º	4502
Func.	3261-909
DESTINATÁRIO	
<i>Sr. Presidente</i>	
DESPACHO	
<i>P. Henrique Moura</i>	
Nossa referência	Data 705318
04 NOV 2008	

ASSUNTO: REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – Análise do Relatório de Factores Críticos (RFC)
 Req.: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos
 LEIRIA – Figueiró dos Vinhos

Reportando-nos ao assunto em epígrafe e relativamente ao Relatório de Factores Críticos (RFC) da Revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Figueiró dos Vinhos, enviado pela Câmara Municipal (CM), através do ofício n.º 4520, de 2008.09.29, informa-se V. Exª que:

1. Introdução

A Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos apresentou ao abrigo artº. 5º, do Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho o Relatório de Factores Críticos (RFC) da 1ª revisão do Plano Director Municipal de Figueiró dos Vinhos.

O RFC constitui o primeiro relatório do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégico (AAE) e tem como objectivo determinar o âmbito e o alcance da informação ambiental que irá ser tratada no Relatório Ambiental, através da identificação de um conjunto de Factores Críticos de Decisão (FCD) e respectivos critérios de sustentabilidade e indicadores.

Neste contexto compete à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) atendendo ao disposto no art. 5º do Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho conjugado com o referido no nº 3, do artº. 3º, do mesmo diploma e com os pontos 6 a 9 do artº. 74, do Decreto Lei 380/99 de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei 316/2007 de 19 de Setembro, emitir parecer sobre a proposta de âmbito e do alcance que

Rua Bernardim Ribeiro, 80
 3000-069 Coimbra • Portugal
 Tel: 239 400 100 Fax: 239 400 115
 www.ccdrc.pt geral@ccdrc.pt

Linha de Atendimento ao Cidadão
 Telefone: 808 202 777
 e-mail: cidadao@ccdrc.pt
 Horário: 9.30 – 12.30
 14.00 – 17.00

Henrique Moura
 Vice-Presidente

AAE.FV-2.F2.RA.V1



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

dará suporte à realização de AAE da 1ª revisão do Plano Director Municipal de Figueiró dos Vinhos.

2. Estrutura

O RFC desenvolve-se ao longo de seis pontos, dos quais se destacam os seguintes:

- 3 - Onde se apresentam os principais objectivos e opções estratégicas da proposta de revisão do PDM;
- 4 - Onde se identificam e descrevem os componentes de apoio à determinação dos FCD: Opções estratégicas, instrumentos de referência estratégicos / quadro externo de referência e factores ambientais;
- 5 - Onde são identificados os FCD;
- 6 - Designado por considerações finais.

→ Genericamente, a estrutura apresentada responde ao que é pretendido.

3. Apreciação Técnica

3.1 Objecto de Estudo

O objecto de Avaliação Ambiental incide sobre a proposta de revisão do PDM do concelho de Figueiró dos Vinhos que tem como principais opções estratégicas:

- Reforçar a rede de equipamentos;
- Valorizar e preservar os recursos naturais e culturais;
- Potenciar a economia do Concelho;
- Requalificar o território e a sua função urbana.

O RFC define dentro de cada “opção estratégica” um conjunto de “objectivos estratégicos”, por cada área temática, de acordo com a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos.

Para além do referido, o RFC sintetiza os referidos objectivos estratégicos definidos na proposta da revisão do PDM, em 13 linhas estratégicas de desenvolvimento, para domínios variados tais como: do sector produtivo, do território, do ambiente, da cultura e do turismo.

Ofício nº DOTCN 2523/08

Manuscrito - 21/6



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

3.2 Quadro Externo de Referência

No RFC são identificados vários tipos de instrumentos considerados relevantes para o estudo, que formalizam o Quadro de Referência Estratégico (QRE), uns de âmbito internacional, e outros de âmbito nacional e regional, conforme se lê no Quadro 1 (correspondente ao Quadro 3 do RFC apresentado).

Quadro 1 – Instrumentos do QRE, identificados no RFC

Instrumento	
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
Plano Nacional de Alterações Climáticas	PNAC
Plano Nacional da Água	PNA
Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde	PNAAS
Plano Sectorial da Rede Natura 2000	PSRN2000
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II	PEAASAR II
Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural	PEND Rural
Plano Estratégico Nacional do Turismo	PENT
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	ENCNB
Proposta para a Estratégia de Protecção dos Solos	PEPS
Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	PROT-C
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior	PROF - PIN
Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia	POACBSL
Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode	POACB
Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo	PBH-RioTejo

Ofício nº DOTCN 2523/08

3/6
 Henrique Maia



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

→ Decorrente dos quadros já referidos, e analisado o anexo II do RFC, onde se estabelece uma relação entre o QREN e as opções estratégicas das propostas da revisão do Plano Director Municipal, entende-se que estes estão bem estruturados e explicados. Lê-se também facilmente, o grau de relação entre estes, permitindo tirar conclusões para o desenvolvimento do estudo, onde se deverá dar ênfase às relações fortes.

→ Sugere-se, caso existam, que sejam apresentados também Instrumentos de âmbito local, com cariz estratégico.

→ Para complemento do Quadro 3 do estudo apresentado, recomenda-se que sejam ainda tidos em consideração os seguintes instrumentos:

- Programa Nacional do Uso Eficiente da Água (PNUEA) – componente de recursos hídricos, que o INAG habitualmente considera como elemento importante a atender no Quadro de Referência Estratégico;
- Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN) – devido ao facto das propostas da revisão PDM poderem ser compatibilizadas, com o previsto neste Plano;
- Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) – porque potencia o desenvolvimento do Concelho através do financiamento de acções, que irão ao encontro das propostas da revisão do PDM.

3.3 Factores Ambientais e Factores Críticos de Decisão

O RFC determina o conjunto de Factores Ambientais a considerar, no processo de selecção dos Factores Críticos de apoio à Decisão, adaptando o disposto no Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho.

São propostos 5 Factores Críticos para a Decisão (FCD):

- Ordenamento do Território, Competitividade e Desenvolvimento Regional;
- Biodiversidade e Conservação da Natureza;
- Património Cultural;
- Qualidade Ambiental;
- Riscos Ambientais.

Ofício nº DOTCN 2523/08

Henrique Ricardo Maia
 4/8
 V.º Presidente



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Foi ainda apresentada a relação entre os Factores Ambientais seleccionados de entre os referidos no DL 232/2007, de 15 de Junho, e os FCD.

No relatório foram indicados os seguintes Factores Ambientais (FA):

- Biodiversidade;
- Atmosfera;
- Água;
- Solo;
- Factores Climáticos;
- Paisagem;
- Bens Materiais;
- População;
- Saúde Humana.

→ No âmbito do PDM, que pretende ser um instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e urbanismo e as demais políticas urbanas, parece-nos que “os objectivos e linhas de força do Plano”, associados ao Quadro de Referência Estratégico são pouco ambiciosos, em relação ao que poderão ser as potencialidades do Município.

→ Não resultam, explícitos a metodologia e os critérios adoptados para a selecção dos FCD, quando comparados com os objectivos estabelecidos pela revisão do PDM, que levaram à não consideração do Quadro de Referência Estratégico Nacional, 2007-2013 (QREN), do Plano Rodoviário Nacional, 2000 (PRN), e do Programa Nacional do Uso Eficiente da Água (PNUEA).

Considera-se, pois, que deve ser melhorada a justificação que levou à selecção dos FCD, apresentados.

→ Alguns dos indicadores, nomeadamente os relativos ao FCD – Património Cultural - não são explícitos quanto à unidade medição adoptada e parecem não se enquadrar nos objectivos de sustentabilidade.

Nos restantes FCD alguns indicadores também não são claros quanto à quantificação/ qualificação.

Ofício nº DOTCN 2523/08

Handwritten signature and date: 5/6



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

4. Conclusão

Genericamente o estudo apresenta-se bem estruturado e de acordo com as normas e boas práticas actualmente disponíveis.

Assim, face ao exposto, considera-se que o desenvolvimento dos estudos deverá atender ao atrás referido, nomeadamente ser harmonizada e melhor explicitada a relação dos objectivos estratégicos da revisão do PDM e as opções adoptadas para a selecção dos Factores Críticos de Decisão, bem como a clarificação dos indicadores.

Com os melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente

(Eng.º Henrique Manuel Moura Maia)

GG/ZD/FF

Ofício nº DOTCN 2523/08

6/8

Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

09-01-27 000463 DRAPC

DRAP Centro
Direcção Regional
de Agricultura e Pescas
do Centro

Município de Figueiró dos Vinhos

Carta N.º 430

29/01/08

Assunto: *Isabel a*

DESPACHO

Sua referência Sua comunicação de

Assunto: PLANO DIRECTOR MUNICIPAL
No seguimento da solicitação expressa na V. comunicação de 29/12/2008, junto se remete o seguinte parecer:

Exmo(s). Sr(s).

CAMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRO DOS
VINHOS

APARTADO 4

3260-408 FIGUEIRO DOS VINHOS

Nossa referência
OF/52/2009/DOAI
GESCOR N.º 23194/2008/DRAPCLocal de emissão
Coimbra

Assunto: PLANO DIRECTOR MUNICIPAL
No seguimento da solicitação expressa na V. comunicação de 29/12/2008, junto se remete o seguinte parecer:

O Relatório de Factores Críticos da proposta de revisão do Plano Director Municipal do concelho de Figueiró dos Vinhos apresentado está elaborado de acordo com as exigências regulamentares, identificando o objecto de avaliação, os factores críticos de decisão e os objectivos da AAE.

Os FCD identificados, para a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, foram:

- Ordenamento do Território, Competitividade e Desenvolvimento Regional;
- Biodiversidade e Conservação da Natureza;
- Património Cultural;
- Qualidade Ambiental;
- Riscos Ambientais.

Resultaram, tal como é preconizado, da intercepção entre os objectivos do Quadro de Referencia Estratégico e os Objectivos Estratégicos definidos na proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, mediante elaboração e análise de tabelas de dupla entrada e integração dos factores ambientais estabelecidos pela legislação.

Apresentam-se também, para cada um dos FCD, os domínios que abrange, os objectivos de sustentabilidade e os indicadores que permitirão avaliar a realização do modelo de desenvolvimento que servem. Sugere-se neste domínio uma maior concretização dos indicadores preconizados.

A agricultura, e os espaços e actividades a ela associadas, têm pequeníssima expressão nas opções estratégicas definidas na proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos. Esta escassez manifesta-se nos indicadores dos FCD definidos. Não obstante realça-se a importância da actividade

ACH

Na resposta indicar sempre a Nossa Referência

SEDE : Rua Amato Lusitano, Lote 3 - Apartado 107 6001-909 CASTELO BRANCO | Tel. 272 348 600/73 | Fax. 272 348 625



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

DRAP Centro
Direcção Regional
de Agricultura e Pescas
do Centro

agrícola na construção da paisagem que agora se identifica como uma mais-valia a preservar,, reconhecida na redacção dos objectivos estratégicos da revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos.

Para tornar mais claras estas relações sugere-se a concretização do indicador que seguidamente se apresenta:

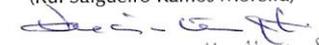
Quadro 6 - "Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade"

Domínio	Objectivos de Sustentabilidade	Indicador apresentado	Indicador proposto
Ordenamento do Território	Fomentar a organização espacial do território, Assegurando a preservação de solos com maior aptidão agrícola	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaço agrícola ▪ RAN 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaço Agrícola ocupado com usos não agrícolas <ul style="list-style-type: none"> ○ Área de RAN ○ Área de regadio ○ Área de culturas permanentes

Com os melhores cumprimentos,

 Director Regional

(Rui Salgueiro Ramos Moreira)


António Francisco M. Martins Ferreira
Director de Serviços de Valorização Ambiental e Apoio
à Sustentabilidade


ACH

Na resposta indicar sempre a Nossa Referência

SEDE : Rua Amato Lusitano, Lote 3 - Apartado 107 6001-909 CASTELO BRANCO | Tel. 272 348 600/73 | Fax. 272 348 625



Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DAS ÁREAS CLASSIFICADAS DO CENTRO E ALTO ALENTEJO

Casa Grande, Mata da Mouraça, 2300-038 Évora, Portugal
 Edifício da Serra da Loulé, Rua Miguel Bombarda, 18, 3260-408 Figueiró dos Vinhos, Portugal
 T. +351 238 241239, F. +351 238 241279, www.icnib.pt



PAISAGEM PROTEGIDA DA SERRA DO AÇOR

371
 04.02.10
 DESTINATÁRIO

DATA E COMUNICAÇÃO DATA 2009.12.30

S. REFERÊNCIA DESPACHO

N. REFERÊNCIA 23831/2009

REFERÊNCIA INTERNA

ASSUNTO Revisão do Plano Director Municipal de Figueiró dos Vinhos - emissão de parecer sobre Relatório de Factores Críticos

Dr. Eng. Isabel A. Silva
 4.2.10

Exmo. Senhor
 Presidente do Município de Figueiró dos Vinhos
 Apartado 4
 3260-408 Figueiró dos Vinhos

No âmbito da emissão de parecer referente à análise do Relatório de Factores Críticos, informamos o seguinte:

- O Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. desenvolveu uma base abrangente que tornasse homogéneos os requisitos a respeitar a nível nacional relativos à definição de Âmbito da Avaliação Ambiental e ao alcance da informação a incluir num Relatório Ambiental (cujo conteúdo é definido pelo Artigo 6º do Decreto-Lei n.º232/2007).

Assim, e no que concerne ao âmbito da Avaliação Ambiental, deverá atender-se ao seguinte:

- O âmbito territorial deverá corresponder no mínimo à área territorial do Plano devendo haver a previsão da área de influência das medidas preconizadas neste.
- Quanto ao âmbito temático, o diploma base é o Decreto-Lei n.º140/99, de 24 de Abril, com a redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º49/2005, de 24 de Fevereiro - preservação de habitats naturais, da fauna e da flora selvagens e conservação de aves selvagens bem como o Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Deverão ainda ser descritos e enquadrados os aspectos geológicos e paisagísticos da região abrangida pelo Plano.

Quanto ao alcance da informação a incluir no Relatório Ambiental, o mesmo deve conter:

- Identificação de informação relevante: identificação das Áreas Classificadas em função das obrigações decorrentes do Direito Comunitário ou do Direito Internacional;

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

*Remeter ao lugar do Plano, Argenteo - v
 21.12.10 8 fev 2010*

AAE.FV-2.F2.RA.V1



DEPARTAMENTO DE GESTÃO DAS ÁREAS CLASSIFICADAS DO CENTRO E ALTO ALENTEJO
PAISAGEM PROTEGIDA
DA SERRA DO AÇOR

identificação de áreas de conexão entre Áreas Classificadas (corredores ecológicos) e habitats de importância comunitária; identificação de espécies objecto de estatutos de protecção sendo fundamentais as obrigações decorrentes da nossa inserção no espaço comunitário europeu; identificação de instrumentos de gestão territorial (IGT) vocacionados para o Ordenamento de Áreas Classificadas bem como de medidas já constantes em IGT que assegurem a salvaguarda de espécies ou habitats ou que, ao invés, com eles conflituem; identificação de políticas e de estratégias de desenvolvimento que permitam uma análise inter-sectorial e inter-especial.

Com base nestas condicionantes à actividade de planificação importa:

- definir o quadro estratégico de referência para o Plano em questão a partir das Políticas, Planos e Estratégias Nacionais, Comunitárias e Internacionais em vigor para os diferentes sectores;
- definir os objectivos estratégicos de longo prazo do Plano e respectivo horizonte temporal e, se possível, estabelecer metas que possam ser base como referencial de avaliação;
- definir opções estratégicas que melhor respondam aos objectivos definidos e correspondam ao quadro de políticas e estratégias aplicáveis;
- proceder à análise e descrição, de preferência utilizando métodos quantitativos, de factores de risco ambiental, bem como de potencial conflitos ou ameaças;
- analisar as diferentes opções estratégicas face aos indicadores de risco ambiental;
- sugerir a opção estratégica que possa ser mais consentânea com menores riscos ambientais, assegurando as funções de manutenção e valorização do património natural numa perspectiva de complementaridades espaciais em contexto de sustentabilidade.

Atendendo à possibilidade de projectos concretos importa relacionar o presente regime a AAE com os regimes de Avaliação de Impacte Ambiental e de avaliação de Incidências Ambientais principalmente nos casos em que sejam previsíveis impactes ambientais, e especialmente aqueles que possam ser significativos em habitats ou espécies.

Assim e após análise do conteúdo do Relatório de Factores Críticos apresentado considera-se que de uma forma genérica este estabelece, de acordo com exposto anteriormente, o âmbito e o alcance da avaliação, bem como a informação que irá constituir o Relatório Ambiental.



DEPARTAMENTO DE GESTÃO DAS ÁREAS CLASSIFICADAS DO CENTRO E ALTO ALENTEJO
PAISAGEM PROTEGIDA
DA SERRA DO AÇOR

Contudo, entende-se que devem ser tidas em consideração as seguintes alterações:

- "Quadro nº 4 – Domínios ambientais relevantes por FCD" – (pág. 17)

Pela abrangência do FCD "Ordenamento do território, desenvolvimento regional e competitividade", pela dimensão territorial (14% do concelho está integrado no Sítio Serra da Lousã - PTCON0060) e de recurso, na óptica da valorização, que o património natural encerra, considera-se que deve ser assinalada a interacção / relação com os domínios ambientais "biodiversidade", "fauna" e "flora";

- "Quadro de referência estratégico" - (pág. 18)

As características do território concelhio determinam que no quadro de referência estratégico sejam considerados os seguintes documentos:

a **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade;**

o **Piano Sectorial da Rede Natura 2000;**

o **Piano Estratégico Nacional do Turismo;**

e reforçar a sua relação com o FCD "Ordenamento do território, desenvolvimento regional e competitividade".

Esta integração implica a alteração dos pontos seguintes do relatório.

Com os melhores cumprimentos,

O Técnico Superior

Marco Gomes

Anexo II – Principais Instrumentos do Quadro de Referência Estratégico e respetivos Objetivos Estratégicos**Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial (PNPOT)**

O PNPOT constitui o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, sendo também um instrumento chave de articulação desta política com a política de desenvolvimento económico e social, em coerência com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e com as diversas intervenções com incidência territorial, designadamente as consideradas no Quadro de Referência Estratégico Nacional para o próximo período de programação financeira comunitária QREN 2007-2013.

Objetivos Estratégicos

O PNPOT apresenta os seguintes **objetivos estratégicos**:

1. **Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos;**
2. **Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global;**
3. **Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;**
4. **Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;**
5. **Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;**
6. **Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.**

Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) para o período 2005/15 consiste num conjunto coordenado de atuações que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam num horizonte de 12 anos assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente.

Objetivos principais

A ENDS apresenta os seguintes objetivos:

1. **Qualificação dos portugueses em direção à Sociedade do Conhecimento;**
2. **Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro;**
3. **Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural;**
4. **Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida;**
5. **Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual;**
6. **Papel Activo de Portugal na Cooperação para a Sustentabilidade Global.**

Estratégia nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) foi acolhida na ordem jurídica portuguesa através da resolução do Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11 de Outubro, vigorando até 2010.

Objetivos Gerais e Opções estratégicas

A ENCNB é um documento centrado em três objetivos gerais:

- **Conservar a natureza incluindo os elementos notáveis da geologia geomorfologia e paleontologia;**
- **Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;**
- **Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objetivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica.**

Para a concretização dos objetivos acima expostos a ENCNB formula dez opções estratégicas:

1. **Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas;**
2. **Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas;**
3. **Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu**

Estratégia nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)

património natural, cultural e social;

4. Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção integrados no processo da Rede Natura 2000;
5. Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;
6. Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais;
7. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local;
8. Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade;
9. Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;
10. Intensificar a cooperação internacional.

Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)

O Programa Nacional para as Alterações Climáticas configura o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto pelo Estado Português.

Objetivos

O PNAC 2006 pretende:

- **Reforçar a monitorização nos diversos sectores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, “através de medidas nos sectores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão”;**
- **Acautelar que os diversos sectores desenvolvam um esforço de monitorização apertado de modo a garantir a execução das diferentes medidas;**
- **Reforçar a verba do Fundo Português de Carbono.**

Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)

O Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2007–2013 tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.

Objetivos

No horizonte referido, são objetivos do plano:

- **Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos;**
- **Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais;**
- **Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco;**
- **Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.**

Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – PSRN2000

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 constitui um instrumento de gestão territorial na concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios, do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.

Objetivos

Os principais objetivos do Plano sectorial são os seguintes:

1. **Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território das ZPE e Sítios considerando os valores naturais que nele ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo;**
2. **Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais das ZPE e Sítios, orientando a uma macro-escala a fixação dos usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território a efetuar, posteriormente, através da inserção das normas e orientações nos instrumentos de gestão territorial que vinculam diretamente os particulares (planos municipais e planos especiais de ordenamento do território);**
3. **Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats naturais e semi-naturais e das espécies de flora e fauna, presentes nos Sítios e ZPE;**
4. **Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas**

Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – PSRN2000

características e prioridades de conservação, a definir nos planos de ordenamento que vinculam as entidades privadas, nos quais deverão ser fixados e zonados os usos do território e os regimes de gestão, com vista à utilização sustentável do território;

5. Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições do uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;
6. Fornecer orientações sobre a inserção (a efetuar no prazo máximo de seis anos) em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores, na medida em que são estes os planos vinculativos dos particulares;
7. Definir, para cada Sítio e ZPE, os projetos a sujeitar a avaliação de impacte ambiental ou a análise de incidências ambientais.

Estratégia Nacional para a Energia (ENE)

A estratégia para o sector energético constitui um fator importante de crescimento da economia portuguesa e da sua competitividade, para além de ser uma peça vital ao desenvolvimento sustentável do País.

Objetivos

Principais Objetivos:

- **Garantir a segurança do abastecimento de energia, através da diversificação dos recursos primários e dos serviços energéticos e da promoção da eficiência energética na cadeia da oferta e na procura de energia;**
- **Estimular e favorecer a concorrência, por forma a promover a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, quer as do sector da energia quer as demais do tecido produtivo nacional;**
- **Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactes ambientais às escalas local, regional e global, nomeadamente no que respeita à intensidade carbónica do PIB.**

Plano Nacional da Água (PNA)

O Plano Nacional da Água define as orientações de âmbito nacional para a gestão integrada das águas, fundamentadas em diagnóstico da situação atual e na definição de objetivos a alcançar através de medidas e ações, de acordo com o Decreto-Lei nº 45/94 de 22 de Fevereiro.

Linhas de orientação

O estabelecido no PNA segue as seguintes linhas de orientação:

- **Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas;**
- **Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados;**
- **Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do país;**
- **Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português;**
- **Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos.**

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II (PEAASAR II)

O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II estabelece as orientações e fixa os objetivos de gestão e proteção dos valores ambientais associados aos recursos hídricos no horizonte 2007-2013.

Objetivos estratégicos e objetivos operacionais

Os objetivos estratégicos são os seguintes:

- Universalidade, continuidade e qualidade do serviço
- Sustentabilidade do sector
- Proteção dos valores ambientais.

No que se refere aos objetivos operacionais, deste constam:

- **Servir cerca de 95% da população total do país com sistemas públicos de abastecimento de água;**
- **Servir cerca de 90% da população total do país com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de pelo menos 70% da população abrangida;**
- **Obter níveis adequados de qualidade do serviço, mensuráveis pela conformidade dos indicadores de qualidade do serviço definidos pela entidade reguladora;**

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II (PEAASAR II)

- Estabelecer orientações para a definição das tarifas ao consumidor final, evoluindo tendencialmente para um intervalo razoável e compatível com a capacidade económica das populações;
- Garantir a recuperação integral dos custos incorridos dos serviços;
- **Optimizar a gestão operacional e eliminar custos de ineficiência;**
- **Contribuir para a dinamização do tecido empresarial privado nacional e local;**
- **Cumprir os objetivos decorrentes do normativo nacional e comunitário de proteção do ambiente e saúde pública;**
- **Garantir uma abordagem integrada na prevenção e no controlo da poluição provocada pela atividade humana e pelos sectores produtivos;**
- **Aumentar a produtividade e a competitividade do sector através de soluções que promovam a eco-eficiência.**

Para a prossecução destes objetivos deverão ser adotadas um conjunto de medidas, de entre as quais:

1. Realizar os investimentos necessários à conclusão e à expansão dos sistemas “em alta” e à continuação da infra-estruturação da vertente “em baixa”, com especial enfoque nos investimentos visando a articulação entre ambas as vertentes;
2. Rever os princípios de enquadramento legal, técnico, económico e financeiro aplicáveis aos sistemas multimunicipais e alargar o leque de soluções institucionais de gestão empresarial;
3. Promover uma maior integração territorial e funcional dos sistemas plurimunicipais vizinhos, de forma a potenciar economias de escala e da gama e mais valias-ambientais;
4. Promover a criação, na vertente em “baixa”, de sistemas integrados, tanto quando possível territorialmente articulados com as soluções existentes na vertente em “alta”, e com um regime tarifário uniformizado na área de intervenção de cada sistema, regulamentar a gestão de sistemas municipais e criar uma Lei de Base de Concessões em “baixa”;
5. Implementar as disposições da Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro, Lei da Água, diretamente relacionadas com o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais e incentivar o uso eficiente da água e o controlo e prevenção da poluição;
6. Estimular o investimento privado e promover a concorrência, com especial destaque para um alargamento e dinamização muito significativos do mercado dos contratos de exploração e prestação de serviços, promovendo assim o desenvolvimento do tecido empresarial nacional e local;
7. Reforçar e alargar o âmbito dos mecanismos de regulação de serviços e de regulação ambiental e de inspeção.

Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) – Bases e Linhas Orientadoras

O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.

Objetivos específicos

O PNUEA assenta sobre quatro áreas programáticas (compreendendo cada uma delas um conjunto de ações):

- Medição e reconversão de equipamentos de utilização da água;
- Sensibilização, informação e educação;
- Regulamentação e normalização
- Formação e apoio técnico.

A definição de metas para o PNUEA passa pela definição de um indicador que traduza a eficiência de utilização da água em qualquer dos sectores considerados, tornando direta e transparente a comparação entre metas e resultados obtidos, simplificando uma situação que de outro modo seria complexa. Assim:

- **Meta no consumo urbano – Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%.**
- **Meta no consumo agrícola - Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.**
- **Meta no consumo industrial - Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de um período de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.**

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo (PGRH do Tejo)

O Plano de Gestão da Região Hidrográfica é um plano setorial que assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais e institucionais, envolve os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização das massas de água, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e proteção do ambiente.

Objetivos Estratégicos

- Quadro institucional e normativo - Promover a racionalização, otimização e harmonização da intervenção do quadro institucional em matéria de recursos hídricos da região, criando condições para o cumprimento integral do normativo nacional e comunitário, para uma repartição de esforços entre os diferentes sectores utilizadores.
- **Quantidade de Água - Garantir a gestão sustentável da água, baseada na gestão racional dos recursos disponíveis e na otimização da eficiência da sua utilização, de modo a assegurar a disponibilidade de água para a satisfação das necessidades dos ecossistemas, das populações e das atividades económicas.**
- **Gestão de riscos e valorização do Domínio Hídrico - Assegurar uma gestão integrada do domínio hídrico, procedendo à prevenção e mitigação dos efeitos provocados por riscos naturais ou antropogénicos, com especial enfoque para as cheias, secas e poluição acidental.**
- **Qualidade da água – Promover o bom estado das massas de água através da proteção, melhoria e recuperação da qualidade dos recursos hídricos da região mediante a prevenção dos processos de degradação e a redução gradual da poluição, visando assim garantir uma boa qualidade da água para os ecossistemas e diferentes usos.**
- Monitorização, investigação e conhecimento - Promover o aumento do conhecimento sobre os recursos hídricos da região, suportado pela monitorização do estado quantitativo e qualitativo das massas de água e na investigação aplicada às matérias relacionadas
- Comunicação e governança – Promover a comunicação, sensibilização e envolvimento das populações, dos agentes económicos e de outros agentes com interesses diretos ou indiretos no sector da água, no processo de planeamento e gestão dos recursos hídricos da região.
- Quadro económico e financeiro - Promover a sustentabilidade económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, contribuindo simultaneamente para a utilização racional dos recursos e para a valorização social e económica dos mesmos.

Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020)

O PERSU 2020 estabelece a visão, os objetivos, as metas globais e as metas específicas por Sistema de Gestão de RU, as medidas a implementar no quadro dos resíduos urbanos no período 2014 a 2020, bem como a estratégia que suporta a sua execução, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais e comunitárias nesta matéria.

Objetivos

Os princípios gerais estabelecidos para o Plano são concretizados em oito objetivos, que fundamentam o estabelecimento das metas e medidas para os resíduos urbanos entre 2014 e 2020:

- **Prevenção da produção e perigosidade dos RU**
- **Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis**
- **Redução da deposição de RU em aterro**
- Valorização económica e escoamento dos recicláveis e outros materiais do tratamento dos RU
- Reforço dos instrumentos económico financeiros
- Incremento da eficácia e capacidade institucional e operacional do setor
- Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da internacionalização do setor
- Aumento do contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais

Plano Estratégico Nacional Desenvolvimento Rural – PEN DR

O Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PEN DR) define a Estratégia Nacional para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural

Objetivos Estratégicos

Definem-se três objetivos estratégicos:

1. **Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;**
2. **Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;**
3. **Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.**

Plano Rodoviário Nacional (PRN - 2000)

O atual Plano Rodoviário Nacional (Decreto-Lei nº 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de Julho, Decreto-Lei nº 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de Julho, pela Declaração de retificação nº 19-D/98 e pelo Decreto-Lei nº 182/2003 de 16 de Agosto) define uma rede nacional, que desempenha funções de interesse nacional e internacional. A rede rodoviária nacional é constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar.

Objetivos

O PRN – 2000 tem como principais objetivos:

- **Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.**
- Necessidade de aumentar a densidade da rede de estradas nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, o que contribuirá para a correcção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País.
- Reclassificação de algumas das estradas não incluídas no anterior plano rodoviário nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais.
- **Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infra-estruturas em causa.**

Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas - Horizonte 2014-2020 (PETI3+)

O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) 2014-2020 caracteriza-se, no que respeita aos objetivos estratégicos para o horizonte 2014-2020, pela proposta de um equilíbrio entre um esforço de promoção do crescimento, um esforço reformista e de promoção da sustentabilidade do sistema de transportes e um esforço de coesão social e territorial.

Objetivos

O PETI 3+ tem como objetivos estratégicos para o horizonte 2014-2020:

1. **Contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego:**
 - Reduzir os custos de contexto que incidem sobre as exportações Portuguesas por via do aumento da competitividade e eficiência do sector dos transportes;
 - Promover a maior integração de Portugal no espaço económico europeu, designadamente através do gradual desenvolvimento da RTE-T;
 - Potenciar o papel das infraestruturas e serviços de transportes no desenvolvimento do sector do turismo nacional e promover a melhoria das condições de acolhimento e da qualidade do serviço e informação ao público nos transportes, contribuindo para o grau de satisfação dos passageiros, em particular dos turistas;
 - Alavancar as vantagens competitivas de Portugal decorrentes do seu posicionamento geoestratégico, na intercepção de grandes corredores internacionais marítimos e aéreos;
 - Promover o aumento da concorrência entre os operadores nos segmentos de mercadorias e passageiros.
2. **Assegurar a competitividade do sector dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses:**
 - Prosseguir o esforço de reformas estruturais;
 - Consolidar a sustentabilidade financeira presente e futura do sector, aliviando o peso das responsabilidades transferidas para as futuras gerações;
 - Focar a intervenção direta do Estado nas áreas que constituem o seu verdadeiro papel, promovendo a participação da iniciativa privada nas áreas em que oferece maior eficiência e valor acrescentado na prossecução dos objetivos da política de transportes.
3. **Promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens, em todo o país:**

Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas - Horizonte 2014-2020 (PETI3+)

- **Assegurar a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o território nacional, de forma eficiente e adequada às necessidades;**
- **Implementar o princípio da equidade de oportunidades no acesso ao sistema de transportes, promovendo a coesão social e territorial;**
- Reorganizar e fortalecer o papel da regulação no sector dos transportes;
- Assegurar uma clara, racional e equilibrada alocação de competências na planificação, organização e financiamento do sistema de transportes.

Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)

O Plano Estratégico Nacional do Turismo serve de base à concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do Turismo nacional nos próximos anos.

Linhas de Desenvolvimento Estratégico

Tem em conta as seguintes Linhas de Desenvolvimento Estratégico:

- Mercados emissores - Apostar na captação de turistas de 20 mercados emissores internacionais e no desenvolvimento do Turismo interno.
- **Estratégia de produtos - Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos.**
- **Linhas orientadoras para as regiões - Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação.**
- Linhas de orientação para os pólos - Desenvolver 6 novos Pólos Turísticos para diversificar a oferta turística em Portugal e implementar um modelo de desenvolvimento sustentado.
- Acessibilidades aéreas - Reforçar as acessibilidades aéreas com as cidades/regiões com maior potencial turístico em cada mercado emissor.
- **Eventos - Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure o reforço da notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista.**
- **Enriquecimento da oferta - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística.**
- **Qualidade urbana, ambiental e paisagística - Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal.**
- **Qualidade de serviço e de recursos humanos – Reforçar a qualidade do Turismo português aos longo dos “momentos de verdade” de interação com o turista, através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos.**
- Promoção e distribuição – Implementar uma abordagem inovadora, comunicando uma proposta de valor diferenciada, atuando por mercado emissor e segmento, conferindo maior enfoque no canal internet, promovendo uma gestão proativa da relação com prescritores e definindo como prioridade o destino Portugal.
- **Eficácia e modernização da atuação dos agentes públicos e privados - Facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento, estimular a investigação e o desenvolvimento e a adoção de práticas inovadoras pelas empresas, incentivar a modernização empresarial.**

Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos (PEPS)

A Proposta para Estratégia de Proteção dos Solos configurará o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento dos objetivos de proteção e prevenção da degradação dos solos bem como da sua utilização sustentável.

Objetivos

São propostos como objetivos:

- **Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que:**
 - o solo é utilizado e as suas funções são exploradas, sendo, portanto, necessário tomar medidas relativas aos modelos de utilização e gestão de solos, e
 - o solo funciona como sumidouro/receptor dos efeitos de atividades humanas ou fenómenos ambientais, sendo necessário tomar medidas na fonte;
- **Reabilitar os solos degradados, garantindo um nível de funcionalidade mínimo coerente com a sua utilização atual e prevista, tendo assim igualmente em conta os custos da reabilitação do solo.**

Plano Regional de Ordenamento da Floresta do Pinhal Interior Norte (PROF – PIN)

O Plano Regional de Ordenamento da Floresta do Pinhal Interior Norte vincula os instrumentos de política sectorial que incidem sobre os espaços florestais e visa enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.

Princípios orientadores e objetivos principais

Obedece aos seguintes princípios orientadores:

- a) Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais;
- b) Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais;
- c) Constituir um diagnóstico integrado e permanentemente atualizado da realidade florestal da região;
- d) Estabelecer a aplicação regional das diretrizes estratégicas nacionais de política florestal nas diversas utilizações dos espaços florestais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável;
- e) Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse, nomeadamente os relativos à manutenção da paisagem rural, à luta contra a desertificação, à conservação dos recursos hídricos e à estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade;
- f) Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições;
- g) Potenciar a contribuição dos recursos florestais na fixação das populações ao meio rural.

No sentido de promover os princípios que o norteiam, determina os seguintes objetivos gerais:

- Optimização funcional dos espaços florestais assente no aproveitamento das suas potencialidades;
- Prevenção de potenciais constrangimentos e problemas;
- Eliminar as vulnerabilidades dos espaços florestais.

Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia (POACBSL)

O Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia é um plano especial de ordenamento do território.

Objetivos específicos

Objetivos específicos do POACBSL:

- Definir regras para a utilização do plano de água e zona envolvente das albufeiras, por forma a salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial a água;
- Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território;
- Garantir a articulação com planos e programas de interesse local, regional e nacional;
- Compatibilizar os diferentes usos e atividades, existentes ou futuros, com a proteção e valorização ambiental e finalidades primárias das albufeiras, designadamente a produção de energia;
- Identificar, no plano de água, as áreas mais adequadas para a prática de atividades recreativas, prevendo as suas compatibilidades e complementaridades.

Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode (POACB)

O Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode é um plano especial de ordenamento do território.

Objetivos específicos

O POACB tem como objetivos:

- Definir regras de utilização do plano de água e zona envolvente da albufeira de forma a salvaguardar a defesa e a qualidade dos recursos naturais, em especial da água;
- Definir regras e medidas para usos e ocupações do solo que permitam gerir a área objeto do Plano, numa perspectiva dinâmica e interligada;
- Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território;
- Planear de forma integrada as áreas dos concelhos que se situam na envolvente da albufeira promovendo a qualidade de vida das populações, a qualificação dos núcleos urbanos e a contenção da edificação dispersa;
- Garantir a articulação com os objetivos tipificados para o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo;
- Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes e ou a serem criados, com a proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira;
- Identificar no plano de água as áreas mais adequadas para a conservação da natureza, as áreas mais aptas para atividades recreativas, prevendo as compatibilidades e complementaridades entre as diversas utilizações e promovendo a sua valorização.

Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT - Centro)

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro é o instrumento de gestão territorial que estabelece a definição para o uso, ocupação e transformação do solo, a integração das políticas sectoriais no ordenamento do território e na coordenação das intervenções e as orientações para a elaboração dos PMOT.

Objetivos

São objetivos do PROT-Centro:

a) Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região Centro, contemplando, designadamente:

- **A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território;**
- O reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;
- **A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;**
- **O aproveitamento do potencial turístico, dando projecção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;**
- **A mobilização do potencial agro-pecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidro-agrícolas;**
- O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral;
- O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior;

b) Definir o modelo de organização do território regional, tendo em conta a necessidade de:

- **Valorizar a natureza multipolar da rede urbana para o desenvolvimento de um sistema urbano verdadeiramente policêntrico, reforçando a integração entre sistemas urbanos sub-regionais;**
- **Densificar as interações intra-regionais, nomeadamente estruturando as redes regionais de equipamentos e serviços, e melhorando as redes estruturantes de transportes internas à região;**
- **Reforçar o potencial de desenvolvimento dos grandes corredores de transporte nacionais e transeuropeus que atravessam a região, modernizando infra-estruturas, estimulando complementaridades entre centros urbanos e melhorando as articulações com as redes intra-regionais;**
- **Reforçar a rede regional de instituições de ensino superior, de I & D e centros tecnológicos, em articulação com os espaços de localização de atividades intensivas em conhecimento e conteúdo tecnológico;**
- Desenvolver uma rede de áreas empresariais para o ordenamento e aumento da competitividade do modelo de industrialização difusa da faixa litoral;
- **Identificar a estrutura de proteção e valorização ambiental, integrando as áreas classificadas (incluindo os imperativos decorrentes da Rede Natura 2000) e outras áreas ou corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos, valores e riscos naturais e da estruturação do território;**
- **Proteger e valorizar o património arquitetónico e arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes;**
- **Desenvolver novas formas de relação urbano- rural, com base na diversificação de funções dos espaços rurais e na organização de uma rede de centros de excelência em espaço rural;**
- Articular a estratégia de desenvolvimento territorial com as opções definidas para a região do Norte e para a região de Lisboa e Vale do Tejo, em particular tendo em conta a localização do novo aeroporto de Lisboa e a futura acessibilidade ferroviária em alta velocidade;

c) Identificar os espaços sub-regionais relevantes para a operacionalização do PROT e desenvolver estratégias e propostas adequadas à sua diversidade, valorizando especificidades e reforçando complementaridades como meio de afirmação da competitividade e coesão regionais;

d) **Definir orientações e propor medidas para o uso, ocupação e transformação do solo adequadas às especificidades dos modelos e padrões de povoamento, às características das estruturas urbanas e às exigências dos novos fatores de localização de atividades, em particular para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de atividades não rurais;**

e) Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes;

f) Identificar e hierarquizar os principais projetos estruturantes do modelo territorial proposto, bem como os que concorram para o desenvolvimento dos sectores a valorizar, e definir orientações para a racionalização e coerência dos investimentos públicos;

g) Contribuir para a formulação da política nacional e regional de ordenamento do território,

harmonizando os diversos interesses públicos com expressão espacial, e servir de quadro de referência e definir orientações para as decisões da Administração e para a elaboração de outros instrumentos de gestão territorial;

h) Definir mecanismos de monitorização e avaliação da execução das disposições do PROT- Centro.

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio de Figueiró dos Vinhos

Os PMDFCI desenvolvem as orientações de planeamento Nacional e Regional segundo as normas da Portaria nº 1139/2006 de 25 de Outubro e as orientações técnicas estabelecidas pela DGRF.

Opções Estratégicas

O PMDFCI de Figueiró dos Vinhos apresenta os seguintes Eixos Estratégicos:

- **Aumentar a resiliência do território aos Incêndios Florestais**
- **Reduzir a incidência dos incêndios**
- **Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios**

Anexo III – Relação entre o Quadro de Referência Estratégico definido e as Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Relação entre as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos e os Objetivos do QRE:

 **Relação Forte** (evidencia que os objetivos do QRE se encontram contemplados nas opções estratégicas da proposta de revisão do PDM)

 **Relação Média** (evidencia que os objetivos do QRE se encontram apenas parcialmente contemplados nas opções estratégicas da proposta de revisão do PDM)

 **Relação Fraca a Nula** (evidencia a existência de objetivos do QRE que não são se encontram devidamente contemplados nas opções estratégicas da proposta de revisão do PDM)

 **Não Aplicável – na** (evidencia que os objetivos do QRE não se aplicam às opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos)

Relação entre e os Objetivos do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos do PNPOT \ Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos	na		na	
Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais		na		
Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social		na		
Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública		na	na	na
Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições	na		na	

Relação entre os Objetivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos da ENDS	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Qualificação dos portugueses em direção à Sociedade do Conhecimento	na				na
Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro	na				na
Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural	na				
Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida	na	na	na		
Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual	na	na			na

Relação entre os Objetivos da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos da ENCNB	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, <i>habitats</i> e ecossistemas	na			na	na
Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas	na			na	na
Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social	na			na	na
Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção integrados no processo da Rede Natura 2000	na			na	na
Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e <i>habitats</i> , bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico	na			na	
Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais	na			na	
Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade	na			na	na
Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil	na			na	na

Relação entre os Objetivos do Plano Nacional de Alterações Climáticas e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos do PNAC	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Reforçar a monitorização nos diversos sectores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, “através de medidas nos sectores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão”	na				na
Acautelar que os diversos sectores desenvolvam um esforço de monitorização apertado de modo a garantir a execução das diferentes medidas	na	na			na

Relação entre os Objetivos do Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos do PNAAS	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos	na			na	na
Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais	na			na	na
Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco	na			na	na
Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde	na			na	na

Relação entre os Objetivos do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos do PSRN 2000	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território das ZPE e Sítios considerando os valores naturais que nele ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo	na		na	na	
Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais das ZPE e Sítios, orientando a uma macro-escala a fixação dos usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território a efetuar, posteriormente, através da inserção das normas e orientações nos instrumentos de gestão territorial que vinculam diretamente os particulares (planos municipais e planos especiais de ordenamento do território)	na		na	na	
Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats naturais e semi-naturais e das espécies de flora e fauna, presentes nos Sítios e ZPE	na		na	na	
Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação, a definir nos planos de ordenamento que vinculam as entidades privadas, nos quais deverão ser fixados e zonados os usos do território e os regimes de gestão, com vista à utilização sustentável do território	na		na		
Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições do uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger	na		na		
Fornecer orientações sobre a inserção (a efetuar no prazo máximo de seis anos) em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores, na medida em que são estes os planos vinculativos dos particulares	na	na	na		
Definir, para cada Sítio e ZPE, os projetos a sujeitar a avaliação de impacte ambiental ou a análise de incidências ambientais	na		na	na	

Relação entre os Objetivos da Estratégia Nacional para a Energia e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos da ENE	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Garantir a segurança do abastecimento de energia, através da diversificação dos recursos primários e dos serviços energéticos e da promoção da eficiência energética na cadeia da oferta e na procura de energia			na	na	na
Estimular e favorecer a concorrência, por forma a promover a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, quer as do sector da energia quer as demais do tecido produtivo nacional		na	na		na
Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactes ambientais às escalas local, regional e global, nomeadamente no que respeita à intensidade carbónica do PIB		na			na

Relação entre as Linhas de Orientação do Plano Nacional da Água e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Linhas de orientação do PNA	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas		na		na	na
Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados		na		na	na
Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do país					na
Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português		na		na	na
Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos		na		na	na

Relação entre os Objetivos do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos do PEASSAR II	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Servir cerca de 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água					na
Servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de, pelo menos, 70% da população abrangida					na
Obter níveis adequados de qualidade do serviço, mensuráveis pela conformidade dos indicadores de qualidade do serviço definidos pela entidade reguladora					
Optimizar a gestão operacional e eliminar custos de ineficiência					
Contribuir para a dinamização do tecido empresarial privado nacional e local	na	na			na
Cumprir os objetivos decorrentes do normativo nacional e comunitário de proteção do ambiente e saúde pública	na		na		na
Garantir uma abordagem integrada na prevenção e no controlo da poluição provocada pela atividade humana e pelos sectores produtivos	na		na		na
Aumentar a produtividade e a competitividade do sector através de soluções que promovam a eco-eficiência	na		na		na

Relação entre os Objetivos do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos do PNUEA	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Meta no consumo urbano – Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%.			na		na
Meta no consumo agrícola - Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.	na	na	na		na
Meta no consumo industrial - Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de	na	na	na		na

Objetivos do PNUEA	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de um período de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.					

Relação entre os Objetivos do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos do PGRH do Tejo	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Quantidade de Água - Garantir a gestão sustentável da água, baseada na gestão racional dos recursos disponíveis e na otimização da eficiência da sua utilização, de modo a assegurar a disponibilidade de água para a satisfação das necessidades dos ecossistemas, das populações e das atividades económicas.		na		na	na
Qualidade da água – Promover o bom estado das massas de água através da proteção, melhoria e recuperação da qualidade dos recursos hídricos da região mediante a prevenção dos processos de degradação e a redução gradual da poluição, visando assim garantir uma boa qualidade da água para os ecossistemas e diferentes usos		na		na	na
Gestão de riscos e valorização do Domínio Hídrico - Assegurar uma gestão integrada do domínio hídrico, procedendo à prevenção e mitigação dos efeitos provocados por riscos naturais ou antropogénicos, com especial enfoque para as cheias, secas e poluição accidental.		na			

Relação entre os Objetivos do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020 e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos do PERSU 2020	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Prevenção da produção e perigosidade dos RU			na		na
Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis			na		na
Redução da deposição de RU em aterro			na		na

AAE.FV-2.F2.RA.V1

Relação entre os Objetivos do Plano Estratégico Nacional Desenvolvimento Rural e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos do PEN - DR	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal.		na	na		na
Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais.		na		na	
Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais		na	na		

Relação entre os Objetivos do Plano Rodoviário Nacional 2000 e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos do PRN - 2000	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede			na	na	na
Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infra-estruturas em causa.			na	na	na

Relação entre os Objetivos do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas - Horizonte 2014-2020 (PETI3+) e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos do PETI 3+	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Assegurar a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o território nacional, de forma eficiente e adequada às necessidades			na	na	na
Implementar o princípio da equidade de oportunidades no acesso ao sistema de transportes, promovendo a coesão social e territorial			na	na	na

Relação entre os Objetivos do Plano Estratégico Nacional do Turismo e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos do PENT	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
	Estratégia de produtos - Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos.				na
	Linhas orientadoras para as regiões - Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação.	na			na
	Eventos - Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure o reforço da notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista.	na	na		na
	Enriquecimento da oferta - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística.	na			na
	Qualidade urbana, ambiental e paisagística - Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal.				
	Qualidade de serviço e de recursos humanos - Reforçar a qualidade do Turismo português através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos.	na	na		na
	Eficácia e modernização da atuação dos agentes públicos e privados - Facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento, estimular a investigação e o desenvolvimento e a adoção de práticas inovadoras pelas empresas, incentivar a modernização empresarial.				na

Relação entre os Objetivos da Proposta para Estratégia de Proteção dos Solos e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos da PEPS	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
	Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que o solo é utilizado e as suas funções são exploradas, sendo, portanto, necessário tomar medidas relativas aos modelos de utilização e gestão de solos	na		na	
	Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que o solo funciona como sumidouro/receptor dos efeitos de atividades humanas ou fenómenos ambientais, sendo necessário tomar medidas na fonte	na			na
	Reabilitar os solos degradados, garantindo um nível de funcionalidade mínimo coerente com a sua utilização	na		na	na

Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Objetivos da PEPS				
atual e prevista, tendo assim igualmente em conta os custos da reabilitação do solo				

Relação entre os Objetivos do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Objetivos do PROF - PIN				
Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais	na			na
Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais	na			na
Constituir um diagnóstico integrado e permanentemente atualizado da realidade florestal da região	na		na	na
Estabelecer a aplicação regional das diretrizes estratégicas nacionais de política florestal nas diversas utilizações dos espaços florestais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável	na			na
Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse, nomeadamente os relativos à manutenção da paisagem rural, à luta contra a desertificação, à conservação dos recursos hídricos e à estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade	na		na	na
Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições	na		na	
Potenciar a contribuição dos recursos florestais na fixação das populações ao meio rural	na		na	

Relação entre os Objetivos do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Objetivos do POACBSL				
Definir regras para a utilização do plano de água e zona envolvente das albufeiras, de forma a	na			

AAE.FV-2.FZ.RA.V1

Objetivos do POACBSL	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial a água;					
Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território;	na	na	na	na	
Garantir a articulação com planos e programas de interesse local, regional e nacional;	na	na	na	na	
Compatibilizar os diferentes usos e atividades, existentes ou futuros, com a proteção e valorização ambiental e finalidades primárias das albufeiras, designadamente a produção de energia;	na				na
Identificar, no plano de água, as áreas mais adequadas para a prática de atividades recreativas, prevendo as suas compatibilidades e complementaridades.	na				na

Relação entre os Objetivos do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Objetivos do POACB	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Definir regras de utilização do plano de água e zona envolvente da albufeira de forma a salvaguardar a defesa e a qualidade dos recursos naturais, em especial da água	na				na
Definir regras e medidas para usos e ocupações do solo que permitam gerir a área objeto do Plano, numa perspectiva dinâmica e interligada	na				na
Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território	na	na	na	na	na
Planear de forma integrada as áreas dos concelhos que se situam na envolvente da albufeira promovendo a qualidade de vida das populações, a qualificação dos núcleos urbanos e a contenção da edificação dispersa	na				
Garantir a articulação com os objetivos tipificados para o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo	na	na	na	na	na
Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes e ou a serem criados, com a proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira	na				na
Identificar no plano de água as áreas mais adequadas para a conservação da natureza, as áreas mais aptas	na				na

Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Objetivos do POACB para atividades recreativas, prevendo as compatibilidades e complementaridades entre as diversas utilizações e promovendo a sua valorização				

Relação entre os Objetivos do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território.				
A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais.	na			
O aproveitamento do potencial turístico, dando projecção internacional ao património natural, cultural e paisagístico.	na			na
A mobilização do potencial agro-pecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidro-agrícolas.	na	na		na
Valorizar a natureza multipolar da rede urbana para o desenvolvimento de um sistema urbano verdadeiramente policêntrico, reforçando a integração entre sistemas urbanos sub-regionais	na	na		
Densificar as interações intra-regionais, nomeadamente estruturando as redes regionais de equipamentos e serviços, e melhorando as redes estruturantes de transportes internas à região		na	na	
Reforçar o potencial de desenvolvimento dos grandes corredores de transporte nacionais e transeuropeus que atravessam a região, modernizando infra-estruturas, estimulando complementaridades entre centros urbanos e melhorando as articulações com as redes intra-regionais		na	na	
Reforçar a rede regional de instituições de ensino superior, de I & D e centros tecnológicos, em articulação com os espaços de localização de atividades intensivas em conhecimento e conteúdo tecnológico	na	na		
Identificar a estrutura de proteção e valorização ambiental, integrando as áreas classificadas (incluindo os imperativos decorrentes da Rede Natura 2000) e outras áreas ou corredores ecológicos relevantes do	na		na	na

AAE.FV-2.F2.RA.V1

Objetivos do PROT-C	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
ponto de vista dos recursos, valores e riscos naturais e da estruturação do território					
Proteger e valorizar o património arquitetónico e arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes	na		na	na	na
Desenvolver novas formas de relação urbano- rural, com base na diversificação de funções dos espaços rurais e na organização de uma rede de centros de excelência em espaço rural	na	na	na		
Definir orientações e propor medidas para o uso, ocupação e transformação do solo adequadas às especificidades dos modelos e padrões de povoamento, às características das estruturas urbanas e às exigências dos novos fatores de localização de atividades, em particular para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de atividades não rurais	na	na	na		
Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes	na		na		
Identificar e hierarquizar os principais projetos estruturantes do modelo territorial proposto, bem como os que concorram para o desenvolvimento dos sectores a valorizar, e definir orientações para a racionalização e coerência dos investimentos públicos	na	na	na		
Contribuir para a formulação da política nacional e regional de ordenamento do território, harmonizando os diversos interesses públicos com expressão espacial, e servir de quadro de referência e definir orientações para as decisões da Administração e para a elaboração de outros instrumentos de gestão territorial	na	na	na		

Relação entre os Eixos Estratégicos do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio de Figueiró dos Vinhos e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Eixos Estratégicos do PMDFCI – Figueiró dos Vinhos	Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos	Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas	Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	Potenciar a Economia do Concelho	Requalificação Territorial e Urbana
Aumentar a resiliência do território aos Incêndios Florestais		na		na	
Reduzir a incidência dos incêndios		na		na	
Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios		na	na	na	

AAE.FV-2.FZ.RA.V1

Anexo IV - Ficha de caracterização do Sítio PTCO0060- Serra da Lousã

Plano Sectorial da Rede Natura 2000



Sítios da Lista Nacional

Janeiro 2006

SÍTIO

SERRA DA LOUSÃ

CÓDIGO

PTCON0060

DATA E DIPLOMA DE CLASSIFICAÇÃO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00 de 5 de Julho

ÁREA

15 158 ha

CÓDIGOS NUT

PT124 - Pinhal Interior Norte - 100 %

CONCELHOS ENVOLVIDOS

CONCELHO	ÁREA (ha)	% DO CONCELHO CLASSIFICADO	% DO SÍTIO NO CONCELHO
Castanheira de Pera	3026,28	45 %	20 %
Figueiró dos Vinhos	2455,36	14 %	16 %
Góis	4539,51	17 %	30 %
Lousã	3788,2	27 %	25 %
Miranda do Corvo	1348,23	11 %	9 %

REGIÃO BIOGEOGRÁFICA

Mediterrânica

RELAÇÕES COM OUTRAS ÁREAS CLASSIFICADAS DE ÂMBITO NACIONAL

-

RELAÇÕES COM ÁREAS CLASSIFICADAS DE ÂMBITO INTERNACIONAL

-

CARACTERIZAÇÃO

A serra da Lousã representa a extremidade Sudoeste da cordilheira central, exibindo linhas de cumeeada entre os 800 e os 1200 metros, com declives acentuados (originando encostas íngremes e vales muito encaixados, por vezes quase inacessíveis) nas vertentes a Norte e suaves a Sul onde, respectivamente, se fazem sentir as influências climáticas atlântica e mediterrânica.

Devido à acentuada orografia e às variantes climáticas, a vegetação existente é diversificada, com a ocorrência de azinheiras (*Quercus rotundifolia*) nas zonas mais secas e ensolaradas e de carvalhais de carvalho-roble (*Quercus robur*) e carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) (9230) nas zonas mais húmidas e frias.

É um Sítio de apreciável interesse paisagístico, com imponentes cristas quartzíticas de valor geomorfológico significativo, acompanhadas pela existência de cascalheiras (depósitos de vertente) (8130*), áreas importantes para a manutenção de ecótipos de elevado valor genético.

Plano Sectorial da Rede Natura 2000



Sítios da Lista Nacional

Janeiro 2006

As inúmeras linhas de água, quase todas de carácter permanente, alimentam as bacias hidrográficas dos rios Zêzere e Mondego e assumem grande importância para espécies da fauna. A vegetação ripícola encontra-se num bom estado de conservação, sendo de destacar as galerias onde se podem observar amieais (*Alnus glutinosa*) (91E0*) e comunidades dominadas por azereiro (*Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica*) (5230*), com a presença de azevinho (*Ilex aquifolium*), um habitat de carácter reliquial naturalmente pouco frequente.

Inclui áreas importantes para a conservação do lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e particularmente para a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), atendendo a que se trata de uma área de elevada diversidade genética para a espécie e de maior vulnerabilidade.

Habitats naturais e semi-naturais constantes do anexo B-I do Dec. Lei n.º 49/2005

3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitriche-Batrachion</i>
3280	Cursos de água mediterrânicos permanentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i> com cortinas arbóreas ribeirinhas de <i>Salix</i> e <i>Populus alba</i>
4020*	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>
4030	Charnecas secas europeias
5230*	Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i>
6430	Comunidades de ervas altas higrofilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino
6510	Prados de feno pobres de baixa altitude (<i>Alopecurus pratensis</i> , <i>Sanguisorba officinalis</i>)
8130	Depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica
8230	Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Scleranthion</i> ou da <i>Sedo albi-Veronicion dillenii</i>
91E0*	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i>)
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>

A negrito: habitats prioritários

Plano Sectorial da Rede Natura 2000



Sítios da Lista Nacional

Janeiro 2006

Espécies da Fauna constantes do anexo B-II do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24/02

CÓDIGO ESPÉCIE	ESPÉCIE	ANEXOS
1083	<i>Lucanus cervus</i>	II
1116	<i>Chondrostoma polylepis</i>	II
1123	<i>Rutilus alburnoides</i>	II
1135	<i>Rutilus macrolepidotus</i>	II
1172	<i>Chioglossa lusitanica</i>	II, IV
1259	<i>Lacerta schreiberi</i>	II, IV
1355	<i>Lutra lutra</i>	II, IV

Outras Espécies dos Anexos B-IV e B-V do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24/02

	ESPÉCIE	ANEXO
FLORA	<i>Murbeckiella sousae</i>	IV
	<i>Narcissus bulbocodium</i>	V
	<i>Narcissus triandus</i>	IV
	<i>Ruscus aculeatus</i>	V
	<i>Teucrium salviastrum</i> ssp. <i>salviastrum</i>	V
FAUNA	<i>Alytes obstetricans</i>	IV
	<i>Chalcides bedriagai</i>	IV
	<i>Hyla arborea</i>	IV
	<i>Rana iberica</i>	IV
	<i>Rana perezi</i>	V
	<i>Triturus marmoratus</i>	IV

PRINCIPAIS USOS E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO COM RESPECTIVAS PERCENTAGENS

Tipo de uso do solo	Área (ha)	Percentagem (%)
Áreas agro/ silvo/ pastoris	496,894	3,28
Áreas agrícolas arvenses	521,215	3,44
Áreas agrícolas arbóreo-arbustivas	224,434	1,48
Matos e Pastagens naturais	5866,95	38,70
Floresta	7864,16	51,88
Zonas húmidas	2,822	0,02
Outros (áreas urbanas e industriais, áreas sem coberto vegetal)	181,646	1,20

Fonte – COS 90

Plano Sectorial da Rede Natura 2000



Sítios da Lista Nacional

Janeiro 2006

CARACTERIZAÇÃO AGRO-FLORESTAL (INFORMAÇÃO FORNECIDA PELO MADRP NO ÂMBITO DA ELABORAÇÃO DO PLANO SECTORIAL)

Área do Sítio: **15 158** ha (2% Agrícola e 98% Florestal);

Uso Agrícola - SAU: **229** ha:

Culturas Principais (% da SAU)	OTE Principais (% da SAU)
Forragens/Prados Temp.: 38% ; Past.Permanentes: 20%	OTE Pecuárias: 50% - Herbívoros não especializados:28% - Espec. Ovinos e caprinos:20%

- Nº explorações agrícolas: **147**;
- SAU por exploração: **2** ha
- SAU irrigável: **61%**

Uso Florestal- **14 077** ha:

Tipo	% área do Sítio	Composição
Matos	38%	
Espécies	54%	24% Pinheiro Bravo; 12% Eucalipto; 9% Resinosas; 8% Castanheiro; 1% Carvalhos
Regime de caça especial	69%	
Incêndios (90-2003)	31%	

1. Dinâmicas Socio-económicas

- Dinâmicas Territoriais: **75%** da área do sitio **Rural Frágil**
- Propensão para o Abandono - Peso da SAU das Freguesias:
 - com Rend.Trabalho inferior a 60% da média da região - **18%**
 - com elevado risco de abandono após desligamento total das ajudas - **18%**

1. Sistemas dominantes:

A grande maioria da área do Sítio é florestal.

A agricultura desenvolve-se, principalmente, ao longo dos vales aluvionares. Os principais sistemas agrícolas são os que se encontram ligados à policultura onde dominam as arvenses, a polipequária e os ovinos e caprinos, especialmente estes últimos. De notar que o Sítio abrange uma área importante de Vila Nova do Ceira onde se pratica a actividade viveirista.

2. Programas / Projectos Específicos**3.1. Áreas de Regadio**

Pequenos regadios colectivos que aproveitam as águas das ribeiras adjacentes através do seu represamento durante a época de Primavera/Verão.

3.2. Produtos de Qualidade

- "Mel da Serra da Lousã" (DOP)

3.3 Programas Específicos

Este Sítio está incluído nas áreas beneficiadas por Planos de Intervenção (AGRIS - Acção 7.1) de Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos núcleos Populacionais em Meio Rural:

- PI do Vale do Ceira (Góis)
- PI de Alvares e Sinhel (Góis)

Plano Sectorial da Rede Natura 2000



Sítios da Lista Nacional

Janeiro 2006

- PI de Vila Nova do Ceira (Góis)
- PI de Vila Nova (Miranda do Corvo)
- PI de Pêra (Castanheira de Pêra)

Estão em curso os Planos de Acção de Desenvolvimento Agro Rural de Pinhais do Zêzere e Vale do Ceira.

INDICADORES SOCIOECONÓMICOS

Indicador	Sítio	Total Rede Natura 2000	Portugal Continental	Unidade	Período
População residente HM	2432	329376	10356117	individuos	2001
População Presente HM	2350	313188	10148259	individuos	2001
Densidade populacional	16,04	17,08	113,20	hab./km ²	2001
Taxa de actividade	34,33	38,14	48,20	%	2001
Índice de Poder de Compra	0,28	48,68	96,55	%	2002
Percentagem de população agrícola	9,54	15,93	11,38	%	1999
Taxa de produtores agrícolas singulares com idade entre 25 e 55 anos	29,55	32,88	34,15	%	1999
Taxa de produtores agrícolas singulares com idade superior a 55 anos	70,45	67,12	65,85	%	1999
Percentagem de área agrícola beneficiada pelas medidas agroambientais	0,29	2,10	2,20	%	2001
Percentagem de ocupação da área agrícola	4,92	27,59	35,29	%	1990
Percentagem de ocupação do coberto florestal	52,83	31,27	36,91	%	1990

Fonte – COS 90, INE e MADRP

INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL E OUTRA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Plano Nacional da Água - DL n.º 112/2002 de 17 de Abril

Plano de Bacia Hidrográfica do Mondego - (Decreto Regulamentar n.º 9/2002 de 1 de Março)

Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo - (Decreto Regulamentar n.º 18/2001 de 7 de Dezembro)

Rectificação do Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo - Declaração de rectificação n.º 21-E/2001. DR 301, Série I - B - 7.º supl., de 31/12/2001

PDM de Castanheira de Pera – ratificação - Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/94, de 20 de Setembro

PDM de Figueiró dos Vinhos – ratificação - Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/95, de 10 de Fevereiro

PDM de Góis – ratificação - Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2003, de 26 de Março

PDM de Lousã – ratificação - Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/93, de 04 de Maio

PDM de Miranda do Corvo – ratificação - Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/93, de 17 de Maio

Plano Sectorial da Rede Natura 2000



Sítios da Lista Nacional

Janeiro 2006

Plano de Desenvolvimento Rural/RURIS (áreas de incidência das diferentes medidas):

- Regras gerais de aplicação do RURIS - DL nº 64/2004 de 22 de Março
- Alteração do RURIS e dos regulamentos das intervenções
- Regulamento da intervenção "Medidas Agro-ambientais" - Portaria nº 360/2004 de 7 de Abril
- Regulamento da intervenção "Florestação de Terras Agrícolas" - Portaria nº 680/2004 de 19 de Junho
- Regulamento da intervenção "Indemnizações Compensatórias" - Portaria nº 193/2003 de 22 de Fevereiro

Caça - zonas de caça sujeitas a diferentes regimes cinegéticos

Perímetros florestais e matas nacionais (regime florestal total e parcial) – PF de Alge e Penela, PF de Castanheira de Pera, PF de Góis, PF da Serra da Lousã, Mata do Sobral

Cadastro de Concessões Mineiras 2001 - DL nº 90/90 de 16 de Março (Lei Base - Regime Geral); DL nº 87/90 de 16 de Março (Relativo a recursos geotérmicos); DL nº 88/90 de 16 de Março (Relativo a depósitos minerais); DL nº 270/2001 de 6 de Outubro (Relativo a massas minerais - pedreiras)

FACTORES DE AMEAÇA

Incêndios florestais; florestações com eucalipto (pelo carácter monoespecífico e contínuo dos povoamentos aumentam o risco de incêndio); corte da vegetação ribeirinha (algumas das situações decorrentes de florestações em que não é respeitada uma faixa de protecção às linhas de água); invasão de espécies exóticas infestantes - háquias, ailantos e sobretudo acácias (potenciado por diversos factores, nomeadamente os incêndios florestais e a abertura de numerosos acessos na serra); implantação de infra-estruturas (parques eólicos e acessos - o aumento significativo de acessibilidades, inclusivamente em áreas de cumeada, permite o acesso a todo o tipo veículos, potenciando a pressão turística, o que tem consequências em termos de degradação de habitats, risco de incêndio e redução da tranquilidade de espécies da fauna); pressão turística; passeios e provas motorizadas todo-o-terreno; empreendimentos hidroeléctricos.

ORIENTAÇÕES DE GESTÃO

As orientações de gestão da Serra da Lousã deverão ser prioritariamente dirigidas para a conservação e manutenção das linhas de água e das galerias que as marginam, bem como da fauna que lhes está associada.

Para além dos habitats e da fauna ripícolas, interessa destacar também a importância da preservação dos habitats associados às cristas quartzíticas e às cascalheiras, bem como da manutenção do mosaico agro-silvo-pastoril em diversas áreas, de que é exemplo a área de Góis onde a meia encosta, em zonas de declive suave, se observa uma alternância entre vários tipos de formações onde se incluem prados, matos e áreas de castanheiro.

Face às ameaças identificadas, deverão ainda ser ordenadas as acessibilidades e as actividades de recreio e lazer, promovida a erradicação de espécies

Plano Sectorial da Rede Natura 2000



Sítios da Lista Nacional

Janeiro 2006

exóticas e assegurado o acompanhamento técnico das acções de ordenamento e gestão florestal.

Orientações dirigidas para os ecossistemas ribeirinhos

- Conservar / recuperar vegetação ribeirinha autóctone
Chioglossa lusitanica; Chondrostoma polylepis; Lacerta schreiberi; Lucanus cervus; Lutra lutra; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus
- Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água
3260; 3280; 5230*; 91E0*; 9230; 92A0; Chioglossa lusitanica; Chondrostoma polylepis; Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus
- Monitorizar, manter / melhorar qualidade da água
3260; 3280; 5230*; Chioglossa lusitanica; Lacerta schreiberi; Lutra lutra
Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus (considerando como valores de referência os limites previstos para as "águas de ciprinídeos", de acordo com o disposto no Dec.-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto)
- Condicionar captação de água
3260
Chioglossa lusitanica; Chondrostoma polylepis; Lutra lutra; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus (nas zonas mais sensíveis e durante os meses de menor pluviosidade)
- Condicionar drenagem
4020*; 91E0*
Chioglossa lusitanica (em zonas mais sensíveis)

Silvicultura

- Conservar / recuperar povoamentos florestais autóctones
Lucanus cervus
- Promover áreas de matagal mediterrânico
9330; 9340
- Adoptar práticas silvícolas específicas
8220; 91E0*; 9230; 9260; 92A0; 9330; 9340
- Promover a regeneração natural
91E0*; 9230; 9330; 9340
- Manter árvores mortas ou árvores velhas com cavidades
Lucanus cervus
- Condicionar a florestação
4020*; 5230*; 6510; 8220; 9330; 9340

Plano Sectorial da Rede Natura 2000



Sítios da Lista Nacional

Janeiro 2006

- Reduzir risco de incêndio
5230*; 91E0*; 9230; 9330; 9340; *Chioglossa lusitanica*; *Chondrostoma polylepis*; *Lacerta schreiberi*; *Lucanus cervus*; *Lutra lutra*; *Rutilus alburnoides*; *Rutilus macrolepidotus*

Agricultura e pastorícia

- Adotar práticas de pastoreio específicas
6430; 6510
- Manter práticas de pastoreio extensivo
3280; 4030
- Salvar de pastoreio
9230; 9330; 9340
- Promover a manutenção de prados húmidos
6510 (lameiros)
- Condicionar a intensificação agrícola
3260; *Chioglossa lusitanica*
- Condicionar expansão do uso agrícola
4020*; 5230*; 9330; 9340
- Condicionar uso de agro-químicos /adoptar técnicas alternativas
6510; *Chioglossa lusitanica*; *Lacerta schreiberi*; *Lucanus cervus*
- Condicionar uso de agro-químicos /adoptar técnicas alternativas em áreas contíguas ao habitat
3260; 3280; *Chioglossa lusitanica*; *Chondrostoma polylepis*; *Lacerta schreiberi*; *Lutra lutra*; *Rutilus alburnoides*; *Rutilus macrolepidotus*
- Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas
4020*; 6510
- Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas em áreas contíguas ao habitat
3260; 3280
- Conservar / promover sebes, bosquetes e arbustos
Lutra lutra (promover a manutenção/criação de sebes e bordaduras de vegetação natural na periferia das zonas húmidas)

Construção e infraestruturas

- Condicionar a construção de infra-estruturas
4030; 5230*; 8130; 8220; 9330; 9340
Chioglossa lusitanica; *Lacerta schreiberi* (na construção de novas estradas ou alargamento das existentes, evitar proximidade às linhas de água)

Plano Sectorial da Rede Natura 2000



Sítios da Lista Nacional

Janeiro 2006

- Apoiar tecnicamente o alargamento de estradas e a limpeza de taludes, com vista à salvaguarda de espécies
Chioglossa lusitanica; Lacerta schreiberi (adjacentes às linhas de água, de forma a não aterrar/destruir as margens das linhas de água e a vegetação aí existente)
- Condicionar expansão urbano-turística
4030; 5230*; 8130; 8220; 9330; 9340
Chioglossa lusitanica; Lutra lutra (ordenar expansão urbano-turística de forma a não afectar as áreas mais sensíveis)
- Condicionar construção de açudes em zonas sensíveis
3260; 5230*; 91E0*; Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus
- Condicionar construção de barragens em zonas sensíveis
3260; 3280; 5230*; 91E0*; Chondrostoma polylepis; Lacerta schreiberi; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus
- Melhorar transposição de barragens /açudes
Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus (colocação de passagens adequadas para peixes)
- Assegurar caudal ecológico
Chondrostoma polylepis; Lutra lutra; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus
- Reduzir mortalidade accidental
Lutra lutra (passagens para fauna e sinalizadores em rodovias)

Outros usos e actividades

- Incrementar sustentabilidade económica de actividades com interesse para a conservação
9230; 9260; 9330; 9340
- Regular dragagens e extracção de inertes
8130; 8220
Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus (interditar extracção de inertes nos locais de reprodução da espécie, em qualquer época do ano. Nos restantes locais, condicionar durante a Primavera)
- Interditar deposições de dragados ou outros aterros
Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus (em áreas mais sensíveis)
- Ordenar acessibilidades
4030; 5230*; 9330; 9340
- Interditar circulação de viaturas fora dos caminhos estabelecidos

Plano Sectorial da Rede Natura 2000



Sítios da Lista Nacional

Janeiro 2006

- Ordenar prática de desporto da natureza
Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus
(desportos associados aos cursos de água)

Orientações específicas

- Impedir introdução de espécies não autóctones /controlar existentes
4030; 5230*; 8220; 9330; 9340
Chioglossa lusitanica; Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus (implementar programas de controlo e erradicação de espécies vegetais exóticas invasoras das margens das linhas de água e encostas adjacentes, promovendo a sua substituição por espécies autóctones)
Lacerta schreiberi (remover espécies vegetais exóticas pelo menos numa faixa de 50 m para cada lado das linhas de água)
- Condicionar ou interditar corte, colheita e captura de espécies
5230*
- Criar alternativas à colheita de espécies, promovendo o seu cultivo
5230*
- Criar novos locais de reprodução, conservar/recuperar os existentes
Chioglossa lusitanica (conservar/recuperar minas e galerias já identificadas)
- Manter / recuperar habitats contíguos
6430; 91E0*
Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus macrolepidotus (assegurar continuum fluvial)
- Efectuar gestão por fogo controlado
4030

CONDIÇÕES E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE INCIDÊNCIAS AMBIENTAIS

Projecto	AIA	AincA
Agricultura, Silvicultura e Aquicultura		
Emparcelamento rural c/s infra-estruturação para regadio		
Reconversão de terras não cultivadas há mais de 5 anos para agricultura intensiva		
Desenvolvimento Agrícola com infra-estruturação de rega e drenagem		
Florestação / reflorestação com espécies de rápido crescimento »5ha (* = qualquer área)		X
Florestações para recuperação do coberto vegetal »5ha		
Desflorestações destinadas à conversão para outro tipo de utilização das terras		X
Reconversão de Salinas		
Plantação/expansão/reconversão de olival, pomares e vinha		
Pecuária intensiva		

Plano Sectorial da Rede Natura 2000



Sítios da Lista Nacional

Janeiro 2006

Indústria Extractiva		
Perfurações em profundidade para abastecimento de água		
Extração de inertes (em meios húmidos)		
Indústria da Energia		
Instalação de combustão para a produção de energia Eléctrica, de vapor e de água quente		
Instalações Industriais destinadas ao transporte de gás, vapor e água quente e transporte de energia eléctrica por cabos aéreos		
Energias renováveis (eólica, do mar, solar)		X
Indústria Mineral		
Fabrico de cimento e cal		
(Indústria Alimentar)		
Projectos de infra-estruturas		
Operações de loteamento urbano, incluindo a construção de unidades comerciais de dimensão relevante e parques de estacionamento, não abrangidos por PMOT		X
Construção de estradas municipais		X
Barragens e açudes	X	
Ancoradouros		
Linhas de eléctrico, linhas de metropolitano aéreas e subterrâneas, linhas suspensas ou análogas de tipo específico, utilizadas exclusiva ou principalmente para transporte de passageiros		X
Construção de aquedutos (e adutoras)		
Construção de Pipelines		
Sistemas de captação e realimentação artificial de águas subterrâneas		
Outros Projectos		
(Instalações para o tratamento de superfície de substâncias, objectos ou produtos, com solventes orgânicos)		
ETARs		X
Turismo		
Hotéis e apartamentos turísticos localizados fora de zonas urbanas e urbanizáveis delimitadas em plano municipal de ordenamento do território ou plano especial de ordenamento do território		X
Parques de campismo		X
Parques temáticos		X

AIA – Avaliação de Impacte Ambiental

AincA – Análise de Incidências Ambientais